

Novos Cadernos NAEA

Publicação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)
da Universidade Federal do Pará (UFPA)
Periodicidade semestral, volume 14, número 1, junho de 2011, ISSN: 1516-6481

Universidade Federal do Pará

Reitor: Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Vice-Reitor: Horácio Schineider

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Emmanuel Zagury Tourinho

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor: Armin Mathis

Vice-Diretor: Fábio Carlos da Silva

Coordenador do PDTU: Oriana Trindade

Vice-Coodenador do PDTU: Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior

Editora Responsável

Edna Ramos de Castro

Comissão Editorial

Edna Ramos de Castro, Oriana Trindade, Francisco de Assis Costa,

Luís Aragon Vaca e Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Assistentes de Edição

Welington Morais Ferreira, Sabrina Mesquita do Nascimento e Cleyson Alberto Nunes Chagas

Conselho Editorial

Adalberto Luis Val – UFRJ

Alfredo Wagner Berno de Almeida - UFAM

Andréa Zhouri - UFMG

Bérengère Pereira – ULB – Bélgica

Camilo Dominguez – U. Nacional – Colômbia

Carlos Vainer – UFRJ

Célio Bermann - USP

Clóvis Cavalcanti – UFPE

Eduardo José Viola – UnB

Emilio Moran – Indiana University

Elmar Altvater – ULB – Alemanha

Flávio Villaça – FAU – USP

Henri Acselrad – UFRJ

Ignacy Sachs – EHESS – França

José Vicente Tavares dos Santos - UFRGS

Luc Mougeot – IDRC/CRDI – Canadá

Marcel Bursztyń – UNB

Maria Izabel de Medeiros Valle - UFAM

Marianne Schimink – Universidade da Flórida

Marilene Freitas – UFAM

Pedro Jacobi – USP

Pierre Salama - Université Paris XIII

Pierre Teisserenc - Université Paris XIII

Raymundo Heraldo Maués – UFPA

Willi Bolle - USP

Preparação de originais

Diagramação eletrônica: Ione Sena

Revisão de texto: Sônia Célia Oliveira e Iraneide Silva

Capa: Editoração do NAEA

Publicação indexada nas seguintes bases de dados:

CLASE (UNAM), Latindex (UNAM)

Sumários de Revistas Brasileiras (FUNPEC-RP), Dataíndice (IUPERJ)

Núcleo de Altos de Estudos Amazônicos/Universidade Federal do Pará

Rua Augusto Corrêa, nº 1, Campus Universitário do Guamá

CEP: 66.075-900, Belém, Pará, Brasil

Tel: (+55-91) 3201 8515/8514, Fax: (+55-91) 3201 7677

e-mail: revistancnaea@ufpa.br

Submissão de artigos: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn>

Homepage do NAEA: www2.ufpa.br/naea

Direitos reservados para este número: NAEA/UFPA

Título e textos amparados pela Lei 5.988, de 14 de dezembro de 1973



SUMÁRIO

- 05 Gases de Efeito Estufa no EIA-RIMA da Hidrelétrica de Belo Monte
Philip M. Fearnside
-
- 21 A questão ambiental e o adensamento da presença do Exército Brasileiro na Amazônia Legal no final do século XX
Tássio Franchi, Marcel Bursztyjn, José Augusto Leitão Drummond
-
- 43 A escrita da história de Marajó, em Dalcídio Jurandir
Willi Bolle
-
- 79 Ciência, cientistas e democracia desfigurada: o caso Belo Monte
Francisco del Moral Hernández, Sonia Barbosa Magalhães
-
- 97 Áreas Úmidas e Patrimônio Natural: uma visão estratégica para a água em espaços transfronteiriços?
Gisela Aquilo Pires do Rio
-
- 115 Os ambientes, a pesca e a gestão das pescarias da piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*) no Estuário Amazônico-PA
Márcia Melo Ramos, Henrique dos Santos Pereira
-
- 131 Etnicidade e urbanidade: a Aldeia Beija-flor
Emmanuel de Almeida Farias Júnior, Alfredo Wagner Berno de Almeida
-
- 147 Nova Redenção: uma ruralidade amazônica
Voyner Ravena Cañete
-
- 179 ICMS Ecológico como suporte ao Pagamento por Serviços Ambientais (PSA): uma análise para o Estado do Pará
Ynis Cristine de S. M. Lino Ferreira, Mário Vasconcellos Sobrinho
-
- 199 **Conferência**
O animal e o primitivo: os outros de nossa cultura
Benedito Nunes
-
- 207 **Resenha**
Em busca do país do ouro: sonhos e itinerários
Sabrina Mesquita do Nascimento, Simy de Almeida Corrêa
-
- 217 **Eventos**
Terceiro Encontro Latinoamericano Ciências Sociais e Barragens
Edna Ramos de Castro e Gisela Aquilo Pires do Rio
-
- 231 Instruções para submissão de trabalhos
-
- 233 Divulgação

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Novos Cadernos NAEA, v. 14, n. 1 – jun. 2011 – Belém:
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA, 2011

Semestral

ISSN 1516-6481

O vol. 1, nº 1, desta Revista, foi publicado em junho de 1998

1. Desenvolvimento – Periódicos.
2. Meio Ambiente – Periódicos.
3. Amazônia – Periódicos.

CDD 338.9811

Novos Cadernos NAEA, Belém, v. 14, n. 1, junho de 2011, ISSN 1516-6481



Gases de Efeito Estufa no EIA-RIMA da Hidrelétrica de Belo Monte

Greenhouse Gases in the Environmental Impact Study for the Belo Monte Hydroelectric Dam

Philip M. Fearnside – Doutor em Ciências Biológicas – University of Michigan – Ann Arbor (1978). Pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). E-mail: pmfearn@inpa.gov.br. Homepage: <http://philip.inpa.gov.br>

Resumo

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da hidrelétrica de Belo Monte, proposta pelo Governo Federal para construção no rio Xingu, no Pará, mostra quão pouco o processo de avaliação ambiental no Brasil avançou desde 1986, quando o EIA ficou obrigatório para barragens e outros projetos de infraestrutura. O documento evita completamente os impactos principais que a barragem teria, induzindo a destruição de áreas muito mais extensas a montante da represa, criando uma “crise planejada” que proveria a justificativa para criar reservatórios muito maiores rio acima, particularmente a barragem de Babaquara, ou “Altamira”, que inundaria 6.140 km², tudo em floresta tropical e a maior parte em terra indígena. O relatório também subestima grosseiramente as emissões de gases de efeito estufa da represa, alegando que as emissões de metano seriam mínimas, baseado em uma estimativa que ignora completamente os estudos na literatura científica que indicam emissões significativas da água que atravessa as turbinas de hidrelétricas. Porque a vazão do rio Xingu é altamente sazonal, a eletricidade que pode ser produzida por Belo Monte (sem as represas, não mencionadas, rio acima) é insuficiente para justificar o custo da barragem, as linhas de transmissão, subestações e outra infraestrutura. O EIA focaliza exclusivamente na própria barragem, assim ignorando a inviabilidade econômica do projeto global e as implicações disto para a construção de represas altamente prejudiciais rio acima. Muito da eletricidade a ser gerada será usada para produção de alumina e alumínio para exportação, que é um dos usos com o menor benefício possível para a população brasileira, devido à quantidade extremamente pequena de emprego criado por cada GWh de energia. Uma discussão nacional sobre como a energia elétrica é usada no País nunca aconteceu, e agora deveria ser uma condição prévia para quaisquer dos projetos de construção de barragens planejadas para a Amazônia. Uma vez tomadas decisões racionais sobre o uso de energia, os custos e benefícios ambientais e sociais de cada barragem proposta devem ser avaliados de modo justo e aberto, o que não foi o caso com Belo Monte até agora.

Palavras-chave

Hidrelétricas. Impacto ambiental. Aquecimento global. Emissões de gases de efeito estufa. Licenciamento ambiental. Tomada de decisão.

Abstract

The Environmental Impact Study (EIA) for the Belo Monte hydroelectric dam proposed for construction by Brazil's federal government on the Xingu River in Pará shows how little the environmental review process has advanced in Brazil since 1986, when the EIA became mandatory for dams and other infrastructure projects. The document completely avoids the major impacts that the dam would have in inducing destruction of much wider areas upstream of the dam by creating a “planned crisis” that would provide justification for building much larger dams upstream, particularly the Babaquara or “Altamira” Dam that would flood 6140 km², all of which is tropical forest and most of which is indigenous land. The report also grossly underestimates emissions of greenhouse gases from the dam, claiming that the emissions of methane would be minimal based on an estimate that completely ignores the studies in the scientific literature indicating significant emissions from the water that passes through the turbines of dams. Because the water flow in the Xingu River is highly seasonal, the electricity that can be produced by Belo Monte dam (without the unmentioned upstream dams) is insufficient to justify the cost of the dam, transmission lines, substations and other infrastructure. The EIA focuses exclusively on the dam itself, ignoring the lack of economic viability of the overall project and the implications of this for construction of highly damaging dams upstream. Much of the electricity to be generated is to be used for production of alumina and aluminum for export, which is one of the uses with the least possible benefit for the Brazilian population due to the very small amount of employment generated per GWh of electricity. A national discussion of how electrical energy is used in the country has never occurred, and should be a prerequisite for any of the dam-building projects now planned for Amazonia. Once rational decisions are made on the use of energy, the environmental and social costs and benefits of each proposed dam must be assessed in a fair and open way, which has not been the case so far with Belo Monte.

Keywords

Hydroelectric dams. Environmental impact. Global warming. Greenhouse-gas emissions. Environmental licensing. Decision-making.

INTRODUÇÃO

A proposta hidrelétrica de Belo Monte é considerada pelo Governo Federal como sendo de alta prioridade no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). É fundamental o debate sobre esta obra: de como ela se insere em questões maiores sobre o desenvolvimento da Amazônia; o uso da energia do País para exportação de alumínio e outros produtos de alto impacto ambiental; e a maneira com que são tomadas as decisões. Entre os impactos de Belo Monte e de outras barragens amazônicas é a emissão de gases de efeito estufa. Qualquer decisão racional precisa ser baseada numa avaliação dos reais benefícios e os reais custos da obra, inclusive o seu papel no aquecimento global.

1 BELO MONTE COMO INDUTORA DA DESTRUIÇÃO DO XINGU

Nunca se deve perder de vista a questão das barragens planejadas a montante de Belo Monte. O plano original para o rio Xingu compunha um total de seis barragens, a maior sendo a hidrelétrica de Babaquara, com 6.140 km², extensão duas vezes maior que Balbina ou Tucuruí (BRASIL, ELETROBRÁS, 1987). As cinco barragens acima de Belo Monte, sendo em grande parte em terras indígenas, foram vistas como politicamente inviáveis a partir de outubro de 1988, quando a nova Constituição exigiu a aprovação do Congresso Nacional para qualquer hidrelétrica em área indígena (Artigo 231, Parágrafo 3). E, sobretudo a partir de fevereiro de 1989, quando a manifestação de Altamira deixou claro o grau de resistência local a esses planos. Após a manifestação de Altamira, menções às barragens a montante de Belo Monte sumiram do discurso público da ELETRONORTE, retornando em 1998, quando a hidrelétrica de Babaquara reapareceu repentinamente, com um novo nome (barragem de Altamira), listada no Plano Decenal da ELETROBRAS para o período 1999-2008 (BRASIL, ELETROBRAS, 1998, p. 145). A sua conclusão foi indicada como prevista para 2013, ou seja, sete anos após a conclusão prevista, na época, para Belo Monte.

Um estudo de viabilidade e um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e um Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) foram preparados para Belo Monte em 2002 (BRASIL, ELETRONORTE, 2002, s.d. [2002]). No entanto, decisões judiciais impediram que essa versão do EIA-RIMA fosse oficialmente entregue para aprovação pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA. As versões de 2002, diferente dos planos dos anos 1980, excluíram do texto cálculos que incluíssem as barragens a montante. No

entanto, o texto incluiu a menção explícita de que qualquer barragem a montante de Belo Monte aumentaria bastante a produção de energia da usina (BRASIL, ELETRONORTE, s/d [2002], p. 6-82). Os autores dos 36 volumes do atual EIA-RIMA (BRASIL, ELETROBRAS, 2009) não mencionaram este detalhe, que diz respeito ao assunto mais básico da discussão sobre Belo Monte: se esta seria, de fato, a única barragem no rio Xingu. Os planos em 2002 foram para uma capacidade instalada de 11.181,3 MW, mas ano seguinte foram consideradas configurações da barragem com 5.500, 5.900 e 7.500 MW, para serem mais razoáveis com a vazão natural do rio Xingu, sem a regulação da vazão por meio de Babaquara/Altamira (PINTO, 2003). No entanto, a barragem de Babaquara/Altamira continuou a ser incluída em apresentações dos planos do setor elétrico (*e.g.*, BRASIL, MME-CCPESE, 2002; SANTOS, 2004), e verbas foram incluídas no orçamento federal de 2005 para um estudo de viabilidade melhorado da barragem de Altamira/Babaquara.

Em 2005, o Congresso Nacional subitamente aprovou a construção de Belo Monte, sem debate e muito menos com consultas aos povos indígenas, como mencionado na Constituição. A facilidade com que a proteção da Constituição foi rompida no caso de Belo Monte levantou a possibilidade de contar com a regulação do rio Xingu com Babaquara/Altamira. Embora nenhuma conexão com Babaquara/Altamira seja admitida pelo setor, a evolução dos planos para Belo Monte seguiu exatamente como este autor previu (FEARNSIDE, 2006a): os desenhos revisados com potências mais modestas para Belo Monte foram abandonados, com o plano atual até ultrapassando um pouco a potência prevista no plano de 2002, ficando em 11.233,1 MW.

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) divulgou em 17 de julho de 2008 uma resolução dizendo que não seriam construídas mais hidrelétricas no rio Xingu, além de Belo Monte (OESP, 2008). Trata-se de uma notícia muito bem vinda, mas que pode ser revertida quando chegar o momento no cronograma para construir Babaquara/Altamira. Se for seguir o cronograma previsto no Plano Decenal 1999-2008, este momento chegaria sete anos após a construção de Belo Monte. Assim, há necessidade de uma ferramenta jurídica para que compromissos deste tipo (de não fazer determinadas obras) sejam feitos de forma realmente irrevogável.

A história recente do setor hidrelétrico na Amazônia não é promissora. Há dois casos documentados onde as autoridades desse setor diziam não dar continuidade à determinada obra devido ao impacto ambiental, mas, na realidade, quando chegou a hora no cronograma, fizeram exatamente o que haviam prometido não fazer. De fato, o que aconteceu seguiu os planos originais, sem nenhuma modificação resultante das promessas feitas por preocupações ambientais. Um caso

foi o enchimento de Balbina, que era para permanecer durante vários anos na cota de 46 m acima do nível do mar, mas seu reservatório foi formado, além da cota originalmente prevista de 50 m (FEARNSIDE, 1989). O outro caso foi Tucuruí-II, onde a construção foi iniciada em 1998, sem um EIA-RIMA, baseado no argumento (duvidoso) de que sua construção não ocasionaria impacto ambiental, por não aumentar o nível da água acima da cota de 70 m de Tucuruí-I, mas, na realidade, a partir de 2002 o reservatório simplesmente foi operado na cota de 74 m, conforme o plano original (ver FEARNSIDE, 2001, 2006a). Estes casos (Balbina e Tucuruí-II) são paralelos à atual situação de Belo Monte e a promessa de não construir Babaquara/Altamira.

2 ESTRATÉGIA DE AVESTRUZ NA QUESTÃO DE “ENERGIA LIMPA”

Hidrelétricas emitem metano, um gás de efeito estufa com 25 vezes mais impacto sobre o aquecimento global por tonelada de gás do que o gás carbônico, de acordo com o último relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças do Clima (IPCC) (FORSTER et al., 2007). Estudos mais recentes, que incluem efeitos indiretos não incluídos no valor do IPCC, indicam um impacto 34 vezes o de CO₂, considerando a mesma escala de tempo de 100 anos (SHINDELL et al., 2009). O EIA-RIMA de Belo Monte afirma que “uma das conclusões principais dos estudos realizados até o momento indica que, em geral, as UHEs (Usinas Hidrelétricas) apresentam menores taxas de emissão de GEEs (Gases de Efeito Estufa) do que as Usinas Termelétricas (UTEs) com a mesma potência” (BRASIL, ELETROBRAS, 2009, v. 5, p. 47). Infelizmente, pelo menos para a época dos inventários nacionais sobre a Convenção de Clima (1990), todas as “grandes” hidrelétricas na Amazônia brasileira (Tucuruí, Samuel, Curuá-Una e Balbina) tinham emissões bem maiores do que a geração da mesma energia com termelétricas (FEARNSIDE, 1995, 2002, 2005a, b). O EIA-RIMA afirma que “o trabalho realizado no rio Xingu, na área do futuro reservatório do AHE (Aproveitamento Hidrelétrico) Belo Monte, aponta para a estimativa de emissão de metano de 48 kg/km²/dia, da mesma ordem de grandeza que os reservatórios de Xingó e Miranda” (BRASIL, ELETROBRAS, 2009, v. 5, p. 47). Xingó e Miranda são duas hidrelétricas não amazônicas que os autores calculam ter um impacto bem menor do que uma termoelétrica do tipo mais eficiente (BRASIL, ELETROBRAS, 2009, v. 5, p. 48).

Os autores calculam essas baixas emissões de metano das hidrelétricas por ignorarem duas das principais rotas para emissão desse gás: a água que passa pelas

turbinas e pelos vertedouros. Essa água é tirada de uma profundidade suficiente para ser isolada da camada superficial do reservatório, e tem uma alta concentração de metano dissolvido. Quando a pressão é subitamente reduzida ao sair das turbinas ou dos vertedouros, muito desse metano é liberado para a atmosfera, como tem sido medido em hidrelétricas como Balbina, no Amazonas (KEMENES et al., 2007) e Petit Saut, na Guiana Francesa (ABRIL et al., 2005; RICHARD et al., 2004). O EIA-RIMA considera apenas o metano emitido na superfície do próprio lago, e nem menciona as emissões das turbinas e vertedouros.

A revisão da literatura incluída nos EIA-RIMA sobre emissões de gases por hidrelétricas está restrita aos estudos dos grupos ELETROBRAS e FURNAS, como se o resto do mundo não existisse (ver BRASIL, ELETROBRAS, 2009, v. 5, 8). A revisão é tão seletiva que não há a menor chance de ser explicada por omissões aleatórias. Apenas são mencionados trabalhos que não desmentem a crença dos autores do EIA-RIMA, de que as emissões de hidrelétricas são muito pequenas. Não é mencionado o corpo volumoso de pesquisa na hidrelétrica de Petit Saut, na Guiana Francesa, onde há uma série de monitoramento de metano bem mais completa do que em qualquer barragem brasileira (GALY-LACAUX et al., 1997, 1999; DELMAS et al., 2004; RICHARD et al., 2004; ABRIL et al., 2005; GUÉRIN et al., 2006). Também não são mencionados os trabalhos do grupo que estuda o assunto no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais-INPE (DE LIMA, 2002; DE LIMA et al., 2002, 2005, 2008; BAMBACE et al., 2007; RAMOS et al., 2009), nem as contribuições do grupo na Universidade de Quebec, no Canadá, que também estudou barragens amazônicas (DUCHEMIN et al., 2000), ou os estudos do laboratório de Bruce Forsberg, no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia-INPA (KEMENES et al., 2006, 2007, 2008; KEMENES; FORSBERG, 2008), e, tampouco, as minha próprias contribuições a essa área, também no INPA (FEARNSIDE, 1995, 1996, 1997, 2002, 2004a,b, 2005a,b,c, 2006b,c, 2007, 2008a,b). Os resultados de todos esses grupos contradizem, de forma esmagadora, o teor da EIA-RIMA em sugerir que hidrelétricas têm pequenas emissões de metano.

A conclusão do grupo que assina a parte do EIA-RIMA sobre emissões supostamente modestas de metano pelas hidrelétricas tem sido desacreditada por observadores independentes no meio acadêmico, devido às óbvias omissões da emissão pelas turbinas e vertedouros (CULLENWARD; VICTOR, 2006). As Organizações Não Governamentais (ONGs) vão mais longe, com acusações explícitas de conflito de interesse (McCULLY, 2006).

A essa altura, o grupo que assina a parte do EIA-RIMA sobre emissões não tem a menor desculpa para omitir as emissões das turbinas e vertedouros, sendo que o primeiro autor dessa parte do EIA-RIMA tem sido presente em

múltiplas reuniões, onde resultados que contradizem as suas conclusões foram apresentados, incluindo o evento da UNESCO, em dezembro de 2007, ocorrido em Foz de Iguaçu, que é mencionado no EIA (BRASIL, ELETROBRAS, 2009, v. 5, p. 50). Ele até tem o seu nome incluído na lista de autores de um trabalho sobre as emissões em Petit Saut, no qual os dados desmentem frontalmente as conclusões dos grupos da ELETROBRAS e FURNAS (ABRIL et al., 2005).

Fingir que emissões apenas ocorrem pela superfície do lago, sem considerar a água passando pelas turbinas e vertedouros, é uma distorção ainda mais grave no caso de Belo Monte do que para outras barragens, uma vez que a área do reservatório da Belo Monte é relativamente pequena, porém, com grande volume de água passando pelas turbinas. No caso de Belo Monte junto com Babaquara/Altamira, as emissões das turbinas são enormes, especialmente nos primeiros anos, e esse conjunto de barragens levaria 41 anos para começar a ter um saldo positivo em termos do efeito estufa (FEARNSIDE, 2005c). Concentrar as análises de emissões das hidrelétricas apenas na superfície dos reservatórios, como foi feito no EIA-RIMA, é igual a não observar um elefante no meio de uma pequena sala, por fixar os olhos em um dos cantos da sala.

3 O CUSTO DE BELO MONTE

O custo de Belo Monte é um fator essencial no realismo – ou na falta de realismo – do cenário oficial de ter apenas uma barragem (Belo Monte) no rio Xingu. Estimativas atuais do custo para a implementação de Belo Monte variam de R\$7 bilhões (estimativa do governo) a R\$20-30 bilhões (estimativa de CPFL Energia) e R\$30 bilhões (estimativa de Alstom) (CANAZIO, 2009). Vale a pena mencionar que há uma longa tradição em obras hidrelétricas, assim como em outros tipos de grandes obras, de ter custos reais muito além das previsões iniciais. No caso de Belo Monte, grande parte da discussão omite outros custos evidentemente necessários: linhas de transmissão, subestações etc.

Um estudo do Fundo de Estratégia de Conservação mostra a inviabilidade de Belo Monte sozinha, com apenas 2,8% de chance de compensar o investimento, se forem consideradas as estimativas dos vários riscos, e um máximo de apenas 35,5% de chance de ser financeiramente viável, se for usada no cálculo uma série de presunções otimistas (SOUSA JÚNIOR et al., 2006, p. 72-74). O estudo conclui que o projeto anda em direção a uma “crise planejada”, onde, uma vez construída Belo Monte, a necessidade de também construir a Babaquara/Altamira vai ser

subitamente descoberta, e essa obra muito mais danosa vai, então, concretizar-se. O mesmo cenário tem sido previsto por este autor há décadas (FEARNSIDE, 1989, 1999, 2001, 2006a).

4 O USO DA ENERGIA

A questão de qual uso vai ser feito da energia produzida deve ser a primeira pergunta a ser respondida, antes de se propor uma hidrelétrica. Neste caso, este aspecto não foi discutido e vem sendo apresentado de forma enganosa, indicando que a usina irá fornecer energia para os lares da população brasileira. De fato, o plano tem evoluído ao longo do planejamento da obra. Inicialmente, uma boa parte da energia gerada seria transmitida para São Paulo, incluída ao sistema interligado nacional. Os planos passaram a destinar a maior parte da energia para usinas de alumina e alumínio no próprio Pará, na medida em que ficou óbvio que o custo de linhas de transmissão até São Paulo seria excessivo, sendo que a produção em plena capacidade de Belo Monte (sem Babaquara) é de apenas 2-3 meses ao ano. O resto do tempo a linha de transmissão teria que ficar com energia reduzida, e durante vários meses ficaria sem energia alguma.

A solução encontrada é de ter uma linha de transmissão para a região Sudeste, com capacidade menor (e cujos detalhes e custos são ainda indefinidos). A mudança não só diminui o benefício social da energia, mas também aumenta o impacto ambiental. O plano original de transmitir o grosso da energia para o Sudeste casaria com o ritmo anual de geração de energia nas hidrelétricas daquela região, que é o inverso do ritmo do rio Xingu. Quando as usinas do Sul-Sudeste produzem pouco, a diferença seria preenchida pela energia recebida de Belo Monte, evitando assim os custos e as emissões de gases de efeito estufa com geração com combustíveis fósseis. Porém, com a opção de usar a geração altamente sazonal de Belo Monte para abastecer usinas de alumina e alumínio, a Belo Monte acaba justificando a construção de grandes usinas termoelétricas em Juriti e Barcarena, para suprir energia às indústrias do setor de alumínio durante o resto do ano. Assim, as emissões de gases de efeito estufa aumentam ainda mais, além de consumir ainda mais dinheiro público.

O grande beneficiário seria a China. Em negociações decorrentes de uma visita presidencial a China em 2004, foi acordada a implementação de uma usina sino-brasileira para alumina em Barcarena (PA), que se espera ser a maior do mundo quando finalizada (PINTO, 2004). A usina sino-brasileira (ABC Refinaria) espera produzir 10 milhões de toneladas de alumina anualmente, um marco originalmente

previsto para ser atingido em 2010. Isto seria maior que a produção anual de sete milhões de toneladas da empresa Nipo-brasileira (Alunorte) no mesmo local – um aumento enorme quando comparado à produção atual da Alunorte de 2,4 milhões de toneladas anuais (PINTO, 2005). Além disso, a empresa Alcoa, dos Estados Unidos, planeja usar energia transmitida de Belo Monte para produzir 800 mil toneladas de alumina anualmente em uma usina nova em Juriti (na margem do rio Amazonas em frente à foz do rio Trombetas). A produção anual de alumínio da usina nipo-brasileira (Albras) aumentaria de 432 para 700 mil toneladas (PINTO, 2005). Também está prevista a expansão das usinas da Alcoa/Billiton (Alumar), no Maranhão, e da usina CBA (Companhia Brasileira de Alumínio), em Sorocaba, São Paulo.

O setor de alumínio no Brasil emprega apenas 2,7 pessoas por cada GWh de energia elétrica consumida, um saldo infeliz que apenas perde para as usinas de ferro-liga (1,1 emprego/GWh), que também consomem grandes quantidades de energia para uma *commodity* de exportação (BERMANN; MARTINS, 2000, p. 90). Diferentemente de produzir metais para o consumo dos próprios brasileiros, trata-se de produzir uma quantidade sem limites para que o mundo possa querer comprar. Portanto, não há limites sobre o número de hidrelétricas “necessárias” para essa exportação, a não ser que o país tome uma decisão soberana sobre quanto quer exportar desses produtos, se é que quer exportar uma quantidade qualquer. Até hoje, o assunto não foi discutido pela sociedade brasileira. Essencialmente, o resto do mundo está exportando os impactos ambientais e sociais do seu consumo para o Brasil, país que não só aceita, mas até subsidia e facilita a destruição que isto implica.

A atual história da indústria de alumínio deve deixar revoltado qualquer brasileiro que tenha um mínimo de senso patriótico (*e.g.*, PINTO, 1997; BERMANN, 2003; CICCANTELL, 2005; MONTEIRO; MONTEIRO, 2007). O suprimento de energia para essa indústria de exportação, que é a principal razão de ser de Belo Monte, causa os mais variados impactos ambientais e sociais através da construção de hidrelétricas, além de requerer pesados subsídios de várias formas, especialmente a construção das barragens com o dinheiro dos contribuintes brasileiros, deixando a conhecida falta de recursos financeiros para saúde, educação e outros serviços governamentais.

O aumento da capacidade geradora com a construção de hidrelétricas é sempre apresentado como uma “necessidade”, fornecedora de energia para lâmpadas, televisores, geladeiras e outros usos nos lares do povo brasileiro (*e.g.*, BRASIL; MME, 2009). Mal se menciona que grande parte da energia vai para alumínio e outros produtos eletro-intensivos para exportação, e que a energia

já exportada anualmente na forma de lingotes de alumínio excede em muito a produção de qualquer uma das obras atualmente em discussão. O cenário de referência ou “linha de base”, para a hipótese de não ter a hidrelétrica é sempre apresentado como sendo a geração da mesma energia com petróleo, nuclear, ou outra fonte indesejável. Mas, no caso de Belo Monte, a alternativa real seria simplesmente não gerar a energia e ficar com menos exportação de alumínio (e de empregos) para o resto do mundo. Enquanto isso poderiam ser realizadas discussões ainda inexistentes ou escassas sobre o desenvolvimento econômico da Amazônia, o uso da energia do país e a maneira com que são tomadas as decisões.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq; Proc. 305880/2007-1; 573810/2008-7; 304020/2010-9) e Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA: PRJ13.03) pelo apoio financeiro. Este trabalho foi atualizado de um parecer preparado para o Painel de Especialistas para Análise crítica do EIA Belo Monte (FEARNSSIDE, 2009) e de textos divulgados no site <http://colunas.globoamazonia.com/philipfearnside>. Agradeço à Sheyla Couceiro pelos comentários.

REFERÊNCIAS

- ABRIL, G.; GUÉRIN, F.; RICHARD, S.; DELMAS, R.; GALY-LACAUX, C.; GOSSE, P.; TREMBLAY, A.; VARFALVY, L.; DOS SANTOS, M. A.; MATVIENKO, B. Carbon dioxide and methane emissions and the carbon budget of a 10-years old tropical reservoir (Petit-Saut, French Guiana). **Global Biogeochemical Cycles**, v. 19, art. GB 4007, doi: 10.1029/2005GB002457, 2005.
- BAMBACE, L. A. W.; RAMOS, F. M.; LIMA, I. B. T.; ROSA, R. R. Mitigation and recovery of methane emissions from tropical hydroelectric dams. **Energy**, v. 32, p. 1038-1046, 2007.
- BERMANN, C. **Energia no Brasil: Para Quê? Para Quem? Crise e Alternativas para um País Sustentável**. 2. ed. São Paulo: Livraria da Física; Rio de Janeiro: FASE, 2003. 139 p.

BERMANN, C.; MARTINS, O. S. **Sustentabilidade energética no Brasil: Limites e Possibilidades para uma Estratégia Energética Sustentável e Democrática.** Projeto Brasil Sustentável e Democrático. Rio de Janeiro: FASE, 2000. 151p. (Série Cadernos Temáticos n. 1).

BRASIL, ELETROBRAS. **Plano 2010: Relatório Geral, Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010 (Dezembro de 1987).** Rio de Janeiro: ELETROBRAS, 1987. 269p.

BRASIL, ELETROBRAS. **Plano Decenal 1999-2008.** Rio de Janeiro: ELETROBRAS, 1998.

BRASIL, ELETROBRAS. **Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte: Estudo de Impacto Ambiental.** Fevereiro de 2009. Rio de Janeiro: ELETROBRAS, 2009. 36 v.

BRASIL, ELETRONORTE. **Complexo Hidrelétrico Belo Monte: Estudos de Viabilidade, Relatório Final.** Brasília: ELETRONORTE, 2002. 8 v.

BRASIL, ELETRONORTE. **Complexo Hidrelétrico Belo Monte: Estudo de Impacto Ambiental- E I A. Versão preliminar. 6. v.** Brasília: ELETRONORTE, s/d [2002].

BRASIL, MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2008/2017.** Brasília: MME, 2009.

BRASIL, MME-CCPESE. **Plano Decenal de Expansão 2003-2012: Sumário Executivo.** Brasília: MME-CCPESE/Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos Sistemas Elétricas, 2002. 75p.

CANAZIO, A. CPFL Energia projeta que Belo Monte possa custar até R\$ 25 bilhões. Canalenergia. 20/08/2009. Disponível em: <<http://www.canalenergia.com.br/zpublisher/materias/Noticiario.asp?id=73316>, 2009>. Acesso em: 30 ago.2009.

CICCANTELL, P. Globalização e desenvolvimento baseado em matérias-primas: o caso da indústria do alumínio. **Novos Cadernos NAEA**, v. 8, n. 2, p. 41-72. 2005.

CULLENWARD, D.; VICTOR, D. G. The dam debate and its discontents. **Climatic Change**, v. 75, n. 1-2, p. 81-86. 2006

DE LIMA, I. B. T. **Emissão de metano em reservatórios hidrelétricos amazônicos através de leis de potência.** 2002. 108f. Tese (Ph.D. em Energia Nuclear) – Universidade de São Paulo/Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Piracicaba, São Paulo, 2002.

DE LIMA, I. B. T. Biogeochemical distinction of methane releases from two Amazon hydro reservoirs. **Chemosphere**, v. 59, p. 1697-1702, 2005.

DE LIMA, I. B. T.; RAMOS, F. M.; BAMBACE, L. A. W.; ROSA, R. R. Methane emissions from large dams as renewable energy resources: a developing nation perspective. **Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change**, v. 13, p. 193-206, 2008.

DE LIMA, I. B. T.; VICTORIA, R. L.; NOVO, E. M. L. M.; FEIGL, B. J.; BALLESTER, M. V. R.; OMETTO, J. M. Methane, carbon dioxide and nitrous oxide emissions from two Amazonian reservoirs during high water table. **Verhandlungen International Vereinigung für Limnologie**, v. 28, n. 1, p. 438-442, 2002.

DELMAS, R.; RICHARD, S.; GUÉRIN, F.; ABRIL, G.; GALY-LACAUX, C.; DELON, C.; GRÉGOIRE, A. Long term greenhouse gas emissions from the hydroelectric reservoir of Petit Saut (French Guiana) and potential impacts. In: TREMBLAY, A.; VARFALVY, L.; ROEHM, C.; GARNEAU, M. (Eds.) **Greenhouse Gas Emissions: Fluxes and Processes. Hydroelectric Reservoirs and Natural Environments**. New York: Springer-Verlag, 2004. p. 293-312.

DE SOUSA JÚNIOR, W. C.; REID, J.; LEITÃO, N. C. S. **Custos e Benefícios do Complexo Hidrelétrico Belo Monte: uma abordagem econômico-ambiental**. Lagoa Santa: Conservation Strategy Fund (CSF), 2006. 90p. Disponível em: <<http://www.conservation-strategy.org>>

DUCHEMIN, E.; LUCOTTE, M.; QUEIROZ, A. G.; CANUEL, R.; DA SILVA, H. C. P.; ALMEIDA, D. C.; DEZINCOURT, J.; RIBEIRO, L. E. Greenhouse gas emissions from an old tropical reservoir in Amazonia: Curuá-Una reservoir. **Verhandlungen International Vereinigung für Limnologie**, v. 27, p. 1391-1395, 2000.

FEARNSIDE, P. M. Brazil's Balbina Dam: Environment versus the legacy of the pharaohs in Amazonia. **Environmental Management**, v. 13, n. 4, p. 401-423, 1989.

FEARNSIDE, P. M. Hydroelectric dams in the Brazilian Amazon as sources of 'greenhouse' gases. **Environmental Conservation**, v. 22, n. 1, p. 7-19, 1995.

FEARNSIDE, P. M. Hydroelectric dams in Brazilian Amazonia: Response to Rosa, Schaeffer & dos Santos. **Environmental Conservation**, v. 23, n. 2, p. 105-108, 1996.

Philip M. Fearnside

FEARNSIDE, P. M. Greenhouse-gas emissions from Amazonian hydroelectric reservoirs: The example of Brazil's Tucuruí Dam as compared to fossil fuel alternatives. **Environmental Conservation**, v. 24, n. 1, p. 64-75, 1997.

FEARNSIDE, P. M. Environmental impacts of Brazil's Tucuruí Dam: Unlearned lessons for hydroelectric development in Amazonia. **Environmental Management**, v. 27, n. 3, p. 377-396. 2001.

FEARNSIDE, P. M. Greenhouse gas emissions from a hydroelectric reservoir (Brazil's Tucuruí Dam) and the energy policy implications. *Water, Air and Soil Pollution*, v. 133, n. 1-4, 2002, p. 69-96

FEARNSIDE, P. M. Gases de efeito estufa em hidrelétricas da Amazônia. **Ciência Hoje**, v. 36, n. 211, p. 41-44, 2004a.

FEARNSIDE, P. M. Greenhouse gas emissions from hydroelectric dams: controversies provide a springboard for rethinking a supposedly "clean" energy source. **Climatic Change**, v. 66, n. 2-1, p. 1-8, 2004b.

FEARNSIDE, P. M. Brazil's Samuel Dam: Lessons for hydroelectric development policy and the environment in Amazonia. **Environmental Management**, v. 35, n. 1, p. 1-19, 2005a.

FEARNSIDE, P. M. Do hydroelectric dams mitigate global warming? The case of Brazil's Curuá-Una Dam. **Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change**, v. 10, n. 4, p. 675-691, 2005b.

FEARNSIDE, P. M. Hidrelétricas planejadas no rio Xingu como fontes de gases do efeito estufa: Belo Monte (Kararaô) e Altamira (Babaquara). In: SEVÁ FILHO, A.O. (Ed.) Tenotã-mõ: alertas sobre as Consequências dos Projetos Hidrelétricos no rio Xingu, Pará, Brasil. São Paulo: International Rivers Network, 2005c. p. 204-241.

FEARNSIDE, P. M. Dams in the Amazon: Belo Monte and Brazil's hydroelectric development of the Xingu River Basin. **Environmental Management**, v. 38, n. 1, p. 16-27, 2006a.

FEARNSIDE, P. M. A polêmica das hidrelétricas do rio Xingu. **Ciência Hoje**, v. 38, n. 225, p. 60-63, 2006b.

FEARNSIDE, P. M. Greenhouse gas emissions from hydroelectric dams: Reply to Rosa et al. **Climatic Change**, v. 75, n. 1-2, p. 103-109, 2006c.

FEARNSIDE, P. M. Why hydropower is not clean energy. Paris, França: Scitizen. 2007. Disponível em: <http://www.scitizen.com/screens/blogPage/viewBlog/sw_viewBlog.php?idTheme=14&idContribution=298>. Acesso em: 30 ago. 2009.

FEARNSIDE, P. M. Hidrelétricas como “fábricas de metano”: O papel dos reservatórios em áreas de floresta tropical na emissão de gases de efeito estufa. **Oecologia Brasiliensis**, v. 12, n. 1, p. 100-115, 2008a.

FEARNSIDE, P. M. Controvérsias sobre o efeito estufa. Por que a energia hidrelétrica não é limpa. In: GORAYEB, I. S. (Ed.). **Amazônia**. Belém: Jornal “O Liberal”/VALE, 2008b. p. 270-271. [também publicado no jornal O Liberal 30 Jan. 2008].

FEARNSIDE, P. M. O Novo EIA-RIMA da Hidrelétrica de Belo Monte: Justificativas Goela Abaixo In: SANTOS, S. M. S. B. M.; HERNANDEZ, F. del M. (Eds.). **Painel de Especialistas: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte**. 2009. p. 108-117. Disponível em: <[http://www.internationalrivers.org/files/Belo%20Monte%20pareceres%20IBAMA_online%20\(3\).pdf](http://www.internationalrivers.org/files/Belo%20Monte%20pareceres%20IBAMA_online%20(3).pdf)>.

FORSTER, P. et al. Changes in atmospheric constituents and radiative forcing. In: SOLOMON, S.; QIN, D.; MANNING, M.; CHEN, Z.; MARQUIS, M.; AVERYT, K. B.; TIGNOR, M.; MILLER, H. L. (Eds.). **Climate Change 2007: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 129-234.

GALY-LACAUX, C.; DELMAS, R.; JAMBERT, C.; DUMESTRE, J.-F.; LABROUE, L.; RICHARD, S.; GOSSE, P. Gaseous emissions and oxygen consumption in hydroelectric dams: A case study in French Guyana. **Global Biogeochemical Cycles**, v. 11, n. 4, p. 471-483, 1997.

GALY-LACAUX, C.; DELMAS, R.; KOUADIO, J.; RICHARD, S.; GOSSE, P. Long-term greenhouse gas emissions from hydroelectric reservoirs in tropical forest regions. **Global Biogeochemical Cycles**, v. 13, n. 2, p. 503-517, 1999.

GUÉRIN, F.; ABRIL, G.; RICHARD, S.; BURBAN, B.; REYNOUARD, C.; SEYLER, P.; DELMAS, R. Methane and carbon dioxide emissions from tropical reservoirs: Significance of downstream rivers. **Geophysical Research Letters**, v. 33, art. L21407, doi: 10.1029/2006GL027929. 2006.

KEMENES, A.; FORSBERG, B. R. Potencial ampliado: Gerado nos reservatórios, gás de efeito estufa pode ser aproveitado para produção de energia em termoeletricas. **Scientific American Brasil, Especial Amazônia**, n. 2, p. 18-23, 2008.

KEMENES, A.; FORSBERG, B. R.; MELACK, J. M. Gas release below Balbina Dam. In: ICSHMO, 8, 2006. Foz do Iguaçu. **Proceedings...**São José dos Campos: ... INPE, 2006. p. 663-667.

KEMENES, A.; FORSBERG, B. R.; MELACK, J. M. Methane release below a tropical hydroelectric dam. **Geophysical Research Letters**, v. 34, art. L12809, doi:10.1029/2007GL029479. 55, 2007.

KEMENES, A.; FORSBERG, B. R.; MELACK, J. M. As hidrelétricas e o aquecimento global. **Ciência Hoje**, v. 41, n. 145, p. 20-25, 2008.

McCULLY, P. **Fizzy Science**: Loosening the Hydro Industry's Grip on Greenhouse Gas Emissions Research, Berkeley, California, E.U.A.: International Rivers Network, 24p. Disponível em: <<http://www.irn.org/pdf/greenhouse/FizzyScience2006.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2009.

MONTEIRO, M. A.; MONTEIRO, E. F. Amazônia: os (dês) caminhos da cadeia produtiva do alumínio. **Novos Cadernos NAEA**, v. 10, n. 2, p. 87-102, 2007.

OESP. Governo desiste de mais hidrelétricas no Xingu. **O Estado de São Paulo**, p. B-8. 17 jul. 2008.

PINTO, L. F. Amazônia: O Século Perdido (A Batalha do Alumínio e Outras Derrotas da Globalização). **Jornal Pessoal**. Belém, 1997. 16 p.

PINTO, L. F. Corrigida, começa a terceira versão da usina de Belo Monte. *Jornal Pessoal* [Belém] 28 de novembro de 2003. Disponível em: <http://www.amazonia.org.br/opiniao/artigo_detail.cfm?id=90328>. Acesso em: 30 ago. 2009.

PINTO, L. F. CVRD: agora também na Amazônia ocidental. **Jornal Pessoal**. Belém: 15 de novembro de 2004. p. 3.

PINTO, L. F. Grandezas e misérias da energia e da mineração no Pará. In: SEVÁ FILHO, A. O. (Ed.) **Tenotã-mõ**: Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu, Pará, Brasil. São Paulo: International Rivers Network, 2005. p. 95-113.

RAMOS, F. M., BAMBACE, L. A. W.; LIMA, I. B. T.; ROSA, R. R.; MAZZI, E. A.; FEARNSIDE, P. M. Methane stocks in tropical hydropower reservoirs as a potential energy source: An editorial essay. **Climatic Change**, v. 93, n. 1, p. 1-13, 2009.

RICHARD, S.; GOSSE, P.; GRÉGOIRE, A.; DELMAS, R.; GALY-LACAUX, C. Impact of methane oxidation in tropical reservoirs on greenhouse gases fluxes and water quality. In: TREMBLAY, A.; VARFALVY, L.; ROEHM, C.; GARNEAU, M. (Eds.). **Greenhouse Gas Emissions: Fluxes and Processes**. Hydroelectric Reservoirs and Natural Environments. New York: Springer-Verlag, 2004. p. 529-560.

SANTOS, W. F. Os empreendimentos hidrelétricos na Amazônia. In: FEIRA INTERNACIONAL DA AMAZÔNIA, 2; JORNADA DE SEMINÁRIOS INTERNACIONAIS SOBRE DESENVOLVIMENTO AMAZÔNICO, 2. 2004. Manaus. 2004. (apresentação powerpoint).

SHINDELL, D. T.; FALUVEGI, G.; KOCH, D. M.; SCHMIDT, G. A.; UNGER, N.; BAUER, S. E. Improved attribution of climate forcing to emissions. **Science**, v. 326, p. 716-718, 2009.

Texto submetido à Revista em 14.01.2011
Aceito para publicação em 15.05.2011



A questão ambiental e o adensamento da presença do Exército Brasileiro na Amazônia Legal no final do século XX

Environmental issues and the Consolidation of the Army's presence in the Brazilian Amazon in the late twentieth century

Tássio Franchi – Graduado em História pela Universidade Estadual de Londrina (2001) e mestre em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca (2004). Doutorando em Desenvolvimento Sustentável do CDS/UnB. E-mail: tasfranchi@gmail.com

Marcel Bursztyn – Doutor em Desenvolvimento Econômico e Social. Coordenada desde 2000 o Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da Universidade de Brasília (UnB), onde tem pesquisa nas áreas de Políticas Públicas, Gestão Ambiental e Ambiente Urbano e Exclusão Social. E-mail: marcel@unb.br

José Augusto Leitão Drummond – Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (1975); M. Sc. em Environmental Science – The Evergreen State College (EUA) (1988); Ph. D. em Land Resources – University of Wisconsin, Madison (EUA) (1999). Bolsista de Produtividade Científica 2 do CNPq desde 2009. Professor Associado II da UnB. E-mail: jaldrummond@uol.com.br

Resumo

A região amazônica ocupa um lugar de destaque quando se pensa em assuntos ligados à questão ambiental. Este artigo aborda a postura e algumas iniciativas de um importante ator institucional presente em toda a Amazônia brasileira, o Exército Brasileiro, relacionando-as historicamente com a ascensão da questão ambiental a partir da década de 1970.

Abstract

The Amazon region occupies a prominent position in Brazilian and non-Brazilian reflections about issues related to the environment. This article discusses the attitude and some initiatives of a major institutional actor in the region, the Brazilian Army, linking them historically to the rise of environmental issues since the 1970s.

Palavras-chave

Amazônia. Exército Brasileiro. História ambiental.

Keywords

Amazon. Brazilian Army. Environmental history.

INTRODUÇÃO

Refletir adequadamente sobre a Amazônia Legal exige lidar com a sua importância no plano nacional. Ela abrange nove dos 25 estados do Brasil e corresponde a aproximadamente 61% do território nacional. A sua importância como reserva de matérias-primas capazes de dar suporte parcial ao desenvolvimento nacional não pode ser ignorada. Não existe quem questione a riqueza mineral, a biodiversidade e o potencial hídrico da região.

As suas potencialidades aguçavam os interesses dos colonizadores portugueses e espanhóis e de viajantes de outras nacionalidades que há séculos passaram pela região e nela tentaram se estabelecer. Diretamente, o Bioma Amazônia (mais extenso do que a Amazônia Legal brasileira) engloba, além dessa grande parcela do Brasil, partes da Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela e o território da Guiana Francesa (um estado francês). Além disso, bioma e região têm importância global, na medida em que contribuem para a regulação da emissão de carbono na atmosfera e abrigam um grande número de espécies da fauna e flora. A bacia do rio Amazonas tem cerca de 20% da água doce do planeta. A sua importância e riqueza ambiental são inquestionáveis. Isso fez com que os governantes brasileiros se preocupassem sistematicamente – inclusive em tempos recentes – em assegurar a soberania do país sobre a parte da Amazônia que está dentro dos limites do território nacional, a Amazônia Legal, que é um recorte territorial mais amplo do que o Bioma Amazônia e a bacia hidrográfica amazônica, mas está limitado pelas fronteiras nacionais.

A presença dos militares na região data do período colonial. Entretanto, devido a fatores históricos, a maior parte da atenção e dos efetivos das Forças Armadas (FFAA) portuguesas e brasileiras sempre esteve direcionada para as fronteiras ao sul do país, região de conflitos graves, como a Guerra do Paraguai. Todavia, à medida que Amazônia ganhou maior destaque no cenário internacional (principalmente por motivos ambientais), nas últimas décadas do século XX, as FFAA brasileiras reposicionaram-se com relação à região, propondo políticas, programas e ações de corte regional ou delas participando. A Amazônia ganhou significativo destaque na Política de Defesa Nacional, definida em 2006, e na Estratégia de Defesa Nacional, definida em 2008.

Este texto tem como objetivo mostrar a evolução do pensamento dos militares e do adensamento de sua presença na região e a sua possível relação com a emergência da questão ambiental global. Para tanto, a exposição foi organizada da seguinte forma: uma breve introdução sobre a ocupação da Amazônia, seguida de um exame das relações entre as FFAA (mais exatamente o Exército Brasileiro)

e a questão ambiental nos anos 1970, 1980 e 1990 e no início do século XXI. Esse exame desdobra-se em uma discussão analítica da temática. Por último, traçamos algumas considerações e novas indagações sobre o tema.

1 UMA BREVE HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO DA REGIÃO AMAZÔNICA

Para além de sua pré-história, a região hoje delimitada como Amazônia Legal (que se sobrepõe parcialmente à bacia Amazônica brasileira e à Região Norte do Brasil) tem uma história ligada tanto aos colonizadores portugueses e hispânicos, que atravessaram muitos trechos da região desde os últimos anos do século XV e início do século XVI. O Tratado de Tordesilhas (1494), inadvertidamente, definiu a maior parte da região (ainda desconhecida pelos signatários do tratado) como de domínio espanhol. Os primeiros exploradores espanhóis que passaram pela região foram Vicente Pinzón (1499-1500), Francisco de Orellana e o frei dominicano Gaspar de Carvajal (1540-42), Pedro de Urzua (1560-61) e Don Lope de Aguirre (1559-1561), entre outros (GADELHA, 2007).

Até meados do século XVIII, a colonização da região ficou principalmente a cargo de missionários jesuítas a serviço da Coroa espanhola, como Samuel Fritz, que “por ordem dos reis da Espanha, rege a região dos Cambebas, Tefé e Coari (1686-1704)” (BENCHIMOL, 1992, p. 96). A conquista portuguesa do vale amazônico ocorreu como consequência de várias expedições feitas rio acima, a partir de Belém. Ela foi ratificada pelos tratados de Madrid (1750) e Santo Ildefonso (1777), que definiram parte dos contornos da colônia portuguesa em face das colônias espanholas, tanto ao norte, na região amazônica, quanto ao sul, na região dos Sete Povos das Missões (CORTEZÃO, 2001).

Desde 1772, a Coroa portuguesa dividiu a região em duas unidades administrativas autônomas e distintas, o Estado do Grão-Pará e Rio Negro e o Estado do Maranhão e Piauí. Segundo Márcio Souza, foi após a Independência do Brasil, entre 1823 e 1840, que a “região norte sofre[u] a intervenção política e militar do Império do Brasil. Perde[u] suas lideranças históricas e deix[ou] de ser uma administração colonial autônoma para se transformar numa fronteira econômica” (SOUZA, 2001, p. 92). A ocupação humana da região ainda era incipiente na segunda metade do século XIX, tanto pelas perdas catastróficas de populações indígenas quanto pelo fraco afluxo de colonos europeus em geral, e de portugueses em particular. Weinstein (1998, p. 73) mostra isso ao descrever Manaus, capital da província do Amazonas, como um “entreposto de menor importância, com apenas 5.000 habitantes em 1870”.

A baixa densidade demográfica foi um problema constantemente mencionado nas narrativas sobre a dificuldade de ocupar região, embora nem sempre em conjunção com o reconhecimento da enorme mortandade das populações autóctones. Durante os dois ciclos da borracha (1879/1912 e 1942-1945), dezenas de milhares de migrantes, principalmente dos estados do Nordeste, migraram para a região amazônica para trabalhar na extração do látex da seringueira (*Hevea brasiliensis*) (DEAN, 1989). Para Benchimol: “Esse foi o começo da explosão urbana na Amazônia. [...] Esse deslocamento serviu para corrigir a extrema dispersão demográfica, criando-se um novo processo de concentração humana ao longo da calha central do Amazonas” (BENCHIMOL, 1992, p. 147). No entanto, Dean, Weinstein, Santos e outros autores mostram que o colapso do preço da borracha na década de 1910 causou uma queda generalizada da população e a retração da ocupação regional.

A partir da segunda metade do século XX e, de forma mais acentuada, no último quartel do século, vários projetos do governo federal incentivaram a migração para a região amazônica. No governo de Juscelino Kubitschek, foi construída a rodovia Belém-Brasília, a primeira a conectar rodovariamente um trecho da planície amazônica (em torno de Belém) ao restante do Brasil. Os governos militares valiam-se do slogan “Integrar para não entregar.” Lançaram vários projetos, como a Zona Franca de Manaus, as rodovias Transamazônica, Cuiabá-Porto Velho e Cuiabá-Santarém, o projeto Carajás, as hidrelétricas de Balbina e Tucuruí, que atraíram pessoas de diversas partes do país. Além dos empreendimentos produtivos e das obras de infraestrutura, os próprios militares foram atores diretos da ocupação e urbanização, desde a década de 1970, ao criar e transferir grandes unidades militares para a região. Ao montar os seus destacamentos de fronteira com vilas militares, eles lançavam as bases de novos núcleos urbanos, que reverteriam a demografia rala, como ressalta Soares:

Esse é o drama que temos de enfrentar o quanto antes e, para enfrentá-lo, é preciso que o governo federal crie, ao longo das fronteiras, estruturas permanentes de colonização; e que os quartéis dos Destacamentos de Fronteiras sejam crisálidas de núcleos populacionais bem organizados, bem providos de resistência orgânica e perfeitamente aparelhados para se transformarem em futuras cidades. Essa é a FRONTEIRA VIVA (SOARES, 1972, p. 170) (destaque no original).

Duas consequências dessas migrações foram a volta do crescimento populacional regional e a urbanização das populações amazônicas. Bem antes da chegada do século XXI, os amazônidas já estavam concentrados nas cidades.

Bertha Becker mostra-nos que, desde 2000, 70% da população da Região Norte estava vivendo em núcleos urbanos. Embora as condições de urbanização sejam precárias, Becker sustenta que elas reproduzem os valores dessa urbanização ao tornar a Amazônia uma “floresta urbanizada” (BECKER, 2005, p. 73.).

Essa população urbanizada exerceu pressão cada vez maior sobre o meio ambiente. A relação predatória dos humanos com a natureza e os projetos e políticas governamentais, executados sem avaliação dos impactos ambientais, contribuíram para o surgimento de novos problemas e conflitos socioambientais. “A formação de inúmeros núcleos urbanos [...] nos fez compreender que se tratava de um processo associado ao projeto nacional de rápida modernização da sociedade e do território sob o comando do Estado” (BECKER, 2006, p. 19).

A seguir, será analisada a relação entre esse último período de ocupação da região, com ênfase na presença dos militares do Exército Brasileiro, e a evolução da percepção dos problemas ambientais como questões globais, partindo dos anos 1970 e chegando até meados da primeira década do século XXI.

2 AS FFAA E A ASCENSÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL, DA DÉCADA DE 1970 ATÉ OS DIAS ATUAIS

Parte-se do seguinte pressuposto: as orientações que guiaram o pensamento da defesa nacional desde a década de 1970 estavam intimamente ligadas à geopolítica internacional e a fatores internos específicos. A hipótese a ser explorada é a de que a emergência da questão ambiental no cenário internacional foi internalizada no discurso da defesa nacional. Ao examinar essa hipótese, pretende-se contribuir para o entendimento do peso que a questão ambiental assumiu no pensamento e nas ações das FFAA, o que talvez as tenha levado a ocupar de maneira mais sistemática a região amazônica desde a década de 1970.

As décadas de 1970 e 1980

A emergência da questão ambiental não é recente e tem origens bem anteriores à década de 1970. Remontando apenas ao passado recente, merece referência o grupo reunido em torno do economista italiano Aurélio Peccei, que viria a ser conhecido como o Clube de Roma, o qual desde o final dos anos 1960 apontava problemas entre a disponibilidade de recursos naturais essenciais para o desenvolvimento e sua crescente demanda futura e a ideia de que o próprio

desenvolvimento tecnológico proveria as respostas para tais demandas. O hiato se estabelecia entre a industrialização acelerada e o crescimento populacional e o “escasseamento” dos recursos naturais e a degradação ambiental (CORAZZA, 2005). Com um olhar influenciado pelo viés científico da ecologia, eles alertavam para o modo como os impactos do crescimento demográfico e do consumo ampliado de recursos naturais influíam sobre a capacidade de suporte do ambiente natural, prevendo diversas crises e mesmo um colapso planetário.

Em 1972 foi publicado *The Limits to Growth*, coordenado por Dennis Meadows e colaboradores. Os autores apontavam que o crescimento contínuo do consumo, baseado no uso ampliado de recursos naturais, movido pelo aumento constante da população mundial, esgotaria as reservas de recursos naturais e poluiria o ambiente para além de sua capacidade de receber poluentes e resíduos. Propunham que a sociedade buscasse a estabilidade, ao invés do crescimento econômico. Para Bursztyn, esse documento é “uma proposta de moratória do crescimento econômico” (1995, p. 57). A ideia de estabilizar o crescimento ou de não crescer não agradou aos países do chamado Terceiro Mundo que, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em 1972, em Estocolmo (Suécia), levantaram a bandeira do **direito ao desenvolvimento**.

A preocupação do estado brasileiro com o meio ambiente, como foco novo e específico de regulação pública, ficou clara com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), em 1973. Ela nasceu dos compromissos que o país assumiu na Conferência de Estocolmo. Surgiu no momento em que se iniciava em, escala nacional e global, a institucionalização de práticas voltadas a garantir a qualidade ambiental.

O chamado “choque do petróleo”, iniciado em 1973, serviu de alerta aos estados nacionais para a importância de controlar e usar de forma racional os recursos energéticos e de definir estratégias visando reduzir a dependência de recursos naturais importados. Uma resposta brasileira à crise de fornecimento do petróleo foi a criação do Proálcool, em 1975, com o objetivo de atender a uma parte da demanda interna e externa de combustíveis automotivos. A temática dos recursos energéticos não renováveis, principalmente depois do chamado segundo choque do petróleo, em 1979, permeou o debate ambiental internacional, que chegou à década de 1980 sob a influência do medo do esgotamento e da destruição de importantes recursos naturais e da necessidade de regular e proteger esses recursos. É nesse momento que a Amazônia começa a aparecer perante a opinião pública nacional e internacional com imagens variadas, mas todas de colorido ambiental – “pulmão do mundo”, repositório de biodiversidade, grande reserva de

água, sede de enormes florestas tropicais e de outros recursos naturais, merecedora de proteção e preservação. São deste período declarações que apontavam para a necessidade de ingerência internacional sobre a região. Um exemplo amplamente citado por autores civis e militares brasileiros foi o trecho de um discurso do presidente francês François Mitterrand, em 1989: “O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia” (BENATTI, 2007, p. 27).

O termo “direito de ingerência” tem as suas origens na assistência humanitária internacional e no atendimento aos direitos humanos (ALVES, 2002). Para alguns autores, o marco histórico do surgimento do direito de ingerência internacional é o fim da Guerra Fria. Entretanto, sob a capa humanitária da ingerência internacional, podem estar interesses não explícitos e novos contornos ambientais, desde que se percebeu o meio ambiente como um todo integrado (CERVO, 2002; TILIO NETO, 2003). Todavia, para os militares brasileiros, a faceta mais preocupante da ingerência proposta está na relativização da soberania nacional brasileira sobre a região amazônica (MARTINS FILHO, 2001). Essa perspectiva acendeu a luz vermelha para as esferas militares nacionais, como será argumentado a seguir.

Em 1987 foi publicado o documento *Our Common Future* (ONU, 1987), um relatório contendo as conclusões da Comissão Brundtland. Ele serviria de base aos debates na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (também conhecida como Rio-92 ou Eco-92), realizada em 1992. Nesse documento, emerge o conceito de desenvolvimento sustentável, que ainda se limitava à noção de que as relações entre os humanos e o meio ambiente deveriam ocorrer de forma a que se atendesse às necessidades das gerações atuais, sem comprometer o atendimento às necessidades das gerações futuras. Desde então, inúmeros autores debruçaram-se sobre o conceito, que hoje incorpora uma série de críticas e se constrói de forma mais ou menos complexa, variando de autor para autor. De uma maneira geral, o termo está associado ao denominador comum expresso por três ideias básicas: viabilidade econômica, justiça social e equilíbrio ecológico.

No cenário internacional das décadas de 1970 e 1980, vivia-se ainda sob a égide do mundo bipolar e da disputa entre o capitalismo e o comunismo como modelos político-sociais. A Guerra Fria entre EUA e URSS, travada desde 1946, arrastava consigo diversos atores. A tensão Leste-Oeste materializava-se em conflitos, como a Guerra do Vietnã (1965-1975). Todavia, desde a conferência de Bandung (Indonésia), em 1955, um grupo de 29 países denunciava a existência de outra tensão, a Norte-Sul, que opunha os países ricos do Norte aos países pobres do Sul. Em 1961, esses países acabaram compondo um bloco conhecido como

o Terceiro Mundo ou os não alinhados (HOBSBAWM, 1995). Embora o Brasil fizesse parte desse grupo, as orientações emanadas da esfera castrense colocavam o país no bloco dos países que percebiam o comunismo como o inimigo maior, o que diluiu uma postura de pertencimento do Brasil ao Sul. Essa postura ficou clara na expressão de um dos norteadores do pensamento do regime militar brasileiro, Golbery do Couto e Silva:

O Brasil é também uma nação que, pela sua origem cristã, valores democráticos e liberais que substanciam a cultura ainda em germe nesta fronteira em expansão, integra o Mundo do Ocidente, hoje, como nunca, ameaçado também pelo dinamismo imperialista e o imperialismo ideológico da civilização materialista que tem seu fulcro esteado no coração maciço da Eurásia. E nossa Geopolítica terá de ser, por conseguinte, uma Geopolítica consciente e decididamente partícipe da Geoestratégia defensiva da Civilização Ocidental, a cujo destino temos os nossos indissolivelmente ligados, quer o queiramos ou não (SILVA, 1981, p. 170).

Silva era claro quanto ao posicionamento que a nação brasileira deveria assumir com relação à Guerra Fria. O Brasil estava “indissolivelmente” ligado ao bloco dos países sob a influência direta dos EUA. Além do inimigo externo, materializado pela URSS e pelos outros países do Segundo Mundo (a esfera de influência soviética), havia os inimigos internos. Isto assumiu uma expressão mais explícita, segundo Borges (2003), na doutrina de segurança nacional – DSN:

Criada na época da guerra fria, nascida do antagonismo leste-oeste, **a Doutrina de Segurança Nacional [...] é a manifestação de uma ideologia que repousa sobre uma concepção de guerra permanente e total entre o comunismo e os países ocidentais. [...] a guerra é total, no sentido de que o antagonismo dominante se encontra, igualmente, nas fronteiras. Portanto, a agressão pode vir tanto do exterior (comunismo internacional) quanto do interior (inimigo interno) (BORGES, 2003, p. 24) (grifos nossos).**

Nesse momento ainda havia uma concentração regional dos efetivos das FFAA brasileiras que, historicamente, estavam voltadas para e instaladas no Cone Sul. A região cisplatina, palco do último conflito armado externo de que o Brasil participou maciçamente, a guerra contra o Paraguai (1864-1870), passou a perder importância estratégica com a ascensão da questão ambiental e o destaque que a Amazônia ganhou dentro dela. Durante a década de 1980, a Guerra das Malvinas, entre Argentina e Grã-Bretanha, descreditou perante os olhos das FFAA brasileiras a capacidade militar da Argentina, tida até então como principal oponente do Brasil no subcontinente sul-americano. Além do mais, uma série de acordos de cooperação em diversas áreas promoveu o estreitamento de laços entre os dois países. O Tratado de Assunção, assinado entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, em 1991, nasceu de uma série de conversações e tratados

menores, multi e bilaterais, assinados durante as décadas de 1970 e 1980. Ele é o mais emblemático, pois demonstra o grau de estreitamento de laços entre os países da região do Cone Sul para a criação de um mercado comum, o Mercosul. Com a fronteira sulina estabilizada, as atenções do Brasil voltam-se para a sua Região Norte que, até então, havia tido pouca importância nas estratégias militares e, por consequência, na alocação de bases, portos, aeroportos, efetivos e recursos militares.

A área que formaria a Amazônia Legal tinha, na década de 1950, um contingente militar fixo de apenas cerca de 1.000 pessoas; em 1989, crescera para cerca de 8.000; em 2007, chegou a cerca de 25.000, cifra inferior a 25% do efetivo total das FFAA. Embora crescente, esse contingente relativamente pequeno estava incumbido de defender mais de 60% do território nacional, cerca de 5,2 milhões km² (PERI, 2007).

Até 1976, a defesa da Amazônia Legal cabia a um Grupamento de Elementos de Fronteira, sediado em Manaus desde 1948. Devido a reestruturações do Exército, ele foi transferido para Belém, em 1957, e transferido de volta para Manaus, onde viria a se tornar, em 1969, o Comando Militar da Amazônia.

Até a década de 1990, havia apenas duas brigadas de infantaria do Exército sediadas na região. Os seus efetivos espalhavam-se por alguns municípios, onde existiam unidades menores, como batalhões e pelotões especiais de fronteira, subordinados às brigadas e ao Comando Militar da Amazônia (CMA). Do ponto de vista histórico, somente foram criadas grandes unidades militares na região da Amazônia Legal a partir de meados da década de 1970. A primeira, a 23^a Brigada de Infantaria de Selva, sediada em Marabá-PA, foi criada em 1976, na esteira da Guerrilha do Araguaia, combatida por tropas trazidas de outros estados (STUDART, 2006). Essa brigada tem a particularidade de ter sido assentada junto ao primeiro eixo rodoviário de integração da Amazônia Legal ao restante do país, a rodovia Belém-Brasília, e próxima a grandes investimentos governamentais de desenvolvimento, como o complexo de mineração de Carajás e a usina hidrelétrica de Tucuruí. Em 1980 foi criada a 17^a Brigada de Infantaria de Selva, sediada em Porto Velho-RO. O Estado de Rondônia faz fronteira com a Bolívia e é, ainda hoje, um dos eixos integradores da Região Norte, contando com rodovias que ligam Rio Branco-AC a Brasília-DF, passando por Cuiabá-MT (THÉRY, 2005).

A partir de 1985, o Brasil entrou numa fase de redemocratização, mas os militares mantiveram forte influência sobre diversas pastas do governo do presidente José Sarney (MARQUES, 2001). Com efeito, o Programa Calha Norte (PCN) foi idealizado durante os governos de Ernesto Geisel (1974-1979) e João Batista Figueiredo (1979-1985) e foi executado durante o governo Sarney. O PCN/1985 foi uma primeira tentativa governamental ampla de associar o papel

dos militares à proteção da Amazônia, como fica claro no seguinte trecho do discurso do presidente José Sarney na XLIV Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em 1989:

Duas grandes questões devem igualmente ser objeto da nossa preocupação prioritária: a proteção ambiental e o combate ao tráfico e uso de drogas. (...) Nossa política, nesse campo, é enérgica e profilática. Há quatro anos, com o “Programa Calha Norte do Amazonas”, ocupamos e fiscalizamos nossas extensas fronteiras para assistir às populações locais e impedir a entrada de traficantes perseguidos de outros países (COSTA, 1995, p. 500).

Entre 1985 e 1999, o PCN foi responsável pela construção de quartéis de brigadas (2), pelotões de fronteira (8), aeródromos (20), trechos de rodovias (BR-307 e BR-156), hospitais (2), centros de saúde em terras indígenas (15), poços artesianos, escolas e salas de aula, e pelo apoio à demarcação de terras indígenas (36). Durante os governos Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, essas ações continuaram e o orçamento do PCN foi incluído no Plano Plurianual (PPA) de 2000-2003 do governo federal. Em 2004, sua área de atuação abrangia 2.186.252 km² da Amazônia Legal (SILVA, 2007; SILVA, 2008). O PCN seguiu investindo na construção e manutenção de infraestrutura civil e militar, dando ao Ministério da Defesa uma visibilidade maior junto às populações locais, “já que a construção de infraestrutura é sempre valorizada” (SILVA, 2007, p. 62). Atualmente, o PCN segue como um dos principais programas do Ministério da Defesa para a Região Norte, com duas linhas de ação: soberania e desenvolvimento.

3 A DÉCADA DE 1990 E OS PRIMEIROS ANOS DO SÉCULO XXI

Em 1992, o Brasil foi sede da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. O evento foi palco de um consenso em torno do conceito de desenvolvimento sustentável, incorporado de inúmeras formas ao discurso de governos, pensadores e organizações, muitas vezes sem a devida crítica ou o conhecimento de suas reais dimensões. O ano de 1992 foi marcado por uma série de eventos na área ambiental no Brasil. O Ministério do Meio Ambiente, que antes era apenas uma secretaria ligada à Presidência da República, retomou, durante o governo Itamar Franco, o status de ministério. No encontro foram lançadas a Agenda 21, a Convenção da Diversidade Biológica e a Convenção de Mudanças Climáticas. Ficou evidente o alerta para a necessidade de se criar modelos de desenvolvimento e estimular mudanças de comportamento que garantissem a preservação do planeta e o papel importante que o Brasil poderia

assumir nesse novo contexto, inclusive pelo fato de ter soberania sobre a maior parte da ambientalmente valorizada Amazônia.

No Brasil, ganhou maior vulto o esforço no sentido de reverter as críticas feitas desde a década anterior à degradação ambiental, em especial na Amazônia. Entre 1990 e 1991 foi instalado o sistema SIVAM/SIPAM, foi dado novo alento ao Projeto Calha Norte e foi retomada a transferência de grandes unidades militares para a Amazônia. A 1ª Brigada de Infantaria de Selva foi transferida de Petrópolis-RJ para Boa Vista-RR, em 1991. A transferência da 16ª Brigada de Infantaria de Selva, de Santo Ângelo-RS para Tefé-AM, em 1993, deixou ainda mais clara a mudança da prioridade da defesa nacional, do Cone Sul para a Região Norte.

Em 1995, no início do governo Fernando Henrique Cardoso, é lançado o documento intitulado Política de Defesa Nacional – 1996 (MINISTÉRIO DA DEFESA, 1996). Ele indicava as prioridades e as diretrizes a serem seguidas pelas FFAA. Esse documento foi a base sobre a qual se formulou o atual documento da defesa nacional, a Política de Defesa Nacional-2006, que será analisado de forma mais detalhada a seguir. De forma geral, durante toda a década de 1990 houve uma retração da participação das organizações militares no orçamento nacional. Em finais da década de 1980, ela atingia mais de 2% do PIB, mas caiu para 1,2% em 1991 e 1992. Um breve aumento ocorreu no final da década. Na entrada do novo milênio, em 2001, o orçamento voltou ao patamar de 2%, caindo novamente nos anos seguintes. A retração do orçamento da defesa foi um dos fatores que contribuiu para paralisar as transferências de outras grandes unidades para a Amazônia (PESCE, 2006). Todavia, mais de dez anos depois, com o governo Lula, o processo de adensamento da presença dos militares na região se revigorou. Em 2004, a 2ª Brigada de Infantaria de Selva foi transferida do Rio de Janeiro para São Gabriel da Cachoeira-AM. (BRASIL, 2004.). Os seus 3º e 5º Batalhões de Infantaria deverão ser instalados, até 2010, em Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos, e devem ser criados novos Pelotões Especiais de Fronteiras.

Assim, em 2004 o Exército Brasileiro passou a contar com um efetivo de aproximadamente 22 mil homens na Amazônia Legal. Somados aos efetivos das outras duas forças armadas (Marinha e Aeronáutica), o CMA totaliza aproximadamente 28 mil homens, 3,5 vezes mais do que nos anos 1980. Nesse mesmo período, a população da Amazônia Legal cresceu apenas na proporção de 1 para 1,5, atestando um crescimento mais do que proporcional ao dos contingentes militares.

Seria a ascensão da questão ambiental o pano de fundo para esse adensamento da presença militar na região? Depois da Primeira Guerra do Golfo, alguns membros das FFAA já estavam sensíveis ao peso da questão ambiental

nas mudanças geopolíticas internacionais. O medo de uma intervenção militar estrangeira na Amazônia estava em parte associado à questão ambiental, como mostra a posição assumida pelo vice-almirante Armando Amorim Ferreira Vidigal:

Os princípios básicos que regeram as relações internacionais até a Guerra do Golfo – não-intervenção e autodeterminação [grifado no original] – são, no mundo atual, ignorados pelas grandes potências que pregam a intervenção, sempre que, na sua exclusiva avaliação, há risco para a democracia, violação grave dos direitos humanos, possibilidades de tragédia ecológica [grifos nossos], ameaça à paz, ou qualquer outra nobre razão que os idealistas de plantão saberão achar no momento oportuno (VIDIGAL apud MARTINS FILHO, 2001, p. 262).

A Primeira Guerra do Golfo deixava claro, para parte dos pensadores castrenses, que algo havia mudado na ordem internacional e que a questão ambiental deveria ser levada em conta para não se tornar um pretexto para uma intervenção estrangeira.

Autores como Brand e Görg apontam que a questão da ingerência dos países desenvolvidos nos recursos naturais dos países não desenvolvidos gira em torno, não de uma preocupação sobre o meio ambiente em si, mas sim sobre quem pode usar tais recursos (BRAND; GÖRG, 2003). O paralelo entre as perspectivas de Brand e Görg e a visão do vice-almirante Vidigal deixa evidente que a preocupação real dos militares brasileiros não é com o meio ambiente em si, mas sim com o acesso aos recursos naturais e ao poder de decisão sobre eles. Para os militares brasileiros, o tema passava a ser “[...] defesa da soberania nacional, diante de um mundo onde velhos princípios da política internacional eram abandonados e no qual o realismo das grandes potências aparecia disfarçado de idealismo universalista” (MARTINS FILHO, 2001, p. 262).

Vale examinar um dos documentos norteadores das ações dos militares na Amazônia. A mencionada *Política de Defesa Nacional de 2006* versa sobre o papel prioritário da defesa da região amazônica, pelo fato de se tratar de uma importante fonte de recursos/riquezas naturais, conforme fica evidente em dois de seus itens:

4.3 O planejamento da defesa inclui todas as regiões e, em particular, as áreas vitais onde se encontra maior concentração de poder político e econômico. Complementarmente, prioriza a Amazônia e o Atlântico Sul pela riqueza de recursos e vulnerabilidade de acesso pelas fronteiras terrestres e marítimas.

4.4 A Amazônia brasileira, com seu grande potencial de riquezas minerais e de biodiversidade, é foco da atenção internacional. (...) O adensamento da presença do Estado, e em particular das Forças Armadas, ao longo das nossas fronteiras, é condição necessária para conquista dos objetivos de estabilização e desenvolvimento integrado da Amazônia (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2006) (grifos nossos).

A PDN-2006 assume de forma veemente o discurso ambientalista como razão estratégica e de segurança nacional, paralelamente à não menos relevante referência ao desenvolvimento. Convém, entretanto, voltar a um ponto anterior da referida política:

1.6. A implementação de uma política de defesa sustentável, voltada para a paulatina modernização da capacidade de auto-proteção, depende da construção de um modelo de desenvolvimento que fortaleça a democracia, reduza as desigualdades sociais e os desequilíbrios regionais e compatibilize as prioridades nos campos político, social, econômico e militar, com as necessidades de defesa e de ação diplomática (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2006) (grifos nossos).

O documento da PDN-2006 reporta-se, portanto, a dois pilares do conceito de desenvolvimento sustentável, nos moldes estabelecidos no Relatório Brundtland, de 1987. Contudo, omite o eixo “ecologicamente correto”. O argumento ambiental serve de pano de fundo para justificar o aumento da presença militar, como fica claro no trecho a seguir:

Ela [a estratégia do Programa Calha Norte] é baseada principalmente na implantação e ampliação de unidades militares da Marinha, do Exército e da Força Aérea, como também no apoio aos pólos irradiadores do desenvolvimento social sustentável e ambientalmente correto na região amazônica (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2006) (grifos nossos).

O discurso do PCN em 2009 é bem claro e está recheado de outros exemplos. Mas, fica a incômoda pergunta: o que seria, na prática, uma “defesa sustentável”? No Brasil, as FFAA adotam políticas de gestão ambiental específicas a cada uma delas. A Marinha do Brasil segue a norma ISO 14001 para a gestão ambiental da Armada. Ela tem, inclusive, funções de órgão da fiscalização do meio ambiente aquático (Lei Complementar 117/2004 e Lei nº. 9966/2000; e art. 91 § 1º da Constituição Brasileira-1988). O Exército Brasileiro publicou, em 2001, duas portarias relevantes, com os seguintes títulos: “Política de Gestão Ambiental do EB” (Portaria nº. 570, 18 de julho de 2001) e “Diretriz Estratégica de Gestão Ambiental do EB” (Portaria nº. 571, 18 de julho de 2001). Esses documentos demonstram a preocupação com a adequação a normas e à legislação ambiental. Eles responderam ao crescimento da importância da questão ambiental no cenário internacional, como podemos ler no tópico “Premissas Básicas”, da mencionada Portaria nº. 571:

A gestão ambiental assume importância cada vez maior no cenário mundial, tornando imprescindível, portanto, o zelo e diretrizes vigentes, quando da realização de atividades e empreendimentos militares, principalmente dos passíveis de causar degradação ao meio ambiente (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2001) (grifos nossos).

A relação explícita argumentada entre o “cenário mundial” e o fato de que o Exército deve ter como “imprescindível o zelo pela fiel observância de toda a legislação ambiental” evidencia a importância que a questão ambiental assumiu para o EB no início do século atual. Essa preocupação foi mantida por meio da Portaria nº. 386, de 29 de junho de 2008, que aprovou o sistema de gestão ambiental do EB. Posteriormente, uma nova portaria (nº. 1.138, de 22 de novembro de 2010) aprovou a Política de Gestão Ambiental do Exército em vigor. Um *link* na página oficial do Exército na Internet disponibiliza documentos, palestras e dados sobre as ações ligadas ao meio ambiente em todo o território nacional.

4 A DISTRIBUIÇÃO DAS GRANDES UNIDADES DO EXÉRCITO NA AMAZÔNIA

Nas décadas de 1970 e 1980, os grandes projetos governamentais de integração da região e o medo de movimentos comunistas e de opositores internos ao regime podem ter influenciado a criação das Brigadas de Marabá e Porto Velho. Coincidentemente ou não, elas estão situadas dentro do que hoje é chamado de “arco do desmatamento”, uma vasta parcela da Amazônia cujos novos polos de colonização exercem pressão sobre a floresta, causando desmatamentos e queimadas, em ligação com a pecuária extensiva, a agricultura e a extração de madeira (MACHADO, 2009). Após os anos 1980, e principalmente nos anos 1990, as mudanças na geopolítica internacional e o fato de a região amazônica ter ganhado visibilidade no debate ambiental colocaram a região Norte em destaque no pensamento estratégico militar brasileiro (MARQUES, 2001). Essa mudança traduziu-se no adensamento dos efetivos na região e na criação da PDN-1996, na qual a Amazônia aparece como área prioritária para a defesa nacional.

A transferência de duas brigadas, sediadas nas regiões Sul e Sudeste, para a Amazônia é emblemática do arrefecimento das tensões no Cone Sul e da emergência da região amazônica como foco de atuação das FFAA. As brigadas realocadas para Tefé (1993) e Boa Vista (1991) estão estrategicamente situadas. A primeira localiza-se sobre a interseção dos principais afluentes do Solimões, principal via de acesso fluvial ao interior do Brasil a partir dos países andinos, e está em contato direto com a fronteira colombiana, área de atuação do movimento guerrilheiro Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Vale lembrar que, em 26 de fevereiro de 1991, um ataque das FARC a um Pelotão de Fronteira do Exército Brasileiro, situado às margens do rio Traíra, no município de Tabatinga-AM, deixou três soldados brasileiros mortos e nove feridos, além de uma série

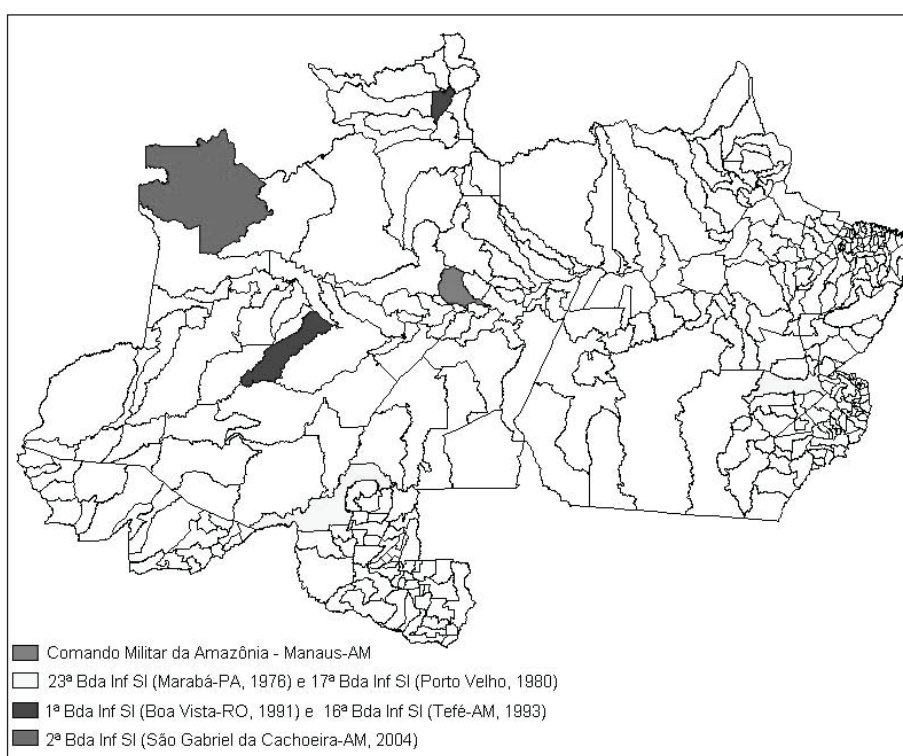
de armas roubadas, mostrando a fragilidade do Exército Brasileiro nas fronteiras mais ocidentais do país (ZAVERRUCHA, 2000). A 2ª Brigada, em Boa Vista, está voltada para a porta do país para os países ao largo do Caribe. Serve também de suporte logístico para os pelotões de fronteira que guardam o extremo norte do país, no arco que vai da “cabeça do cachorro”, no Amazonas, até Oiapoque, no Amapá. Ambas as unidades podem ser pensadas também como um claro reflexo do programa Calha Norte e das projeções feitas na última metade da década de 1980, quando o discurso de internacionalização da Amazônia havia sido levantado.

Em 2004, a instalação da 2ª Brigada de Infantaria de Selva em São Gabriel da Cachoeira aumentou e fortaleceu o contingente da região da “cabeça do cachorro”. Todavia, em um contexto diferente, pois já haviam se passado oito anos depois da publicação da PDN-1996, texto em que a Amazônia figura como área prioritária para a defesa do país. Concomitante à função de defesa, o Exército busca ocupar e desenvolver a região, objetivos que ficam claros ao lermos a missão do 5º Batalhão de Infantaria de Selva (componente da 2ª Bda de InfSl): “O objetivo maior da unidade é a ocupação, vivificação e desenvolvimento do vazio demográfico que caracteriza a região” (EXÉRCITO BRASILEIRO/5º BIS, 2011). Para isso, os militares empenham-se em ações, como: a construção e manutenção de obras de infraestrutura (rodovias BR-319 e BR-174), trabalho feito pelos batalhões de engenharia e construção; os atendimentos médico-odontológicos às populações ribeirinhas, feito em Ações Cívico-Sociais (ACISO); uma postura mais atuante em conjunto com outras entidades federais, como o IBAMA e a Polícia Federal, para coibir atividades ilícitas na região, a exemplo do garimpo, da extração ilegal de madeira, entre outras. Tal como o Exército, as outras Forças também possuem um largo histórico ligado à região. O papel da Aeronáutica remonta às suas origens em 1941, quando foi criada para atender à necessidade de enviar homens ao *front* italiano, mas, paralelamente, assumiu as funções do Correio Aéreo Nacional (CAN), com voos regulares para comunidades remotas da Amazônia, que o norte-americano John Hemming, entre outros, classificou como admiráveis (HEMMING, 2008). Ainda hoje as aeronaves da Força Aérea prestam apoio a comunidades isoladas e entidades governamentais por meio de transporte de pessoal, suprimentos e evacuações aeromédicas. De modo semelhante às ações de ACISO do Exército, a Marinha do Brasil desenvolve a Operação de Assistência Hospitalar às Populações Ribeirinhas (ASSHOP), que leva atendimento médico-odontológico às comunidades menos desenvolvidas, utilizando quatro Navios de Assistência Hospitalar (NAsH).

Espacialmente, o Comando Militar da Amazônia (CMA), sediado em Manaus, está no centro da região da Amazônia brasileira. As sedes das suas brigadas

estão distribuídas de forma a cobrir as principais vias de acesso ao país (fluviais e terrestres) e a fornecer apoio logístico rápido aos Pelotões Especiais de Fronteira (Mapa I). Anos depois, como demonstraram os documentos e as ações das esferas castrenses, a região amazônica manteve o seu destaque na PDN-2006, conforme atesta o crescimento dos efetivos ali sediados.

Mapa 1 – Municípios-sede das Brigadas de Infantaria de Selva do Exército na Amazônia (com datas de instalação) e sede do Comando Militar da Amazônia.



O ideal de ocupar e desenvolver a região não é novo. Durante os anos em que estiveram à frente do poder executivo (1964-1985), os militares desenvolveram vários projetos, tentaram desenvolver e vivificar a Região Norte, alguns com grandes passivos ambientais, como a represa da UHE de Balbina e a ocupação desordenada de áreas no Pará e Rondônia. Todavia, a região permanecia em segundo plano, se observada sob a ótica da presença efetiva de forças capazes de defendê-la. Somente com o aumento da preocupação com a preservação ambiental, em virtude do destaque global que ganhou a floresta amazônica, é que os militares passam a incrementar de modo sistemático seus efetivos na região.

Toda essa postura vem acompanhada, desde 2001, de uma normatização da gestão ambiental e, após 2010, de modo mais efetivo com a criação da Seção de Meio Ambiente (SMA), ligada à Diretoria de Patrimônio do Exército (D Patr). Envolvidas em ações que vão da educação ambiental no sistema de ensino do Exército até a recuperação de áreas degradadas devido ao uso para fins de treinamento, a Seção de Meio Ambiente do Exército busca enquadrar a instituição dentro da legislação ambiental vigente no país. Aos olhos desavisados, pode parecer demasiado tarde o surgimento de uma organização específica dentro do quadro da Força Terrestre tratando especificamente do meio ambiente; todavia sua presença pode ser notada na preocupação de altos oficiais do período anterior, sendo tardia apenas sua materialização em uma seção provida de efetivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste texto foi o de mostrar a existência de uma relação entre a ascensão da questão ambiental, o pensamento estratégico militar e o adensamento da presença dos militares, em especial do Exército Brasileiro, na região amazônica brasileira, desde a década de 1970 até meados da primeira década do século XXI. Como foi visto, nos anos 1970 e 1980, as grandes unidades militares instaladas na região seguiram os traçados dos eixos integradores ou se mantiveram próximas a grandes projetos de desenvolvimento, ajudando, em consonância com a ideologia predominante, a “integrar para não entregar”. As críticas ambientais internacionais ao Brasil apareciam fortemente nesse período. Na década de 1990, o governo e os militares do Exército Brasileiro deram respostas contundentes à ascensão da questão ambiental e da atenção internacional sobre a Amazônia, instalando duas grandes unidades militares na região. A edição do documento da Política de Defesa Nacional-1996, no qual a região figurava como área prioritária, dá publicidade oficial à postura militar no tocante à região. A importância da Amazônia foi reafirmada nos novos textos, o da Política de Defesa Nacional, publicado em 2006, e o da Estratégia de Defesa Nacional (2008). No âmbito da Força Aérea, os programas SIVAM/SIPAM, que geram informações usadas para a proteção ambiental e para o combate a atividades ilícitas de contrabando no espaço aéreo brasileiro, demonstram a preocupação com a defesa, aliada à questão ambiental (RODRIGUES, 2002).

Conclui-se que as diretrizes das FFAA foram sensíveis à ascensão das questões ambientais no cenário internacional, no final do século XX, e que a importância da região amazônica para o Brasil foi explicitada em documentos

públicos das FFAA, nos quais ela aparece como área prioritária. Entende-se que a criação e a transferência de grandes unidades militares do Exército Brasileiro para a Amazônia atenderam a uma antiga necessidade de ocupar e defender a região e suas riquezas.

Mesmo com o incremento do efetivo nas últimas décadas, proporcionalmente menos de 25% dos militares estão sediados na região amazônica, que cobre mais de 50% do território nacional em uma fronteira extensa e aparentemente permeável.

Todavia, alguns questionamentos são pertinentes. Se a Amazônia Legal representa mais de 60% do território nacional, por que não sedia nem 25% do contingente das FFAA? A maior presença das FFAA poderia contribuir para a defesa e mesmo para o desenvolvimento da região. O crescimento da presença militar na região e a ampliação das ações de caráter subsidiário contribuiriam para o bem-estar das populações menos favorecidas da região.

Os impactos que a ocupação pode trazer para a região, entretanto, ainda não são evidentes. É preciso avaliar se a presença das FFAA, em especial do EB, como vetor de ocupação e desenvolvimento, está funcionando. É preciso pensar, para além da defesa do território, a real participação das FFAA no desenvolvimento sustentável da região. Que indicadores socioambientais podem auxiliar a identificar e analisar as consequências da implantação de centenas de militares em localidades isoladas da floresta? Estas são algumas questões que merecem ser deixadas em aberto, de forma a provocar um debate sobre o papel dos diversos atores presentes no desenvolvimento da Amazônia, dentre os quais as FFAA.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. A. Lindgren. O contrário dos direitos humanos (explicitando Zizek). **Lua Nova**, São Paulo, n. 55-56, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/0D/ln/n55-56/a05n5556.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2009.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados: Dossiê Amazônia Brasileira**, São Paulo, n. 53, jan./abr. 2005.

BECKER, B. K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENATTI, J. H. Internacionalização da Amazônia e a questão ambiental: o direito das populações tradicionais e indígenas à terra. **Revista Amazônia Legal de estudos socio-jurídico-ambientais**, Cuiabá, v. 1, n. 1, p. 23-39, jan./jun. 2007.

Hemming, J. The Amazon: Land Without History. **Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America**, v. 6: Iss. 1, Article 18, 2008. Disponível em: <<http://digitalcommons.trinity.edu/tipiti/vol6/iss1/18>>

HOBSBBAWM, E. **A era dos extremos, o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MACHADO, L. de O. R. Desflorestamento na Amazônia brasileira: ação coletiva, governança e governabilidade em área de fronteira. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 115-147, jan./abr. 2009.

MARQUES, A. A. **Concepções de defesa nacional no Brasil: 1950-1996**. 2001. 153 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Departamento de Ciências Políticas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

MARTINS FILHO, J. R.; ZIRKER, D. Forças Armadas, Soberania Nacional e Defesa da Amazônia. **Estudos de História**, Franca, v. 8, n. 1, 2001.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Política de Defesa Nacional-1996**. Brasília, 1996.

PERI, Enzo Martins (Comandante do Exército). Palestra na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal. **Diário do Senado Federal – Suplemento**, Brasília: 2007, p. 726. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/HYPERLINK "http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/diarios/pdf/sf/2007/11/011"](http://www.senado.gov.br/HYPERLINK%20http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/diarios/pdf/sf/2007/11/011)> Acesso em: 01 out. 2009.

PESCE, E. Í. Forças Armadas e o Orçamento. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 126, n. 04/06, p.103-113, abr./jun. 2006.

RODRIGUES, T.M. S. A infundável guerra americana Brasil, EUA e o narcotráfico no continente. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 16, n. 2, abr./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v16n2/12116.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2009.

SILVA, A. B. **Geopolítica na fronteira norte do Brasil: o papel das Forças Armadas nas transformações sócio-espaciais do Estado de Roraima**. 2007. 187 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SILVA, G. do C. e. **Conjuntura política nacional: o poder executivo & geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

SILVA, M. I. C. Amazônia e política de defesa no Brasil após o regime militar: o papel do Programa Calha Norte e do SIVAM-SIPAM. In: VAZ, A. C.; SANTOS, H. E. A. dos; MOREIRA, F. K. (Orgs.). **Amazônia: discursos e realidades**. Boa Vista: Editora da UFPA, 2008, p. 127-152.

SOARES, T. **História da formação das fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

SOUZA, M. **Breve história da Amazônia**. Rio de Janeiro: Agir, 2001.

STUDART, H. **A lei da selva**. São Paulo: Geração Editorial, 2006.

THÉRY, Hervé. Situações da Amazônia no Brasil e no Continente. **Estudos Avançados (USP)**, São Paulo, v.19, n. 53, p. 37-49, 2005.

TILIO NETO, P. de. **Soberania e ingerência na Amazônia Brasileira**. 2003. 143 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

WEINSTEIN, B. **Manaus durante o ciclo da borracha (1875-1920)**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1998.

ZAVERUCHA, J. **Frágil democracia: Collor, Itamar, FHC e os militares (1990-1998)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.



A escrita da história de Marajó, em Dalcídio Jurandir

Power relations and mediation procedures in Marajó, availed by Dalcídio Jurandir

Willi Bolle – Professor de literatura da Universidade de São Paulo. Autor de *Fisiognomia da Metrópole Moderna* (1994; 3ª ed., em preparação), *grandesertão.br – O romance de formação do Brasil* (2004), e co-organizador, com Edna Castro e Marcel Vejmelka, de *Amazônia – região universal e teatro do mundo* (2010). E-mail: willibolle@yahoo.com.br

Resumo

Dentre as dez obras do Ciclo do Extremo Norte (1941-1978), de Dalcídio Jurandir, focalizamos aqui o romance *Marajó* (1947), por ser o que contém a maior diversidade de informações sobre a cultura cabocla. Esse romance semi documental é uma modalidade de escrita da história, ao mesmo tempo em que o seu componente ficcional, que inclui uma trama erótica, marca uma diferença. Na sociedade retratada são realçadas as relações de poder, que examinamos do lado dos senhores e do lado dos pobres, incluindo as formas de resistência destes. O episódio central da obra é um utópico projeto de melhoria social, empreendido pelo protagonista, o filho rebelde de um latifundiário. Com essa utopia social e a opção do romancista por essa figura de mediação entre ricos e pobres – no plano da ação narrada, como na tradução da cultura cabocla para o código do leitor culto – o romancista apresenta um tema que é relevante tanto para as ciências sociais quanto para os estudos literários e culturais.

Palavras-chave

Marajó. Dalcídio Jurandir. Cultura cabocla. Relações de poder. Utopia social. Procedimentos de mediação.

Abstract

Of the ten novels of Dalcídio Jurandir's Amazon Cycle (1941-1978), we focus on *Marajó* (1947), as it contains the greatest diversity of information on Caboclo culture. This semi-documentary novel is a kind of writing of history, but it also has fictional elements such as an erotic plot. In the description of local society relations of power, which are studied both from the side of the masters and the poor, including their forms of resistance, are emphasized. The central episode of the novel is a Utopian project of social improvement, undertaken by the protagonist, the rebellious son of a large landowner. With the social Utopia and the choice of the novelist of this character as a mediator between the rich and the poor, both in the plot and the "translation" of Caboclo culture to the code of the literate people, Jurandir proposes a subject which is important both for social sciences and literary and cultural studies.

Keywords

Marajó. Dalcídio Jurandir. Caboclo culture. Relations of power. Social Utopia. Techniques of mediation.

INTRODUÇÃO: O ROMANCE COMO FORMA DE PESQUISA

Uma obra fundamental para o conhecimento da Amazônia no século XX é o “Ciclo do Extremo Norte”, do escritor paraense Dalcídio Jurandir (1909-1979), que trata de Belém, Marajó e do Baixo Amazonas. Esse conjunto de dez romances, de quase 3.000 páginas, oferece uma apresentação da história e da cultura cotidianas dos habitantes da região, sobretudo das camadas mais baixas, que é exemplar em termos de abrangência e minuciosidade. Num enfoque crítico, o romancista mostra a continuidade de estruturas coloniais em pleno século XX. Em contrapartida, e essa é uma qualidade especial do seu projeto literário e político, ele concede um amplo espaço às falas das pessoas do povo, que assim se fazem presentes com a sua voz na esfera pública. Dessa forma, o escritor procura utilizar a literatura como um meio de resistência e de transformação histórica.

Do conjunto da obra do escritor, focalizaremos aqui o romance *Marajó*, que fornece um retrato da ilha homônima. Marajó, a maior ilha fluvial do mundo, situada em frente a Belém e disposta de múltiplos recursos naturais, firmou-se desde o século XVIII como “a dispensa da capital” do Pará (SPIX; MARTIUS, 1981, p. 24). Enquanto a metade sudoeste da ilha é coberta de florestas e utilizada sobretudo para a extração de madeira e a colheita de frutas silvestres, a metade nordeste é uma extensa área de pastagens e criação de gado. Os municípios de Ponta de Pedras (onde Dalcídio Jurandir nasceu) e Cachoeira do Arari (onde ele passou a maior parte de sua infância) são os cenários de seus primeiros três romances – *Chove nos campos de Cachoeira* (1941), *Marajó* (1947) e *Três casas e um rio* (1958) –, dos quais escolhemos aqui o segundo por várias razões.

Dentre os dez romances do Ciclo, *Marajó* é o que contém a maior diversidade de informações sobre a cultura dos caboclos.¹ Além de ser uma obra ficcional, é também a mais “documental” do autor, e com isso, um bom exemplo do romance como “forma de pesquisa e descoberta do país” (CANDIDO, 1981, II, p. 112). Com isso, *Marajó* aproxima-se bastante dos estudos historiográficos e sociais, o que é confirmado pelo interesse que essa obra tem despertado em historiadores e cientistas sociais. Pode até se dizer – e esta é a nossa hipótese de trabalho – que Dalcídio Jurandir se propôs nesse romance nada mais nada menos do que escrever uma história de Marajó. Procuraremos mostrar detalhadamente como ele constrói

¹ Com as referências aos municípios de Anajás e Santa Cruz (no centro), Chaves (no norte da ilha), Breves (no sudoeste), Muaná, Ponta de Pedras e Cachoeira do Arari (no sul e no sudeste) e Salvaterra e Soure (no leste) são representados nove dos (atuais) doze municípios de Marajó, de modo que o retrato fornecido nesse romance pode ser considerado como representativo da ilha inteira.

essa história em sua narrativa, com atenção também para as diferenças do gênero romance em relação à historiografia.

Em vez de apresentar a história do Marajó de modo cronológico, conceitual e sistemático, como uma pesquisa historiográfica, o romance evoca os fatos mais significativos através da ordem casual de lembranças espontâneas, que são inseridas na narrativa em forma de fragmentos. Assim, temos algumas referências aos primeiros colonizadores do arquipélago, nos séculos XVII e início do XVIII: os padres jesuítas, que instalaram engenhos e fazendas de gado, onde usavam como escravos os índios que eles caçavam e os negros trazidos da África. Há também informações sobre a segunda fase da colonização, a partir de meados do século XVIII, quando os jesuítas foram expulsos pelo governo português e substituídos por latifundiários leigos, os quais, apesar do movimento da Cabanagem (1835-1840), que foi derrotado, e da Abolição (1888), continuavam o seu domínio sobre a ilha, com estruturas coloniais, que eles mantiveram até o início do século XX.

Esse *background* histórico permite ao leitor situar-se melhor na época em que se passa o romance: entre 1915 e 1920, um tempo marcado pelo colapso da borracha e o declínio da economia, com algumas tentativas de reestruturação. Na ilha do Marajó houve então uma escassez de empregos e um descontentamento da população com as condições de trabalho. Resultou daí, como fenômeno histórico mais significativo daquele período, o êxodo da mão de obra. Através do olhar de um dos personagens é apresentado “o povo esvaziando Ponta de Pedras, em lenta e triste migração” (MAR, p. 68).² A preocupação geral é: quais são nessa situação as oportunidades de emprego? “Trabalho mais não havia”, por isso “os homens iam para Abaeté, Tocantins, para os garimpos, escolhiam as olarias, serrarias, a pesca na Contra-Costa, a vida dos barcos, partiam para as Ilhas” (ibid.). O destino principal dos migrantes é a grande cidade da região: “Em Belém, era o apito das fábricas chamando pessoal de todas as vilas abandonadas do interior” (ibid.). O tema da migração está presente no ciclo inteiro de Dalcídio Jurandir, sendo que a metade de seus romances tem como cenário a periferia de Belém. Em *Marajó*, o autor se detém na descrição das condições de trabalho dos que permanecem na ilha.

Em sua apresentação da sociedade marajoara, Dalcídio Jurandir realça a polarização entre ricos e pobres, isto é, as relações de poder entre os proprietários, latifundiários e comerciantes – os “brancos”, que lidam com bens e dinheiro e ocupam os cargos públicos – e, por outro lado, os caboclos, que são os comandados, a mão-de-obra, os trabalhadores braçais. Uma classe média praticamente não existe (cf. FURTADO, 2007, p. 116). O romance *Marajó* apresenta os processos econômicos, políticos e sociais na perspectiva micro-histórica de uma família,

² A abreviatura MAR refere-se daqui em diante ao romance *Marajó*, 4. ed. (2008).

no caso, a família do latifundiário Coronel Coutinho, com destaque especial para o seu filho, Missunga. No relacionamento do Coronel com o seu entorno social encontram-se resumidas todas as estruturas do sistema colonial, inclusive fragmentos sobre as fases anteriores da colonização.

Para que o leitor possa acompanhar melhor esta análise do romance *Marajó* (de 53 capítulos e 431 páginas: MAR, p. 31-461), é útil começar por um resumo da trama. Podemos distinguir sete fases.

1. (capítulos 1-3) No início é apresentado o retrato do Coronel Coutinho, com sua família, suas propriedades e seu poder: ele “sabia dominar os sítios e a vila de Ponta de Pedras, os lagos e as fazendas de Cachoeira”. Sua esposa, d. Branca, também de uma família de fazendeiros, morreu, e o Coronel desde então, convive com uma outra mulher, a jovem d. Ermelinda. No limiar da velhice, ele quer aposentar-se na sua casa de campo em Paricatuba (em frente da vila de Ponta de Pedras, do outro lado do rio Marajó-açu), desejando que Missunga, seu único filho, assumira os negócios. Este, porém, se mostra rebelde com relação ao pai: não concluiu seus estudos em Belém e no Rio de Janeiro, mas entregou-se às farras; “o mal da fartura” o fez voltar para a ilha, onde passara a infância. Aqui ele leva uma vida de ocioso, passando o tempo caçando e interessando-se por várias moças caboclas, notadamente Alaíde, Guíta e Ormindá.

2. (capítulos 4-7) Com Missunga como observador participante, e a partir de pontos de encontro como a loja do seu pai, a do comerciante Calilo, a rua, a igreja e alguns barracos de pobres, esboçam-se *tableaux* sociológicos e antropológicos da população da vila (cf. MARIN, 2006a): antigas escravas, que em sua juventude tiveram relações sexuais e filhos com o Coronel; pequenos sitianteiros, que se endividaram e com isso acabam perdendo suas terras; homens e mulheres que ganham a vida com fornecimentos de lenha e açaí; rezadores, que procuram consolo na religião; e muitos desempregados que abandonam a ilha, para procurar emprego em Belém.

3. (capítulos 8-27) O episódio central do romance é um projeto de colonização idealizado por Missunga durante suas andanças, observações e aventuras eróticas, uma plantação à qual ele dá o nome de Felicidade. Essa colônia agrária, que ele funda em terras que foram desapropriadas pelo seu pai, deverá servir para o bem da população. De toda parte afluem os desempregados e os famintos com suas famílias. Ora, esse empreendimento é improvisado por Missunga de maneira leviana, faltam todas as estruturas básicas: uma boa administração, ferramentas, sementes, um serviço de saúde e, sobretudo, um real diálogo com os trabalhadores e um interesse verdadeiro por suas necessidades. Missunga deixa simplesmente acontecerem as coisas que ele iniciou, e passa o tempo na rede com

Alaíde (ela, sim, se engaja no trabalho social) e em aventuras eróticas paralelas e escondidas com Guíta. Quando fica sabendo que Alaíde está esperando um filho dele, ele a obriga a fazer o aborto. Nessas circunstâncias, o projeto Felicidade acaba fracassando e termina com a expulsão dos trabalhadores.

4. (capítulos 28-36) Segue-se uma viagem de Missunga com o seu pai até as fazendas deste ao longo do rio Arari, entre a vila de Cachoeira e o lago Arari. As observações feitas nesses lugares constituem um contraponto realista à pseudo-utopia Felicidade. O Coronel Coutinho e o seu primo, o capitão Guilherme, são retratados como latifundiários exploradores. O administrador das fazendas do Coronel é o severo Manuel Raimundo, que extrai dos vaqueiros o máximo de trabalho, ao mesmo tempo em que força a redução dos custos. Da mesma maneira age o capitão Guilherme, que deixa seus vaqueiros passarem fome. Ambos os latifundiários são também, juntamente com um comerciante, os donos dos rios e lagos, proibindo os moradores de pescar para o seu próprio sustento, obrigando-os a comprar sua comida na loja, mantendo-os, assim, num sistema de dívidas. Essa descrição das condições econômicas e de dominação é complementada por observações da vida cotidiana dos vaqueiros e dos pescadores, de seus costumes e de suas festas, incluindo as práticas de uma pajé e as *obulas* ou canções críticas do vaqueiro Ramiro, que vive um breve romance com a bela Orminda.

5. (capítulos 37-45). Na volta de Missunga para Ponta de Pedras focaliza-se a sua relação com Guíta e com Alaíde. Na ida, ele participara ao pai o seu plano de escolher Guíta como a sua companheira, o que o Coronel desaprovou, por ela não ser da mesma condição social. A questão se resolve de maneira trágica, pois Guíta sofre um acidente fatal. Missunga empreende, então, uma viagem de barco ao longo da costa leste da ilha com Alaíde – usando-a como consolo pela perda da outra. Temporariamente, retiram-se para um barraco. O Coronel vai atrás do filho, intimando-o a voltar, com a ameaça de o deserdar.

6. (capítulos 46 e 47). A notícia da morte do Coronel provoca no seu filho uma mudança radical. O seu “único sentimento real” passa a ser o da posse da herança. Ao mesmo tempo, ele liquida com todos as suas demais emoções e começa a dedicar-se à administração de seus bens, secundado pelo administrador Manuel Raimundo. Ele muda, inclusive, de nome, chamando-se agora “Dr. Manuel Coutinho”. A entrada na posse, a administração de seus bens e o tratamento dos seus empregados equivalem à manutenção das velhas estruturas.

7. (capítulos 48-53). Os últimos capítulos do romance convergem para um retrato da vila de Ponta de Pedras, que é cada vez mais abandonada pelos seus habitantes, e de onde se retirou também Manuel Coutinho, que se mudou para Belém e Rio de Janeiro. Descreve-se a situação difícil dos que ficam e as

suas tentativas de encontrar uma saída: o desempregado, que perdera o seu sítio, afunda na miséria total; o vaqueiro andante sobrevive graças às suas canções, a trabalhos temporários e pequenos furtos; quanto à Alaíde, em vez de resignar-se como a maioria das caboclas, ela resolve migrar para Belém em busca de trabalho.

Na trama desse romance em forma de micro-história, estão contidos vários elementos que permitem situá-lo no contexto da história colonial. Assim, por exemplo, através da rememoração de d. Branca, a falecida esposa do Coronel Coutinho, são evocados elementos do ciclo da cana de açúcar, que foi importante no período inicial da colonização. “Para fazer o gosto da senhora” – d. Branca era filha de dono de engenho – o Coronel tinha instalado, durante os primeiros anos de seu casamento, um engenho, que ele fechou depois. D. Branca procura rememorar esse passado com visitas às “ruínas de engenhos que os frades coloniais deixaram”, em Santana, Araquicaú e no Alto Arari (MAR, p. 54). Outro exemplo é a extensão das terras que pertencem ao Coronel. Na visita de Missunga aos “campos do seu pai”, ele vai conhecendo “a grande propriedade ao longo da ilha [...], Chaves, Anajás, Soure, Cachoeira” (p. 274). Como esses são os municípios que constituem a área principal de criação de gado, o Coronel, na qualidade de “maior fazendeiro do Arari” (p. 302), é dono de parte considerável da ilha. Quando o herdeiro vai fazer o inventário dos domínios do seu pai no rio Arari, é um percurso de “duas horas e pico de lancha. Mundão” (p. 398). Temos aqui, sem dúvida, o uso amplificador da ficção literária; mas uma vez que o romancista quer mostrar a continuidade das estruturas coloniais, vale lembrar que no início da colonização as fazendas do Marajó estavam nas mãos de apenas quatro grandes proprietários (cf. MIRANDA NETO, 2005, p. 178). Um terceiro exemplo é a dimensão histórica da exploração da mão-de-obra, sobre a qual informam alguns fragmentos inseridos ao longo da narrativa, que falam da caça aos índios, do tratamento dos escravos e dos cabanos – três temas controversos, conforme o ponto de vista de quem narra a história. Enquanto o piloto Pedro Mala Real critica a crueldade dos frades colonizadores – que “amarravam os escravos [...] no tronco espinhento do tucumãzeiro e caçavam índio como se caça onça” –, além de defender a revolta dos cabanos (MAR, p. 367), o Coronel Coutinho realça os feitos gloriosos do seu avô, “português da gema”, que veio “com a tradição do Rei e da Corte” e “domou índios”, além de “lut[ar] com os cabanos, essa página negra da história paraense” (p. 186). Finalmente, o que evidencia a continuidade das estruturas coloniais até o tempo presente, é a relação entre as gerações, concretamente, entre o Coronel e o seu filho. Embora Missunga, num primeiro momento, se apresente como crítico do pai e idealizador de um projeto que parece superar as velhas estruturas, o conjunto de sua trajetória, sobretudo o seu comportamento como herdeiro das

propriedades do pai, juntamente com a adoção simbólica do seu nome de família, deixa claro que “nada vai mudar” (p. 397).

O que diferencia essencialmente o gênero romance de uma pesquisa historiográfica? Além da liberdade da invenção ficcional, um distintivo são os componentes sentimentais, inclusive eróticos. Este é também o caso de *Marajó*, onde o romance de Missunga com as caboclas Alaíde e Guíta é um dos dois eixos da narração, com um início, um auge, um declínio e um encerramento definitivo. Paralelamente a essa trama erótico-sentimental é montado um segundo eixo da ação: a trajetória de Missunga como ator de uma história econômica e social. Ela começa com o seu interesse pela vida cotidiana dos caboclos e atinge o ápice no projeto da colônia agrária Felicidade. Depois do fracasso dessa utopia, passa para o primeiro plano o contato do protagonista com a realidade prosaica das fazendas. Num primeiro momento, ele é um observador crítico da exploração dos trabalhadores que ali impera; num segundo momento, como herdeiro do pai e dono do poder, ele passa a ser o principal responsável por esse estado das coisas. Portanto, a relação entre os dois eixos da narrativa é móvel: na primeira metade da história, as peripécias erótico-sentimentais atenuam a polarização entre ricos e pobres; já na segunda metade, elas sofrem o impacto dos comportamentos regidos pelos interesses do poder e se apagam.

O modo como o romancista utiliza o personagem Missunga como guia para introduzir o leitor ao universo da cultura cabocla, fazendo-o conhecer as diversas facetas do convívio e do conflito entre os donos do poder e os oprimidos, nos leva ao outro elemento diferenciador do gênero romance em comparação com uma pesquisa historiográfica. Trata-se da arte de narrar, centrada na figura do narrador, que faz a mediação entre o mundo representado e o leitor. Em todas as sociedades a literatura desempenha, além da autorreflexão, uma função de comunicação, de socialização e de mediação entre os diferentes segmentos sociais. Essa função mediadora constitui um desafio especial na sociedade brasileira, com seus fortes antagonismos entre pobres e ricos, diante do pano de fundo histórico da escravidão, como o expressa emblematicamente o título da obra de Gilberto Freyre *Casa Grande & Senzala* (1933). Nesse contexto, os romances de Dalcídio Jurandir contêm muitos elementos relevantes para se estudar a questão da mediação social: tanto no nível da ação narrada (com os conflitos entre dominadores e dominados, entre ricos e pobres), quanto no nível da transposição literária da cultura iletrada dos caboclos para o código do leitor culto. Nas obras do Ciclo do Extremo Norte, a tarefa da mediação é repartida entre um narrador externo à ação e um protagonista, que é um *go-between* entre as classes. Em nove dos dez romances, esse protagonista mediador é o adolescente Alfredo. Somente no romance *Marajó*,

o autor optou como figura mediadora pelo filho rebelde de um latifundiário. O estudo das questões que se colocam com essa opção é instrutivo, tanto para o conhecimento dessa obra específica, quanto para a literatura brasileira em geral. Veremos, ao longo desta análise, que *Marajó* não é apenas um experimento, mas também um caso exemplar em termos de mediação.

A questão da mediação literária entre as diferentes classes sociais é complexa, tanto quanto a das relações de poder, e o que ainda aumenta essa complexidade é o fato de ambas serem profundamente imbricadas. Por isso, vamos por partes.

Durante uma oficina de leitura dramática com o romance *Marajó*, que realizamos em 2007 em Ponta de Pedras, com professores e estudantes, estes manifestaram a sua dificuldade de entendimento do texto. Como causa principal da dificuldade foi apontada a frequente mudança do foco narrativo. Muitas vezes, o leitor fica sem saber de quem é a fala: se do narrador ou de um personagem, e também, de qual dos personagens. Acrescenta-se a isso a mescla de observações do lado de fora com mergulhos no fluxo de consciência dos personagens. Essas constatações dos participantes da oficina (cf. BOLLE, 2008) valem também com um indício da tentativa de Dalcídio Jurandir de apropriar-se do olhar dos diferentes atores sociais, que se repartem em dois grupos antagônicos: os donos do poder e os pobres.

A divisão deste ensaio em três partes (além desta Introdução) é de ordem didática. As duas partes que tratam das relações de poder envolvem sempre os dois lados ao mesmo tempo, não importa se a perspectiva é a dos senhores, ou a dos dominados. As atitudes e ações de cada uma dessas duas classes sociais implicam sempre também o antagonista. Quando tratamos dos donos do poder, não tomamos com isso o partido deles, mas procuramos descrever de quem são as falas e as opiniões manifestadas: se de um determinado personagem, do narrador dalcidiano ou do seu protagonista mediador. Além de procedimentos de desmontagem crítica, observaremos tons de denúncia e de ironia, que costumam ser formas de resistência à visão dominante da história. E quando focalizamos o lado dos pobres, importa estar atento sobretudo ao modo como a história deles é narrada pelo romancista. O que pode parecer apenas um relato de derrotas, é também uma história de lutas contra a ordem dominante, e o próprio fato de o autor dar voz aos vencidos não deixa de ser uma forma de resistência e uma vontade de mudar a escrita da história.

O fato de acoplarmos o estudo das relações de poder (nas partes I e II) ao dos procedimentos de mediação (na parte III) tem uma razão metodológica. Procuramos, com isso, superar a dicotomia entre as interpretações sociológicas, antropológicas, etnográficas e históricas, de um lado, e do outro lado, as análises

literárias ou narratológicas. Uma tal divisão do romance de Dalcídio Jurandir em aspectos conteudísticos e aspectos formais representaria uma redução do valor cognitivo de sua obra em termos de escrita da história. Como bem observou Walter Benjamin, não existe, a rigor, uma “história literária” independente; o que existe, sim, é a literatura como parte da história geral.³ É esse tipo de elo entre a história narrada no romance e a realidade econômica e social fora dele, que faz com que a experiência protagonizada por Missunga se revista de um interesse mais geral. Notadamente o seu projeto social, a utopia ou pseudoutopia da plantação Felicidade – que, num primeiro momento, parece superar as velhas estruturas coloniais – tem valor paradigmático. Vários elementos daquela experiência podem ser transpostos para a Amazônia do início deste século XXI, ajudando a pensar projetos de modernização atualmente em curso, onde se colocam problemas de comunicação entre caboclos e profissionais vindos de fora; a questão da cidadania e dos sujeitos da história; antigas e novas estratégias de dominação e de resistência, com a das comunidades de quilombolas; e, não por último, a ideia de uma história de Marajó contada pelos caboclos, o que é sugerido em vários momentos da obra de Dalcídio Jurandir. A proposta deste ensaio é descrever as diversas características de sua escrita da história, inclusive as lições que o leitor pode tirar das ilusões e dos fracassos do protagonista.

1 AS RELAÇÕES DE PODER - I: O LADO DOS SENHORES

A apresentação da esfera dos senhores, ou melhor, dos “donos de gado e gente” (aqui cabe bem a formulação de Geraldo Vandré) é centrada no personagem do Coronel Coutinho. Seu retrato não pretende ser um estudo psicológico diferenciado de um indivíduo, mas é a descrição de um tipo social, o latifundiário explorador, que representa uma estrutura: daí, inclusive, alguns traços estereotipados, como é próprio dos romances de crítica social. A base do poder do Coronel é o seu patrimônio:

Quarenta mil reses [...], búfalos, a melhor cavalaria de Marajó, terras, barcos, lojas, lanchas, depósitos nos bancos, servos, cartórios [...] e contas a receber (MAR, p. 395).

Como bem resumiu Guerra (2004, cf. p. 70), o poder do Coronel baseia-se em quatro atributos: a posse de terras extensas, grandes rebanhos de gado,

³ Cf. W. BENJAMIN, 2006, p. 509 (citando Marx): “Não existe história da política, do direito, da ciência, etc., da arte, da religião etc.”; e p. 512: “não existe uma história homogênea, por exemplo, a história da economia, nem tampouco existe uma história da literatura ou do direito”.

o fato de “ter o povo na mão” e ter à sua disposição as mulheres caboclas. Na verdade, cada um desses atributos desdobra-se em um complemento negativo, configurando-se assim um conjunto de abusos do poder: falsificação de escrituras, roubo de gado, exploração da mão de obra e desprezo pelos caboclos. Eis os detalhes mais significativos.

No que concerne o domínio sobre as terras, o narrador informa – reportando o ponto de visto do Coronel Coutinho e de outros grandes fazendeiros – que a ilha do Marajó é para eles “um mundo à parte, privado, [que] lhes pertencia totalmente” (MAR, p. 55). A mentalidade desses latifundiários é comparada à voracidade de uma “ave de rapina”, imagem usada por Missunga para caracterizar a sua própria família (p. 272): Coronel Coutinho “devorava pequenas fazendas em Cachoeira, estreitando cada vez mais o cerco em torno das últimas e teimosas pequenas propriedades que deixavam, enfim, de lutar com o grande domínio rural” (p. 55). Um exemplo concreto é a expropriação do sitiante Tenório. Assim como o seu pai, que tinha perdido parte de suas terras por causa de dívidas, ele cai na armadilha, montada pelo comerciante Calilo, em conivência com o Coronel. Um dia, esses dois, acompanhados do Delegado e do tabelião Lafaiete, aparecem no sítio de Tenório e o obrigam a assinar um papel em que entrega sua propriedade. Ao protesto de Tenório que a dívida “não é a terça parte do que vale o sítio”, o Coronel responde que não quer “bandalheira” no seu município e comenta sobre “a necessidade de educar os caboclos a obedecer leis” (p. 91-92).

Não é bem a obediência às leis que caracteriza o comportamento do próprio latifundiário, mas o seu sistemático desrespeito. Mesmo reconhecendo que o tabelião Lafaiete é “um pulha”, Coutinho o convida para trabalhar a seu serviço, justamente pela “sua arte de não ter escrúpulos” e “pelas suas habilidades”, especialmente a falsificação de escrituras (cf. p. 183-187). O Coronel cuida também de consolidar e perpetuar o seu poder. Ele insiste para que o seu filho obtenha o título de “bacharel” e “doutor” – pelo desejo de ver “Missunga advogando as suas questões”, ou seja, “defendendo os réus amigos” (p. 47). A lei, na concepção do Coronel, é principalmente um meio para transformar crimes em atos legais.

O fato de “ter gado numeroso, à solta nos vastos campos” é, como diz o narrador, o “melhor empenho” do Coronel Coutinho (p. 55). Com as “quarenta mil reses” que ele possui, o Coronel tem em mãos uma parte considerável do abastecimento de Belém em carne.⁴ A importância que o gado tem para ele, expressa-se, inclusive, no seu modo de lidar com a religião. “– Quero o meu gado na graça de Deus” (p. 233) é uma de suas falas, reproduzida com jocosa ironia

⁴ Segundo Miranda Neto (2005, p. 182), havia no início do século XX um rebanho de aproximadamente 400 mil bovinos na ilha de Marajó.

pelo narrador. O Coronel não perde ocasião para mandar “abençoar os currais”, benzer o seu gado e “defumar as marcas da propriedade”, ora por Santa Luzia (ibid.), ora pela pajé e feiticeira Leonardina (p. 292). Além desse zelo religioso para com o gado, ele se junta aos outros pecuaristas para pressionar o poder público. Seguindo o pai, também o seu herdeiro Missunga defende os interesses da “sua classe de fazendeiros”, assinando um “memorial [...] ao governo” (p. 397).

Uma prática escusa no ambiente da pecuária é o roubo de gado. O romance apresenta lado a lado pequenos e grandes ladrões. Os pequenos são castigados, como o vendedor ambulante Elias, que recebe uma surra e perde tudo, porque “abusou, comprando carne de rês furtada” nas fazendas de Coutinho (p. 342); ou como o vaqueiro Gervásio, o qual, apenas por ser suspeito de ter roubado uma novilha, é castigado pelo Coronel com a marca do “ferro em brasa” (p. 318). Os grandes ladrões, pelo contrário, aumentam a cada dia a sua prosperidade. É o caso do comerciante Calilo, que é amigo do Coronel e “embarcava gado alheio [...], altas horas da noite” (p. 343); e também do capitão Guilherme, que é descrito por um dos vaqueiros como “turuna [isto é, um poderoso] [...] no roubo de gado e de terras” (p. 321).⁵ A isso acrescentam-se outros tipos de roubo por parte dos de cima. Quando o tabelião Lafaiete é acusado pelo Coronel de ter sumido com o dinheiro doado pelos devotos – “Você soca a fé dessa boa gente na entreperna de qualquer cabocla” (p. 262), ele não pode revidar às palavras do seu patrão. Mas para si (e para o leitor) ele relembra em seguida o paradeiro da parte maior daquele dinheiro, que era destinado à igreja: ele foi transformado pelo Coronel numa casa de veraneio, e o que restava foi gasto ao bel prazer pela sua jovem companheira, d. Ermelinda (p. 263).

A expressão “Coronel queria ter o povo na mão” (p. 64) tem para ele um duplo sentido: ser venerado (“povo ficava agarrado a ele como turu dentro do pau, dizia seu Felipe”; ibid.) e dominar. Seu pai, observa Missunga, “era dono daquele rio, daquela terra e daqueles homens calados e sonolentos” (p. 43). Um dos estratagemas do coronelismo é, como se sabe, o sistema de compadrio, cuja função é fazer com que os pobres se sintam protegidos pelos poderosos. Quem desempenhou esse papel no passado foi sobretudo a falecida esposa de Coutinho, d. Branca, que deixou nas recordações dos pobres a imagem de “protetora” e “madrinha do povo” (p. 54). O Coronel, por sua vez, cultivava a imagem de ser jovial e bonachão: “saía para a loja, ia passar a mão na costa de seus eleitores e fregueses, chamá-los de compadres com aquele seu à vontade tão familiar para com todos” (p. 186).

⁵ Sobre o roubo de gado na região do Arari, em época mais recente, nos anos 1970, escreve o padre Giovanni Gallo (1981, p. 73-74): “Não é o povo que furta, são uns poucos, explorados por outros poucos”, destacando “o organizador do roubo, quem financia e faz o papel de receptor”.

Uma outra característica do coronelismo é cultivar a imagem pública de um “homem de fé” (CARONE, 1970, p. 252). É assim como o Coronel Coutinho, “um graúdo, um branco”, consegue ser visto pelas velhas do município: “quando chegava o Divino na fazenda, carregava a Coroa [...]. Como o povo, beijava as fitas, benzia-se e ouvia, de cabeça baixa, como um pecador, a folia do Divino” (MAR, p. 232). Com a mesma disposição o Coronel vai visitar o presépio de Natal, preparado por Guíta, filha de lenhador. Esta, porém, mais perspicaz que as velhas beatas, nos faz enxergar através da máscara: “aquele homem alto lhe parecia tão distante”, “um homem rico, dono da vida e dos campos [...], falando de cima de sua riqueza e daquele orgulho que vinha por trás do ar acolhedor e bonachão” (p. 252). É precisamente essa atitude de “distância que deve haver entre pessoas de categorias diferentes” que o Coronel recomenda ao seu filho: a “distância entre o prestigiado e os prestigiadores”. Como exemplo, cita o Papa: “Que seria do Papa se estivesse sempre aparecendo ao povo? [...] Que seria do Sumo Pontífice se não tivesse a guarda suíça, a pompa, o Vaticano? É uma exigência da religião” (p. 58-59). Desta forma, é desmontada a imagem do homem de fé que se identifica com o povo. Com efeito, o Deus dos ricos é muito diferente do Deus dos pobres, como deixa claro o monólogo interior do filho do Coronel quando observa os rezadores: “Velho Deus da doceira Benedita, não és mais o meu Deus”; “Meu Deus é o da Basílica, é de um Papa que também chamam Pontífice ou Santidade [...], num trono de ouro fala difícil para o mundo” (p. 85).

“Ter o povo na mão” significa para o Coronel sobretudo: explorar a mão de obra. A dimensão histórica dessa exploração se projeta dentro do tempo presente. Ele se declara categoricamente a favor da escravidão:

O negro foi um mal no Brasil. E sua liberdade um mal maior. [...] A desgraça do Brasil foi o 13 de maio. A lavoura e a indústria pastoril não puderam mais progredir por falta de braço... Veio a vadiagem, a preguiça, a pretensão de se dar carta de abc aos pretinhos. [...] o Brasil não estava preparado para a Abolição... (MAR, p. 158).

Para defender os interesses de sua classe, o Coronel cuida de garantir a continuidade na ocupação dos cargos públicos e o controle da imprensa. “Quando o seu pai agonizava em Ponta de Pedras”, informa o narrador, “já estava Coutinho escolhido para substituí-lo na Intendência” (p. 55). Da mesma forma o filho do Coronel, imediatamente após a morte deste, indica para a chefia do município um parente, o tio Guilherme (p. 395); pensando talvez para si mesmo em cargos na capital do Estado que o pai desejara que ocupasse: “secretário-geral [do P.R.F.], deputado federal, líder da câmara...” (p. 47). Quando o Coronel tenta responder a um artigo publicado na imprensa de Belém sobre as condições de trabalho nas

fazendas e o preço da carne, o narrador realça o recurso do fazendeiro a chavões da retórica politiqueria, acusando o jornalista de “má-fé”, de querer “tornar odiosa a classe dos fazendeiros”, de fazer uma “pseudo defesa da população pobre” etc. (p. 157-158). No mais, as disputas na mídia são resolvidas pelo Coronel com outro tipo de argumento: ele “confessou que pagara uma vez 30 contos para sustar uma campanha absurda contra os marchantes” (p. 159).

“Qualquer pensamento para aliviar as condições do vaqueiro” – e do trabalhador rural em geral – é visto pelo Coronel “como um ato de invasão à propriedade” (p. 55). É ele em pessoa que expulsa os roceiros famintos e suas famílias da colônia agrária Felicidade depois do fracasso do projeto: “– O remédio é arrumar as bagagens e ir embora. Se arrumem. [...] Dêem o fora [...]” (p. 219). Quando o seu filho propõe para os vaqueiros da fazenda no Arari “uma sociedade como os pescadores”, o Coronel rebate o argumento, desqualificando e criminalizando as tentativas de auto-organização dos trabalhadores:

Você sabe o que quer dizer uma colônia de pescadores no Arari? Brigas e roubalheiras. Só tem servido pra tirar dinheiro do pescador e mais nada. [...] Você deve saber que índio não tem instinto gregário ainda, vaqueiro é ainda índio, caboclo disfarçado em semicivilizado, analfabeto, manhoso e pronto para cravar a garra (MAR, p. 272).

O que caracteriza a situação nas fazendas é o domínio absoluto sobre a mão de obra, representado no romance pelo personagem do administrador escolhido pelo Coronel, Manuel Raimundo. Seu estilo de “feitor de escravos” é criticado por Missunga, que denuncia, inclusive, os furtos que ele pratica (p. 211). O Coronel rebate essas críticas, defendendo o administrador com o argumento de que ele é sua “coluna mestra” e que lhe deve “a segurança de todos os [s]eus serviços”. Sabe perfeitamente que sofre alguns furtos por parte dele, mas: “nossos gênios se combinam tão bem. [...] Que desfalque de gado já me fez que me abalasse? Dou-lhe tudo quanto quiser”. O essencial para o latifundiário é que seu administrador se imponha aos seus subordinados como “um general em campo” (p. 150). Manuel Raimundo, por seu lado, exhibe numa conversa com Missunga a “sua responsabilidade” como administrador: “– Meu filho, [...] aqui deve haver ordem senão eles montam em nosso cangote. Seu pai sabe. São meus zelos de compadre e amigo também. Você amanhã vai saber” (p. 301 e 304).

Uma preocupação básica dos donos do poder é garantir a manutenção das estruturas de dominação. Quando o Coronel, num momento de embate com o filho, lhe lança a ameaça “te posso deserdar” (p. 381), ele o acerta no seu nervo mais sensível. “A ameaça de deserdá-lo. Seria legal? [...] E para quem a fortuna?”, são as perguntas que “sobem pela garganta” de Missunga. “Finalmente ele se

deixa envolver pelo “único sentimento real e total”, que é “o da posse universal da herança poupada e tranqüila” (cf. p. 389). Ao assumir os bens do pai e “visitar o seu domínio com o administrador”, o filho herdeiro compreende rapidamente que Manuel Raimundo lhe é “indispensável” e que a ele “havia de se impor como patrão, um Coutinho, a maneira do pai com aquela cumplicidade, aquele entendimento que tanto unia os compadres”. Está feito o pacto entre o novo patrão e o velho administrador, que resume a situação: “Agora é que é preciso estar de olho aberto. Temos que fazer o inventário, a contagem. É preciso estar de olho em cima. Mostrar a essa canalha que nada vai mudar” (p. 396-397).

Com todo esse poder, o Coronel exerce também o seu domínio sobre as mulheres caboclas. Diante de seus amigos em Belém ele se exhibe, dizendo que sabia povoar os seus matos, cruzar o seu fidalgo sangue português com o das índias, encher a terra de povo com a marca dos Coutinhos. De que serviam as vacas e as mulheres senão para aumentar os rebanhos? (MAR, p. 55).

É com essa disposição, como relembra o remador Benedito, que o Coronel “atravessa[va] currais e porteiras”, “feitorias de pesca” e “procissões nas vilas”: “onde erguia a cabeça de seu alazão era para laçar nos ranchos e na beira do rio, entre as lavadeiras, a assustada moça donzela”. As amantes que o Coronel distribuía pelas fazendas do Arari, hoje “já maduras, quase da idade [dele]”, “aparec[em] às festas de fim de ano em Cachoeira”, “com os afilhados berrando na igreja [...], à espera do batismo” (p. 100-101). O sistema de compadrio é, na sociedade local – como “todo mundo sabia”, inclusive Missunga – uma forma de o Coronel, “sob a capa de padrinho [...] escond[er] filhos e filhas” (p. 63). Um exemplo é Alaíde, com a qual Missunga dança numa festa e que ele leva numa noite para o igarapé; procurando defender-se das investidas dele, ela revela “– Sou sua irmãgãua! Seu pai é meu padrinho! Sou sua irmã. Me largue” (ibid.).

Em alguns momentos, no entanto, o romance coloca alguns limites àquele “velho ganhão feliz” (cf. p. 352). Com relação à bela Orminda, que é desejada por muitos homens da ilha, e se entrega a alguns deles, o Coronel “mal podia recalcar o despeito de saber que outros homens eram amantes da filha que [ele] também desejava” (p. 263). A isso se acrescenta a frustração, comunicada pelo próprio Coronel ao filho, de ter sido abandonado pela sua amante Ermelinda em prol do seu sobrinho Nelsinho, que “veio do Rio e está metido com a cachorra” (p. 380). O que resta, no final, do domínio do Coronel sobre as mulheres e da tese de Missunga de que “o gemido das moças defloradas” tem para seu pai “o segredo de conservar-lhe a velhice e o pegadio às fazendas” (p. 274)? Essa tese é confirmada ou desmontada, conforme a perspectiva com a qual se lê a descrição do que foi o último ato do Coronel. Ele sofreu um colapso, numa casa de praia em

Soure, sendo que “daquele subitamente cadáver, velho e gordo, que pesou sobre ela”, se despojou uma “moça desgrenhada”. Para o filho do Coronel, aquilo foi “um fim conveniente a um Coutinho”: “o búfalo morrera por força da própria vitalidade. Aquele fim os aproximava cada vez mais, os fundia”. Já o sentimento da moça, “uma pequena embrulhada num lençol”, é bem diferente: ela “saiu gritando do quarto e até hoje parece transtornada” (p. 389).

A outra face do domínio do Coronel sobre as mulheres é o seu desprezo por elas e por todos os subalternos em geral. Uma observação infame, reportada por Missunga, é que ele “só distingui[a] a carne das vacas da carne das mulheres porque as vacas valiam mais no matadouro” (p. 353). As moças caboclas são vistas pelo Coronel como um perigo para o seu filho: “– Tens de voltar para Belém. [...] é preciso acabar com a história daquela cabocla” [Alaíde] (p. 99). Reiteradamente ele volta ao assunto: “Sabe que pode cair numa cilada? [...] lhe podem fazer uma chantagem”: “Você deve partir daqui” (p. 151). O pai admite que o filho “gaste na cidade”, porque isso é “razoável, humano”; “mas com essa caboclada, com esses bichos [...]?” (p. 238). Quando o Coronel, acompanhado de Lafaiete, tenta resgatar Missunga, que se retirou para um barraco com Alaíde, ela é criminalizada pelo tabelião, que a ameaça com a polícia, e demonizada pelo Coronel que a insulta: “– Sua cabocla audaciosa! Feiticeira do diabo!” (p. 380-382). Guíta, a outra mulher com quem Missunga se envolveu, sente da parte do Coronel uma atitude semelhante. Durante a já referida visita do fazendeiro ao presépio, ela “cheg[a] a convencer-se [...] que não passava de uma criada para servi-lo”. E que os “cães dinamarqueses, tão bravios”, dos quais o Coronel não se cansava de falar, “esses cães ele os soltaria sobre ela, se um dia fosse queixar-se do filho, ou buscar refúgio ao ser expulsa de casa” (p. 252-253).

Do desprezo dos donos do poder pelos trabalhadores braçais já vimos vários exemplos. Assim como no tempo colonial, eles são considerados objetos para serem explorados, escravos. “– Estes caboclos só a muxinga”, sentencia o Coronel, quando resolve acabar com o engenho, “– Meu pai que os conhecia e sabia como os tratava” (p. 54). Quando vê os trabalhadores abandonarem cada vez mais a vila e o município de Ponta de Pedras, em busca de melhores condições fora da ilha, o Coronel se queixa, usando uma de suas fórmulas sentimentais: “– Isso é falta de amor à terra!” O seu parente, tio Néelson, resume todo o desdém de sua classe pelos pobres com esta frase: “– Só fica a baixa categoria de gente”, a gente de “ÍNFIMA CATEGORIA” (p. 68 e 71). No final, a vila é abandonada e renegada também pelo próprio Manuel Coutinho. O herdeiro do Coronel – como relata Rafaél, que cuida da igreja – declarou que “não queria mais saber de Ponta de Pedras que [...] só lhe tinha dado desgosto. Era uma joça. Deixava a vila entregue

ao primo Guilherme que sabia tratar essa gente” (p. 455). Essa é a última palavra dos donos do poder. Mas não a do romancista, que dá a réplica, com as palavras do caboclo Rafaël:

Falei que ele [...] se lembrasse que a sua fortuna, de sua família, muito deve a Ponta de Pedras, a joça que ele dizia. Que o avô, o bisavô [...] quando veio de Portugal veio com o fundilho roto e aqui se achou. [...] Que a terra era infeliz justamente porque sempre teve homens como o pai dele e ele, tomando conta (MAR, p. 455-456).

2 AS RELAÇÕES DE PODER - II: O LADO DOS POBRES

O romance apresenta uma amostra das principais atividades econômicas exercidas no Marajó: as lides com o gado nas fazendas às margens do rio Arari, a pesca comercial nesse rio e no lago Arari, o trabalho dos roceiros em Paricatuba, a colheita nos açais de Ponta de Pedras, a extração de látex no município de Muaná e o corte da madeira nas florestas de Ponta de Pedras e de Breves. Graças à concretude das descrições, essas atividades se tornam presentes como se fossem instantâneos de um álbum de imagens: os vaqueiros trabalhando na vaquejada (MAR, p. 271), lutando para salvar os bezerros nas inundações (p. 337), embarcando o gado para os matadouros de Belém (p. 321); os pescadores cercando os peixes com as redes e jogando as tarrafas (p. 279); os homens nos roçados, cortando o mato (p. 192); as cunhatãs entregando açá e lenha no barracão do comerciante (p. 93); a cabocla Alaíde defumando borracha na selva de Muaná (p. 439), o mestre-carpina e seus filhos cortando árvores nos arredores de Ponta de Pedras (p. 345). Acrescentam-se a isso os serviços dos empregados do Coronel como o remador Benedito (p. 35) e a doceira preta nhá Benedita. O açá que ela amassa traz para filho do fazendeiro “o sabor do antigo tempo quando havia escravos em Ponta de Pedras”, e ele se pergunta “que fim levaram [...] as netas de escravas”, que trabalhavam na “batição” do algodão (p. 79). Da época da Abolição até a da ação do romance passaram-se apenas três décadas. A atmosfera do velho tempo colonial ainda pesa sobre a mão de obra, como mostram os artigos de jornais de Belém que criticam as condições de trabalho nas fazendas e as praxes dos fazendeiros e dos comerciantes de peixe (p. 155 e 281). Os próprios trabalhadores têm plena consciência da exploração, como o vaqueiro Antônio Parafuso que evita “meter a cara no serviço”, pois “via muito bem como os outros caíam arrebrandos e podres” (p. 313).

Um exemplo dessa exploração é o que ocorre na fazenda do capitão Guilherme. O narrador mostra o contraste entre os “barcos cheios de gado”, com os quais o fazendeiro parte para Belém e, por outro lado, a situação dos vaqueiros, que ele deixa “esfalfados e famintos”, depois de uma dura jornada de

trabalho (p. 329 e 322). “– Sustento essa gente com cachaça”, declara cinicamente o capitão; “é a inteligência deles. O povo quer beber enquanto trabalha” (p. 323). À falta de carne para os vaqueiros e suas famílias acrescenta-se a proibição de caça e pesca para o sustento deles e dos pescadores. “Nos lagos próximos onde há peixe”, denuncia o vaqueiro Ramiro, “o rifle dos fazendeiros está na mão do vigia atento”, sendo que “os donos do rio [...] eram [...] Coronel Coutinho, capitão Guilherme [e o comerciante] Sinhuca Arregalado” (p. 338-339). O efeito visado pela proibição é obrigar os trabalhadores a comprarem comida no comerciante e se aprisionarem no sistema de dívidas:

Durante seis meses no inverno, sem peixe, sem caça, sem boa palha para a cumeeira da barraca, o pescador perdia o fôlego no balcão de Sinhuca Arregalado. Os seis meses duros de pescaria no verão não chegavam para pagar a metade da dívida (MAR, p. 280).

Os roceiros que são atraídos pela propaganda de Missunga para o projeto da plantação Felicidade, vêm com a expectativa de encontrar trabalho, comida e remédios (p. 201). Esses pobres são comparados a “feras, dotados de um faro prodigioso, [que] vinham de longe em busca das carnes” (p. 199). A voz dos famintos condensa-se numa palavra mágica:

Carne, murmuravam as crianças espantadas. Carne! disseram, com a garganta seca, os peitos doídos, a língua pesada, os homens esfalfados. Carne, cochichavam quase a medo, as mulheres grávidas, como se tudo aquilo fosse um sonho (MAR, p. 166).

O sonho desmancha-se rapidamente. Devido à falta de organização e de responsabilidade por parte de Missunga, em vez de roças cultivadas obtém-se apenas a exaustão dos trabalhadores; em vez de remédios espalham-se as doenças: febre, paludismo, verminose, alastrim e boubá (cf. p. 166, 194, 220); e em vez de poderem providenciar os seus meios de vida, os trabalhadores e suas famílias se vêem expulsos (p. 219-223). Também os que trabalham com os produtos da floresta ficam em desvantagem e com sérios prejuízos: o lenhador Amâncio e seus filhos são obrigados pelo Coronel a trabalhar também aos domingos, porque lhe “deve[m] uma conta enorme” (p. 345); as caboclas que levam açaí e lenha para o comerciante Calilo, são enroladas por ele que, além do mais – como relata o remador Benedito – espalha entre elas “doença do mundo” (p. 93); quanto a Alaíde, que teve que defumar borracha num seringal, ela não vê possibilidade de continuar e tem que “procurar serviço naqueles barracões arruinados do Muaná” (p. 439).

Devido à exploração pelos proprietários, a história cotidiana dos pobres torna-se uma “história dos sofrimentos”.⁶ “O mato, a gente com a sua miséria”,

⁶ Este termo é de W. Benjamin, 1984, p. 188.

resume o próprio Missunga, “tudo isso pertencia ao Coronel Coutinho, Senhor seu Pai” (p. 102). Ele tem consciência de que as muitas farras e “noite[s] de champanhe”, que passou na cidade, foram “espremid[as] do suor e do sangue daqueles caboclos” (p. 43). A história dos sofrimentos é marcada por acidentes fatais de trabalho. O filho do pescador Manuel Camaleão, que “havia se atirado n’água para arrancar do fundo a tarrafa atravessada num toco ou nas pedras”, morre afogado (p. 282). O lenhador Deodato “não volt[a] mais de sua comprida viagem nos rios de Breves”, onde procurou ganhar a vida (p. 440). O vaqueiro Gaçaba, trabalhando no embarque dos bois, tomba na água e é devorado pelas piranhas, o que não impede o seu patrão de partir “naquela noite mesma, [...] com seus barcos cheios de gado” (p. 327-329). Também a combinação da proibição da pesca de subsistência com o onipresente sistema de dívidas faz as suas vítimas. Os pescadores na entressafra pedem fiado e acabam “deix[ando] o resto de sua vida no balcão d[do comerciante]” (p. 338). O sistema de dívidas é também, como já vimos, uma armadilha para despojar pequenos proprietários de seus terrenos. A perda da propriedade que foi seu meio de subsistência desestabiliza a vida dos desapossados: o ex-pequeno fazendeiro Guarin sobrevive como ladrão de gado (p. 284-285); o ex-sitiente Tenório torna-se ajudante de um desonesto regatão dos campos (p. 285-286), é despedido e acaba na miséria total, ajuntando-se com “uma sem ninguém”, numa “palhoça à beira do rio morto” (p. 403-405).

As condições de trabalho levam também à desestruturação das famílias, como mostra a história da moça Rita. Seu pai, o vaqueiro Antônio Parafuso, depois de “quantos anos vaqueirando” numa fazenda, foi despedido com sua mulher e os quatro filhos, com a alegação de que “vaqueiro não pode ter familhão” (p. 310). A história da longa retirada deles pelos campos até a casa do tio é lembrada pela filha Rita, anos depois, numa conversa com o vaqueiro Almerindo, que também foi despedido, com o argumento de que “devia trabalhar um ano de graça para saldar a conta” e a advertência de que “está proibido amigamento nas fazendas” (p. 303). Daquela caminhada, Rita lembra especialmente o episódio do encontro com um canoeiro, que fez uma proposta aos seus pais, que sentiam os filhos como um peso: “Vocês me dão que eu levo ela pra Belém. Conheço quem precisa de uma menina assim”. A reação da mãe: “– Está aí a menina. Por mim...” E a do pai: “– Pode levar, o nome dela é Rita”. A transação apenas não se realizou porque a menina implorou os seus pais para não a entregarem (p. 315-316). Mas ela acabou caindo nas mãos do tio, o qual, com a ameaça de encarcerá-la, por ser filha de ladrão de gado, a vendeu como objeto sexual para o administrador. Quando Rita conta a história do seu sofrimento para Almerindo, que quer saber se “ele [o administrador] também fez contigo?” (p. 306), o vaqueiro, em vez de

ser solidário com a sua companheira de sofrimento, a repele de modo cruel: “Te some da minha vista, ordinária” (p. 308).

O romance conta ainda os casos de várias outras mulheres que são usadas como objetos sexuais (embora às vezes elas participem desse jogo) e depois, socialmente desclassificadas. É o caso da cabocla Marta, que foi viver com seu Néelson, cuja senhora enlouqueceu, e que então procurou “uma pequena que cuidasse da casa e da louca” (p. 73). Ora, Marta deixa-se envolver pelo comerciante Calilo, que acaba por expulsá-la; desamparada, ela se arrepende e se sente, como ela própria diz, “capaz de pedir de joelhos um lugar de lavadeira pro seu Néelson” (p. 161). Alaíde, depois de ter sido deixada por Missunga, fica temporariamente na palhoça de Tenório (p. 405), depois se reergue. O destino de Guíta, a outra amante de Missunga, provavelmente teria sido semelhante, mas ela morre no acidente (p. 350). A história desses sofrimentos é resumida pelo resignado silêncio da velha Felismina, que teve um filho morto, um desaparecido, dois ladrões e a filha desonrada: “um clamor na sombra, escuro e anônimo, clamor de todas as mães de prostitutas e ladrões” (p. 140).⁷ Um clamor que faz eco ao grito do cego do Arapinã, lembrado por Missunga no início da história e que expressava “a voz dos homens primitivos gritando o seu medo e a sua dor” (p. 33).

Quais são as formas de resistência dos pobres diante de toda essa exploração e esses abusos? Uma forma de reação, que é imediatamente sentida pelos patrões, é a migração da mão de obra. Um desses casos é o de Francisco, filho de siá Felismina, que se recusa a continuar no regime de trabalho imposto pelos donos da ilha: “Que faço aqui?”, pergunta ele para sua mãe. “Ser eleitor do Coronel Coutinho? Apanhando açai toda a vida? [...] É só desgosto. Só temos esta miséria” (p. 80). Francisco saiu de Marajó e alistou-se no exército em Belém, para “servir a Pátria”. O trágico, nessa opção, é que ele, que escapou aos poderosos da ilha, acaba morrendo numa revolta de rua em Belém, em que é obrigado, como militar,

⁷ A história de Ormindá, a filha de Felismina, tem alguns elementos em comum com a daquelas outras mulheres, mas é diferente na medida em que ela foi vítima do rancor de pessoas do povo. Depois de sofrer o abuso sexual por parte do líder espírita Manuel Rodrigues (p. 137), ela resolveu usar livremente o seu corpo, o que provoca o ódio dos homens que ela recusa e a inveja de muitas mulheres. Em torno de Ormindá, de beleza perfeita, desenvolve-se uma lenda, em que acaba predominando o elemento trágico. Em Cachoeira, conta o povo, ela foi vista “uma noite subir a torre da igreja com o próprio sacristão” e no dia seguinte, foi encontrada “a marca do corpo dela no soalho da torre” (p. 363). Diante da interpretação geral de que “Nossa Senhora marcou a sombra de Ormindá no chão sagrado que a perdida profanou”, Ramiro se pergunta se aquilo não foi “malvadeza das mulheres da beirada do rio”, que desejavam que “aquele corpo havia de apodrecer em vida” (p. 423). O fato é que Ormindá sofreu com essa perseguição e, no final, morre de “inchação” (p. 459-461). Essa história é relevante também por mostrar que o romancista, apesar de toda a sua crítica aos donos do poder, evita o maniqueísmo de idealizar o povo.

a defender a causa desses mesmos donos do poder. “Meu filho morreu na revolta e os políticos bem como querem”, lamenta-se a sua mãe; “meu filho com a barriga aberta na rua como qualquer desgraçado e os mandões se abraçando” (p. 81).

O “desejo de ir embora”, é nutrido também por dois jovens lenhadores, os irmãos de Guíta, tão logo que chegam na colônia Felicidade, para onde Missunga os chamou. Sua aspiração de “sair dali” para um lugar onde seja possível “lutar por um futuro” é expressa na sua relação com as ferramentas de trabalho: “Amolavam o machado como se amolassem aquele desejo de fuga. O seu desejo ficava tão agudo, tão amolado, tão cortante como os machados” (p. 180). É como se adivinhassem que em Felicidade não havia futuro nenhum. Com efeito, o desejo de ir embora concretiza-se de uma forma inesperada e não desejada: todos os trabalhadores e suas famílias são expulsos e abandonados à sua sorte.

Num dado momento, contudo, esses infelizes encontram uma forma de resposta que atinge o alvo: “Um caboclo riu alto e mulheres não reprimiam também o riso”. É que “uma mulher havia arrancado a tabuleta: FELICIDADE para utilizá-la como remo”. Para Missunga, o leviano idealizador do projeto, esse gesto é “pior do que vaia”: “aquilo humilhava-o e o expulsava também” (p. 221). O modo como a cabocla refuncionaliza pragmaticamente a tabuleta mentirosa é um expressivo exemplo de uma “história a contrapelo”, no sentido de Walter Benjamin.⁸ Saber remar contra a corrente de uma história infeliz é também uma das virtudes de Alaíde. Depois de abandonada por Missunga, ela consegue reorganizar a sua vida. Ela se junta com um caboclo trabalhador, Deodato, e tem com ele um filho; no entanto, ela perde os dois: o filho por doença, e o marido, por acidente. Depois de um tempo de luto, na selva de Muaná, ela resolve que “não seria [...] como aquelas mulheres, nas palhoças [...], esperando o tabaco para as resignadas [...] cachimbadas, à beira do jirau olhando a maré e a solidão” (p. 447). Decide partir de volta a Ponta de Pedras, executando no caminho os mais diversos trabalhos para sobreviver. Chegando à vila e vendo-a cada vez mais abandonada, faz planos de trabalhar numa olaria, “ou, por que não? em Belém, na fábrica” (p. 452). Esse plano se realiza, como o leitor fica sabendo ao reencontrar a personagem Alaíde num dos romances posteriores do Ciclo (em *Passagem dos Inocentes*, p. 211-212), que continuam a tratar da questão da migração.

Quais são as formas de resistência dos que ficam na ilha? Na sua rotina cotidiana, os trabalhadores tomam algumas medidas pontuais de sobrevivência contra as penúrias impostas pelos patrões. Trata-se de pequenos atos de sabotagem, como a “quebra” proposital de reses, na hora do embarque do gado. Contra o

⁸ Cf. a tese VII de Benjamin sobre a filosofia da história (in: M. LÖWY, 2005, p. 70), onde se trata de “escovar a história a contrapelo”.

Capitão Guilherme, que deixa seus empregados passar fome, o vaqueiro Gaçaba combina com seus companheiros: “O coirão velho nos paga. [...] Uma rês quebrada é rês sangrada”. É o que de fato ocorre: o vaqueiro provoca a quebra de uma novilha. Sob as imprecações do fazendeiro cerra-se então entre os vaqueiros “uma rápida e vigilante solidariedade”: “o feitor fazia vista grossa” e todos “comiam filé com pirão de leite” (p. 323). É, no romance, um dos raros momentos de alegria dos trabalhadores e de suas famílias.

A forma política da resistência, a grande revolta coletiva, não chega a se realizar. No tempo em que se passa a ação do romance, ela existe apenas em forma potencial. “Aqueles homens reunidos assim podiam revoltar-se” (p. 194), teme Missunga, quando se acumulam os trabalhadores e os problemas de organização e saúde, na colônia idealizada por ele. “Aquele povo podia se reunir, se ajuntar num só homem e abrir o rio” (p. 435), deseja por outro lado o vaqueiro Ramiro, como reação contra a medida de fechamento do rio por parte do mesmo filho de fazendeiro, que abandonou de vez as utopias sociais e perpetua o velho sistema de opressão. Ora, Ramiro sabe realisticamente, assim como o romancista, que o povo marajoara não se revoltará, por estar “desunido e com medo” (ibid.).⁹

Houve na região amazônica um movimento popular, mas no passado: a revolta dos cabanos.¹⁰ É uma referência histórica controversa entre os pobres e os poderosos, como mostram as já referidas observações do piloto Pedro Mala Real e do Coronel Coutinho. Esse movimento é lembrado também por siá Felismina. A morte do seu filho Francisco, numa rebelião em Belém, gera nela o “ódio” e a “revolta contra os brancos”. Ela questiona o sentido das grandes palavras da retórica oficial: “Siá Felismina amaldiçoava a tal de Pátria. Chamava os caboclos e os caboclos iam morrer em defesa duns homens que desonravam a pátria” (p. 81). Ela deseja “uma nova cabanagem”, “uma grande cabanagem no mundo”, “para acabar com muito branco” (p. 82 e 367). Essa memória da grande revolta política, por vários pobres, mesmo não levando a nenhuma ação concreta, não deixa de ser uma parte da construção de sua identidade e uma forma de resistência.

Uma vez que faltam, por parte dos oprimidos, ações de resistência mais organizadas, o romance *Marajó* pode parecer uma crônica de suas derrotas. Contudo, os próprios registros desses reveses – como o das “últimas e teimosas

⁹ A luta dos trabalhadores, naquele início do século XX, realizou-se numa outra parte do Brasil, no Rio Grande de Sul, como descreve Dalcídio Jurandir em *Linha do Parque* (1959), o único de seus romances que não faz parte do Ciclo do Extremo Norte.

¹⁰ Sobre a Cabanagem, ver Pasquale Di Paolo (1990).

pequenas propriedades que deixavam, enfim, de lutar com o grande domínio rural” (p. 55) – não deixam de ser também testemunhos de lutas.¹¹ Certos dados da história presente real nos fazem reconsiderar e reavaliar aqueles momentos de lutas aparentemente perdidas. Se tivesse havido apenas derrotas dos oprimidos, daquele tempo de 1915-1920 para cá, como explicar a existência, neste início do século XXI, de uma expressiva organização política dos quilombolas na ilha de Marajó em defesa de seus territórios?¹² O que atesta o status dos pobres como sujeitos da história, nessa resistência, é sobretudo a conquista de uma fala autônoma. A inclusão, por parte do romancista, de expressivas falas próprias dos caboclos – como a da mulher que arrancou a tabuleta FELICIDADE, para utilizá-la como remo – foi uma iniciativa literária pioneira, que é amplificada pelos movimentos políticos no presente.

No mais, a principal forma de resistência descrita no romance são as *chulas* ou canções de protesto do vaqueiro Ramiro. A chula, como esclarece Marcus Leite (2004, p. 116) com base nas descrições do viajante inglês Alfred R. Wallace, é um gênero de canção de protesto que se situa na tradição das músicas dos escravos:

Seu instrumento é uma espécie de viola primitiva, da qual tiram apenas três ou quatro notas, repetindo-as horas a fio [...]. Em cima dessa pobre melodia, improvisam uma letra, geralmente com os acontecimentos daquele dia. Os feitos dos brancos são os temas mais freqüentes dessas canções (WALLACE, 1853; ed. 1979, p. 68).

O vaqueiro-poeta Ramiro, que “não tinha emprego certo nas fazendas” e trabalhava somente “quando a necessidade era muita”, é livre, assim como Ormindá, que passa algum tempo com ele, é uma mulher livre.¹³ O amor aguça a sensibilidade de Ramiro, inclusive quando fala da memória coletiva: do “grito dos vaqueiros mortos”, da proibição das caçadas nos lagos das fazendas, da luta para sobreviver, e também das festas, como a de São Sebastião em Cachoeira (p. 428). “As chulas de Ramiro”, resume o narrador, “falavam dos vaqueiros”, da “pessimidade” e dos “podres dos brancos”, e “davam vida” (p. 319). Há uma forte empatia entre o vaqueiro-poeta e o seu meio social: “as chulas corriam os campos, batiam bem fundo no coração do povo” (p. 275). Com suas canções de

¹¹ Isso vale igualmente para o romance seguinte de Dalcídio Jurandir, *Três casas e um rio*, onde ele relata um caso de firme resistência de um sitiante, Manuel Bolacha, contra as investidas do latifundiário Edgar Menezes, que acaba lhe tomando suas terras. Mesmo que este e mais alguns casos narrados terminem com a derrota dos pobres, houve por parte deles resistência e luta.

¹² Cf. os documentos apresentados e comentados por Rosa Acevedo Marin (2005, 2006b e 2008).

¹³ Uma das formas de resistência pela qual os poderosos se sentem particularmente atingidos é o comportamento da bela Ormindá: ela se entrega a vários homens de sua condição social, mas se nega ao Coronel, a Missunga e a Lafaiete. Quando este pretende seduzi-la, ele é ridicularizado (MAR, p. 119-120).

protesto, Ramiro faz questão de distanciar-se de ficções folclóricas inócuas como a história de Maria do Pau e do príncipe, narrada pela cabocla nhá Diniquinha como uma espécie de consolo para os pescadores que se perguntam “onde achar o peixe?” (p. 432-433). Ele quer “outras histórias”, como a do rio Abaí, fechado para os pescadores e que “ninguém contava. Nhá Diniquinha não sabia ou tinha medo de contar”. Ramiro imagina que Ormindá certamente lhe pediria nessa situação de fazer uma canção de cunho político e social: “– faz chula deste teu rio Abaí e lasca no seu Manuel Raimundo” (p. 434). Nessa altura, o vaqueiro-poeta já sofreu as consequências do seu engajamento: Ramiro é expulso de todas as fazendas onde trabalha, pois os donos têm “medo da [sua] língua e da música”: “seus instrumentos lhe davam aquela liberdade, aquela cadência, aquela franqueza que os brancos temiam” (p. 319).

As *chulas* ou canções de protesto do vaqueiro Ramiro contêm, inclusive, alguns traços de autorretrato do crítico social que foi Dalcídio Jurandir, alguns princípios que caracterizam a sua postura diante da relação entre a literatura e a política. Dentre eles destacam-se o distanciamento das formas corriqueiras de consolo e o próprio fato de dar voz aos pobres.

A forma de consolo mais banal à qual recorrem os oprimidos e humilhados, é a cachaça. Até o cantador de chulas, Ramiro, chega a entregar-se a ela numa ocasião em que dois vaqueiros o convidam para beber. Das coisas que “aquelas três bocas buscavam no fundo do garrafão” constam desejos como os “[rios] Abaís abertos a todos os pescadores”, “quartos de carne sabrecando em grossos espetos na fogueira”, “misteriosas felicidades”, “farinha muita farinha” e, como desforra: a visão do administrador “Manuel Raimundo num tacho de fogo e o Diabo com uma colher de ferro mexendo o caldeirão” (p. 436).

Outro tipo de consolo são as já referidas histórias feéricas, tais como as conta nhá Diniquinha, como também as consultas aos pajés: “volvia-se para o pajé aquela humanidade marajoara com todos os cheiros suados de seu trabalho” (p. 414). Aqui é preciso, no entanto, fazer a ressalva de que os que procuram o pajé não são apenas os pobres, mas os “desenganados dos médicos”, em geral, entre eles também “brancos fazendeiros”, “advogados”, um “espancador de caboclos” e o próprio administrador Manuel Raimundo, que sente “mistério e milagre” na voz do pajé mestre Jesuíno (p. 414 e 416). Ainda com relação à pajelança, vale destacar o retrato que o romancista fornece da pajé nhá Leonardina. Quando ela entra em cena pela primeira vez, é apresentada como uma figura que dispõe de uma “misteriosa força” e de um notável poder: não apenas para “fechar o corpo de Ormindá contra a desgraça” (p. 190), mas também para proteger o gado do Coronel Coutinho, que manifesta “temor diante da fama de sua amiga [e] lhe trazia

presentes da cidade”, ou ainda para fazer “matar todo o gado do Major Milico”, em resposta a uma ameaça que ele lhe fez (p. 290, 292, 298). Ora, na cena em que ela reaparece, o romancista desmonta todo o encantamento: “A pajé perdia o poder da invocação”, “Onde o poder das palavras? Quem cortou a língua da feiticeira que os donos do mundo temiam?” (p. 335). Nhá Leonardina murmura apenas mecanicamente a sua toada e fica a brincar com bonecas como uma criança. Com essa desconstrução, o romancista desmonta também os consolos dos que se apóiam na magia e na feitiçaria.

Restam os consolos da religião, que são mais complexos. “A folia consolava o mundo da fome, da peste e das lágrimas” (p. 228), comenta criticamente o narrador num capítulo-chave, onde descreve o fracasso da colônia Felicidade e em seguida, com precisão antropológica, as festas religiosas e o culto dos santos, da perspectiva de um folião. Na vila de Ponta de Pedras há várias facções religiosas, com uma forte rivalidade entre elas. O responsável pela igreja, tio Rafaël, é o líder do principal grupo religioso. Ao observar com Missunga um grupo desses rezadores, o narrador anota: “Vinte séculos de fé amassados de superstição e humildade saindo com um travo na voz dos rezadores” (p. 82). Ouvindo a ladainha, o filho do Coronel sente-se denunciado. Ele tenta, mentalmente, interceptar esses “sofrimentos, humildes demais para subirem ao céu”, com uma espécie de prece às avessas: “Nossa Senhora não ouvirás meus irmãos sem nome nem as prostituídas pelo meu pai e pelos meus tios, santa do Agnelo, o bêbado, do Marcelino, o ladrão e do Ciloca, o leproso” (p. 85). Através do personagem Missunga, a fé e o culto dos santos são mostrados como coisas construídas. Isso fica muito claro num dos últimos episódios, a noite de insônia em que Missunga se sente rodeado por “todos os fantasmas” (p. 418). Os santos no oratório lhe aparecem, então, “como se tivessem voltado à primitiva condição da madeira e da massa informe em que foram moldados”, ou seja, eles “se desp[em] de toda a santidade” (p. 419).

Na descrição da festa de Nossa Senhora da Conceição, o narrador, que acompanha os foliões ao lado de Tenório, traz à tona uma série de aspectos profanos, desde a hierarquia dos grupos até os interesses materiais que estão em jogo. Enquanto os grupos mais prestigiados são os do Divino e de Nossa Senhora, e o de São Sebastião ocupa uma posição intermediária, o de Santo Ivo é o mais humilde. É a este santo que Tenório “entregava a sua miséria” (p. 216). O ex-dirigente do grupo, Manuel Rodrigues, que depois se converte ao espiritismo, é visto com desconfiança pelo líder Rafaël. “Aqueles vozes” dos foliões de Santo Ivo “subiam [...] dos peitos como de poços fundos e de fundas feridas, num desespero e numa agonia que só os foliões, os desgraçados, os pobres podiam sentir” (p. 228-229). A “tiração das esmolos pelo Arari, Marajó-açu e Camará, quando

se faziam os grandes embarques de gado e começava a safra de peixe nos lagos” (p. 127), tinha um sentido pragmático. Para os foliões como Tenório, “Santo Ivo [...] dava religião em troca de cachaça e mel puxa-puxa” (p. 230). Já para o chefe da comissão, Manuel Rodrigues, os donativos eram o meio com que “ganhava sua vida” (p. 127-128). Seu retrato ficaria incompleto se não se mencionasse que foi parar no xadrez, por ter abusado sexualmente de várias moças, entre elas Ormindá, que lhe serviam de “médium” nas sessões espíritas (p. 137 e 145). No final, como relata Rafaël, Manuel Rodrigues “montou a banca de bicho na vila e rapa todo o miúdo dessa gente...” (p. 456). Eis um caso de como a procura de consolo religioso contra a exploração acaba sendo aproveitada por alguém que sabe tirar partido da fé do povo no milagre, e a reverte num novo tipo de exploração.

Como vimos várias vezes, ao longo desta descrição da condição dos pobres, a forma de solidariedade de Dalcídio Jurandir com eles não consiste em idealizá-los e, sim, em lhes dar voz e em mostrar suas aspirações e sonhos. Veja-se, por exemplo, o detalhe aparentemente insignificante de que Alaíde “principiou a conhecer as letras” com uma professora para a qual ficou cozinhando durante algum tempo (p. 448). Ou o momento em que ela, no final, volta para Ponta de Pedras e ouve o canto dos fiéis na igreja. Alaíde pensa, então, em Guíta e Ormindá, imaginando que elas poderiam estar ali cantando também, e que sua história poderia ter sido diferente:

por que elas, tão moças, sofreram tanto, por que não puderam cantar as novenas, brincar de jogo de bola, remar pelos estirões, namorar muitos rapazes, dançar com rosas no cabelo, sem que nenhuma delas se perdesse? (MAR, p. 452).

Esse desejo faz eco a um pensamento da mãe de Ormindá que lamenta que sua filha, que “cantava no coro da igreja” está “agora no mundo”. Ela sabe que “Ormindá [...], se estudasse dava uma professora” (p. 142-143). Quando lembramos que os filhos do pescador Manuel Camaleão o qual, por causa de uma prejudicial crença, “não mandava ensinar os filhos a assinar o nome porque pescador que aprende a ler fica panema, sem sorte nenhuma para a pesca” (p. 283), podemos completar o desejo da mãe, imaginando que para esses alunos Ormindá seria uma excelente professora. Com fragmentos desse tipo, que falam da percepção do mundo pelos caboclos e de seus desejos, o autor de *Marajó* faz o leitor pensar que a história marajoara certamente seria outra se a sua narração e sua escrita ficassem por conta dos caboclos.

3 PROCEDIMENTOS DE MEDIAÇÃO

Como se realiza no romance, em termos de construção literária, a mediação entre ricos e pobres, no nível da ação narrada, e paralelamente, entre o mundo dos caboclos ali representado e o dos leitores cultos? Um estudo que nos pode fornecer parâmetros para esta investigação sobre a obra *Marajó*, é o panorama de artigos organizado por Roberto Schwarz na antologia *Os Pobres na Literatura Brasileira* (1983). Ao mesmo tempo em que nos inteiramos do tratamento desse tema em 35 escritores, desde o século XVIII até o final do século XX, acompanhamos ali também o trabalho de 35 críticos brasileiros. Uma dessas vozes é a de Lígia Chiappini M. Leite, que é também autora de um estudo no qual ela ampliou e aprofundou o seu ensaio de 1983. Nessa publicação mais recente, “Velha praga? Regionalismo literário brasileiro”, de 1994, ela faz uma revisão crítica dos preconceitos contra o regionalismo. Essa corrente literária – como se pode verificar pela recepção da obra de Dalcídio Jurandir – é considerada por vários críticos como sinônimo de qualidade literária inferior, à qual se opõem as obras de nível “universal”.¹⁴ Com tal atitude, no entanto, comete-se uma injustiça em relação ao romance regionalista brasileiro, uma vez que esse gênero, de cunho semificcional e semidocumental, assumiu uma série de tarefas que são próprias das ciências sociais.

Para um tal diálogo entre a literatura e as ciências sociais, a referida antologia de Roberto Schwarz oferece um rico material. Com base nos procedimentos postos em obra pelos escritores e, paralelamente, nos conceitos utilizados pelos críticos para descrevê-los – incluindo-se as posturas e as ideologias subjacentes aos trabalhos desses dois grupos de profissionais – pode-se esboçar uma tipologia das estratégias de mediação literária. O panorama que daí resulta estende-se desde a literatura documental até a crítica, a sátira e a denúncia; da literatura e da música populares até os sentimentos de compaixão, culpa e rebeldia por parte dos autores burgueses; de idealizações sentimentais e folclóricas até o engajamento populista, a propaganda e a luta de classes; desde a autorreflexão dos escritores sobre o seu lugar social e os procedimentos de dar aos pobres uma voz na literatura, até os (raros) casos em que pessoas das camadas sociais mais baixas se tornaram autores ou autoras. Para nós coloca-se aqui a tarefa de situar nesse panorama geral da literatura brasileira a obra de Dalcídio Jurandir e de avaliar qual é a sua contribuição específica. Isso é tanto mais necessário quanto, na referida antologia, a literatura sobre a Amazônia se manifesta em apenas dez linhas (um comentário a Euclides

14 Sobre a recepção da obra de D. Jurandir, inclusive a discussão do “regional” e do “universal”, veja-se G. Pressler (2004) e (2006).

da Cunha) e em três versos (de Augusto dos Anjos), sendo que dos escritores *da* Amazônia nenhum está presente. Ou seja, a literatura da região que ocupa cerca de 40 por cento da superfície do país, foi esquecida pela crítica brasileira.

Em comparação com Euclides da Cunha, que escreveu sobretudo *em nome* dos sertanejos e dos caboclos, concedendo-lhes a palavra apenas em alguns momentos, Dalcídio Jurandir constrói a sua obra essencialmente como um espaço para as pessoas do povo se expressarem. Os seus primeiros três romances, que todos têm como cenário a ilha de Marajó, contêm uma detalhada reflexão sobre o lugar social do escritor e são experimentos concretos com diversas estratégias de mediação, o que faz com que eles constituam um enriquecimento significativo para o conjunto da literatura brasileira.

Na sua obra de estréia *Chove nos campos de Cachoeira* (1941), em que a sociedade de uma vila do interior da Amazônia é apresentada a partir da perspectiva micro-histórica de uma família, o que será o caso também na maioria dos romances seguintes, o narrador acompanha ora a perspectiva do menino Alfredo, de uns dez anos de idade, ora a do seu irmão Eutanázio, de quase quarenta anos e que adoeceu de sífilis. O componente erótico desempenha um papel importante na opção do autor por esta figura de sondagem na sociedade local. Com a narração da paixão de Eutanázio pela adolescente Irene e as suas visitas na casa dela, mais uma família é incorporada à apresentação; juntamente com as falas de diversos tipos de informantes que Eutanázio encontra em suas caminhadas pela vila, resulta daí um *tableau* social amplo e representativo. Por outro lado, também o personagem do adolescente Alfredo oferece várias vantagens como figura de mediação, como se percebe logo a partir do capítulo inicial. O fato de ele ser filho de um funcionário público branco, o Major Alberto, e de uma empregada negra, d. Amélia, que o Major, depois de ter ficado viúvo, escolheu como companheira, faz de Alfredo um *go-between* entre as classes, numa sociedade marcada pelo antagonismo entre ricos e pobres e pelo racismo.

No seu segundo romance, *Marajó* (1947), Dalcídio Jurandir, escolheu como figura de mediação o filho rebelde de um fazendeiro. Quais são as vantagens e as desvantagens dessa opção? Podemos supor que o leitor tem inicialmente três bons motivos para identificar-se com esse protagonista: 1) o fato de se tratar de um personagem da classe e da cultura dominantes e que pertence assim como o leitor ao universo da norma culta; 2) a característica da rebeldia, que oferece uma identificação para aqueles leitores que querem olhar além do horizonte de sua própria classe ou são ideologicamente dissidentes; 3) a disposição para o diálogo com os pobres, para o qual o nome Missunga é simbólico. Esse nome designa, como esclarece V. SALLES (1996, p. 67) um “menino branco com linguagem de

negro”. Através de sua ama de leite negra e do contato com outras domésticas que trabalham em sua casa – sendo que com algumas delas o seu pai gerou filhos –, Missunga tem desde a infância uma forte ligação afetiva com as mulheres caboclas. Para a construção do personagem mediador é particularmente reveladora esta passagem:

É verdade, aquela velha negra foi amante de seu pai, seus filhos meus irmãos
(MAR, p. 79).

Através da mudança do pronome possessivo na mesma frase cria-se uma relação muito estreita entre o narrador, que fala na terceira pessoa (“de seu pai”) e o monólogo interior do protagonista Missunga, na primeira pessoa (“meus irmãos”). A familiaridade de Missunga com o mundo dos empregados e a sensualidade de suas memórias de infância o predispõem para ser uma figura que possa introduzir o leitor à cultura cotidiana do povo, sendo que o narrador acompanha a percepção e o pensamento dele, ora de perto, ora se distanciando.

Os *tableaux* etnográficos, nesse romance, nascem em boa parte do interesse de Missunga – que voltou da cidade, onde se cansou dos estudos e das farras – pelo mundo dos caboclos. Enquanto “ficção etnográfica” (a denominação é de Zélia Amador DE DEUS, 2001, p. 94), *Marajó* é estruturado em torno de dois eixos paralelos: a história de Missunga e um correlato roteiro de pesquisa antropológica, traçado em boa parte por ele. Assim o leitor vai conhecendo a topografia social da ilha, em recortes representativos tomados na vila de Ponta de Pedras, e nas fazendas à beira do rio Arari. Como observador participante, Missunga escolhe determinados pontos de encontro, onde descreve as pessoas e entra em contato com o povo. Pontos como a loja do seu pai, junto ao trapiche, onde os homens “vinham com a garrafinha de querosene, pediam sal, uma quarta de café em grão, os dois dedos de tabaco” (p. 67), ou, do outro lado do rio, em Paricatuba, a venda do comerciante Calilo, onde “as cunhatãs [...] iam comprar cheiro e tabaco a troco de açai e lenha” (p. 93); ou a porta da igreja, onde se juntam os rezadores, que são detalhadamente descritos enquanto rezam a ladainha com tio Rafaël (p. 81-86). Em outros momentos, Missunga visita as pessoas em suas casas e conversa com elas: seu Felipe e d. Januária, no sítio deles em Paricatuba (p. 64-66); tio Nelson e d. Marta (p. 71-75); o lenhador mestre Amâncio, no Campinho, e sua filha Guíta (p. 102-110); Alaíde, na barraca onde ela mora com a tia (p. 121-125; e novamente a casa de seu Felipe, onde assiste à sessão espírita de Manuel Rodrigues (p. 134-137). Na viagem com o pai à região do rio Arari, Missunga “corr[e] os campos, as fazendas, dias e dias nas vaqueiradas, [...] ferras, [...] rodeios, embarques de gado nas caiçaras” (p. 272); ele “vai com os vaqueiros para a caça do búfalo nos campos

selvagens” (p. 273), assiste “a tarrafeação, a lanceação” e “a salga do peixe nas feitorias” (p. 280 e 282); ouve as histórias de vaqueiros e pescadores (p. 279); e passa a noite dançando e bebendo no meio dos caboclos (p. 301). A reação deles atesta o sucesso de Missunga como mediador:

Os vaqueiros gostavam dele: um branco muito dado. Não se metia a besta, sabia brincar, selar e montar um cavalo, beber com toda gente, e aprendia a atirar nos patos voando, dava gorjetas, pagava festas, comia em cima da porteira a carne frita na própria gordura que as mulheres lhe traziam (MAR, p. 274).

Essa aceitação por parte dos vaqueiros contrasta com o “alheamento” dos caboclos que Missunga experimentou inicialmente em Ponta de Pedras, quando “tentou pedir a um deles qualquer coisa, falar-lhes para que uma intimidade os unisse, [...] desejos de ir com eles armar camboas para peixe” (p. 67). A diferença entre essas duas atitudes pode ser o sinal de um entrosamento progressivo, mas também um indício da distância e da desconfiança que os caboclos fazem questão de manter em relação ao filho de um dos donos do poder.

A questão da rebeldia do filho contra o seu pai, o poderoso Coronel Coutinho, é complexa. Ela se manifesta tanto no seu experimento de uma reforma social quanto em suas relações com as caboclas. Ambos contêm motivos para o leitor continuar a ver Missunga com simpatia: o seu engajamento social é, em princípio, uma causa nobre, e um romance de amor e de sexo é um contraponto interessante para os estudos antropológicos não ficarem demasiadamente impessoais e abstratos. “Por que viera da cidade para aquele torpor?” (p. 36), pergunta-se Missunga, tentando compreender o que “o empurrav[a] para aqueles matos” da ilha de Marajó. Além do “desengano nos estudos” e do “mal da fartura” (p. 57), no duplo sentido de “abundância” e “fastio”, é a atração que ele sente pelas moças caboclas, bem diferentes daquela moça da cidade com quem namorou por último e que “o queria prender, entregar-se, engatar na sua herança!” (ibid.). Alaíde, ao contrário, era “mansa como a terra” e “se abandonava [...] com uma animalidade tão inocente [...] que havia naquilo a sensação quase do incesto” (p. 110). Missunga resolve também retomar o contato com um outra cabocla, Guíta, com quem brincava na infância, que lhe dera (provavelmente) o apelido de “Missunga” e que agora é uma moça feita, suscitando nele o desejo de “ensiná[-la] a amar, a fazer de seu corpo uma perfeita máquina de prazer” (p. 110). E, como se não bastasse, Missunga, ao passar pela barraca da bela Ormindá, imagina que esta também poderia tornar-se “sua amante, amanhã, quem sabe?” (p. 110).

Onde está, então, a diferença do comportamento de Missunga em comparação com aqueles outros jovens fazendeiros que ele chega a invejar, porque

“tinham [...] as caboclas que queriam” (p. 268) e praticavam nas suas fazendas “as brutas farras com caboclas” (p. 43); e o que o diferencia do seu pai e do seu tio, esses “velhos garanhões felizes”, que “multiplicavam aquele sujo e desgraçado rebanho em que se viu apanhado [...] entre Guíta, Alaíde, e Ormindá” (p. 352-353)? Quando o próprio Missunga imagina que “bem podia ter ele o direito de ser o pai da futura menina do Marajó-açu. Seria mais tarde o patriarca da vila, [...] fazendo raça com as cunhatãs, os afilhados lhe tomando a bênção”; e quando se vê no futuro papel do “padrinho abençoando o povo” (p. 77), ele não reproduz exatamente a mentalidade do Coronel Coutinho? Onde está a rebeldia? O ponto de conflito de Missunga com o seu pai não é o seu interesse erótico pelas caboclas, mas o fato de ele ligar-se a elas também afetivamente: “Cansei-me de procurar uma noiva em nosso meio”, declara ele ao pai (embora “sem convicção”, como observa o narrador), “quero agora uma mulher simples ao meu lado. [...] uma companheira” (p. 266). É isso que preocupa o Coronel, pois uma relação baseada em sentimentos poderia colocar em perigo a situação existente de hierarquia social e de propriedade.

O núcleo da rebeldia é o projeto da plantação Felicidade, que simboliza uma expectativa de ruptura com as velhas estruturas coloniais e de implantação dos ideais da modernização. Ora, há em Missunga uma mistura dessa sua rebeldia social com suas aventuras erótico-sentimentais. Isso influencia também o tipo e grau de uma possível identificação do leitor com o protagonista, da qual o episódio em questão representa o auge e a queda. Um prenúncio é a cena em que o filho do Coronel atira na lama o peixe podre que o comerciante Calilo queria vender para as caboclas. O monólogo interior de Missunga – “gostaria que Alaíde tivesse assistido à cena, e Guíta, e os amigos de Belém que o aplaudiriam” (p. 98) – faz com que o leitor se pergunte: trata-se de uma autêntica defesa dos pobres ou apenas de um gesto teatral, para satisfazer a própria vaidade? Esta pergunta coloca-se mais fortemente no caso da colônia agrária Felicidade, idealizada por Missunga. O projeto é vago desde o início, oscilando entre a dimensão social de providenciar “a felicidade [...] de toda gente” (p. 102) e o idílio particular de fazer “um pomar para Alaíde” (p. 150). Concomitantemente com a chamada de trabalhadores para a plantação, Missunga cultiva o seu duplo relacionamento erótico com Alaíde e com Guíta. Quando, na “caça à Guíta”, Missunga registra “[n]o olhar dela [...] uma infinita simpatia, [...] talvez pelo que ele fazia pelos pobres em Felicidade” (p. 169), fica claro que a ação social é para ele também um meio para a conquista erótica. Durante a execução do projeto – quando as dificuldades se avolumam de forma inquietante – o idealizador do projeto refugia-se no mundo dos prazeres sexuais. A intervenção final do pai, que Missunga queria desafiar com o seu projeto social

e que acaba expulsando os trabalhadores, é sentida pelo filho como um “alívio”: “Era assim o caminho aberto para se entreter, unicamente, com Guíta” (p. 219-220). Com isso, fica claro que, para Missunga, a experiência social de Felicidade, que envolveu dezenas de trabalhadores e suas famílias, estava subordinada às suas aventuras eróticas.

Considerando-se essas premissas da colônia Felicidade, fica fácil entender porque fracassou. O sonho inicial de Missunga foi este:

Estender minhas plantações. [...] Adiante o armazém, casas de colonos, o arrozal nas baixas. Algodoeiros branquejando na luz da manhã. A trepidação dos tratores. Caminhão buzinando na estrada e a felicidade entrando pelos olhos de toda gente (MAR, p. 101-102).

À primeira vista, o projeto pareceu corresponder às necessidades do povo: “agora vai haver trabalho”, “carne” e “muita farinha!” (p. 165-166 e 171); os caboclos chegam a “fala[r] na ‘bondade do moço’” (p. 172). Na execução do projeto, no entanto, revela-se a falta de objetividade (p. 194) e de planejamento consistente: o afluxo dos trabalhadores e de suas famílias é descontrolado e configura uma “invasão” (p. 200); faltam ferramentas e sementes (p. 165 e 171), o abastecimento de comida é improvisado (p. 207), e não há um serviço de saúde para dar conta das doenças e dos acidentes. No meio de toda essa confusão, surge um desentendimento entre Missunga e Alaíde quanto ao posicionamento social dela. O fato de ela engajar-se integralmente pela causa do seu povo, “ajuda[ndo] as mulheres na cozinha, i[ndo] com elas carregar lenha, leva[ndo] comida aos trabalhadores”, provoca impaciência em Missunga, que explica a Alaíde que “o lugar dela não era no meio deles, mas na barraca, ajudando-o” (p. 200). Cria-se uma situação em que o filho do Coronel reconhece que “agira afobadamente” e que “faltava sentido” em seu projeto (p. 201). Ele é dominado então pelo “medo do povo” (p. 200) e teme que “aqueles homens [...] podiam revoltar-se, não saberia como subjugar-los” (p. 194). Não há nenhum diálogo efetivo entre Missunga e os trabalhadores.¹⁵ A mediação social, que ficou por conta da cabocla Alaíde, é precária, pois ela não tem o apoio dele. No triste final, quando as mulheres dos trabalhadores se despedem – “– Alaíde, até a volta, um dia nós se vemos” (p. 222) –, todos sabem que em breve ela seria “mandada embora também tão coisa nenhuma como o povo que partia” (p. 222). Quanto às demais melhorias, sociais, técnicas e econômicas,

¹⁵ Uma cena que evidencia essa falta de diálogo, como já foi bem observado por M. Furtado (2007, p. 105) é a seguinte: “– E os instrumentos? / – Que instrumentos? Os de música? Então vocês antes de trabalhar já querem dança? / Os homens sorriram, com um ar de desânimo e cansaço, os rostos escuros. / – Os machado. As enxada. As foice. / – Ah! Vocês não trouxeram? Eu pensava...” (MAR, p. 165).

que são ainda propostas ou sonhadas por Missunga – uma sociedade de vaqueiros (p. 272), a “drenagem dos campos, para evitar as enchentes” (p. 268), uma “fábrica de conserva de peixe”, um “entrepasto moderno, maquinismos importados dos Estados Unidos” (p. 282) –, ele já perdeu toda a credibilidade. Parece que com o episódio de Felicidade, o romancista alude criticamente a todo um conjunto de projetos de modernização que já foram formulados para Marajó e que fracassaram.

A partir do malogro do projeto Felicidade (capítulo 23) e definitivamente depois de ter entrado na posse da herança (capítulo 47), Missunga procede à liquidação dos seus sentimentos para com suas amantes caboclas. Primeiro com Alaíde, que está esperando um filho dele. Missunga “concluiu, com sórdida amargura, que nenhuma curiosidade tinha pelo nascimento daquela criança” (p. 225); depois do aborto, ele sente “nenhuma piedade por Alaíde!” (p. 241-242). Guíta, então, que ele também engravidou, lhe parece “talvez [...] mesmo a solução menos ruim” (p. 339). Para consolar-se da perda dela, Missunga procura novamente a companhia de Alaíde, que percebe que está sendo usada. Eles acabam se agredindo, e o seu “romance” revela-se finalmente como uma ilusão. No momento em que Missunga se torna herdeiro dos bens do pai, ele “romp[e] de uma vez para sempre com as emoções” (p. 389). Nessa hora está cioso também de sua imagem social: “Não podia aparecer com [Alaíde] na vila [...], não queria ser visto ao lado da cabocla” (p. 390). Alaíde, que sabe que o sentimento se acabou, responde à altura: “Não pense que eu queria que você ficasse. Por isto vá logo. [...] Eu sigo a minha sorte” (p. 392-393). Desfeito o romance entre o filho do fazendeiro e a cabocla pobre, cada um dos dois retorna para o seu meio social.

A tarefa da mediação entre os antagonismos sociais fica agora inteiramente por conta do narrador. Embora o romancista tenha utilizado ao longo da obra também a perspectiva de vários personagens caboclos, ele sabe que com a saída de Missunga perdeu-se a perspectiva de alguém vindo de fora e com uma educação letrada, o que é importante como apoio para o leitor que não é familiar com aquele universo. Contudo, nesta altura, o romance já chegou quase ao fim, e é coerente com o projeto literário geral de Dalcídio Jurandir que nas últimas cenas os caboclos retomem a palavra.

Neste contexto pode ser instrutivo esboçar uma comparação com o protagonista-narrador que Guimarães Rosa criou em seu romance *Grande Sertão: Veredas* (1956) com a figura de Riobaldo. A partir da ótica dos experimentos literários de Dalcídio Jurandir, e de uma concepção da literatura brasileira como um projeto coletivo, o personagem de Guimarães Rosa parece ser o resultado de um processo de aprendizagem. Assim como Missunga, também Riobaldo é filho de um fazendeiro. No entanto, diferentemente daquele “branco”, ele é “de escuro nascimento”, pois a sua mãe é, como no caso de Alfredo, uma mulher pobre

do povo. Nas suas relações amorosas, Riobaldo, diferentemente de Missunga, sabe distinguir muito bem entre suas aventuras eróticas com uma moça do povo (Nhorinhá) e seu noivado com a filha de um fazendeiro (Otacília) – sendo que para o seu amor por Diadorim não existe nenhum paralelo na obra de Dalcídio Jurandir. O sentimento de superioridade e de culpa de Riobaldo em relação aos pobres sertanejos encontra sua expressão na opção do autor por um protagonista que fez um pacto com “o pai da mentira” e o qual, dessa forma, se torna um narrador não confiável. Com tudo isso, Guimarães Rosa reuniu, por assim dizer, vários elementos que estão esparsos na obra de Dalcídio Jurandir e os sintetizou na construção de sua figura de mediador.¹⁶

Como avaliar, em termos de conclusão, a opção do autor de *Marajó* por Missunga como figura de mediação: trata-se de um experimento fracassado ou bem-sucedido? No nível da ação do romance, pode-se falar em malogro, uma vez que o comportamento sentimental do protagonista e as suas ideias românticas de reformas sociais se revelaram como autoenganos. Por outro lado, a trajetória de um personagem que inicialmente é simpático, e com o qual o leitor pode se identificar, e a sua transformação numa pessoa egoísta e antipática, não deixa de ser uma construção narrativa bem-sucedida, na medida em que pode fazer ver ao leitor próximo das camadas dominantes os (autoenganos de um namoro (seu) com projetos de modernização social, nos quais os caboclos, ou seja, as pessoas das camadas de baixo continuam sendo meros objetos, e não ascendem à categoria de sujeitos da história. Em seu terceiro romance, *Três casas e um rio* (1958), Dalcídio Jurandir volta a apresentar o personagem de um filho de fazendeiro que se entusiasma por reformas sociais, Edmundo Menezes, mas desde o início este é apresentado de modo crítico e distanciado. Como figura de mediação social, o autor opta agora definitivamente pelo personagem mais aberto de Alfredo, que apareceu na sua obra de estréia. Diferentemente de Guimarães Rosa, que apresenta com Riobaldo o personagem estilizado de um „jagunço [ou sertanejo] letrado”, Dalcídio Jurandir tematiza com Alfredo a luta de um adolescente pobre do interior pela sua formação escolar. Com isso entram em cena, detalhadamente – como em poucos outros autores brasileiros – as principais estratégias literárias de mediação. Ao mesmo tempo coloca-se em primeiro plano um problema social decisivo e que até hoje não foi resolvido de modo satisfatório: a falta de engajamento, a indiferença e a velada criação de obstáculos, por parte dos ricos e da classe culta, em relação à formação escolar dos pobres.

¹⁶ Estas considerações são apenas hipotéticas e têm aqui uma função meramente heurística. Provavelmente não houve, no caso de Guimarães Rosa, influências diretas de leitura, uma vez que nas pesquisas em sua biblioteca, no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, verifiquei que não consta dela nenhuma obra de Dalcídio Jurandir.

AGRADECIMENTOS

Edna Castro, Rainer Domschke e Fátima Monteiro, por suas observações e sugestões; e ao CNPq, pela bolsa de pesquisa que possibilitou a realização deste estudo.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, W. **Origem do drama barroco alemão**. Tradução Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BOLLE, W. (Org.). Walter Benjamin: Passagens. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. v. 1.
- BOLLE, W. Oficina de leitura dramática: Marajó, de Dalcídio Jurandir. In: SIMÕES, M. (Org.). **Ensino, Pesquisa e Extensão**: reflexões e práticas científico-acadêmicas. Belém: IFNOPAP/UFPA, p. 249-262, 2008.
- CANDIDO, A. **Formação da Literatura Brasileira**. 2 v. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
- CARONE, E. **A República Velha**: instituições e classes sociais. São Paulo: Difel, 1970.
- DE DEUS, Z. A. **Dalcídio Jurandir**: regionalismo, relações raciais e de poder em Marajó e Três casas e um rio. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001.
- DI PAOLO, P. **Cabanagem**: A revolução popular da Amazônia. Belém: CEJUP, 1990.
- FURTADO, M. T. De reses, de homens e mulheres: as cercas do latifúndio em Marajó, de Dalcídio Jurandir. In: ASSIS, R. (Org.). **Estudos comemorativos Marajó – Dalcídio Jurandir – 60 anos**. Belém: UNAMA, 2007. p. 97-122.
- GALLO, G. **Marajó: a ditadura da água**. 2. ed. Santa Cruz do Arari: Ed O nosso Museu, 1981.
- GUERRA, G. Personagens e problemas em Dalcídio Jurandir: O fazendeiro-coronel. **Asas da Palavra**, Belém, v. 8, n. 17, p. 67-73, 2004.
- JURANDIR, D. (1941). **Chove nos Campos de Cachoeira**. 6. ed. Belém: UNAMA, 1998.
- _____. (1947). **Marajó**. 4. ed. Belém: EdUFPA; Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008.

- _____. (1958). **Três Casas e um rio**. 3. ed. Belém: CEJUP, 1994.
- _____. (1959). **Linha do Parque**. 2. ed. Belém: Falangola, 1987.
- _____. (1960). **Belém do Grão-Pará**. 2. ed. Belém: EdUFPA; Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004.
- _____. **Passagem dos Inocentes**. São Paulo: Martins, 1963.
- LEITE, L. C. M. Velha praga? Regionalismo literário brasileiro. In: PIZARRO, A. (Org.). **América Latina: Palavra, Literatura e Cultura**. v. 2: Emancipação do Discurso. São Paulo: Memorial; Campinas: Unicamp, p. 665-702, 1994.
- LEITE, M. V. C. Fazendeiros e vaqueiragem no *Marajó*, de Dalcídio Jurandir. **Asas da Palavra**, Belém, v. 8, n. 17, p. p. 109-119, 2004.
- LÖWY, M. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. Tradução das teses: Jeanne Marie Gagnebin e Marcos Lutz Müller. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MARIN, R. E. A. Ata da Audiência pública “Ocupação das terras e águas do Município de Salvaterra”, lavrada em 10/maio/2005 na cidade de Salvaterra, 5 p., 2005 (cópia xerox cedida pela autora).
- _____. Marajó: tableaux de uma sociedade pós-escravista. In: LEITE, M. (Org.). **Leituras dalcidianas**. Belém: UNAMA, p. 93-112, 2006a.
- _____. (Org.). Quilombolas da ilha de Marajó. Fascículo 7. In: ALMEIDA, A. W. B. de. (Coord.). **Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia**. Manaus;Belém: UFAM; NAEA/UFPA; IAGUA, 2006b.
- _____. (2008). Quilombolas na Ilha de Marajó: Território e organização política. In: LIMA, M. D. de e PANTOJA, V. (Orgs.). **Marajó: culturas e paisagens**. Belém: 2ª SR/ IPHAN, 2008. p. 163-187.
- MIRANDA NETO, J. M. de. **Marajó – desafio da Amazônia: aspectos da reação a modelos exógenos de desenvolvimento**. 3. ed. Belém: EDUFPA, 2005.
- PRESSLER, G. K. A nova recepção da obra de Dalcídio Jurandir. **Asas da Palavra**, Belém, v. 8, n. 17, p. 121-129, 2004.
- _____. Dalcídio Jurandir – A Escrita do Mundo Marajoara não é regional, é universal. In: LEITE, M. V. (Org.). **Leituras dalcidianas**. Belém: UNAMA, 2006. p. 9-17.
- SALLES, V. Chão de Dalcídio. **Asas da Palavra**, Belém, n. 4, p. 66-71, 1996.

Willi Bolle

SCHWARZ, R. (Org.). **Os Pobres na Literatura Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. F. P. von. **Viagem pelo Brasil, 1817-1820**. Vol. III. Tradução Lúcia Furquim Lahmeyer. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981 (1ª ed. do original alemão: 1823-1831).

WALLACE, A. R. **Viagens pelos rios Amazonas e Negro**. Tradução Eugenio Amado. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979 (1ª ed. do original inglês: 1853).

Texto submetido à Revista em 03.02.2011
Aceito para publicação em 24.04.2011



Ciência, cientistas e democracia desfigurada: o caso Belo Monte

Science, scientists and blemished democracy: The Belo Monte case

Francisco del Moral Hernández – Graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Estadual de Campinas, Mestre em Energia, pelo Programa Interunidades de Pós Graduação em Energia da USP e doutorando em Energia pelo PIPGE USP - Programa Interunidades em Energia da USP. E-mail: delmoral@hotmail.com

Sonia Barbosa Magalhães – Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia, Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia, Doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Pará e em Sociologia pela Université Paris 13. E-mail: sm.mag@globo.com

Resumo

A fronteira hidrelétrica avança sobre a Amazônia com grandes obras como Santo Antonio e Jirau no rio Madeira e de maneira decisiva através dos projetos de Belo Monte proposto na Volta Grande do Xingu, licenciado em fevereiro de 2010, e de aproveitamentos no rio Tapajós. Contudo, os grandes projetos de infra-estrutura de geração de energia nesta região revelam conflitos, disputas políticas e econômicas que evidenciam risco aos processos de licenciamento ambiental, no processo de discussão de obras que envolvem bilhões de reais e consequências ambientais e sociais de grande envergadura. Alerta-se neste artigo à deslegitimação do discurso de grupos sociais que se opõem às políticas oficiais de desenvolvimento materializadas na duvidosa e polêmica usina de Belo Monte-PA, baseado na experiência da rede Painel de Especialistas constituído para análise crítica dos Estudos de Impacto Ambiental de Belo Monte e diversos segmentos da sociedade.

Abstract

The hydroelectric frontier in the Amazon is expanding due to the construction of large projects such as Santo Antonio and Jirau in the Madeira River, proposed projects in the Tapajós River, and Belo Monte in the big bend of the Xingu River (licensed in February 2010). Large projects that generate energy in the Amazon region provoke political, social, and environmental conflicts. These conflicts affect the credibility of the Environmental Licensing Evaluation process. Discourse from social groups that oppose development policies for the Belo Monte Hydroelectric Dam project offer insight into the origins and progression of these conflicts. Criticisms of the Experts Panel Network created to analyze the Environmental Impact Assessment in Belo Monte and other sectors of the society are evaluated.

Palavras-chave

Belo Monte. Democracia. Licenciamento Ambiental.

Keywords

Belo Monte. Democracy. Environmental Impact Studies

INTRODUÇÃO

A fronteira hidrelétrica avança sobre a Amazônia com grandes obras como Santo Antonio e Jirau no rio Madeira e de maneira decisiva através do projeto Belo Monte proposto na Volta Grande do Xingu, com licenciamento ambiental “condicional” concedido em fevereiro de 2010, e de aproveitamentos no rio Tapajós e seus afluentes. Projetos hidrelétricos na Amazônia Peruana e Boliviana também são discutidos por governos e empresas. Os grandes projetos de infraestrutura de geração de energia nesta região revelam conflitos e disputas políticas e econômicas que se ramificam e evidenciam risco aos processos de licenciamento ambiental, e ao próprio processo de discussão de obras que envolvem bilhões de reais e conseqüências ambientais e sociais de grande envergadura. Busca-se alertar neste artigo para os riscos contidos na concentração de um discurso que tenta subsumir as violações constitucionais e infraconstitucionais, bem como deslegitimar o discurso de grupos sociais que se opõem às políticas oficiais de desenvolvimento, por meio de um argumento genérico e abstrato pautado em um suposto benefício público ou bem comum. Procura-se evidenciar, a partir da condução do processo de licenciamento da duvidosa e polêmica usina de Belo Monte (PA), como a retórica do “benefício público” é utilizada para legitimar discussões e decisões privadas que colocam o público, interessado e ameaçado, como mero espectador e as instituições como coadjuvantes.

O acompanhamento do processo de licenciamento ambiental da terceira maior hidrelétrica do mundo em capacidade instalada é revelador dos mecanismos que fazem com que uma discussão de interesse público seja esvaziada nos vários espaços institucionais que lhe garantiriam a visibilidade pública, tornando-a, na prática, discussão privada, pouco debatida e simultaneamente excludente quanto à caracterização de área diretamente afetada, população diretamente afetada e ameaçada. E, portanto, sobre os custos sociais, econômicos e ambientais que acabam por ser debitados para toda a sociedade brasileira.

No avanço sobre a natureza em busca de jazidas de megawatts, é solidária à retórica abstrata do “bem comum” a violência institucional e simbólica sobre grupos antagonistas do projeto como ribeirinhos, grupos indígenas e grupos de acadêmicos e pesquisadores que se debruçaram na decodificação das informações presentes no volumoso estudo de impacto ambiental da usina hidrelétrica de Belo Monte.

Um conjunto de evidências observadas nas várias audiências públicas do IBAMA, nos pronunciamentos públicos de proponentes da obra, bem como a fragilidade institucional na condução de controvérsias, a baixíssima circulação da informação notadamente nas áreas ameaçadas, nos conduz à constatação das

afirmativas precedentes, traduzidas na artificialidade e no desfiguramento do processo de licenciamento ambiental.

Os processos de decisão relativos a obras de infraestrutura, que se caracterizam como estruturas de acumulação em si, colocam em evidência e provocam a discussão sobre as condições nas quais as sociedades democráticas enfrentam pelo menos quatro desafios interligados: o primeiro diz respeito à utilização das ciências e das técnicas e da interrelação entre ciência e poder – experts e governo; o segundo diz respeito à redefinição e/ou construção de um espaço público, constituído não apenas de técnicos, mas também de homens e mulheres; grupos sociais, comunidades e povos com histórias e conhecimentos diversos; o terceiro de confrontar-se com o aparato legal que rege a tomada de decisão; e, por último, especialmente no caso brasileiro, o desafio de se interrogar sobre a fidelidade dos governantes aos princípios democráticos e os mecanismos que a sociedade dispõe de fiscalização e controle.

Trata-se, portanto, de pôr em debate o processo de tomada de decisão caracterizado pela submissão ao herói governante e ao monopólio das elites técnicas e econômicas, colocando em pauta possibilidades de confrontação, seja entre saberes das elites científicas, seja entre estes e outros saberes, seja entre poder dos governantes e poderes da sociedade, seja entre risco e incerteza e história e futuro. Enfim, colocando em pauta os mecanismos para construção de um espaço público de confrontação entre especialistas e leigos, políticos e cidadãos. Relatamos no artigo um pouco da experiência que se conformou na rede Painel de Especialistas (grupo de pesquisadores originalmente constituído para realizar análise crítica dos Estudos de Impacto Ambiental de Belo Monte), a mobilização de diversos segmentos da sociedade, inclusive dos Ministérios Públicos Federal e Estadual, de Igrejas, ONGs ambientalistas e sobretudo dos próprios indígenas e de grupos sociais locais – mulheres, populações tradicionais, agricultores, pescadores –, tendo como foco evidências da violência institucional e simbólica no processo de licenciamento ambiental do referido projeto hidrelétrico.

1 A FORMAÇÃO DO PAINEL DE ESPECIALISTAS

Algumas condições se acumularam e se verificaram na formação deste painel o que permitiu um diálogo mais ou menos direto entre a comunidade científica disposta a participar de uma análise crítica do volumoso EIA de Belo Monte, ativistas, lideranças de movimentos locais de ribeirinhos, agricultores, indígenas e lideranças religiosas e de movimentos sociais do sudeste do Pará.

Uma conjunção de fatores e recursos políticos em defesa do rio Xingu sem barragens se consolidou em análise acadêmica materializada em intervenções públicas e produção de pareceres, divulgação de resultados, circulação de informação e atividade militante, politicamente evidenciada. A atividade dos painelistas foi essencialmente de caráter voluntário. Contou com o apoio da FASE, da Rede de Justiça Ambiental, da Coalizão Rios Vivos e teve articulação, posteriormente, a partir das audiências públicas em Altamira, com a plataforma DHESCA – (Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais), uma articulação de 34 organizações e redes nacionais de direitos humanos¹.

A existência de pré-disposição histórica dos movimentos sociais, organizações não governamentais e de grupos de pesquisadores envolvidos com a problemática das consequências ambientais e sociais dos empreendimentos hidrelétricos na Amazônia e particularmente no rio Xingu, favoreceu a composição e as atividades do grupo. Isto é, ao longo do tempo, diversos especialistas têm-se mobilizado para tornar públicas as graves consequências que o barramento do rio Xingu, em seu trecho denominado Volta Grande, poderá acarretar para a importante diversidade sociocultural e biológica da região: em 1989, foi publicada “As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas”, coletânea organizada por Lucia Andrade e Leinad Ayer Santos (Comissão Pró-Índio de São Paulo); e em 2005, o livro *Tenotã-mõ*, organizado por Oswaldo Sevá e Glenn Switkes (disponível em <http://internationalrivers.org/files/Tenotã-Mõ.pdf>). Ambos, objetivando alertar a sociedade para os graves riscos sociais e ambientais inerentes ao projeto Belo Monte – vale dizer, em suas diversas versões –, sinalizavam também para a importância da expertise na construção do debate público.

Uma nova rearticulação de forças em torno do Movimento Xingu Vivo para Sempre, amalgamada pelo encontro dos Povos Indígenas em Altamira, ocorrido em maio de 2008 e que teve desdobramentos perenes como reuniões de discussão em localidades ribeirinhas e na região rural dos travessões da Transamazônica, em novembro de 2008, citadamente na Vila da Ressaca, no município de Senador José Porfírio e na comunidade São Francisco das Chagas no município de Vitória do Xingu, foi decisiva para um estreitamento de compromissos entre grupos de pesquisadores, comunidades locais e lideranças de movimentos sociais locais, nacionais e globais. Compromissos e reuniões que se estenderam por todo o ano de 2009 e perduram sob diversas formas, tempos e lugares.

1 Os recursos financeiros para viabilizar as reuniões com as populações locais, algumas passagens aéreas, organização administrativa mínima, reprografia, cópias de DVDs, ajudas de custo, não superaram a casa de R\$ 75.000, o que atesta o caráter voluntário, haja vista o valor das passagens aéreas para um deslocamento São Paulo-Altamira, com baldeação em Belém, por exemplo, e o engajamento de 40 pesquisadores. A captação destes recursos foi difícil, envolvendo a FVPP – Fundação Viver produzir e Preservar, International Rivers, WWF-Brasil e Instituto socioambiental.

O grupo formado contou com a participação de 26 pesquisadores signatários de pareceres e textos de apoio e 14 outros colaboradores. Um total de 40 especialistas que compuseram a rede – com troca de informações sobre o processo de licenciamento. Neste corpo de pesquisadores ligados a várias universidades brasileiras e a algumas estrangeiras, trabalharam antropólogos, sociólogos, biólogos, engenheiros elétricos e mecânicos, economistas geógrafos, especialistas em energia, ecólogos, ictiólogos, hidrólogos, etnólogos, zoólogos, cientistas políticos e pesquisadores da área de saúde pública e da assistência social.

O calendário imposto pela celeridade do processo de licenciamento ambiental exigiu a leitura das cerca de 20 mil páginas do EIA, em menos de 90 dias, para a produção de uma análise que provesse uma espécie de decodificação das informações e levantamento de insuficiências, para o diálogo e a capacitação de várias lideranças. Objetivava-se, em suma, realizar um exercício de tradução que favorecesse a divulgação dos detalhes do projeto, caracterizações geográficas, etc. e suas consequências sociais, ambientais e econômicas.

2 AS PRIMEIRAS REUNIÕES PREPARATÓRIAS: DELIMITAÇÃO DAS ANÁLISES, AÇÕES, EXPECTATIVAS E POSICIONAMENTO POLÍTICO

Com o objetivo de definir uma metodologia comum e o esboço das expectativas de um produto final, foram realizadas reuniões iniciais em Belém - PA com um bom número de pesquisadores que tinham graus distintos de aprofundamento da leitura do EIA. Posteriormente, por meio de uma rede de correio eletrônico, fizemos circular e compartilhar informações, comunicados circulares, mantendo também o intercâmbio entre os painelistas e organizações.

O diagnóstico de partida, substrato da atuação, baseava-se na constatação de que havia forte posicionamento contrário dos movimentos sociais e ambientalistas, estudiosos, desde agora e do passado, quanto a este projeto. Seguiu-se a avaliação de que, não obstante a existência deste posicionamento legítimo, que diz respeito à manutenção dos modos de vida das pessoas da região – que é sistematicamente estigmatizado como “obstáculo ao progresso” e destituído de importância – era necessário construir, a partir dos próprios dados contidos no EIA, os argumentos que atestam os riscos e a fragilidade do projeto.

Os empreendedores já utilizavam recursos econômicos e políticos – fortes e desiguais – para caracterizar a obra como de interesse nacional e construir no senso comum sua inexorabilidade e sua necessidade para remediar o problema

energético brasileiro. Associada a essa conduta também estaria associada a presença da expertise contratada, ligada à tecnocracia estatal e à indústria hidrelétrica (*Dam Industry*).

Partimos de um diagnóstico preliminar, com base em estudos já realizados por alguns painelistas, de que não havia clareza nos estudos quanto a números (energia, custos) e planos diretores, propostas, nem caracterização real da população e área atingida – predominavam critérios e categorizações administrativas de área de influência e do conceito de atingido. E, gravemente, ocultavam-se os riscos e efeitos da redução da vazão do rio Xingu em seu trecho denominado Volta Grande. Por acréscimo, numa espécie de “fuga para a frente”, deixava implícito que a regularização adequada de vazão para o funcionamento de Belo Monte somente seria concretizada com barramentos futuros no Xingu, a montante do projeto proposto. Qualificamos esta situação como reedição dos capítulos dos projetos da década de 1980, agora com estratégia política de escrevê-los e desenvolvê-los de trás para a frente, iniciando-se por Belo Monte e construindo barramentos adicionais no sentido contrário à direção das águas do rio e no sentido contrário do que publicamente o governo apregoava.

Considerando que naquele momento já havia avaliação de que o EIA apresentava insuficiências e omissões (deliberadas ou não), politicamente nos colocamos as seguintes balizas:

1 - Manter o tom crítico (bem próximo aos dois painéis realizados em 1988 e 2005), alertando sobre a possibilidade real de surgimento posterior de no mínimo um barramento a montante do atual projeto proposto;

2 - Desconstruir/desmontar conceitos e índices utilizados para simples propaganda (índice de alagamento, custo por MW gerado ou instalado?).

3 - Evidenciar a inviabilidade econômica, social e ambiental do empreendimento, a partir da inadequação dos próprios dados apresentados.

Naquela ocasião, avaliamos que o curto tempo de que disporíamos (3 meses no máximo) para varrer cerca de 20.000 páginas do EIA, além de consultas a outras tantas páginas dos estudos de Viabilidade Técnica e Econômica, termos de referência do IBAMA, análise de correspondência trocada entre IBAMA e proponente do EIA, demandaria uma abordagem mais objetiva e disciplinada para:

- Realizar uma leitura crítica do EIA, de modo a apontar insuficiências no estudo;
- Subsidiar o posicionamentos dos movimentos sociais;

- Não colocar nossas discussões no sentido de apontar alternativas ao projeto;
- Compilar os motivos do porquê não construir Belo Monte;
- Promover intercâmbio entre os pesquisadores na produção dos pareceres individuais;
- Objetivar o apontamento de questões essenciais e a produção dos informes.

O “produto final” deveria focalizar quatro frentes gerais:

- 1 - Produção de informação útil e de circulação imediata principalmente nas regiões ameaçadas e aonde quer que se discuta o projeto;
- 2 - Compilação de argumentos potenciais para uma ação civil pública;
- 3 - Compilação de argumentos úteis claros e selecionados para utilização em eventuais audiências públicas;
- 4 - Equalização geral de informação quanto a consequências do projeto no interior de toda a equipe, permitindo a participação ramificada de todos os membros do painel no debate público que imaginamos iria proliferar.

Os posicionamentos dos pesquisadores se aprofundaram com a leitura sistemática do EIA e com a troca de informações, mapas com posições preliminares que traziam de suas leituras e aprofundamentos individuais.

3 PONTOS DE ESTRANGULAMENTO ANALÍTICO ENCONTRADOS NO EIA

Conforme acima mencionado, optou-se por fazer uma leitura a partir das competências de cada um dos integrantes do painel, de modo a selecionar pontos críticos apresentados no EIA. Desse modo, não se tratava nem de uma análise exaustiva nem da produção de um EIA alternativo ou de um contra-EIA. Com estas definições e com as limitações, sobretudo do tempo que dispúnhamos, concluímos por cinco pontos que consideramos de “estrangulamento analítico do EIA”:

a) Os conceitos de área diretamente afetada, áreas de influência e de atingido

Os conceitos utilizados fazem parte de acepções contidas no Manual da Eletrobrás (1988), distante, portanto, do que se exigiria de uma obra de tal envergadura e com tal ineditismo técnico (a proposta de desvio do leito original

do rio Xingu alterando de maneira irreversível a Volta Grande do Xingu). Consideramos ser este um oportuno exemplo para evidenciar a conexão entre pressão institucional e desfiguramento do licenciamento ambiental, no qual as regiões ribeirinhas e populações ameaçadas pelo “trecho de vazão reduzida” não foram consideradas como diretamente afetadas, não obstante a sinalização de profundas alterações futuras em seus modos de vida e mesmo sem evidências da garantia de segurança hídrica. Trata-se da histórica insuficiência do reconhecimento das populações e áreas de jusante que, no caso de Belo Monte, apresenta duas áreas: uma abaixo de Pimental e outra abaixo de Belo Monte propriamente dita. A jusante de Pimental caracteriza-se por ser um trecho inédito de vazão reduzida (ou sequeiro, como queiram) de mais de 100 km, onde vivem centenas de famílias, em localidades diversas como Garimpo do Galo, Ilha da Fazenda, Ressaca e adjacências. Esta omissão tenta, sobretudo, descaracterizar a incidência do projeto sobre terras indígenas.

A omissão, portanto, se apresenta como invisibilização das populações e de seus direitos de manter seus modos de vida ou serem reconhecidos como ameaçados. Mas, mais do que isso, tenta “contornar” a inequívoca agressão aos direitos dos Povos Indígenas, assegurados constitucionalmente. Concorre ainda para o agravamento da análise sobre as populações atingidas, a ausência de metodologias adequadas seja para a previsão da população que migraria para a área seja para a população rural já estabelecida.

b) Os povos indígenas atingidos.

“O *Painel de Especialistas*, sobretudo, chama atenção para a retórica sobre os impactos na Volta Grande, chamado —Trecho de Vazão Reduzida—, que **oculta, dentre outros, o fato de que Terras Indígenas – Juruna do Paquiçamba e Arara da Volta Grande – são “diretamente afetadas” pela obra. E, ademais, grupos Juruna, Arara, Xipaya, Kuruaya e Kayapó, que**, imemorial e/ou tradicionalmente, habitam as margens deste trecho do Rio.” Esta omissão significa uma violação clara e direta aos direitos dos Povos Indígenas, assegurados tanto na Constituição Brasileira quanto na Convenção 169 da OIT – as quais determinam que os Povos Indígenas afetados sejam antecipadamente consultados por meio de procedimentos probos. Remarca ainda que os Xipaya da Terra Indígena Xipaya foram excluídos, inexplicavelmente, dos estudos. Todos os argumentos constantes dos itens “a” (acima) e “c” (abaixo) mencionados, concorriam para o que o Painel afirmava. Tanto mais porque todos os relatórios integrantes dos chamados “Estudos Etnológicos” são claros em informar que os índios foram apenas informados sobre o projeto – **não consultados**.

c) Os estudos hidrológicos, envolvendo níveis de água, hidro sedimentologia e implicações sobre lençol freático e desdobramentos sobre a qualidade da água, atestado pelos estudos adicionais solicitados pelo IBAMA

Um dos aspectos mais sensíveis e inéditos deste projeto é o seccionamento do rio Xingu na ilha Pimental, o que deixaria $\frac{3}{4}$ do trecho do rio, denominado Volta Grande (cerca de 100 km), com a vazão drasticamente reduzida a um mínimo de $700\text{m}^3/\text{s}$. Baseado nos dados do EIA e em simulações próprias, o Painel afirma que haverá severa diminuição dos níveis de água neste trecho seccionado do rio e diminuição drástica do lençol freático, além da redução de níveis de água de até cinco metros em trecho entre a barragem Pimental proposta e a foz do rio Bacajá. Na altura da cidade de Altamira, o efeito é inverso, o lençol freático se eleva e aumentam os riscos do afloramento de água na cidade. Os estudos de hidrologia do painel revelam severas omissões no EIA: inexistência de simulação e avaliação dos níveis de água a jusante da barragem Pimental; insuficiência dos estudos de sedimentologia e de análise da elevação do lençol freático. A não inclusão de uma análise da diminuição dos níveis de água do rio Xingu e de sua flutuação estacional, como consequência da redução da vazão, fez com que o Painel levantasse o alerta de que sem uma análise aprofundada das consequências da redução dos níveis de água em todo o trecho da Volta Grande, não é possível estabelecer conclusões sobre a magnitude dos impactos nesse trecho ou mesmo afirmar a suposta consistência do hidrograma de vazão reduzida.

d) O prejuízo econômico do funcionamento sazonal e a necessidade de barramentos futuros

A ociosidade operativa de Belo Monte, imposta inexoravelmente pela vazão natural flutuante do rio Xingu ao longo do ano, abre possibilidades para barramentos futuros com vista à regularização da vazão oferecida à casa de força principal. A análise de Belo Monte não pode estar dissociada da idéia de barramentos futuros no rio Xingu, que poderiam regularizar uma vazão suficiente para acionar, durante o ano todo, a potência instalada e reduzir o *gap* entre esta e a energia efetivamente gerada. Esta omissão na análise, simultaneamente, afeta a conclusividade sobre a viabilidade técnica e econômica da obra, bem como abre capítulos futuros de ameaças ambientais e sociais já identificadas no passado sobre grandes extensões territoriais potencialmente alagáveis.

e) A perda de biodiversidade

Alerta-se que, apenas com base no caráter irreversível do impacto sobre a ictiofauna no Trecho de Vazão Reduzida, a conclusão técnica que deveria ser formalizada no EIA é de que o empreendimento AHE Belo Monte do ponto

de vista da ictiofauna é tecnicamente inviável, visto que irá destruir uma grande extensão de ambientes de corredeiras tanto no TVR quanto na área do lago. Não existe compensação ambiental à altura desses impactos sobre a ictiofauna. Esse trecho do rio Xingu é formado por uma série de canais, corredeiras e habitats únicos que terão sua funcionalidade perdida. A vazão reduzida irá provocar a mortandade de milhões de peixes ao longo dos 100 km ou mais da Volta Grande e não há medida a ser tomada que mitigue ou sequer compense este impacto. A biodiversidade presente na região se ampara na barreira geográfica que são as corredeiras e pedrais da Volta Grande que isola em duas ecorregiões os ambientes aquáticos da bacia do rio Xingu. O sistema de eclusas proposto poderia romper este isolamento, podendo causar extinção de centenas de espécies, além de impactos socioeconômicos imprevisíveis.

4 A PARTICIPAÇÃO NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO IBAMA

Ocorreram apenas quatro audiências públicas, todas em setembro de 2009: Brasil Novo, no dia 10; Vitória do Xingu, no dia 12; Altamira, no dia 13 e em Belém no dia 15.

O anúncio da realização das audiências instaurou a polêmica sobre a conveniência da participação do grupo. Tínhamos a compreensão geral de que pouco espaço seria destinado à discussão substantiva. Mas, diante da heterogeneidade de opiniões entre os grupos que nos davam suporte, decidimos por uma participação engajada, que consistiu em propor questões, levantar pontos insuficientes, trazer a público a argumentação dos grupos proponentes do projeto e do EIA, assim como publicizar, sobretudo para a equipe do IBAMA que fazia a análise do EIA, os principais pontos de estrangulamento acima mencionados. Seria também uma espécie de sinalização pública de uma associação possível: a independência crítica na análise e o seu desdobramento em ação militante junto a movimentos sociais e de ameaçados.

Preparamo-nos para formular questões, fazer gravações de partes da audiência, tirar fotos, filmar, coletar informações. Na segunda e na terceira audiências públicas, em Vitória do Xingu e em Altamira, foi montada uma bancada com impressora e *laptops* para fazermos solicitações e anotações rápidas e formular questões nos impressos apropriados.

As audiências públicas foram extremamente longas, nas quais a exposição dos benefícios da obra, a exposição dos processos de licenciamento e os pronunciamentos de autoridades tomavam meia dúzia de horas, levando à exaustão

o público. Verificou-se nas três primeiras audiências públicas que o debate substantivo ficou restrito às poucas pessoas que permanecem no local por pelo menos seis horas e que na prática reúne pessoas com convicções mais fortes sobre o projeto. O público mais sedento de informações se retirou antes dessa fase. Isto aconteceu de maneira indubitável na audiência de Altamira. Sobretudo, os indígenas se retiraram antes da fase de debates.

O Painel direcionou várias intervenções durante o encaminhamento oral de questões, restrito a uma pergunta por pessoa, e encaminhamos 68 perguntas por escrito, devidamente registradas em protocolo posterior.

A quarta e última audiência foi marcada pelo protesto público dos Procuradores dos Ministérios Público Federal e Estadual, já pronunciado durante a sessão realizada em Altamira. Este protesto esteve ancorado na violação da prerrogativa de participação específica dos Procuradores, como integrantes da mesa; e na absoluta falta de espaço para abrigar centenas de pessoas que desejavam participar da reunião e que eram contidas no hall de entrada do estabelecimento (Centur, em Belém) por efetivos da Força Nacional, das Polícias Federal e Militar.

Cabe relatar que, por meio de uma manobra que tentava mascarar a negação do princípio participativo que suporta a realização das audiências públicas, foi proposta pelos organizadores do evento, em Belém, a admissão selecionada de “painelistas” que se encontravam no hall, em meio à multidão excluída do recinto, inclusive grupos indígenas que, independentemente, mobilizaram-se para esta participação.

O protesto dos Procuradores, desta feita, resultou no esvaziamento da plenária, no qual se incluiu a retirada de todos os painelistas que haviam adentrado ao recinto, e, conseqüentemente, no esvaziamento do debate.

5 ENCAMINHAMENTO DE PARECER AO IBAMA

Os pareceres completos produzidos a partir do envolvimento individual dos pesquisadores com a temática das barragens propostas no Xingu, da leitura do EIA e análises sobre o processo de licenciamento ambiental, envolvendo inclusive desdobramentos dos acontecimentos das audiências públicas que já haviam sido realizadas foram encaminhados ao IBAMA e ao Ministério Público Federal, e protocolados em 1 de outubro de 2009, atendendo os prazos e formas estabelecidos.

No corpo do volume protocolado, ainda constavam críticas ao célere cronograma de disponibilização pública do Estudo de Impacto Ambiental; à

forma parcial desta disponibilização, tendo sido o último volume disponibilizado – incompleto – 48 horas antes da primeira audiência pública. Chamava-se a atenção, ademais, para que não se repetissem processos de licenciamento realizados em outros empreendimentos, que não seguiram o curso adequado, contrariando as exigências do próprio IBAMA. Alertava-se também para o agravo histórico do Tribunal de Contas da União, no qual este Tribunal adverte sobre a recorrente falta de acompanhamento das condicionantes ambientais associadas a concessões de licença e caracteriza responsabilidades sobre seu não cumprimento.

De partida, o Relatório do Painel de Especialistas abria seus resultados, alertando para os princípios democráticos já ameaçados na condução das audiências públicas e sinalizando para a impropriedade jurídica e técnica da licença ambiental condicional – um precedente perigosamente aberto com as barragens do Madeira, sobre o qual o próprio Tribunal de Contas já havia constatado a inobservância e a imprudência.

6 DIVULGAÇÃO PÚBLICA DOS RESULTADOS

A divulgação dos resultados deveria dar conta de várias frentes demandantes, e de outras que imaginávamos potencialmente interessadas em nossas análises. Em um primeiro patamar se situavam os movimentos sociais e organizações que solicitaram ajuda e caracterizaram a necessidade de um Painel. Munidos dos resultados poderiam se instrumentalizar com informações para fazê-las circular nos ambientes urbano, e rural, sobretudo entre ribeirinhos e nas aldeias ameaçadas, seja na Volta Grande seja ao longo do rio Xingu. Poderiam também utilizar seu conteúdo para fazer denúncias substanciadas relativas a aspectos de maior detalhe sobre o projeto, seja no âmbito técnico-econômico ou político, posicionando-se como interlocutor qualificado frente a um ambiente de discussão fundamentalmente regido pela tecnocracia estatal e de grandes empresas da construção civil. Esperava-se que as informações e alertas sobre a precariedade do EIA e do processo de licenciamento ambiental fluíssem e se ramificassem pelas redes constituídas pelas organizações que se posicionaram em defesa do rio Xingu.

Registra-se aqui que foram os movimentos sociais e toda a rede de organizações não governamentais articuladas pelo Movimento Xingu Vivo para Sempre que cumpriram o papel de publicizar as informações, dando visibilidade ao trabalho realizado.

Deste modo, o Painel acabou por contribuir para:

- Munir o Ministério Público Federal com informações para possível subsídio de ações civis públicas;

- Propiciar interlocução no parlamento e com outras esferas de governo;
- Estabelecer um espaço público de discussão através das agências de notícias, interconectado com o diálogo com a academia e a possibilidade de algum debate efetivamente público com tomadores de decisão. Nesse sentido, foram feitas audiências com Juízes Federais, com a presidência do IBAMA e com o Presidente da República. Inúmeros artigos foram escritos em jornais, revistas. Entrevistas foram concedidas após a divulgação de *releases* e nos momentos anteriores e precedentes à concessão da licença ambiental “condicional” e nos momentos relacionados ao leilão de energia associado ao empreendimento. Muitos debates, aportes de informação em *blogs*, em palestras, dentro e fora de universidades, organizações de atingidos e nas próprias comunidades e aldeias ameaçadas.

- Subsidiar informações para as comunidades ameaçadas, através de cartilhas, boletins manifestos, entrevistas por rádio etc.

O inexistente debate entre proponentes e oponentes: fuga para a frente, clima de fato consumado e invisibilização da controvérsia como recurso político. Todo o processo foi e continua a ser marcado por uma orquestração no sentido de esvaziar a discussão e o debate público sobre as consequências, não apenas sociais e ambientais, mas também econômicas, da implantação do projeto Belo Monte, especialmente nos momentos críticos: período precedente à concessão da licença ambiental prévia e no período anterior à efetivação do leilão e formação dos consórcios pleiteantes.

Após o encontro de maio de 2008 no ginásio municipal de Altamira, o primeiro debate com proponentes diretos do projeto e oponentes ocorreu somente após a concessão da licença prévia em um debate ao vivo na TV Católica em Brasília em 8 de abril de 2010. A partir da concessão da licença prévia condicional, apenas na audiência pública na Comissão de Direitos Humanos no Senado Federal (2/12/2009), sessão presidida pelo Senador Cristovam Buarque, compareceu um substituto do Presidente da FUNAI – foi severamente questionado pela índia Tuíra e por José Carlos da Terra Indígena Arara do Maia. Embora convidados, os proponentes do projeto, o Ministério das Minas e Energia, o Ministério do Meio Ambiente, Empresa de Pesquisa Energética e IBAMA estiveram ausentes:

- Nas audiências públicas no Senado Federal e na Câmara dos Deputados (7/4/2010), (ambas no âmbito de suas comissões de direitos humanos);

- Na audiência Pública no Ministério Público Federal, 4ª Câmara (1/12/2009).

7 A VISÍVEL PRESSÃO INSTITUCIONAL OU ELEMENTOS SOBRE A GÊNESE DA LICENÇA CONDICIONAL

Cumpre-nos comentar que houve pressão institucional por parte da direção do IBAMA no sentido de tornar mais célere o processo de análise e concessão da licença prévia – portanto, tronada condicional. Analistas ambientais do IBAMA, responsáveis pela análise do processo de licenciamento manifestaram desconforto em conceder a licença prévia, e caracterizar a viabilidade ambiental do projeto, considerando, dois dias antes da liberação não havia elementos suficientes para atestar a viabilidade ambiental do empreendimento.

Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, de 6 de dezembro de 2009, o ex-coordenador geral de Infraestrutura de Energia Elétrica do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Leozildo Tabajara da Silva Benjamin, afirmou que pediu demissão após uma reunião em que o ministro “tentou ensinar” os analistas ambientais do instituto a fazer licenciamento. Além dele, o diretor de Licenciamento, Sebastião Custódio Pires, também pediu demissão.

Por fim, cabe ainda mencionar o posicionamento da Advocacia Geral da União, ao afirmar que tomaria a iniciativa de processar quem dispara ações civis públicas e concede liminares contra projetos e processos governamentais – uma inequívoca intimidação ao trabalho de procuradores e juízes.

8 DESLEGITIMAÇÃO DO DISCURSO DE GRUPOS SOCIAIS QUE SE OPÕEM ÀS POLÍTICAS OFICIAIS DE DESENVOLVIMENTO

Os fatos acima apontados e outros relativos à condução política recente de processos de licenciamento e construção de obras de infraestrutura, desde o chamado período de redemocratização aos dias de hoje, não nos oferece elementos de evidência de que os desafios políticos para a concretização de uma sociedade democrática estejam no trilho seguro de sua superação. Por que isso não se realiza?

Vivemos em uma quadra histórica em que a democracia liberal apresenta seus limites. Paradoxalmente, elementos constituídos a partir dela, como a própria legislação ambiental, a consolidação dos direitos indígenas e de povos tradicionais, conquistados no âmbito da constituição de 1988 e regulamentações posteriores aparecem como fatores insuportáveis, quando terras ribeirinhas, rios, florestas são identificados como jazidas de megawatts. Instaura-se um campo de disputa, no qual os recursos políticos são desiguais, principalmente quando se faz sucumbir

os parâmetros de igualdade, ainda que insuficientes, assegurados pelas leis. Neste contexto, emerge a orquestração e proliferação de chavões da estirpe de, “a democracia não pode ser um estorvo ao desenvolvimento”, “forças demoníacas se opõem ao progresso”, “temos que vencer os entraves, ambientais, indígenas e dos tribunais de contas”.

O recurso à publicação de notas em jornais de grande circulação, tentando fazer omitir a condicionalidade da licença ambiental, anunciando datas para início da construção que, embora sucessiva e sistematicamente adiadas, tentam fazer crer a inexorabilidade do empreendimento. As disputas, as controvérsias, as ilegalidades são omitidas, assim como as pressões sobre o órgão licenciador, metamorfoseadas em infindáveis reuniões com os técnicos e inúmeros documentos incompletos, quando não dissonantes daquilo que foi demandado.

Por outro lado, o recurso pseudometodológico de invisibilidade das populações, acima mencionado, transmuta-se em reuniões parciais com indígenas em Brasília, em reuniões fechadas com prefeitos e outros segmentos, a partir dos quais inibem-se mais ainda os espaços de discussão e proliferam-se as informações do fato consumado.

Não pode ser omitido, também, o fato objetivo de que a redação de um EIA, envolvendo um custo altíssimo, equipes numerosas – que segundo nosso entendimento produziram algumas descrições muito bem feitas –, não tenha produzido em seu conjunto uma avaliação que fugisse do senso comum que caracteriza as áreas ameaçadas como insignificantes na sua economia, carentes de serviços públicos e marginalizadas do progresso. Parece-nos que a redação final do estudo se afasta do trabalho mais dedicado que as equipes de pesquisadores tiveram no levantamento de campo – (excetuando-se aqui os levantamentos socioeconômicos, aos quais são pertinentes críticas mais severas quanto à metodologia e análise dos resultados).

Mencione-se ainda, a invisibilização das grandes ONGs e movimentos sociais que tem visibilidade internacional e capilaridade na divulgação de informações e em sua luta, atribuindo ao seu trabalho restrições e desabono – grupos alienígenas alheios ao espaço do progresso e desenvolvimento.

O processo de invisibilização dos movimentos sociais e de enfraquecimento da resistência é recorrente a cada obra, de acordo com a conjuntura, mas, sobretudo, com a disponibilidade do apoio oficial, por meio de um conjunto de ações que fazem parte de uma determinada maneira de tratar os conflitos e assediar os ameaçados.

9 VIOLAÇÕES CONSTITUCIONAIS E DE TRATADOS INTERNACIONAIS OBSERVADAS

O processo de licenciamento ambiental do AHE Belo Monte vem sendo conduzido violando o direito constitucional de consulta prévia às populações indígenas que serão afetadas direta e indiretamente por este empreendimento. Tal direito é garantido pela Constituição Federal e reforçado pelo artigo 6 da Convenção 1690 da OIT, ratificada e incorporada pela legislação brasileira no ano de 2003 e pelos artigos 19 e 32 da Declaração das Nações Unidas sobre Direitos dos Povos Indígenas aprovada pelo Brasil em 2006.²

Uma grave violação aos direitos humanos observada durante o processo de licenciamento ambiental: a não realização das Oitivas Indígenas, obrigatórias pela legislação brasileira e pela Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil em 2002. A convenção garante aos indígenas o direito de serem informados de maneira objetiva sobre as consequências de projetos propostos e de terem sua opinião registrada, ouvida e respeitada. Em audiência Pública na comissão de Direitos Humanos no Senado Federal, diante do diretor da FUNAI, lideranças indígenas da Volta Grande apresentaram documentação em vídeo e testemunharam que não foram feitas oitivas indígenas.

Em momento anterior (novembro de 2009), declarações de indígenas presentes no II Encontro dos Povos da Volta Grande do Xingu afirmaram não terem sido ouvidos pelo órgão indigenista (FUNAI) e que não tiveram a oportunidade de externar suas dúvidas e questionamentos ao projeto. Os indígenas reiteraram, na ocasião, que as visitas preliminares da FUNAI às aldeias, ocorridas antes da concessão do licenciamento ambiental condicional, não eram e nem substituiriam as oitivas indígenas previstas na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (LISBOA; ZAGALLO, 2010).

² Trecho de carta endereçada ao Ao Exmo Sr. Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva com cópia para vários ministros e presidentes do IBAMA e FUNAI Aldeia Piraçu, 1 de novembro de 2009, 212 lideranças dos povos indígenas Mebengôkre (Kayapó), Xavante, Yudjá (Juruna), Kawaiwete (kaiabi), Kisêdjçe (Suiá), Kamaiurá, Kuikuro, Ikpeng, Panará, Nafukua, Tapayuna, Yawalapiti, Waurá, Mehinaku e Trumai, Habitantes da bacia do rio Xingu e das regiões circunvizinhas, reunidos numa assembleia na aldeia Piraçu (TI Capoto/ Jarina) desde o dia 28/10/2009.

COMENTÁRIOS FINAIS

A experiência do Painel mostra a possibilidade de produzir avaliações críticas em uma parceria do movimento social com a academia. Isto é, a ação dos pesquisadores mostrou algo que parece, ao som do senso desavisado, como algo impossível – a possibilidade de posicionamento político, análise crítica e aproximação do saber científico ao saber tradicional. Surgem desafios adicionais para iniciativas como o do *painel de especialistas*, quando se constata a retração do espaço público de discussão e de circulação das idéias e mais, um constrangimento e intimidação daqueles que se posicionam contrários a projetos governamentais, sejam eles cientistas, ativistas, ribeirinhos, analistas ambientais, indígenas, procuradores, juízes. Tal desafio é principalmente importante porque traduz riscos e/ou arranhões ao processo democrático. Pressupõe todo o trabalho do Painel contribuir para a construção de um espaço público com debates qualificados, que permitam aos mais diversos atores da sociedade brasileira, em especial àqueles mais próximos de Belo Monte – espacial e politicamente – decidirem sobre os pesados ônus impostos por determinadas alternativas de produção de energia e, no limite, de opções de desenvolvimento.

Nota final: está presente em cada linha deste artigo a saudade de nosso amigo Glenn Switkes, ativista em defesa dos rios, entusiasta da formação do Painel, elo comum deste esforço em cadeia que se expressou através de sua visão humanista e sua interpretação correta da complexidade envolvida pelo seccionamento dos rios e alteração da natureza e dos modos de vida dela decorrentes. Glenn nos deixou no período compreendido entre o término das audiências públicas e a concessão da licença ambiental condicional, anterior ao carnaval de 2010. Sem saber do mal que o acometia, navegou pelo Xingu para divulgar as informações resultantes do Painel e de outras tantas informações que tinha até novembro de 2009. Suas cinzas foram espalhadas no leito do Xingu Vivo.

REFERÊNCIAS

O ESTADO de São Paulo. Minc nega pressão por licença ambiental de Belo Monte. 07 de dezembro de 2009, 13h 44, Pedro Dantas-Agencia Estado. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/economia,minc-nega-pressao-por-licenca-ambiental-debelo-monte,478075,0.htm>

IBAMA. **Parecer 114/09**. Análise Técnica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte, processo nº 02001.001848/2006-75. Brasília: COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, 23 nov.,2009.

IBAMA **Parecer 06/2010**. A análise técnica das complementações solicitadas no Parecer 114/09, referentes ao Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte, processo nº 02001.001848/2006-75. Brasília: IBAMA, COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, 26 jan., 2010.

IBAMA. **Nota técnica nº04/2010**. Atendimento ao Memo nº 30/10/GPIbama, referente ao Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte, processo nº 02001.001848/2006-75. Brasília: COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, 29 jan., 2010.

LISBOA, M. V.; ZAGALLO, J. G. C. Relatoria Nacional do Direito Humano ao Meio Ambiente. Relatório da Missão Xingu - violações de direitos humanos no Licenciamento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Plataforma DHESCA, abril 2010.

MAGALHÃES, S.; HERNANDEZ, F. (Orgs.). **Painel de Especialistas**. Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. 2009. Disponível:[http://www.internationalrivers.org/files/Belo%20Monte%20pareceres%20IBAMA_online%20\(3\).pdf](http://www.internationalrivers.org/files/Belo%20Monte%20pareceres%20IBAMA_online%20(3).pdf)

Texto submetido à Revista em 22.10.2010
Aceito para publicação em 30.04.2011



Áreas Úmidas e Patrimônio Natural: uma visão estratégica para a água em espaços transfronteiriços?

Wetland and natural patrimony: a strategic view to approach transboundary regions

Gisela A. Pires do Rio -UFRJ – Doutora em Socio Economie Du Développement - École des Hautes Études en Sciences Sociales (1994). Atualmente é professora associada II na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Email: gprio@globo.com

Resumo

Enquanto as paisagens são, com frequência cada vez maior, passíveis de serem consideradas sob a ótica da abordagem do patrimônio natural, as áreas úmidas e os cursos d'água apenas recentemente começaram a despertar interesse para a aplicação dessa abordagem. O crescente interesse direcionado para áreas úmidas é, em grande medida, tributário da evolução na compreensão da importância desses ecossistemas para assegurar a oferta de água e as condições de reprodução da vida que se adapta às flutuações do regime fluvial. Considerado como linha ligação entre as bacias Amazônica e Platina, o pantanal vem sofrendo pressão acentuada nas bordas pela expansão de atividades ligadas ao agronegócio, à mineração e à implantação de hidrovia para escoamento de parte dessa produção. Com uma área de 138.183Km², essa planície de inundação expressa diversidade e singularidade. Na análise empreendida, tomamos o pantanal matogrossense como unidade espacial para levantamento de dados e informações relativas aos espaços protegidos, delimitados tanto pelas convenções internacionais que sobre ele incidem - Convenção Ramsar e denominação Sítios do Patrimônio Natural da Humanidade, como pelo sistema nacional de unidades de conservação. Foram analisados os relatórios de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a União Internacional para Conservação da Natureza (UICN), e relatórios do Ministério do Meio Ambiente. Esses dados ilustram a relação patrimonial (OLLAGNON, [1990] 1996) que pode estar na origem de determinada estratégia de conservação e preservação da água. A construção de instituições que fortaleçam uma efetiva estrutura de governança com negociações mais participativas constitui o desafio principal para o cenário de integração regional.

Palavras-chave

Patrimônio Natural. Áreas de Proteção. Pantanal.

Abstract

While the landscapes are frequently been considered as a natural patrimony, the wetlands areas and rivers just recently started to be considered in the same way. The growing interest for wetlands is a result of the importance of these ecosystems to assure the supply of water and the reproduction of life adjusted to river seasonality fluctuation. Considered as a connection between the Platina and Amazon watershed, the *Pantanal* suffer high pressure on the edges due to the expansion of agribusiness activities, mining and hydrovias. With an area of 138.183 km² this wetland expresses diversity and singularity. In the present analysis *Pantanal* was a special area studied under the Ramsar convention. It was used UNESCO, UICN, and Brazilian Environmental Ministry reports to understand the conservation process. The construction of institution that strength an effective structure of governance with more participation is the largest challenge

Keywords

Natural Patrimony. Protected areas. Wetlands. Pantanal.

INTRODUÇÃO

Patrimônio, genético, cultural, ecológico, natural, industrial, gastronômico e tantas outras qualificações, consiste, nos termos de Chastel (1986), uma evolução de concepção que se traduz pela perturbação da consciência coletiva diante de ameaças mais ou menos precisas ou mais ou menos obscuras para a integridade de objetos, recursos, paisagens ou técnicas específicas. Enquanto as paisagens são, com frequência cada vez maior, passíveis de serem consideradas sob a ótica da abordagem do patrimônio natural, as áreas úmidas e os cursos d'água apenas recentemente começaram a despertar interesse para a aplicação dessa abordagem.

O crescente interesse direcionado para áreas úmidas é, em grande medida, tributário da evolução na compreensão da importância desses ecossistemas para assegurar a oferta de água e as condições de reprodução da vida adaptada às flutuações do regime fluvial e flúvio-marinho. Considerado como linha ligação entre as bacias Amazônica e Platina, o Pantanal matogrossense vem sofrendo pressão acentuada em suas bordas, pela expansão de atividades ligadas ao agronegócio, à mineração e à implantação de hidrovia para escoamento de parte dessa produção.

Com uma área de 138.183 km², essa planície de inundação expressa diversidade e singularidade no que diz respeito aos ecótonos, regime fluvial e bolsões de reserva de água doce. Tais características reforçam o interesse para a análise em torno da categoria de patrimônio natural, como aquela que exprime, na lógica da gestão ambiental, particularidade original, articulando, no presente, passado e futuro ou, como já assinalou Godard (1990), categoria operacional que reduz a tensão entre os polos diacrônico e sincrônico implícita naquela lógica.

Discutir o processo de patrimonialização de áreas úmidas tomando como referência convenções internacionais é, no nosso entender, examinar os fundamentos de criação de novos territórios especialmente regulados. Para as convenções, as áreas úmidas comportam ecossistemas com capacidade de assegurar as condições de reprodução para gerações futuras, e, nesse ambiente, a água tornou-se elemento suscetível de patrimonialização.

Na análise empreendida neste trabalho, tomamos a Convenção Ramsar e do Patrimônio Natural da Humanidade como referências para a formação de espaços protegidos transfronteiriços no Brasil. Foram analisados os relatórios de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a União Internacional para Conservação da Natureza (UICN), e relatórios do Ministério do Meio Ambiente. O exame de tais documentos ilustra a relação patrimonial (OLLAGNON, [1990] 1996) que pode estar na origem de determinada estratégia de conservação e preservação da água.

A construção de efetiva estrutura de governança com negociações mais participativas constitui o desafio principal para o cenário de integração regional e o estabelecimento de áreas protegidas transfronteiriças na América do Sul. Para além do quadro deste trabalho, emergem questões sobre territorialidade, extraterritorialidade e sistemas descentralizados de governança em mesoescala.

1 BREJOS, VÁRZEAS, MANGUES, PÂNTANOS E PANTANAIS: A (RE) DESCOBERTA DE UM PATRIMÔNIO

Nos últimos vinte anos, o interesse crescente pelas áreas úmidas está principalmente associado ao reconhecimento da diversidade biológica que esses ecossistemas abrigam e dos serviços ambientais que lhe são associados. Há várias definições e critérios aplicados às áreas úmidas. Dentre elas, aquela estabelecida no quadro da Convenção Ramsar (1971) considera como tais as “extensões de mangues, brejos, turfeiras, de águas naturais ou artificiais, permanentes ou temporárias, onde a água está estagnada ou corrente, doce, salobra ou salgada, inclusive nas extensões de águas marinhas nos locais onde a profundidade na maré baixa não exceda seis metros”¹. Definição suficientemente ampla, sugere englobar áreas localizadas na faixa de transição terra-água. Referem-se, portanto, a ecossistemas bastante variados que se formam nas bordas de rios, lagos, açudes, estuários, várzeas e que implicam em alterações e oscilações no tempo e no espaço de sua própria extensão. Em qualquer uma dessas situações, a água constitui o elemento que estabelece a particularidade do meio. Nas regiões onde há domínio desse tipo de ambiente, os pulsos de inundação e/ou movimentos de maré condicionam o ritmo da reprodução das espécies animais e vegetais, como também atividades econômicas extensivas que, de um modo geral, são condicionadas às flutuações diárias e/ou sazonais dos fluxos de água. As várzeas na Amazônia e o próprio Pantanal ilustram a interação desses sistemas terra-água. Enquanto na Amazônia as várzeas constituíam o principal lugar de atividades de subsistência da população ribeirinha, no Pantanal, pesca e pecuária extensiva formaram um sistema regulado pelos pulsos de inundação, contribuindo, ao mesmo tempo, para manter a biodiversidade na região.

Nesses dois casos, essas áreas alagadas desempenhavam importante papel na vida social e econômica. Em cada uma dessas duas regiões, alguns espaços foram patrimonializados, isto é, foram designados sítios de relevante interesse

¹ Fonte: <http://www.ramsar.org/cda/>.

para a humanidade e classificados como patrimônio natural da humanidade², sendo, desse modo, vinculados a uma titularidade nem sempre claramente definida nas convenções internacionais (ZARINATO, 2010), assim como na própria Constituição Federal. Indaga-se, por conseguinte, que espaços são categorizados e definidos como tal? Quando e por que esses espaços tornaram-se patrimônio? Esses espaços constituiriam, em sua essência, patrimônio natural? Que funções devem (ou deveriam) realizar para serem designados patrimônio natural? Que espaços conservar para impulsionar a integração regional?

A proteção das áreas úmidas vinculadas à patrimonialização é recente. Poucos trabalhos que se dedicaram a descrever a distribuição, no Brasil, de áreas úmidas, especialmente os banhados, consideram-nas em associação com outros ecossistemas. A tônica é, todavia, o desconhecimento sobre os diferentes ambientes úmidos, refletido pelo reduzido número de trabalhos sobre o tema. Em geral, a tipologia dessas áreas úmidas – como definida pela Convenção Ramsar – é retratada nos artigos que tratam dos sítios designados.

Para a Convenção, há três categorias de áreas úmidas: marinhas e costeiras, interiores e artificiais. Em cada uma dessas categorias há tipos suficientemente diferenciados, sendo possível reconhecer 42 tipos de áreas úmidas que, a rigor, desempenham funções ecológicas, principalmente no que diz respeito aos estoques de água em curto e longo prazos, retenção de partículas, regimes de inundação, *habitat* de reprodução de aves e zonas de refúgio. O avanço na compreensão dessas funções permite estender essa tipologia aos corpos hídricos construídos – açudes, lagos de barragens e, em alguns casos, áreas irrigadas.

Podemos estabelecer uma primeira distinção para o Brasil dos domínios que foram classificados como sítios da Convenção RAMSAR (Quadro 1). As áreas úmidas protegidas pela Convenção estão associadas à escala dos grandes biomas do país, distinguindo-se ainda por zonas costeiras e marinhas, de um lado, depressões interiores, de outro. Não foi possível encontrar referências explícitas às áreas de várzeas. No caso da Amazônia, como já descrito por Leone (1998), as várzeas desempenham relevante papel social. Os arrozais e pastagens que vêm sistematicamente sendo estimulados por diferentes programas federais e estaduais acabam por acentuar a degradação desses ambientes essenciais para a população ribeirinha.

² A designação de sítio do patrimônio da humanidade pressupõe valor universal excepcional. Essa condição necessária, mas não suficiente, é aplicada tanto ao patrimônio cultural quanto ao natural. A segunda condição é satisfazer o conjunto de critérios estabelecidos pela UNESCO.

Quadro 1 – Brasil: Sítios RAMSAR.

Sítio	Características			
	Tipo de UC	Unidade Federação	Ano de Designação	Área (ha)
Abrolhos	PARNA	BA	2010	91.300
Rio Doce	PE	MG	2010	35.973
Faz Rio Negro	RPPN	MS	2009	7.000
SESC Pantanal	RPPN	MT	2002	87.871
Baixada Maranhense	APA	MA	2000	1.775.036
Perceel Manoel Luís	PE	MA	2000	34.556
Ilha do Bananal	PARNA	TO	1993	562.312
Lagoa do Peixe	PARNA	RS	1993	34.400
Mamirauá	REBIO	AM	1993	1.124.000
Pantanal Matogrossense	PARNA	MT/MS	1993	135.000
Reentrâncias Maranhenses	APA	MA	1993	2.680.911
Total				6.568.359

PARNA: Parque Nacional; PE: Parque Estadual; APA: Área de Proteção Ambiental; REBIO: Reserva Biológica; RPPN: Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Fonte: <http://www.ramsar.org>

É importante lembrar que a Convenção Ramsar, cujo objetivo declarado é a conservação e utilização racional das áreas úmidas por meio de ações locais, regionais e nacionais, assim como pela cooperação internacional como contribuição ao desenvolvimento sustentável, constitui exemplo único de convenção que faz de determinado ecossistema seu objetivo de preservação. A ratificação pelo Brasil da Convenção ocorreu em 1992, período de ações de impacto no contexto da Conferência Rio-92. No caso da Amazônia, as reservas de Mamirauá e Ilha do Bananal constituem exemplos de sítios designados logo no início de intensificação das ações associadas à Convenção Ramsar. Mais recentemente, os sítios incluídos nessa Convenção não mandatória, Fazenda Rio Negro, Abrolhos e Rio Doce, esboçam uma rede de cooperação. Todavia, mesmo trabalhos recentes que se preocupam em analisar a evolução do sistema de áreas protegidas no país (MEDEIROS, 2006; STEIMAN 2009) não oferecem detalhes a respeito das áreas úmidas transfronteiriças, tipo de zona protegida que vem merecendo atenção especial como objeto de patrimonialização.

O reduzido número de estudos relacionados às condições de viabilidade para inclusão de mais sítios transfronteiriços em convenções internacionais é importante indicador da fragilidade da discussão sobre as múltiplas dimensões da gestão ambiental. A esse respeito, chama atenção o artigo que se dedica aos traços específicos da lagoa Mirim (KOTZIAN; MARQUES, 2004) em defesa de sua designação como sítio Ramsar. Os autores identificam a possibilidade de

inclusão na Lista da Convenção Ramsar como meio de assegurar a preservação dessa área que conta com a Estação Ecológica do Taim. Do lado uruguaio, os sítios Banhados do Leste e Franja Costeira foram designados sítios da Convenção Ramsar em 2004³.

As funções e serviços ambientais fornecidos pelas áreas úmidas são bastante conhecidos, assim como os efeitos de retração de sua extensão. O conhecimento dos impactos da intensificação da exploração agrícola, dos empreendimentos turísticos, da captação de água, extrativismo animal, biopirataria e tantas outras causas de degradação tornam os ecossistemas existentes em tais áreas os mais ameaçados em termos de perda de diversidade e potencial de regulação do ciclo hidrológico (IUCN, 2003). A vinculação com a União Internacional para Conservação da Natureza impõe que as áreas sejam classificadas como transfronteiriças, segundo o entendimento da própria organização, bem como o tipo de unidade a ser instalada deve obedecer aos critérios já consolidados pela Organização que define seis categorias de áreas protegidas: reserva natural, parque nacional, monumento natural, área protegida, sítio protegido e área protegida para exploração de recursos. Todas essas categorias se distinguem em relação à modalidade de gestão que nelas se implante. Assim, as reservas destinam-se a estudos científicos, os parques à proteção de ecossistemas e à recreação, os sítios às paisagens e à recreação e as áreas protegidas à exploração sustentável. Exerceriam essas categorias a necessária mediação para gerir o patrimônio ou, dito de outro modo, estaríamos diante de uma **natureza-patrimônio** qualificada a partir da extensão das noções de apropriação e transmissão, domínio e posse a determinadas áreas?

2 PANTANAL MATOGROSSENSE: A FORMAÇÃO DE ESPAÇO TRANSFRONTEIRIÇO PROTEGIDO

Área de ocupação antiga e até meados da década de 1980 rarefeita, a Bacia do Alto Paraguai (BAP) localiza-se no centro da América do Sul. Com uma superfície de 496 mil km², compreende vários ambientes. Nela está localizada uma das mais importantes áreas de interesse ecológico. Reserva da Biosfera, Patrimônio Natural da Humanidade, Área Úmida de Importância Internacional são algumas das classificações que incidem sobre a grande depressão que engloba Pantanal brasileiro, Pantanal boliviano e Chaco paraguaio. São, portanto, pantanais singularizados, entre outras características, pela biodiversidade, regime fluvial e

³ Essa posição geográfica reforça o potencial para designação de Área Protegida Transfronteiriça (APT).

reserva de água doce. Em poucas décadas, a intensificação da ocupação peri-pantaneira, sobretudo do lado brasileiro, aumentou as pressões na bacia. Convenção Ramsar e Conservação Internacional (IUCN) são algumas das organizações internacionais que vêm sistematicamente alertando para o aumento das pressões decorrentes da ocupação e intensidade tecnológica ligadas principalmente ao agronegócio. Essa situação alimenta a consequente necessidade de ações que visam assegurar a conservação e preservação dos pantanais, para além do quadro nacional.

O pantanal, uma das maiores extensões de área úmida do planeta constitui “uma grande e relativamente complexa planície de coalescência dentrítico-aluvial, [uma região] de contato de diferentes ecossistemas tanto de domínio de cerrado como de domínio do Chaco e da Amazônia” (AB’SABER ([1988] 2006, p. 12) emerge no contexto atual como espaço de conexão e, de outro, espaço de preservação e conservação.

A função de conexão está associada à construção política da integração regional e da ampliação da capacidade de escoamento da produção agrícola, localizada nas bordas do pantanal, bem como dos projetos minero-metalúrgicos que estão projetados para a região. Tal função guarda em si o contraste entre a desejada articulação a ser empreendida, no plano territorial, por esse grande espaço flúvio-lacustre em processo de reestruturação, de um lado; e a precariedade da infraestrutura, que acentua a sua desarticulação em escala regional, de outro. Com densidade demográfica e de infraestrutura rodo-ferroviária relativamente reduzidas, a conexão hidroviária é ainda bastante contestada, pelo menos no que diz respeito, do lado brasileiro, ao trecho de navegação entre Cáceres e Corumbá. Há, nesse sentido, certo paradoxo: o mais central dos espaços sul-americanos apresenta pouca ou nenhuma centralidade e não consegue, até o presente, realizar a plena comunicação entre as diferentes periferias que o circundam, nem se tornar alternativa para escoamento da produção.

Ainda com fortes embates que transcendem o nível regional, a hidrovía Paraguai-Paraná⁴, símbolo da conexão regional sul americana, sofre resistência de vários segmentos. De um lado, o próprio projeto da hidrovía é contestado por ambientalistas em virtude dos riscos de mudanças nos pulsos de inundação do Pantanal (MMA, 2006). Um dos articuladores dessa resistência, a WWF (*World Wide Fund For Nature*), considerou, no relatório “Os dez rios mais ameaçados”, publicado em 2007, a hidrovía como relevante fonte de ameaça ao ecossistema pantaneiro. De outro, a navegação no canal Tamengo, via boliviana de acesso ao rio Paraguai, gerou conflitos que envolveram questões que estão além do transporte fluvial, pois tem implicações com a proximidade da captação de água

⁴ A hidrovía possui 3.303 km de extensão e liga o Cáceres, Mato Grosso, a Nueva Palmira, Uruguai.

para o abastecimento de Corumbá (NCEA, 2004; MMA, 2006)⁵. De um lado e de outro da fronteira, interesses de ação de grandes corporações; regulação setorial nacional e ação organizada de agentes não governamentais e movimentos sociais constroem nova modalidade de expressar o transfronteiriço.

Ao mesmo tempo, a preservação e conservação impõem-se como estratégia de urgência. A inscrição em convenções internacionais que valorizam os diferentes ecossistemas ilustra esse aspecto. A designação sítios do Patrimônio Natural e/ou Ramsar constitui ação importante que visa conter ou minimizar os riscos de degradação e confere visibilidade internacional, porém nela não se esgotam as medidas de proteção que estão sendo implantadas, principalmente na planície pantaneira⁶. Um segundo elemento dessa estratégia está apoiado em duas “vocações”⁷ que parecem superar todas as contradições do desenvolvimento sustentável: o binômio preservação/turismo. As “vocações” podem significar igualmente o resultado de negociação tendo em vista a utilização sustentável do patrimônio natural.

3 PATRIMONIALIZAÇÃO: INSTITUIÇÃO DE NOVOS TERRITÓRIOS

Patrimônio, tal como é definido por Lacoste (2003), remete à herança paterna como no sentido original do termo. O patrimônio cultural é reservado para designar não mais o conjunto de bens em nível privado, mas coletivo. Para o autor, aspectos da paisagem humanizada que intelectuais e cidadãos consideram como conjunto de valores caracterizam o patrimônio cultural que, em sua concepção, representa a ação contra empreendimentos de uniformização e, portanto, resistência (LACOSTE, 2003, p. 287) às ameaças por eles representadas. Nesse sentido, patrimonialização é um processo cultural e político com rebatimentos nas identidades regionais. Essa definição marca mudança e ampliação da concepção de patrimônio sem, contudo, contextualizá-la; do individual ao coletivo, remete à função identitária regional e territorial.

Brunet et al. (1992, p. 335) ampliam a concepção de patrimônio, incluindo a noção de patrimônio natural ou genético, ou seja, a herança trazida em cada ser vivo constituiria fonte de patrimônio. Sem estabelecer a função identitária como

⁵ Por trás desses conflitos, em ambos os casos, percebe-se a acirrada competição para exportação de soja.

⁶ Cabe esclarecer que o levantamento mais detalhado sobre as unidades de conservação foi feito para o Brasil. Não podemos afirmar, portanto, que tais iniciativas não estejam sendo implantadas nos demais países que compõem a Bacia do Alto Paraguai.

⁷ A importância numérica no uso da expressão “vocação” impede elencar as fontes que a utilizam. As aspas são usadas como resistência por parte da autora em aceitar esse termo. Designar a vocação de determinadas regiões é, no nosso entender, atribuir particular importância à predação na relação sociedade-natureza.

primeira característica, os autores enfatizam os processos de patrimonialização como criação de valores fundamentais. Essa concepção remete, no nosso entender, àquela proposta por Ost (2003): tudo aquilo que constitui patrimônio é resultado de construção social, não havendo, portanto, característica intrínseca a qualquer objeto, elemento ou ser vivo que o qualifique como patrimônio *em si*. A patrimonialização incide sobre aquilo de que se tem ou pode conhecer e predefinir função, ainda de modo especulativo.

Os critérios que permitem a classificação de um sítio como patrimônio natural da humanidade são: i) representar fenômenos naturais ou áreas de beleza natural e importância estética excepcionais; ii) constituir exemplo eminentemente representativo de grandes estágios de evolução da história da terra, compreendendo testemunho de vida, processos geológicos no desenvolvimento de formas terrestres ou elementos geomorfológicos ou fisiográficos de grande significado; iii) constituir exemplo representativo de processos ecológicos e biológicos na evolução dos ecossistemas e comunidades de plantas e de animais terrestres, aquáticos, costeiros e marinhos; e iv) conter *habitats* naturais os mais representativos e mais importantes para a conservação *in situ* da diversidade biológica, compreendendo aqueles onde sobrevivem as espécies ameaçadas, tendo valor universal excepcional, do ponto de vista da ciência ou da conservação (UNESCO, 1972).

Considerando esses critérios, o número de sítios designados como patrimônio natural da humanidade no Brasil, é reduzido (Quadro 2). Eles expressam, contudo, diversidade em termos fisiográficos. Com exceção da Mata Atlântica, cuja soma de fragmentos sugere a patrimonialização de superfície bem acima dos demais sítios, é possível observar um padrão na extensão desses sítios.

Quadro 2 – Brasil: Sítios do Patrimônio Natural.

Sítio	Características			
	Tipo de UC	Unidade Federação	Ano de Designação	Área (ha)
Reserva da Mata Atlântica	Vários	SP/RJ	1999	1.691.757.000
Fernando de Noronha/Atol das Rocas	PARNA/REBIO	PE	2001	140.713
Chapada dos Veadeiros/Emas	PARNA	GO	2001	197382
Costa do Descobrimento	PARNA/REBIO/RPPN	BA/ES	1999	111930
Iguaçu	PARNA	PR	1986	170000
Complexo do Pantanal	PARNA	MT	2000	187818
Total				1.692.564.843

Fonte: <http://www.wdpa.org>

Como afirmamos em outro artigo, “o processo de patrimonialização dos espaços naturais vem da necessidade e urgência em tornar a relação patrimonial aquela que regula e legitima a apropriação, uso, proteção e conservação. É essa relação que permite associar funções até então exclusivas das relações de domínio privado ao domínio público” (PIRES DO RIO, 2010). Em termos sucessivos, patrimônio para o futuro, constituição de reservas para necessidades ainda desconhecidas, atribui finalidade, no tempo, ao conjunto de bens materiais e imateriais que serão transmitidos (GODARD, 1990). Regular e controlar, simultaneamente, o uso atual e assegurar a transmissão, eleger o que será transmitido, respeitando a diversidade, atribuir à humanidade e instituir territórios: em todos esses aspectos parece residir o paradoxo da noção de patrimônio natural.

A par da contemporânea tendência em também considerar água como bem comum da humanidade, outras classificações lhe são fortemente concorrentes no âmbito de Organizações Multilaterais como, por exemplo, a UNESCO (RAVENA, 2006). A designação de sítio do patrimônio natural da humanidade tem implicações para o tipo de gestão que pretende se constituir a partir de regras particulares que estendem os domínios da humanidade sobre os espaços que lhe são comuns. Meio e elemento não seriam, nesse contexto, passíveis de apropriação.

Diferentes interpretações nos dispositivos que regulamentam a proteção e exploração do patrimônio, como aquela expressa na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) e na Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO analisadas por Zanirato (2010), fornecem boa ilustração das ambiguidades e abrangência que essa noção contém. Enquanto para a CNUDM o patrimônio não pode ser objeto de apropriação, na Convenção sobre o Patrimônio Mundial o exercício do direito não é conferido ao suposto titular – humanidade – mas a fruição de tais bens (ZARINATO, 2010). A distinção tem implicações na formação de novos territórios: patrimônio comum por natureza estende o controle do Estado para além de seus limites consolidados, enquanto patrimônio comum por afetação reforça o controle sobre os bens (ZARINATO, 2010). Vinculados ao controle do Estado, essa concepção parece eliminar a possibilidade de constituição de territórios oriundos da ação de outros agentes que não o Estado. Ou seja, os territórios se constituem tanto pela estratégia espacial daqueles agentes que podem afetar, influenciar ou controlar recursos e pessoas através do controle de um espaço (SACK, 1986) quanto pela projeção no espaço de poder negociado (SOUZA, 2003).

4 PARTICULARIDADES DA GESTÃO AMBIENTAL EM ESPAÇOS TRANSFRONTEIRIÇOS

Considerando os espaços transfronteiriços como aqueles associados à dinâmica dos câmbios institucionais (LAURELLI, 2004c; LAURELLI; SCHWEITER, 2005), sua revalorização decorre de processos que intensificam relações, fluxos de pessoas, mercadorias, capital, e da consolidação de cooperação intermunicipal, em diversas escalas, desses processos que são, por definição, ao menos binacionais (LAURELLI; SCHWEITER, 2005). Margens, barreiras, corredores e mosaicos são formas concretas de políticas e práticas de preservação e conservação; são igualmente superfícies de regulação e podem constituir territórios em nível supranacional.

No plano internacional, duas ou mais áreas contíguas separadas por limites internacionais consistem no espaço de referência para a criação de unidades de conservação como parques ou reservas a fim de formarem zonas ou áreas protegidas transfronteiriças. De modo semelhante, os princípios e normas para preservação da água como elemento fundamental para a vida, integram conjunto de instrumentos multilaterais que advogam o compromisso entre Estados para o uso responsável da água, sob princípios gerais de cooperação e uso equitativo.

Tanto a recomposição de ecossistemas em espaços transfronteiriços, como o uso compartilhado de água, confrontam duas lógicas. Sem a constituição de estrutura específica de gestão, os espaços protegidos permanecem como prerrogativa dos respectivos sistemas estatais. Como estratégia espacial de organizações de diversos tipos, pode afetar, influenciar, determinar e/ou condicionar a apropriação e exploração de recursos, o tráfego de animais, indivíduos e mercadorias.

Em trabalho anterior (PIRES DO RIO; GALVÃO, 1996) indicamos as diversas acepções da noção de gestão ambiental: negociação para tomada de decisão, reduzida a instrumento de gerenciamento ou como parte da gestão do território (MORAES, 1994; PIRES DO RIO; GALVÃO, 1996). Essa última acepção prevalece em outros trabalhos que examinam o processo de instituição de políticas voltadas ao controle de problemas ambientais (CUNHA; COELHO, 2003).

Todas as acepções envolvem, contudo, diversidade de atores especializados que definem e redefinem as questões ambientais. Sejam organizações não governamentais, sejam órgãos da administração pública em distintas escalas de instituição de políticas, planos e programas, ou empresas dos mais variados setores de atividade, a negociação resulta, em geral, na delimitação de espaços com novos limites impostos e distintos daqueles herdados (PIRES DO RIO; GALVÃO, 1996; PIRES DO RIO, 2010).

É possível distinguir dois níveis de análise que reforçam a delimitação de espaços protegidos. Tratada no plano nacional, as políticas direcionadas para o ambiente foram diferenciadas por Cunha e Coelho (2003) em dois tipos: as de caráter regulatório e aquelas de caráter estruturador. Nessa diferenciação, as primeiras corresponderiam à implantação de legislação específica, incidindo sobre agendas igualmente específicas. A política de recursos hídricos estaria nesse caso. As políticas estruturadoras seriam aquelas por meio das quais a intervenção direta do poder público cria espaços diferenciados de seu entorno, como as unidades de conservação.

Escassez e conflitos têm sido a tônica de muitos trabalhos que se dedicam à problemática do uso da água. Muitos desses trabalhos enfatizam, conforme analisamos mais detalhadamente (PIRES DO RIO, 2006), situações de conflitos associadas à escassez ou *stress* hídrico em áreas transfronteiriças como estando na origem da noção de segurança ambiental (LE PRESTE, 1998; PAINCHAUD, 2000; CHILLAUD, 2002) e, portanto, transformada em assunto de Estado. No plano internacional, Ribeiro (2001) analisa a construção de uma ordem ambiental com o objetivo de regular ações entre atores hegemônicos, indicando a segurança ambiental como uma das principais motivações dos diferentes Estados para ratificação de acordos, tratados e convenções multilaterais. Essas abordagens apoiam-se na garantia de legitimidade da ação do(s) Estado(s), o que nos leva a atentar para a análise geopolítica como aquela que é atinente ao estudo das manifestações de rivalidades entre forças que atuam em um mesmo território (LACOSTE, 2001; GIBLIN, 2003).

Ora, os espaços transfronteiriços são particularmente sensíveis a essa base de argumentação na medida em que o quadro geográfico mais amplo é referência para responder a situações como: realização de atividades vinculadas à exploração ou ao uso de recursos naturais por um Estado que constituam ameaça a outro; poluição transfronteiriça que implique em reações mais ou menos intensas por parte dos países vizinhos; ou definição de objetivos de proteção e conservação ambiental que representem a mobilização de meios e medidas de alcance extraterritorial. Nessas situações, os objetivos de proteção ambiental podem, todavia, esconder disputas internas e, ao mesmo tempo, obter apoio internacional pela “boa causa” (LE PRESTE, 1998).

No que diz respeito às águas transfronteiriças, desde o início do século XIX, mais precisamente quando da realização do Congresso de Viena, havia uma classificação para os rios, subdivididos em fronteiriços e sucessivos. O reconhecimento de rios internacionalizados só ocorreria, todavia, posteriormente com a assinatura do Tratado de Versalhes, em 1919. Difere, como podemos facilmente notar, da base da Convenção Ramsar. Os rios são, naqueles tratados,

considerados espaço da circulação. Os usos múltiplos e compartilhados só serão objeto de preocupação, convenções e acordos bilaterais posteriormente.

De modo semelhante, a designação de determinadas áreas ou elementos como patrimônio pode deslocar questões centrais. Em publicação que agrupa os trabalhos apresentados, em 2003, no Seminário Internacional Problemática do Uso Local e Global da Água na Amazônia, Becker aponta como especificidade da Amazônia sua posição de exceção à escassez e assinala que a questão não seria outra senão aquela de como “usar o patrimônio líquido regional” (BECKER, 2003, p.178). Há que se considerar, no entanto, a variação intrínseca às condições climáticas que indicam importantes restrições de acesso à água, assim como a incidência de secas prolongadas e intensas como parte da dinâmica do sistema climático regional. Na Amazônia Oriental, por exemplo, as situações de secas extremas em 2005 e 2010, ilustram essa variação. De todo modo, a definição de patrimônio parece partir da evidência de sua existência como categoria de coisa e espaço bem delimitado e delimitável, enraizado na região.

Notemos de imediato que essa estratégia tem implicações bastante diferenciadas que dizem respeito tanto às condições de apropriação por parte de indivíduos e comunidades, como à construção de cooperação para a gestão compartilhada de espaços e recursos transfronteiriços. Nesses dois casos, percebem-se operações de seleção de espécies e lugares, sejam aquelas determinadas pelo tempo, em urgência ou resistência; sejam aquelas determinadas pelo espaço, isto é, no reconhecimento de singularidades dos lugares que passam a ser preservados e conservados. Aplicada aos diferentes espaços transfronteiriços, a noção de patrimônio natural permite discutir, em escalas regionais supranacionais, a formação de superfícies diferenciadas de regulação e gestão (PIRES DO RIO; PEIXOTO, 2001; PIRES DO RIO, 2009; 2010).

A construção de uma visão estratégica para a água remete aos aspectos que podem consolidar articulação entre usos e usuários, de um lado, e a permanência de outras dimensões quando os espaços transfronteiriços são considerados. Ainda que tratados internacionais constituam referência para negociações, decisões e gestão compartilhada de recursos, os Estados representam a principal base territorial para tal. A transferência para o campo político das modalidades de utilização da água e de sua qualidade pode ser relacionada ao tipo de sociedade não técnica definida por Le Moigne e Ténière (1998) como aquela que se distingue pela capacidade de resolução política (relação de forças e negociação) e econômica (distribuição de responsabilidades e identificação de prioridades) dos conflitos; tal transferência parece, contudo, não encontrar estruturas propícias nos espaços de afirmação da soberania Estatal.

CONCLUSÕES: QUE ESTRATÉGIAS DE VALORIZAÇÃO DA NATUREZA-PATRIMÔNIO?

Este artigo esboçou a discussão sobre a constituição de territórios que se formam apoiados no que consideramos natureza-patrimônio. Entendemos, ainda, que não tenhamos satisfatoriamente definido natureza-patrimônio como o resultado de estratégias que fundamentam a formação de superfícies de regulação. Não é natureza de *per se*, mas natureza socialmente construída, vinculada a propósitos específicos: preservar, conservar, legar, valorizar. Nosso ponto de partida, o Pantanal Matogrossense, sugere essa vinculação. Pouco difundida no Brasil, áreas protegidas transfronteiriças vão paulatinamente se constituindo no palmilhar do território.

Superfícies de regulação e natureza-patrimônio se vinculam. Como permitir a preservação sem delimitar e regular? Como conceber espaços de mediação entre passado, presente e futuro? A atualidade é marcada por debates acirrados sobre desmatamento, escassez relativa de água, mudanças climáticas, riscos de inundação, deslizamentos etc. Nesse contexto, a expressão natureza-patrimônio é, na escala infranacional, a superfície de regulação para além das pressões locais; como forma de uso da terra e, transcendendo as linhas de fronteira, criam espaços transfronteiriços que demandam regulação particular e, na escala supranacional, operam em registro diferente por titulares ou organizações e comunidades cujos interesses podem se revelar ambíguos.

A designação de patrimônio natural da humanidade e a consequente instituição de uma natureza-patrimônio resulta de triplo processo que foi analisado conjuntamente: indica certo entendimento da natureza que se apoia tanto na informação científica, quanto na mobilização de instrumentos jurídicos; implica no conhecimento do território e na delimitação de áreas especiais que podem ser patrimonializadas e impõem novos questionamentos ao Estado sobre o controle efetivo de parte de seu território. Essa operação de criação de natureza-patrimônio implica nova regulamentação e, ao mesmo tempo, altera as escalas de análise para compreender como essa natureza-patrimônio cria novos territórios e unidades políticas. No caso do pantanal matogrossense, exemplo de área úmida de relevante interesse para a humanidade, sua institucionalização como natureza-patrimônio suscita muitas questões quanto às possibilidades de gestão compartilhada e a formação de novos territórios: espaço de proximidade construído pela ação de cooperação entre agentes; espaço de mediação para a gestão internacional de água e biodiversidade. Seria, então, a natureza-patrimônio projeto de sociedade?

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, A. [1988]. O Pantanal Mato-grossense e a Teoria dos Refúgios. In: **Brasil: paisagens de exceção: o litoral e o pantanal mato-grossense**. Cotia: Ateliê Editorial, 2006.
- BARTH, F.T. Aspectos Institucionais de Gerenciamento de Recursos Hídricos. In: REBOUÇAS, A. da C.; BRAGA, B.; TUNDISI, J.G. **Águas Doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. São Paulo: Escrituras, 1999. p. 565-599.
- BRUNET, R et al. **Les mots de la Géographie**. Paris: La documentation Française, 1992.
- CHANGEUX, J.; RICOEUR, P. **La nature et la règle**. Paris: Odile Jacob, 1998.
- CHASTEL, A. La notion de Patrimoine. In: NORA, P. Dir. **Les Lieux de Memoire, La Nation**. VII. Paris: Gallimard, 1986.
- CHILLAUD, M. Le continuum sécurité-environnement et la régionalisation de la mer Baltique. **Géoéconomie**, v. 23, 2002.
- COMISSION NEERLANDESA PARA LA EVALUACIÓN DEL IMPACTO AMBIENTAL (NCEA). Recomendación acerca de los Términos de Referencia para Polo de Desarrollo. Disponível em: <www.eia.nl/ncea/pdfs> 2004.
- CUNHA, L. H.; COELHO, M. C. N. Política e Gestão Ambiental. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. Org. **Questão Ambiental**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- GODARD, O. Environnement, modes de coordination et systèmes de légitimité: analyse de la catégorie de patrimoine naturel. **Revue Économique**, v. 41, n. 2, mar. 1990.
- GODARD, O. Gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. (Org.). **Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 1997.
- GUIBERT, M.; LIBRONE, P. Transfronteirizacion. In: BIAGINI, H.; ANDRES, A. **Diccionario del pensamiento alternativo**. Buenos Aires: [s.n.], 2006.

GUIBERT, M. La Cuenca Del Plata: um espacio regional transfronteirizo em El Mercosur? Reflexiones preliminares sobre los resultados Del Programa Cuenca Del Palta. **Revista Pampa**. Santa Fé/Montividéu, 2005.

GIBLIN, B. L'eau: une question géopolitique, en France aussi. **Hérodote**, v. 110, 2003.

KOTZIAN, H. B.; MARQUES, D. M. Lagoa Mirim e a convenção Ramsar: um modelo para a ação transfronteiriça na conservação de recursos hídricos. **Rega**, v.1, n.2, p.101-111, jul.-dez. 2004.

LACOSTE, Y. Géopolitique de l'eau. **Hérodote**, v.102, 2001.

LACOSTE, Y. **De la Géographie aux paysages**. Dictionnaire de la Géographie. Paris: Armand Colin, 2003.

LAURELLI, E. Dinámicas mundiales e integración regional em espacios periféricos em los umbrales Del siglo XXI. In: ZARATE, R.; ARTESI, L. Org. **Dinámicas Mundiales, Integracion Regional y Patrimonio em Espacios Periféricos**. Rio Gallegos: UNPA. 2004.

LEONEL, M. **A morte social dos rios: conflito, natureza e cultura na Amazônia**. São Paulo: FAPESP, 1998.

LE MOIGNE, G. ; TÉNIÈRE-BUCHOT, P-F. Les grands enjeux liés à la maîtrise de l'eau. **Rev. Française de Géoéconomie**, v. 4, p. 37-46, 1998.

LE PRESTE, P. Sécurité environnementale et insécurités internationales. **Revue Québécoise de Droit International**, v. 11, n. 1, 1998.

MEDEIROS, R. Evolução das Tipologias e Categorias de Áreas Protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 11, n.1, p. 41- 64, 2006.

MMA. **Política Nacional de Recursos Hídricos**. Brasília: MMA, 2006.

MORAES, A. C. R. **Meio ambiente e ciências humanas**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

OLLAGNON, H. [1990]. Estratégia Patrimonial para a gestão dos recursos e meios naturais. Enfoque integrado da Gestão do meio rural. In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. (Org). **Gestão dos Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. [s.n.t.], 1996.

OST, F. **La nature hors la loi**. L'écologie à l'épreuve du droit. Paris: La Découverte, 2003.

PAINCHAUD, P. La sécurité environnementale: concept et perspectives. **La revue internationale et stratégique**, v. 39, 2000.

PIRES DO RIO. Recursos Hídricos e Território: Tensões e Cooperação. ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 3. 2006, Brasília. **Anais...** Disponível em http://www.anppas.org.br/encontro_anual.

PIRES DO RIO, G.A. La gestión de recursos hídricos por cuencas hidrográficas: por que rebatirla? In: SANDRE OSORIO, I.; CARMO, R.L. (Orgs.). **Gestión del agua: una vision comparativa entre Mexico e Brasil**. Juitepec; Morelos: Archivo Historico del Agua, Instituto Mexicano de Tecnologia, Universidad Autonoma del Estado de Mor, 2009. p. 27-34.

PIRES DO RIO, G. A. Desafios de gestão ambiental em espaços periféricos transfronteiriços: patrimônio natural e territórios na Bacia do Alto Paraguai. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 5. 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2010.

PIRES DO RIO, G. A.; GALVÃO, M. C. C. 1996. **Gestão Ambiental: apontamentos para uma reflexão**. **Anais do Instituto de Geociências**, v.19, p. 35-44, 1996.

PIRES DO RIO, G. A.; PEIXOTO, M. N. de O. Superfície de regulação e conflitos de atribuições na gestão de recursos hídricos. **Território**, v.10, p. 51-65, 2001.

RAVENA, N. A polissemia na definição do acesso à água: qual conceito. In: CASTRO, E. Org. **Belém de águas e ilhas**. Belém: CEJUP, 2006.

RIBEIRO, W. C. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001.

SACK, R. **Human Territoriality: its theory and history**. Cambridge: University Press, 1986.

SOUZA, M.J.L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E et. al. (Orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 77-116.

STEIMAN, R. Áreas Protegidas nas Zonas de Fronteira Internacional da Amazônia Brasileira. 2009. Tese (Doutorado em Geografia |) – Programa de Pós Graduação em Geografia/UFRJ. Rio de Janeiro, 2009.

UICN Bénéfices par-delà les frontières. Procès-verbaux du V Congrès mondial des parcs de l'UICN, 2005. Disponível em: <http://www.nature-worldwide.info/downloads/iucn/benefits_beyond_bounderies-fr.pdf>.

Gisela A. Pires

UICN SUR. Áreas Protegidas en Latinoamérica - de Caracas a Durban. Un vistazo sobre su estado 1992-2003 y tendencias futuras, 2003. Disponível em: <<http://data.iucn.org/dbtw-wpd/edocs/2003-060.pdf>>.

UNESCO. **Convention pour la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel**.1972. Disponível em: <<http://whc.unesco.org>>.

WOLMER, W. **Transboundary Protected Area governance: tensions and paradoxes**. Disponível em : <http://www.tbpa.net/docs/WPCGovernance/WilliamWolmer.pdf>

ZARINATO, S. H. Patrimônio da Humanidade: Controvérsias Conceituais e Legais na Definição de Bem Comum. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 5. 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2010.

Texto submetido à Revista em 22.10.2010
Aceito para publicação em 03.04.2011



Os ambientes, a pesca e a gestão das pescarias da piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*) no Estuário Amazônico-PA

The environments, fisheries and fisheries management of piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*) in the Amazon Estuary-PA

Márcia Melo Ramos – Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) em 2010. E-mail: marcmel@hotmail.com

Henrique dos Santos Pereira – PhD em Ecologia pela Pennsylvania State University em 1999, professor Associado da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: hsp2@argo.com.br

Resumo

Este estudo tem como objetivo identificar os ambientes, a intensidade da sua produção e a gestão no Estuário Amazônico. As informações utilizadas neste trabalho foram obtidas a partir de pesquisas bibliográficas e questionários aplicados aos atores da pesca. Os resultados mostraram que a piramutaba é explorada tanto pela pesca artesanal quanto industrial na área do Estuário Amazônico. A produção das pescarias na área atingiu 16.063,50 toneladas em 1999, caiu para 12.010,00 toneladas no ano seguinte e atingiu o pico de produção de 24.701,00 toneladas em 2006. A análise da tendência da produção conforme a avaliação dos atores da pesca indica diminuição dos estoques nos últimos 10 anos e que a perspectivas futuras para a produção das pescarias artesanais e industriais apontam que haverá diminuição dos desembarques na área do Estuário.

Abstract

This study aims to identify the environments, the intensity of their production and management actions in the Amazon Estuary. Information used in this study was obtained from literature reviews and questionnaires applied to diverse stakeholder's groups of piramutaba fisheries. The results showed that the piramutaba is exploited by both industrial and artisanal fisheries in the area of the Amazon Estuary. The production of fisheries in the area totaled 16,063.50 tons in 1999, fell to 12,010.00 tons in the following year and reached peak production of 24,701.00 tons in 2006. As indicated by the actor's assessments of fishing stocks the production presented a decrease in the last 10 years and it is expected that the landings of artisanal and industrial fisheries in the Estuary area will be reduced.

Palavras-chave

Piramutaba. Pesca. Estuário. ambiente.

Keywords

Piramutaba. Fishing. Estuary. Environment.

INTRODUÇÃO

A bacia amazônica é uma região hidrográfica composta de igarapés, rios, lagos, canais e furos, onde estão abrigados cerca de 20,0% de toda água doce da superfície da terra. Essa bacia abriga uma grande diversidade de espécies de peixes e uma grande variedade de solos e comunidades vegetais oferecendo uma abundância de nichos aquáticos e terrestres em seus 7 milhões de km² (SMITH, 1979). A atividade pesqueira possui um papel fundamental nessa região e constitui-se em fonte de alimento, renda, comércio e lazer para a grande parte da população que reside às margens dos rios de médio a grande porte (SANTOS e SANTOS, 2005).

Na costa norte do Brasil, os rios Amazonas e Tocantins deságuam no Oceano Atlântico entre os estados do Pará e Amapá. Esta localidade, chamada de Estuário ou Delta Amazônico, estende-se na linha da costa destes estados, formando um complexo ambiente aquático de alta produtividade biológica, suportando uma biomassa de espécies de peixes exploradas por frotas pesqueiras artesanais e industriais. (OLIVEIRA; FREDÓU; LUCENA, 2007).

A piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*) ocorre na costa norte do Brasil e possui uma ampla distribuição nas bacias do Norte da América do Sul, existindo registros de sua ocorrência desde a bacia do Orinoco, na Venezuela, até a bacia do rio Parnaíba, na divisa dos estados do Maranhão e Piauí (MEES, 1974; CHAVES et al., 2003). Segundo Batista et al. (2005), esta espécie se reproduz nas cabeceiras de vários braços (afluentes) dos rios Amazonas (Juruá, Purus, Madeira, Içá, Japurá e outros) e alimenta-se no Estuário, em Belém, e cresce na Amazônia Central (Almerim, Santarém, até Manaus).

No estado do Pará, a exploração industrial da piramutaba iniciou-se no ano de 1971 com o emprego de barcos camaroneiros ajustados para a pesca de peixes demersais (IBAMA, 1997; CHAVES et al., 2003). Segundo IBAMA (1997), a exploração dessa espécie era exclusivamente artesanal e em pequena escala, sendo que a produção consumida era exclusivamente para o mercado interno.

Segundo o Relatório do Censo Estrutural da Região Norte - CEPNOR (2006), em 1980, foram observadas quedas significativas nas capturas de alguns estoques de peixes tradicionalmente explorados, especialmente a piramutaba. A produção industrial dessa espécie, na área do estuário, atingiu 20 mil toneladas em 1977 e caiu para 15 mil toneladas em 1987, chegando a 10 mil toneladas no mesmo ano (TORRES; SILVA; BUENNDIA, 1995; CEPNOR, 2006).

O presente trabalho teve como objetivo identificar os ambientes de pesca, a intensidade da sua produção e a ações de manejo da piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*) no Estuário Amazônico gerando informações para a compreensão das atividades pesqueiras, essenciais ao desenvolvimento de um plano integrado de manejo da espécie.

MATERIAIS E MÉTODOS

Área de Estudo

A área de estudo abrangeu quatro municípios que pertencem ao estado do Pará, sendo dois localizados na ilha do Marajó: Salvaterra e Soure; um na extensão do Salgado, Vigia; e um em Belém, no distrito de Icoaraci (Figura 1).



Figura 1: Imagem e localização geográfica da área de estudo.
Fonte: Programa TrackMaker, 2010.

Coleta de Dados

As informações utilizadas neste trabalho foram baseadas em pesquisas bibliográficas e questionários estruturados aplicados por um entrevistador aos pescadores artesanais, industriais, gestores e pesquisadores. As entrevistas dos pescadores foram feitas pessoalmente. Já para os gestores e pesquisadores, os questionários foram enviados via correspondência eletrônica.

As perguntas dos questionários foram feitas sobre dois períodos de tempo (passado e futuro) para verificar a opinião dos entrevistados sobre a situação da produção das pescarias da piramutaba nos últimos e nos próximos 10 anos.

As variáveis coletadas nas entrevistas e questionários versaram sobre a opinião dos atores sociais da pesca quanto a tendências da produção pesqueira artesanal e industrial da piramutaba e outras questões sobre os fatores ambientais e socioeconômicos considerados determinantes para a produção pesqueira passada e futura. Para isso, foi utilizada uma adaptação da metodologia ParFish, que tem como objetivo entender mais sobre o recurso e desenvolver ações de gestão com base nesse conhecimento que envolva os beneficiadores do recurso.

Os resultados esperados do processo ParFish dão uma melhor compreensão da pesca e do estado das ações e metodologias para uma melhor gestão de acordo entre as partes interessadas, tais como: esforço, quota ou controles de área fechada, planos de monitoramento e projetos-piloto para testar as opções de gestão ou melhorar a coleta de dados (WALMSLEY; HOWARD; MEDLEY, 2005).

Para orientar os entrevistados e garantir a coerência interna dos dados, adotaram-se os seguintes conceitos:

1 Sentido da variação (aumentou, diminuiu, não variou): avaliar o sentido da variação de cada fator quanto à resposta;

2 Intensidade da variação (muito, pouco, nula): verificar o grau da intensidade de cada fator de acordo com a resposta;

3 Grau de certeza da informação (muito certo, pouco certo, não certo): avaliar o grau de certeza do entrevistado quanto à sua análise da influência de cada fator;

3.1 Muito certo: considero-me bem informado e seguro quanto à análise feita;

3.2 Pouco certo: considero-me estar informado, porém, não totalmente seguro quanto à análise feita;

3.3 Não certo: considero-me pouco certo ou nada informado sobre o tema e inseguro quanto à análise feita.

Foram realizados levantamentos de dados secundários da produção pesqueira da piramutaba desembarcada no porto de Belém, buscados através do banco de dados do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e literaturas referentes à pesca da espécie.

Para os pescadores artesanais, também foram realizadas entrevistas específicas através de questões elaboradas relativas aos ambientes de pesca. E, com auxílio de um mapa impresso e ampliado do Google Earth 2010, foi feita a identificação desses ambientes na área do Estuário.

Para as pescarias industriais foram disponibilizadas, pelas empresas situadas em Belém, no Distrito de Icoaraci, as georreferências da área de atuação da frota industrial.

A pesquisa de campo foi realizada nos meses de outubro e dezembro de 2009, sendo que neste último mês acontece o início da safra da piramutaba. Em cada pesquisa, no caso dos pescadores artesanais, optou-se por entrevistar pescadores mais experientes que estivessem envolvidos, especificamente, nas pescarias de piramutaba.

Análise dos dados

Na análise dos dados, foi utilizada a estatística descritiva com o objetivo de resumir uma série de valores de mesma natureza, fazendo com que se tenha uma visão global da variação destas estimações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ambientes de pesca da piramutaba

Foi obtido um total de 35 entrevistas para os grupos de interesse, sendo que 25 foram realizadas com pescadores artesanais e industriais e 11 para os gestores e pesquisadores.

Segundo os entrevistados, a piramutaba se encontra nos rios Pará, Amazonas e no Estuário que vai até a costa do Amapá. Conforme os pescadores industriais e artesanais, a frota industrial atua na área próxima à costa do Amapá, enquanto que as pescarias artesanais estão mais próximas à costa da ilha do Marajó. As pescarias artesanais são realizadas próximas às ilhas Machadinho e Mexiana, e a noroeste da ilha de Marajó, nos municípios de Chaves e Afuá (Figura 2). De acordo com o relato dos pescadores industriais, a operação da frota pesqueira é realizada no litoral Norte entre a Guiana Francesa e a fronteira do Brasil, no estado do Maranhão.

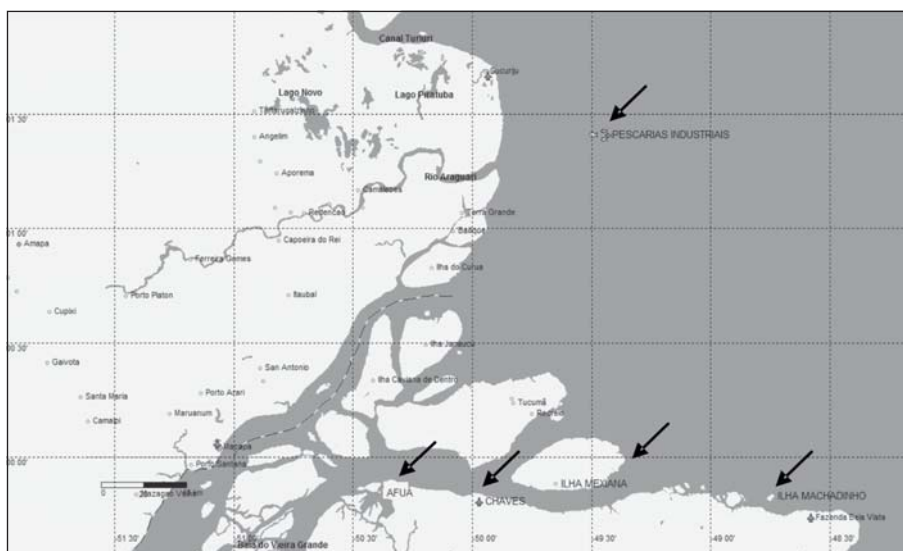


Figura 2: Locais de pesca identificados por pescadores industriais e artesanais.
Fonte: Programa TrackMaker, 2010.

Segundo Barthem (2003), um pesqueiro pode significar um ponto geográfico. No entanto, na maioria das vezes, a localização do pesqueiro é mostrada como uma área de diferentes tamanhos que pode ser: um grande lago, um complexo de lagos, um rio ou uma região de costa. Barthem (2003) em seu estudo na região da bacia amazônica agrupou as áreas de pesca em categorias de regiões, sendo estas: rio Amazonas, rio Tocantins, Delta Interno e Estuário e Costa, e em outro estudo mais antigo Barthem e Petrere (1995) dividiram essas áreas em Norte, correspondendo à costa do Amapá ao norte da foz do rio Araguari; foz amazônica propriamente dita; baía do Marajó; e Salgado, a costa do Pará.

De acordo com o mesmo autor, o estuário é o principal *habitat* explorado pela pesca da piramutaba no estado do Pará. Segundo Barthem e Goulding (1997), este ambiente é formado pelo rio Amazonas ao norte e pelo rio Tocantins ao sul. As águas do rio Amazonas chegam à parte sul do Estuário por meio do canal de Breves, que desemboca no rio Pará que é um tributário do rio Tocantins.

No ambiente estuarino existe uma extensa zona de mistura ao norte e a leste da ilha de Marajó, na qual a produção de algas é muito grande. As águas dos rios Amazonas e Tocantins fornecem nutrientes, diretamente ou por meio de matéria orgânica, e as águas oceânicas claras permitem a entrada de luz indispensável para a intensa produção de algas. Devido à alta produtividade primária, esta área serve como local de criação de grandes bagres, especialmente a piramutaba e atrai pescarias distintas como: as pescarias artesanais e industriais (BARTHEM; GOULDING, 1997).

As áreas identificadas pelos pescadores industriais e artesanais neste estudo coincidem com o descrito por Barthem e Petrere (1995). Segundo Mourão, Pinheiro e Lucena (2007), na época das chuvas, com o deslocamento das águas do rio Amazonas, a piramutaba margeia toda a costa da ilha do Marajó, adentra no rio Pará e chega até o município de Soure, no qual passa a ser capturada em menor escala pelas pescarias artesanais.

Uma lei brasileira proíbe a pesca de arrasto a menos de 10 milhas da costa, concordando com a Portaria NR-R-11, de 13 de maio de 1987, publicada no Diário Oficial da União no dia 14/05/1987 (AVIZ, 2006). De acordo com este mesmo autor, a região localizada acima de 05° ao Norte não pode ser frequentada por pescarias brasileiras porque essa área pertence a outro país (Guiana Francesa). Na parte intermediária do Estuário do rio Amazonas, no período do inverno, a pesca da piramutaba é efetuada em escala industrial.

Produção pesqueira e a avaliação dos grupos de interesse

A análise da percepção da tendência da produção das pescarias da piramutaba indica que, para os pescadores, houve diminuição dos estoques nos últimos 10 anos

na área do Estuário Amazônico. Os resultados da opinião dos entrevistados sobre o estado da produção pesqueira artesanal dessa espécie indicam que a avaliação preponderante é a de que a produção das pescarias artesanais diminuiu muito, enquanto que dentre os pescadores industriais, a opinião majoritária foi a de que os desembarques dessa espécie diminuíram bastante. Os informantes mostraram estar muito certos dessa análise.

A maioria dos entrevistados, especialmente os pescadores artesanais e ex-pescadores industriais de Vigia, Salvaterra e Soure, relatou que antigamente “dava muita piaba” (termo utilizado para referir a piramutaba) e que na atualidade a pressão da frota industrial sobre esses estoques aumentou significativamente devido ao seu alto poder de pesca. Os mesmos chamam a frota industrial de “grandes barcas”. Segundo eles, essas “grandes barcas” variaram expressivamente no decorrer do tempo. Dias Neto (c.p.) discorre que a frota industrial era composta em princípio de barcos para arrasto de parelhas (dois barcos arrastando uma rede), em seguida para trilheira (três barcos arrastando duas redes), logo para quadrilheira (quatro barcos arrastando três redes) e até quinquilheira (cinco barcos arrastando quatro redes).

Quanto às perspectivas futuras para a produção das pescarias artesanais e industriais da piramutaba, a maioria dos pescadores entrevistados acredita que haverá diminuição dos desembarques na área do estuário. As opiniões se dividem quanto à intensidade dessa diminuição. Opiniões com maior grau de certeza (muito certo) estão associadas com avaliações que apontam para uma diminuição mais acentuada. Outros entrevistados relataram que a produção das pescarias artesanais não irá variar, se tornará estável mostrando não estar muito certos dessa análise.

No período de dez anos, entre 1999 e 2008, os desembarques de piramutaba nos estados do Amazonas e Pará oscilaram entre 20.000 e 25.000 toneladas, com exceção de um pico em 2006, quando a produção alcançou mais de 28.000 toneladas. E a produção da pesca industrial e artesanal da piramutaba no Estuário Amazônico atingiu 16.063,50 toneladas em 1999, caiu para 12.010,00 toneladas no ano seguinte e atingiu o pico de produção de 24.701,00 toneladas em 2006.

Segundo os dados de estatística da pesca (IBAMA, 2007), a região Norte, no ano de 2007, produziu 139.966 toneladas de pescado, com um valor total estimado de R\$ 357.988.790,00. É a maior produção da pesca extrativa continental do Brasil, apesar de um decréscimo de 5,4% quando comparada ao ano de 2006. Naquele ano, a pesca na região Norte correspondeu a 57,5% da produção da pesca continental do país. A produção pesqueira da região Norte é desenvolvida em função do rio Amazonas que despeja um grande volume de água doce, com elevada quantidade de material de origem terrestre em suspensão que, ao se depositar sobre a plataforma

continental da foz daquele rio, faz com que a costa dos estados do Pará e Amapá apresentem alta produtividade, especialmente de comunidades do fundo do mar (ANON, 2002; BATISTA et al., 2005).

De acordo com os dados da estatística pesqueira efetuadas pelo IBAMA, os mesmos mostraram que o desembarque da piramutaba no decorrer dos anos de 1999 a 2007 mostraram um pequeno aumento da produção para os estados do Amazonas e Pará, sendo que essa produção foi maior no ano de 2006. No estado do Pará, a produção pesqueira mostrou uma grande tendência de crescimento nos mesmos anos, mostrando que o desembarque efetuado nos frigoríficos do Pará é realizado principalmente pela frota industrial, que utiliza redes de arrasto no Estuário Amazônico. De acordo com os pescadores industriais, as redes de arrasto contribuem para o maior desembarque da frota industrial da piramutaba.

O Amazonas e o Pará são os estados que mais produzem pescado da região Norte. O Pará possui uma produção de 62.287,0 toneladas e apresentou um decréscimo de 13,4% em 2007, em relação a 2006 (IBAMA, 2007). Ainda de acordo com o relatório do IBAMA, as espécies de peixes que mais contribuíram para este decréscimo foram: a piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*) com 20,3%, a dourada (*B. rousseauxii*) com 15,7%, o mapará (*Hypophthalmus marginatus*) com 7,5% e o filhote (*B. filamentosum*) com 7,3%.

De acordo com os pescadores artesanais, se houver um aumento da frota piramutabeira ainda poderá haver um aumento na produção total trazendo em consequência uma redução na produtividade e nos estoques. A maioria dos pescadores artesanais de Vigia relatou que não está mais pescando a piramutaba em consequência da alta pressão da pesca industrial. Esses pescadores exploram agora a pescada gó (*Macrodon ancylodon*) e principalmente a pescada amarela (*Cynoscion acoupa*) em razão de estas espécies serem encontradas com maior abundância nas proximidades da costa da ilha do Marajó e na área do Salgado no estado do Pará.

Em decorrência da alta pressão que estes estoques vêm sofrendo, pescadores artesanais da área de estudo buscam alternativas como, por exemplo, a troca de espécies de peixe. E este padrão de comportamento de mudança de espécies, ocasionada pela redução de estoque, já foi observada para o tambaqui (*Colossoma macropomum*) por Petrere (1985) que era a principal espécie desembarcada em Manaus. Segundo Falabella (1994), essa espécie foi substituída pelo jaraqui (*Semaprochilodus* sp) como sendo o principal desembarcado. Segundo esse autor, este declínio foi devido ao excesso de exploração que levou à sobrepesca da espécie.

Os pescadores artesanais discorrem que as pescarias industriais estão acabando com o recurso através de duas, três e até cinco barcos industriais operando ao mesmo tempo na área do Estuário onde “[...] pegam tudo, desde

o peixe de tamanho pequeno até o grande”. Segundos os entrevistados, aqueles peixes que não têm importância comercial e/ou que são pequenos demais são devolvidos ao Estuário, com perfurações na bexiga natatória com o objetivo da espécie submergir e não voltar à tona a fim de burlar a fiscalização.

Por outro lado, os pescadores industriais do município de Vigia e do distrito de Icoaraci também associam a atividade artesanal ao declínio dos estoques, já que não existe lei para o limite de área de pesca artesanal. Alguns pescadores industriais relataram que as geleiras das pescarias artesanais invadem o local que é reservado para as pescarias industriais dificultando a atividade e também pescam a piramutaba de tamanho pequeno.

Segundo a opinião dos entrevistados, o aumento do poder de pesca contribuiu para a diminuição dos estoques, resultando em sobrepesca de crescimento. Estudos mostraram que nas capturas de piramutaba efetuadas pelas pescarias artesanais, no período de safra e entressafra, os peixes são capturados no tamanho entre 22 cm a 72 cm, com média de 42,70 cm (BATISTA et al., 2005). Ainda de acordo com os mesmos autores, mais de 80% dos peixes amostrados tinham, em média, 3 a 4 anos de idade, e 58% tinham 5 anos. Ainda de acordo com esse estudo, com frequência menor que 10%, as piramutabas são capturadas com 1, 2, 6 e 7 anos de vida.

Conforme os registros do CEPNOR (2006), o número de barcos pesqueiros no Pará gira em torno de 6 mil unidades. O número de pescadores é de aproximadamente 30 mil para o litoral paraense (SETEPS, 2003). Ainda de acordo com os registros da CEPNOR, os auxílios do governo para viabilizar a obtenção de crédito destinado à compra de equipamentos de pesca podem ser responsáveis pelo aumento do número de barcos em atividade. As pescarias de subsistência perderam o caráter que tinham no passado para se tornarem uma atividade profissional. Além disso, o aparecimento de novas tecnologias introduzidas na Amazônia nas últimas três décadas contribuiu para a diminuição dos estoques pesqueiros como um todo (ISAAC, 2006). A explosão demográfica, sobretudo nos grandes centros urbanos amazônicos, fez com que houvesse um aumento da demanda pelo pescado, contribuindo para a intensificação da exploração dos principais estoques.

Os pescadores artesanais mais antigos relataram com saudosismo, as épocas antigas em que houve menor concorrência e mais piramutaba de grande porte. Isaac (2006) também relata que os pescadores lembram que houve menor concorrência e maiores rendimentos na atividade. A piramutaba já está sendo pescada no limite da sustentabilidade (BARTHEM, 1985) e os gestores entrevistados revelaram que a espécie vai continuar sendo sobre-explorados se não houver uma fiscalização severa.

De acordo com Isaac (2006), imagina-se que o desenvolvimento da pesca na região siga os padrões das outras pescarias do Brasil e do mundo. A exemplo das pescarias da piramutaba, estudos realizados pela FAO em 2000 indicaram que 80% dos estoques pesqueiros mundiais se encontravam em estado de sobre-exploração ou estavam sendo explorados de modo pleno, 10% a mais do que tinha sido diagnosticado em 1995. As principais causas assinaladas para essa situação grave incluem o excesso de esforço de pesca, o desenvolvimento tecnológico e os subsídios econômicos.

A gestão das pescarias da piramutaba

Na recente história do Brasil, a elaboração de uma legislação da pesca de águas interiores teve início em 1912 e continuidade com a elaboração do Código da Pesca em 1938. Essa legislação foi revista após o nascimento da SUDEPE, pela Lei Delegada nº 10, de 11 de outubro de 1962, quando foi publicado o Decreto-Lei nº 221, no ano de 1967 (FISCHER, CHAGAS e DORNELLES, 1992; BARTHEM, 1999). A legislação que vigorou até a primeira década do século XXI foi baseada no Decreto-Lei nº 221, no ano de 1967, que aborda aspectos da proteção e do estímulo à pesca, e no Decreto-Lei nº 7679/1988, que proíbe a pesca em períodos de reprodução. Estes decretos são válidos para águas interiores, mar territorial, zonas de alto mar, zona adjacente e plataforma submarina brasileira (ISAAC, ROCHA; MOTA, 1993).

O Decreto-Lei nº 221/1967 tornou-se a base das ações legais na pesca, sendo também denominado Código de Pesca. Além das categorias ou modalidades de pesca, são constituídas as formas de obtenção de licenças e tipos de licenças para a atividade, bem como punições para o exercício de ações consideradas ilegais. Este decreto define também a indústria pesqueira como uma indústria de base (produz matéria-prima para outra empresa) e considera a captura de pescado como uma atividade agropecuária.

Várias disposições deste código sofreram mudanças por meio de novas normas, que alteraram formas ou prazos de incentivos fiscais e definiram regras para arrendamentos e operação de embarcações ou sobre as obrigações das categorias de pescadores.

Conforme a antiga Secretaria da Aquicultura e Pesca, no dia do pescador, em junho de 2009, o presidente da República aprovou a Lei nº 11.958, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. Regula as atividades pesqueiras e revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Esta Lei, de 2009, anula os artigos 1º a 5º, 7º a 18, 20 a 28, 30 a 50, 53 a 92 e 94 a 99.

Esta Lei é bastante ampla e são citadas aqui algumas providências:

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, formulada, coordenada e executada com o objetivo de promover:

- i) O desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura como fonte de alimentação, emprego, renda e lazer, garantindo-se o uso sustentável dos recursos pesqueiros, bem como a otimização dos benefícios econômicos decorrentes, em harmonia com a preservação e a conservação do meio ambiente e da biodiversidade;
- ii) O ordenamento, o fomento e a fiscalização da atividade pesqueira;
- iii) A preservação, a conservação e a recuperação dos recursos pesqueiros e dos ecossistemas aquáticos;
- iv) O desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional dos que exercem a atividade pesqueira, bem como de suas comunidades;
- v) Pesca: toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros.

Da atividade pesqueira:

Art. 5º. O exercício da atividade pesqueira somente poderá ser realizado mediante prévio ato autorizativo emitido pela autoridade competente, asseguradas:

- i) A proteção dos ecossistemas e a manutenção do equilíbrio ecológico, observados os princípios de preservação da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais;
- ii) A busca de mecanismos para a garantia da proteção e da seguridade do trabalhador e das populações com saberes tradicionais;
- iii) A busca da segurança alimentar e a sanidade dos alimentos produzidos.

Art. 7º o desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira dar-se-á mediante:

- i) A gestão do acesso e uso dos recursos pesqueiros;
- ii) A determinação de áreas especialmente protegidas;
- iii) A participação social;
- iv) A capacitação da mão de obra do setor pesqueiro;
- v) A educação ambiental;
- vi) A construção e a modernização da infraestrutura portuária de terminais portuários, bem como a melhoria dos serviços portuários;
- vii) A pesquisa dos recursos, técnicas e métodos pertinentes à atividade pesqueira;
- viii) O sistema de informações sobre a atividade pesqueira;
- ix) O controle e a fiscalização da atividade pesqueira;
- x) O crédito para fomento ao setor pesqueiro.

Com base nas leis antigas e atuais, algumas portarias foram criadas, algumas delas tratando especificamente da pesca dos grandes bagres migradores.

No Brasil, as regulamentações específicas da pesca de bagres amazônicos estão limitadas à pesca industrial da piramutaba no Estuário (BARTHEM, 1999; VIEIRA, 2005). De acordo com Vieira (2005), essa regulamentação foi iniciada há duas décadas na tentativa de ordenar essas pescarias no Estuário por meio da Portaria de nº 9, de 9 de março de 1983, através da antiga SUDEPE, que proíbe a atuação da frota pesqueira industrial ao sul do paralelo 00°05'N e do meridiano

48°00'W. A referida portaria limitou o número de unidades de pesca (metros de malha, números de barcos, etc.), restringiu as capturas a uma cota máxima e regulamentou o tamanho da malha das redes de arrasto no saco túnel. Porém, essas medidas têm sido analisadas e transformadas ao longo dos anos através de instruções normativas publicadas pelo IBAMA.

A análise e alteração periódica da legislação são alguns dos passos principais para o sucesso do manejo como um todo, pois as características socioeconômicas e ambientais da pesca sofrem mudanças. Fatores determinantes para o sucesso da reprodução dos estoques e do bom desempenho econômico dos agentes da pesca incluem aqueles associados ao clima, ao pulso de inundação, à variação na demanda e inovações tecnológicas, dentre outros. No que diz respeito ao clima, podemos citar o aquecimento global e conseqüentemente o aumento da temperatura dos sistemas aquáticos e intensificação do fenômeno climático *El Niño*. O pulso de inundação deveria ser considerado, principalmente, devido à acentuação dos níveis máximo e mínimo do rio afetando o sucesso reprodutivo, a sobrevivência e os desembarques da espécie, além do acréscimo da demanda ocasionado pelo crescimento demográfico e pela necessidade dos empresários de aumentar a lucratividade.

Na opinião dos pescadores artesanais a atividade industrial é responsável por causar danos ambientais ao pesqueiro pelo arraste e suspensão de sedimentos do fundo e pela captura de indivíduos abaixo do tamanho mínimo e pelo descarte daqueles que não têm valor comercial. Barros e Ribeiro (2005), que realizaram estudos sobre a pesca de bagres, também relataram que os pescadores fazem crítica ao desperdício exagerado provocado pela frota industrial. Ainda de acordo com Barros e Ribeiro (2005), esse tipo de aparelho causa a morte de vários tipos e tamanhos de peixes que são rejeitados por não possuírem valor para a indústria. O descarte desse rejeito é realizado na área do Estuário, fazendo com que haja uma diminuição nos níveis de qualidade da água, gerada pelo material em decomposição.

Considerando que o Estuário é uma área de criação da piramutaba, recomenda-se estipular o número máximo da frota industrial e a suspensão da pesca de arrasto, estimular a captura com espinhéis e malhadeiras – pois são aparelhos de pesca de fácil controle de seletividade –, elaborar medidas de manejo dependendo do ciclo hidrológico, manter sempre a legislação atualizada, definir regras mais claras para os usuários desses recursos e aumentar a fiscalização.

CONCLUSÃO

Por meio dos resultados obtidos desse estudo, pode-se concluir que:

Na percepção dos atores sociais da pesca, houve diminuição da produtividade da pesca industrial e artesanal da piramutaba nos últimos dez anos, embora os dados de desembarque indiquem um aumento na produção total no mesmo período;

Para pescadores, gestores e pesquisadores, nos próximos dez anos haverá diminuição dos estoques da piramutaba se não houver uma boa gestão das pescarias da espécie;

O ambiente estuarino como a principal área de criação e alimentação da piramutaba deve receber medidas especiais de proteção.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudo disponibilizada.

REFERÊNCIAS

- ANON. O estado dos recursos pesqueiros: pesca extrativa e aquicultura. In: SANTOS, T.C.C.; CÂMARA, J.B.D. (Orgs.). GEO Brasil 2002. **Perspectiva do Meio Ambiente no Brasil**. Brasília: IBAMA, 2002. p. 133-147.
- AVIZ, A. de. Empresas pesqueiras de Icoaraci – Pará: algumas considerações. **Amazônia: Ci. & Desenv.**, Belém, v 2, n. 3, jul./dez. 2006.
- BARROS, J.F.; RIBEIRO, M. O. de A. Aspectos sociais e conhecimento ecológico tradicional na pesca de bagres. In: **O manejo da pesca dos grandes bagres migradores: piramutaba e dourada no eixo Solimões-Amazonas**. Manaus: IBAMA, Pró-várzea, 2005. 31p. (Coleção Documentos Técnicos: Estudos Estratégicos)
- BARTHEM, R.B. O desembarque na região de Belém e a pesca na foz Amazônica. In: RUFFINO, M.L. **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia Brasileira**. Manaus: ProVárzea, 2003. p. 137-167.
- BARTHEM, R. B. A Pesca Comercial no Médio Solimões e sua Interação com a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. In: QUEIROZ, H.; CRAMP, L.; WILLIAM, G. R. (Orgs.). **Estratégias para Manejo de Recursos Pesqueiros em Mamirauá**. Belém: Sociedade Civil Mamirauá/CNPq, 1999. p. 72-107.

BARTHEM, R. B.; GOULDING, M. **Bagres balizadores: ecologia, migração e conservação de peixes amazônicos.** Manaus: IPAAM, 1997. 130 p.

BARTHEM, R. B.; PETRERE JR, M. Fisheries and population dynamics of *Brachyplatystoma vaillantii* (Pimelodidae) in the Amazon Estuary. In: ARMANTROUT, N. B. (Ed.). **Condition of the world's aquatic habitat.** Proceedings of the World Fisheries Congress, Theme 1. Oxford; New Delhi: IBH Publishing, 1995. p. 329-340.

BARTHEM, R. B. Ocorrência, distribuição e biologia dos peixes da bacia do Marajó, estuário Amazônico. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeld, ser. Zoologia**, v. 2, n.1, p. 49-69, 1985.

BATISTA, J. da S.; AQUINO, K. F. de; FARIAS, I. P.; GOMES, J. A. A. Variabilidade genética da dourada e da piramutaba na bacia Amazônica. In: FABRÉ, N. N.; BARTHEM, R. B. (Orgs.). **O manejo da pesca dos grandes bagres migradores: piramutaba e dourada no eixo Solimões-Amazonas.** Manaus: Ibama; ProVárzea, 2005, 114p. il.

CEPNOR. Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte. **Relatório do censo estrutural da pesca de águas continentais na região Norte.** Convênio ADA/UFRA Nº 018/2004. Belém: ADA; UFRA, 2006.

CHAVES, R. A.; SILVA, K. C. de A.; IVO, C. T. C.; CINTRA, I. H. A.; AVIZ, J. da S. Sobre a pesca da piramutaba, *Brachyplatystoma vaillantii* (valenciennes, 1940) em pescarias da frota industrial no estado do Pará. **Bol. Téc. Cient. Cepnor**, Belém, v.3, n.1, p. 163-177, 2003.

FALABELLA, P. **A pesca no Amazonas: problemas e soluções.** 2. Ed. Manaus: Imprensa Oficial do Estado, 1994. 180p.

FAO. Disponível em: <<http://www.fao.org/fishery/statistics/global-capture-production/en>>. Acesso em: junho de 2010.

FISCHER, C. F. A.; CHAGAS, A. L. das; DORNELLES, L. D. C. **Pesca de águas interiores.** Brasília: IBAMA, 1992. 32p. (Coleção Meio Ambiente. Série Estudos: Pesca 2).

IBAMA. **Estatística da Pesca Brasil.** Grandes Regiões e Unidades de Federação Brasília: IBAMA, 2007.

IBAMA. **Camarão Norte e Piramutaba.** Brasília: IBAMA, 1997. 148p. (Coleção Meio Ambiente. Série estudos pesca, 9).

ISAAC, V. J.; ROCHA, V.L.C.; MOTA, S. Considerações sobre a legislação da “Piracema” e outras restrições da pesca da região do Médio Amazonas. In: FURTADO, L.G.; LEITÃO, W.; FIÚZA de MELLO, A. (Orgs.). **Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993. p. 187-211.

ISAAC, V. J. Exploração e manejo dos recursos pesqueiros do litoral amazonico: um desafio para o futuro. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v.58, n.3, p. 33-36, 2006.

MEEES, G. F. The Auchenipteridae and Oimelodidae of Suriname (Pisces, Nematognathi). **Zool. Verh**, Leiden, n.132, p.1-256, 1974.

MOURÃO, K. R. M.; PINHEIRO, L. A.; LUCENA, F. Organização social e aspectos técnicos da atividade pesqueira no município de Vigia – PA. **Boletim do Laboratório de Hidrobiologia**, v. 20, p. 39-52, 2007.

OLIVEIRA, D. M.; FREDÓU, T.; LUCENA, F. A pesca no Estuário Amazônico: uma análise uni e multivariada. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Naturais**, Belém, v. 2, n. 2, p. 11-21, mai-ago. 2007.

PETREIRE Jr., M. A pesca comercial no Rio Solimões–Amazonas e seus afluentes: Análise dos informes do pescado desembarcado no Mercado Municipal de Manaus (1976-1978). **Ciência e Cultura**, v. 37, 1985.

SANTOS, G. M. dos; SANTOS, A. C. M. dos. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. **Estudos avançados**, São Paulo, v.19, n.54, 2005.

SETEPS. A pesca artesanal no estado do Pará: perfil sócio-econômico e organizacional dos pescadores filiados às colônias. Belém: SETEPS/Sine-PA, 2003.

SMITH, N. **A pesca no rio Amazonas**. Brasília: CNPq; Manaus: INPA, 1979. 154p.

TORRES, M.; SILVA, M. L.; BUENNDIA, N. **Gerenciamento de estoques pesqueiros na Amazônia: o caso da piramutaba**. Monografia (Especialização CIPCTAM II) – Naea/UFGA, Belém, 1995.

VIEIRA, E. Legislação e plano de manejo para a pesca de bagres na bacia amazônica. In: In: FABRÉ, N. N.; BARTHEM, R. B. (Orgs.). **O manejo da pesca dos grandes bagres migradores: piramutaba e dourada no eixo Solimões-Amazonas**. Manaus: Ibama; ProVárzea, 2005, 114p. il.

WALMSLEY, S.; HOWARD, C.; MEDLEY, P. A. **Participatory Fisheries Stock Assessment (ParFish) guidelines**. London: MRAG, 2005.

Texto submetido à Revista em 20.01.2011
Aceito para publicação em 24.05.2011



Etnicidade e urbanidade: a Aldeia Beija-flor

Ethnicity and urban life: Beija-flor Village

Emmanuel de Almeida Farias Júnior – Doutorando em Antropologia Social-PPGAS/UFAM, mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia-PPGSCA/UFAM, 2008. Pesquisador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/Centro de Estudos Superiores do Trópico Úmido/Universidade do Estado do Amazonas-UEA. E-mail: emmanueljunior61@yahoo.com.br.

Alfredo Wagner Berno de Almeida – Antropólogo. Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional-UFRJ. Professor da Universidade do Estado do Amazonas-UEA e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social-PPGAS-UFAM. Coordenador dos Projetos Novas Cartografias Antropológicas da Amazônia-PNCAA/CESTU/UEA; Mapeamento social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação: processos de capacitação de povos e comunidades tradicionais-UEA/BNDES e Nova Cartografia Social da Amazônia-PNCSA/Fund. Ford/PPGAS-UFAM. Pesquisador CNPq. E-mail: pncaa.uea@gmail.com; www.novacartografiasocial.com.

Resumo

Na década de 1980, na cidade de Rio Preto da Eva-AM, um comerciante norte-americano chamado Richard Melnik estabeleceu o que ele chamou de uma “comunidade indígena” especializada na confecção de “artesanato”, cujas peças eram vendidas em sua loja na cidade de Manaus. Entre as décadas de 1980 e 1990 foram morar na área correspondente a esta comunidade diversas famílias de diferentes etnias. Inicialmente, à “comunidade” vieram indígenas Yanomami, Tukano e Hiskariana, que construíram suas respectivas malocas. Em seguida, indígenas Sateré Mawé e Dessano se estabeleceram aí, constituindo assim a, chamada “Comunidade Indígena Beija-flor”. A partir de 1997, os indígenas passaram a ser coagidos a abandonar a área por um suposto procurador do comerciante Richard, que reivindicava a área para a construção de um loteamento residencial. Após vários conflitos, os indígenas, mobilizados politicamente, conquistaram a terra por meio da Lei Municipal 302, que prevê a desapropriação da área em benefício das famílias indígenas que compõem a comunidade. O presente artigo focaliza a relação entre estes conflitos e o processo de constituição da comunidade indígena.

Palavras-chave

Etnicidade. Terra indígena na cidade. Território.

Abstract

In the 1980s, in Rio Preto da Eva city-Amazonas state, an American businessman named Richard Melnik established what he called an “indigenous community” specialized in the making of “indigenous crafts” which were sold in his shop in Manaus city. Between the decades of 1980 and 1990, in this area, many families from different ethnic groups went to live in the area corresponding to this community. Initially, to the “community” came Yanomami, Tukano, Hiskariana indigenous, who built their respective huts. Then Sateré Mawé and Dessana indigenous established in the same area, thus constituting the “Beija-flor indigenous community”. From 1997 on, the Indians began to be coerced to leave the area by an alleged Mr. Richard’s attorney, who claimed the area for the construction of a residential zone. After several conflicts, the politically mobilized indigenous, conquered the land by means of the Municipal Law 302, which provides the expropriation of the area for the benefit of the indigenous families that compose the community. This article focuses the relation between this conflict and the process of constitution of the indigenous community.

Keywords

Ethnicity. Indigenous land in the city. Territory.

INTRODUÇÃO

Nos últimos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os Estados de Roraima e Amazonas têm registrado um aumento do número de pessoas que passaram a se declarar indígenas¹. Essas mudanças têm sido verificadas a partir da consulta dos “setores censitários” referentes a áreas urbanas das capitais de Boa Vista e Manaus, respectivamente. No caso de Manaus, é preciso mencionar ainda os municípios referentes à recém-criada “região metropolitana”².

De acordo com Baines, a “questão das chamadas aldeias urbanas e índios citadinos abrange uma multiplicidade de situações diferentes, com histórias diversas de contato interétnico com as populações regionais” (BAINES, 2001, [s.p]). Destaca ainda que esse fenômeno não se restringe a cidades da Amazônia, mas tem ocorrido simultaneamente em outras cidades e capitais do país.

Esta tendência ascensional não se restringe ao Brasil e apresenta possibilidades comparativas, caso procedamos a um cotejo com situações sociais referidas ao México³, à Bolívia⁴ e à África⁵.

Na atual área de abrangência da Região Metropolitana de Manaus está o município de Rio Preto da Eva (a 80 quilômetros de Manaus). Neste município, desde a década de 1990, indígenas de várias etnias da Comunidade Indígena Beija-flor têm lutado pelo reconhecimento legal de seu território, correspondente a um imóvel urbano de 41,63 ha.

A associação Etnoambiental Beija-Flor, criada em 2006, buscando reverter as pressões sobre a terra indígena estabeleceram estratégias concernentes à “política de identidade”. Foi iniciada, assim, uma luta contra a invisibilidade censitária, uma vez que o censo de 1991 assinalava apenas 14 indígenas. A luta contra os dados estatísticos oficiais refletiu-se no censo demográfico de 2000, no qual 123 pessoas se autodeclararam indígena no município de Rio Preto da Eva, contra apenas 14

¹ Segundo o IBGE, os dados comparativos entre os censos de 1991 e 2000 são os seguintes: 1991, Manaus: 952 pessoas se declararam indígenas; 2000, Manaus: 7.894 pessoas se declararam indígenas, o que sinaliza um crescimento 6.942 pessoas que se autodeclararam indígenas. Contudo, o movimento indígena tem alertado para o fato de que há na cidade de Manaus mais de 30.000 indígenas.

² De acordo com a Lei Complementar n.º. 59/2007, Art. 1º, a Região Metropolitana de Manaus é “composta pelos Municípios de Manaus, Iranduba, Novo Airão, Careiro da Várzea, Rio Preto da Eva, Itacoatiara, Presidente Figueiredo e Manacapuru, com vistas à organização, ao planejamento e à execução de funções públicas e serviços de interesse metropolitano ou comuns” (AMAZONAS, 2007).

³ Cf. Pablo Yanes, Virginia Molina e Oscar Gonzáles – Ciudad, Pueblos Indígenas y Etnicidad (2004);

⁴ Cf. Álvaro García Linera – A potência plebeia: ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia (2010);

⁵ Cf. George Gmelch, Walter P. Zenner – Urban life: readings in urban anthropology (1980).

do censo de 1991. Atualmente, segundo o tuxaua Fausto Sateré, os indígenas em Rio Preto da Eva somam aproximadamente 300, dos quais 54 estão diretamente referidos à Comunidade Indígena Beija-flor.

Pretendemos analisar o processo de reconfiguração étnica ocorrido na cidade de Rio Preto da Eva e a dinâmica social de reivindicação territorial dos indígenas da Comunidade Indígena Beija-flor, atentando para a relação entre etnicidade, povos indígenas e cidade. Almeida chama a atenção para a especificidade política dessas mobilizações étnicas: “o que distingue tal processo é que, diferentemente de outras situações históricas, esta presença indígena nas cidades amazônicas ocorre, no momento atual, principalmente através de manifestações sucessivas de construção de uma existência coletiva” (ALMEIDA, 2008, p.19).

Tal existência coletiva expressa uma autoconsciência cultural que está fundada justamente nos efeitos de revelação e diferenciação⁶.

1 A “COMUNIDADE”⁷ INDÍGENA BEIJA-FLOR

No início da década de 1970, o comerciante norte-americano Richard Melnyk, montou uma loja de artesanato indígena no centro de Manaus, com firma registrada em 17 de março de 1971. O estabelecimento comercial foi por ele denominado “Casa do Beija-Flor”, onde passou a vender o artesanato produzido pelos indígenas de distintas etnias. No timbre de sua correspondência comercial, pode-se ler o seguinte: “*Amazonian arts and crafts. When you in Manaus, visit the HOUSE OF THE HUMMINGBIRD*”.

Analisando os documentos fiscais e a correspondência trocada pelo Sr. Richard Melnyk com compradores internacionais, verifica-se o destino das peças produzidas pelos indígenas. Dois desses documentos referem-se a vendas para Arundel, Sussex, England, UK e para New York, USA. Do envio para New York constam da nota fiscal nº. 001363, de 26/02/1992, as seguintes peças: “02 zarabatanas maku, 03 remos talhados, 04 apitos de madeira, 07 máscaras tikuna, 01 banco hixcaryana, 02 flecha atroaris, 02 tapetes tucuris, 04 cocais maku, 01 zarabatana matis” entre outros.

O Sr. Richard Melnyk havia comprado uma área de terra em local hoje pertencente ao município de Rio Preto da Eva. De acordo com a certidão, expedida

⁶ O *slogan* dos indígenas Cambeba, assim como Cocama, Tukano, Sateré Mawé, dentre outros em Manaus é “Nós existimos!”.

⁷ A expressão comunidade está aspeada por ter sido empregada com certo relativismo, com a intenção de fazer a diferenciação entre sua expressão prática, tal como usada pelos agentes sociais, e sua dimensão analítica.

em 15/04/1994, pelo Cartório Único de Registro de Imóveis, no Livro nº. 02 de Registro de Imóveis de Rio Preto da Eva, a área pertencente ao Sr. Melnyk trata-se de um “imóvel urbano”, com área total de 81,20 ha. Segundo o mesmo documento, o domínio da área foi reconhecido pelo Termo de Reconhecimento de Domínio nº. 001, Série E-1, datado de Manaus, 02 de maio de 1988, assinado pelo então governador do estado do Amazonas, Amazonino Armando Mendes e também pelo então presidente do Instituto de Terras e Colonização do Amazonas (ITERAM), Augusto César Santos Pantoja.

Foi nessa mesma área de 81,20 ha que, na década de 1980, o Sr. Melnyk decidiu “montar uma comunidade indígena”, passando a convidar indígenas de diferentes grupos étnicos para lá residirem. Embora não haja indicações para tanto, pode-se adiantar que a heterogeneidade étnica dificultou, inicialmente, quaisquer laços mais profundos de solidariedade entre os indígenas “convidados”, favorecendo a “dominação tradicional” (WEBER, 1994, p. 148) implementada pelo Sr. Melnyk. O objetivo do comerciante norte-americano era que os indígenas produzissem artesanatos e os vendessem exclusivamente para ele, que por sua vez os revendia em sua loja, exportando-os para a Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha, entre outros países.

Em 14 de abril de 1994, de acordo com a Escritura de Permuta, lavrada no Cartório do Quarto Ofício de Notas de Manaus-Amazonas, Livro 333, folhas 070/071, o Sr. Richard Melnyk, representado por procuração pelo Sr. Ivan de Sá, trocou 40 hectares da supracitada área por 370 ha que pertenciam à Prefeitura de Rio Preto da Eva. Segundo a certidão emitida pelo Cartório Único de Registro de Imóveis, datada de 15 de abril de 1994, “depois da Permuta, efetuada pelo Senhor Richard Melnyk e a Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva, restaram apenas 41,63 ha”.

Podemos registrar duas tentativas de ocupação indígena dessa área na cidade de Rio Preto da Eva. A primeira pode ser explicada com base em entrevista realizada, em 2004, com o Sr. Gabriel Gentil, indígena da etnia Tukano, que morou em Rio Preto da Eva. Segundo ele, foram convidadas pelo Sr. Richard Melnyk, para que ali residissem, diversas famílias que pertenciam a grupos étnicos distintos. Os primeiros indígenas trazidos na década de 1980 foram dos povos Yanomami, do rio Maiá, Hiskariana, Tukano, ao qual pertence Gabriel Gentil, na década de 80. Esses índios “desbravaram e construíram malocas” (ANDRADE, 2004).

A segunda tentativa pode ser reconstituída pelo atual tuxaua geral, o Sr. Fausto Andrade, que, no começo da década de 1990, trabalhou na loja do norte-americano, no centro de Manaus e, em 1991, passou a morar nas terras em Rio Preto da Eva. A partir dessa época, a área passou a ser denominada Comunidade

Indígena Beija-flor. Todo o artesanato produzido pelos indígenas tinha sua venda garantida na “Casa do Beija-flor”. Assim, desde o início, essa situação social caracterizou-se pela dinamicidade das relações interétnicas e pela identificação através da produção de artesanato.

As famílias que passaram a residir na Comunidade Indígena Beija-flor voltaram-se basicamente para a produção de artesanato. Como observa o Sr. Germano, indígena Dessana, os artefatos utilizados no dia a dia, como objetos domésticos e indumentária, passaram a ser objetos de circuitos comerciais específicos, que despertaram interesse dos “turistas” que visitam a “comunidade”.

O processo de ocupação da terra fez com que os indígenas desenvolvessem um aguçado conhecimento de toda a área florestal do aludido imóvel urbano, identificando as espécies que poderiam ser utilizadas na confecção das peças de artesanato. Esse tipo de conhecimento definia as práticas de coleta de fibras, sementes, resinas e tinturas utilizadas no tingimento das peças, ou ainda na preparação de poções utilizadas como remédios ou em cerimônias rituais. Esses saberes práticos serviram como base para que eles descobrissem também a limitação ecológica da própria área e fizeram com que buscassem soluções em outros locais, como a utilização do arumã, coletado no baixo Rio Preto.

Esse conhecimento dos recursos naturais não se restringe às espécies utilizadas com fins alimentares. Trata-se de um conhecimento mais abrangente da “natureza”, que envolve “saberes tradicionais”, mesmo daquelas plantas que não são utilizadas para a confecção do artesanato, nem em remédios ou alimentação. Pode-se dizer que se trata de uma coerente “ciência do concreto” (LEVI-STRAUSS, 1962, p.06).

A produção de artesanato aparece combinada com práticas relacionadas ao uso dos recursos naturais. Podemos, neste caso, citar as áreas de cultivo denominadas “roças”. Existe na área da Comunidade Indígena Beija-flor uma série de locais indicados pelos indígenas como correspondentes a antigas “capoeiras”, realizadas com ocupações anteriores. As formas de uso comum, que disciplinam o uso das “capoeiras”, pressupõem regras de cooperação simples entre unidades familiares, cujos critérios encontram-se apoiados num “conhecimento tradicional”. O termo “tradicional” está sendo aqui relativizado e não está ligado a noções como “atraso”, “primitivo”, “artesanal” e “rudimentar”. Essas noções têm sido utilizadas de maneira depreciativa para classificar povos e as práticas da denominada “agricultura de subsistência”.

As chamadas “roças”, segundo Almeida (2006b), estão relacionadas diretamente a um certo modo de vida e envolvem mais do que relações ecológicas e econômicas, fixando um padrão cultural que compreende um repertório de

práticas específicas. Elas constituem “uma referência essencial que sedimenta as relações intrafamiliares e entre diferentes grupos familiares, além de assegurar um caráter sistêmico à interligação entre os povoados” (ALMEIDA, 2006b, p. 51).

“Somos da Comunidade Indígena Beija-flor”: era assim que se apresentavam em 2003, durante a pesquisa de campo, os indígenas que residiam no imóvel urbano de 41,63 hectares, na cidade de Rio Preto da Eva. Essa área deixou gradativamente de ser um “imóvel urbano” para ir se constituindo em um território reivindicado pelos indígenas, diante dos conflitos gerados a partir de uma ação judicial de reintegração de posse por parte do “procurador” do comerciante norte-americano. Nessa data, residiam na comunidade, indígenas das etnias Tukano, Dessana, Sateré-Mawé e Munduruku. A dinamicidade de relações pluriétnicas persiste caracterizando a “comunidade”. É essa pluralidade étnica que torna particular a “situação social” aqui examinada.

A designação “indígena” aqui deixaria de ser genérica e aparece como uma construção aglutinadora de vários grupos étnicos, que compartilham práticas político-organizativas e práticas econômicas comuns. Tem-se, assim, uma convergência que neutraliza divisões. Não se trata, contudo, de um todo harmônico, mas parte da “política de identidade” que reverte o estigma.

É, sim, tem essa preocupação, mas a [...] o hoje o índio na visão geral que ele tem, de outros índios, ele não quer saber “Ah ele é tukano! Ele é sateré!” Não! A visão que ele tem em geral é “ele é indígena”, ele é índio, ele come nossa comida, ele mora com nós aqui, né!? [...] o conhecimento que ele já tem é esse saber se é indígena. Ele não quer saber se é da tribo tukano, twiuca ou apurinã [...] mas sabendo que ele é índio! (ANDRADE, 2004).

Para Oliveira, a designação enquanto indígena,

[...] uniformiza para efeitos legais e administrativos coletividades que são portadoras de tradições culturais tão radicalmente diferentes entre si (e de nós) quanto o universo greco-romano e a civilização árabe ou chinesa” (OLIVEIRA, 1999, p. 155).

A partir dessa “situação social”, podemos refletir sobre a própria designação de “comunidade”, no intuito de relativizar noções inspiradas em Tönnies, Durkheim e Weber. Verifica-se concretamente, no caso ora analisado, que a “comunidade” não é um tipo de “comunidade homogênea”, ou de um “organismo harmônico”. Compreendemos o termo “comunidade”, como um instrumento de análise e num sentido relacional, de acordo com Gusfield (1975).

Concretamente, observa-se a ressignificação de uma “área particular” e, a partir desse referencial, constrói-se socialmente a “comunidade” indígena,

organizada como “comunidade” indígena, que reivindica uma “terra indígena”. No entanto, não se trata aqui de formas comunitárias de utilização da terra, romantizadas pela literatura que enfatiza as qualidades dos “bons selvagens”.

Nem a “comunidade” e nem a “terra indígena” por ela reivindicada se referem a um grupo clânico. Trata-se de um discurso político, a fim de trazer para dentro da política indigenista aquilo que estava fora, ou que não tem a atenção merecida dos órgãos indigenistas.

Existe entre os indígenas um acordo visando reforçar o discurso sobre as aludidas “relações afetivas”. No entanto, observam-se características descritas como “relações associativas”. Weber afirma que em toda interação coletiva há um pouco das duas relações: “a grande maioria das relações sociais, porém, tem caráter, em parte, comunitário e, em parte, associativo” (WEBER, 1994, p. 25).

As narrativas objetivam reforçar suas reivindicações a respeito do território etnicamente configurado e designado “Comunidade Indígena Beija-flor”. Eles buscaram construir o entendimento, não obstante possíveis diferenças.

A “comunidade”, cabe repetir, não é um “organismo harmônico”, para lembrarmos as metáforas biologizantes utilizadas também pela antropologia. A “comunidade”, no presente caso, refere-se a uma unidade social que apresenta constantemente tensões e conflitos, a ponto de a FUNAI já ter sido solicitada a intervir, retirando da área uma família indígena.

De acordo com as narrativas coletadas, essas famílias têm se organizado como indígenas e têm recorrido igualmente à designação “Comunidade Indígena Beija-flor”, a qual conheceu subdivisões. De acordo com o tuxaua geral,

hoje a Comunidade Beija-flor é composta por várias etnias, dos povos Sateré-Mawé, Tukano, Dessana, Twiuca, Apurinã, Baniwa, Arara, Marubo, Mayuruna [...] nós somos o total de 232 indígenas, distribuídos em três comunidades: Beija-flor I, II e a III! (ANDRADE, 2004).

Os indígenas reivindicam, no entanto, uma divisão ideal do trabalho de manutenção dos territórios, que informa práticas e representações dos membros das famílias indígenas. Essa divisão está por sua vez orientada pelas potencialidades de recursos naturais e também por suas limitações e ainda por representações políticas da organização:

Hoje a Beija-flor I ficou assim como base, base central das comunidades do Rio Preto da Eva, como casa de apoio. E daqui é que nós reunimos com as outras lideranças, com os membros que representam as comunidades aqui, onde sai daqui as soluções para os problemas das comunidades [...] tanto na área de saúde, de educação, e também problemas jurídicos. Tudo! Daqui é que sai as decisões com apoio das duas comunidades. Então a comunidade Beija-flor II que fica no

baixo Rio Preto da Eva, dá uma hora e meia de voador até lá. Ela também [...] são os que ficaram lá, trabalham muito em cima da agricultura e da pesca. E a III trabalham muito na caça, na produção de carvão. [...] o artesanato pra nós aqui na comunidade Beija-flor I é como [...] a fonte maior econômica da Beija-flor I é o artesanato. Aonde nós chegamos a comprar algumas coisas, nós mandamos também pra II também, alguma coisa também, nós fazemos tipo uma troca com o que eles trabalham, com o que eles pegam lá embaixo (ANDRADE, 2004).

A “comunidade” iniciada pelo comerciante norte-americano estabeleceu-se como Comunidade Indígena Beija-flor I. Essa idéia da Beija-flor I como base de apoio para outras famílias indígenas tem sido fortalecida com o passar dos anos, até mesmo pelo órgão indigenista oficial. No momento, já houve iniciativas em que famílias chegaram até a “comunidade” através da FUNAI. Esta forma de se compreender a “comunidade”, ou seja, como base de apoio, tem sido cultivada pelos indígenas. Essa característica tem imprimido uma modalidade intensiva de ocupação da área, dinamizando as relações sociais. Essas relações, entretanto, revelaram-se por vezes conflituosas.

A cada família que chega é atribuída uma função junto ao grupo por meio de um acordo explícito, determinado por regras anteriormente estabelecidas. Nesse sentido, a família é chamada a fazer ressaltar sua “indianidade”. Essa seria uma maneira considerada eficaz junto aos não índios de comprovar a legitimidade da reivindicação.

O pertencimento na Comunidade Indígena Beija-flor está sendo construído, social e politicamente, em torno da identidade indígena, mesmo que de forma genérica. Isso não significa a abdicação de suas identidades étnicas. Assim, “o etnicismo é um fenômeno fundamentalmente político, pois os símbolos da cultura tradicional são usados como mecanismo de articulação de alinhamentos políticos” (COHEN, 1978, p. 123).

No caso que examinamos, a identidade indígena tem se configurado como uma “unidade de mobilização”. Aglutina grupos etnicamente diferentes e representa um tipo específico de organização política. No entanto, no momento em que essa mobilização culmina em um tipo de organização formal, juridicamente instituída, tem-se, de acordo com Cohen (1978), uma “associação étnica”. E, ainda segundo o autor, em termos sociológicos, faz-se necessária uma diferenciação entre grupo étnico e associações formais.

2 A DINÂMICA DO CONFLITO: O LITÍGIO JUDICIAL

Os conflitos vivenciados pelos indígenas que moram na Comunidade Indígena Beija-flor I caracterizam-se por várias ordens de acontecimentos. Podemos aqui rapidamente identificar dois tipos. O primeiro está associado a conflitos internos, como argumentou Leach (1996), inerentes a qualquer sistema social. O segundo, diz respeito às tentativas expropriatórias por parte de agentes externos, visando colocar a área ocupada pelos indígenas no mercado de terras e as intrusões causadas pela expansão da área urbana.

Na Comunidade Indígena Beija-flor I os conflitos internos terminam muitas vezes sem solução, ou a solução é não ter uma solução. Caso contrário, um dos opositores teria que se retirar da área e isso ocasionaria o enfraquecimento do grupo e uma baixa ocupacional. No caso em que um dos opositores teve que sair da área, a FUNAI foi acionada pela outra facção para que procedesse à “transferência” da família. Esses casos são mais raros na comunidade; o mais usual é a vinda de outras famílias para ocuparem a área, mesmo que temporariamente.

Os conflitos internos desaparecem temporariamente diante de ameaças externas. As análises sociológicas têm mostrado que, diante de situações sociais de conflito, grupos rivais unem-se para combater a intrusão de agentes externos ou para proteger recursos naturais que garantem a reprodução física e social. Isso não significa um estado de equilíbrio ou mesmo um ajustamento dos sistemas sociais. Mesmo diante dessas situações adversas aos interesses dos grupos sociais, observações minuciosas podem identificar as divisões, ou facções. Dessa forma, aproximamo-nos do outro tipo de conflito que envolve a Comunidade Indígena Beija-flor I.

A área ocupada pelos indígenas da Comunidade Beija-flor passou a ser reivindicada pela Sra. Arlene Glória Alves Monteiro. Ela alegava ter comprado a área em 2 de outubro de 1997, do Sr. Richard Melnyk. Para comprovar a transação, a Sra. Arlene utilizava a escritura de compra e venda firmada entre ela e Melnyk, mas assinada por procuração pelo Sr. Antônio Tadeu Drumond Geraldo na figura de vendedor, registrada no Cartório Pascoal-Único Ofício, Livro 002, Folhas 119.

Como o referido documento demonstra, o Sr. Antônio Tadeu – o procurador –, teria vendido a área de 41,63 ha para sua esposa, a Sra. Arlene da Glória, pela quantia de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Percebe-se que a estratégia não estava no valor pago, mas na forma encontrada pelo Sr. Antônio Tadeu para validar a dominialidade da área.

Munido de uma procuração, o Sr. Antônio Tadeu teria passado bens do Sr. Richard Melnik para sua esposa, o que lhe daria plenos poderes para transações

imobiliárias da área, via construção dos chamados loteamentos. Com a venda da terra para a esposa, esta passava para o marido, o Sr. Antônio Tadeu, uma procuração, conforme o documento lavrado no Cartório Helio Quarto Ofício de Notas, de Manaus, datado de 28 de abril de 1992, registrado no Livro 336, Folhas 068.

Em um dos documentos da peça judicial do litígio da área, datado de 3 de agosto de 1995, consta que o Sr. Richard Melnyk havia entrado com uma Ação de Revogação de Procurações contra o Sr. Antônio Tadeu, sendo enumeradas quatro procurações no total. Como mostra o documento, o Sr. Richard Melnyk não tinha meios para cancelar as procurações de forma urgente devido ao seu caráter irrevogável e irretroatável. O comerciante, enquanto tramitava o processo, colocou um aviso no periódico **À Crítica**, do dia 15 de julho de 1994, fls. 15, comunicando que o Sr. Antônio Tadeu não era mais seu procurador.

Desde 1997, os indígenas residentes na Comunidade Indígena Beija-flor I vinham sofrendo pressões para que abandonassem seu território. Os constrangimentos aumentaram quando da aprovação do loteamento “Belo Horizonte”. A área, contudo, a despeito do conflito, permaneceu sob o controle dos indígenas. Segundo eles, o Sr. Richard Melnyk, havia lhes passado verbalmente a posse da terra, que esta era na verdade sua vontade. Durante todo o período de ocupação da área pelos indígenas, estes a mantiveram com a maior parte de sua fauna e cobertura vegetal.

Com a morte do Sr. Richard Melnyk, em 2001, de acordo com a Certidão nº. 0007537, retorna então à cena a figura do “procurador”, o Sr. Antônio Tadeu, que reivindicava a área em nome de sua esposa. Durante esse tempo, houve várias tentativas de desapropriação e de expropriação do território ocupado pelos indígenas, a fim de se implantar ali o loteamento já mencionado para a construção de centenas de casas, o que devastaria a área.

De acordo com os indígenas, as ameaças não se restringiam somente aos xingamentos e ameaças verbais. Houve, ao longo dessa relação conflituosa, a invasão da área por parte de funcionários contratados pelo Sr. Antônio Tadeu. Ele alegava que não podia “investir naquela área porque os índios ainda estão lá. Eles invadiram aquelas terras”. Os funcionários estavam equipados com tratores e procederam à derrubada de várias casas, à destruição de plantações e à poluição de um igarapé que passa pela “comunidade”.

Os indígenas resistiram e resgatam narrativas que remontam à chegada na área como forma de legitimar sua ocupação. Tratam de frisar que estavam ali de maneira amigável a convite do comerciante norte-americano e lembram também dos trabalhos de cultivo.

Nas alegações do Sr. Antônio Tadeu, observa-se sua intenção em reverter o território indígena a “imóvel urbano” passível de compra e venda no mercado de terras, com a pretensão de transformá-lo em “loteamentos”. Com essa mesma intenção, podemos ainda citar um ex-prefeito de Rio Preto da Eva. Segundo o tuxaua Fausto, este último havia proposto interferir na questão, entrando com um projeto de lei para a desapropriação em favor dos indígenas, mas em troca os indígenas teriam que lhe repassar 200 “lotes”.

De acordo com os documentos oficiais lavrados em cartório e um decreto municipal autorizando o loteamento, figura como proprietária a Sra. Arlene da Glória Alves Monteiro. No entanto, segundo os indígenas era o Sr. Antônio Tadeu que fazia as pressões e intimidava as famílias da Comunidade Indígena Beija-flor I. De acordo com os relatos, a Sra. Arlete nunca teria ido até a comunidade para reivindicar a área, esse papel era desempenhado pelo Sr. Antônio Tadeu, que aparece também nas repetidas denúncias de prática de violência e intrusão da área.

De acordo com a Certidão de Ocorrência nº. 631/98, registrada no Livro nº. 007/98, com data de 28 de agosto de 1998, a Sra. Arlene da Glória procedeu a uma série de denúncias contra o líder da Comunidade Indígena Beija-flor. Segundo a natureza da Certidão de Ocorrência, tratava-se de uma invasão de terras que teria sido cometida pelo Sr. Fausto, indígena da etnia Sateré-Mawé. Este fora instituído como liderança da comunidade.

Baseada no fato de que havia comprado a área de seu marido, que dizia possuir uma procuração dada pelo Sr. Richard Melnyk, a Sra. Arlene ajuizou uma Ação Reivindicatória, contra a Sra. Zeila da Silva Vieira e seu marido, ambos pertencentes à etnia Sateré-Mawé e também contra o Sr. Fausto Andrade. Consoante a ação, a Sra. Arlene fazia uma série de acusações: os requeridos haviam se “apossado de forma violenta, tendo a posse sem causa jurídica”, além de comercializarem madeira. No entanto, em nenhum momento, esses fatos puderam ser constatados, muito menos provados judicialmente. Além disso, a autora não menciona que se tratava de indígenas.

Por serem indígenas, os requeridos, apoiados no Artigo 109, inciso XI, da Constituição Federal, que diz ser de interesse do Juiz Federal processar e julgar a disputa sobre direitos indígenas, o processo que vinha sendo julgado na esfera estadual foi repassado ao Ministério Público Federal, que já havia solicitado um laudo antropológico para averiguar se se tratava efetivamente de indígenas. O Laudo Antropológico/02/DFU/ERA/MAO assinado pela antropóloga Luciene Pohl é conclusivo sobre o pertencimento étnico dos requeridos, destacando que pertencem à etnia Sateré-Mawé, procedentes da Terra Indígena Andirá-Marau.

E ainda, no Termo de Declaração prestado pelo Sr. Ivan de Sá, em audiência com o Dr. José Roque Nunes Marques, na Promotoria de Justiça, o depoente reconhece a ocupação dos indígenas na área em litígio. E ainda, que o Sr. Antônio Tadeu estava extraindo madeira na área de 370 ha pertencente ao comerciante norte-americano. Enfim, o depoente declarou que o Sr. Richard Melnyk teria um projeto junto à prefeitura de Rio Preto da Eva para a criação de uma fundação no terreno de 370 ha.

Ainda segundo o Sr. Ivan, como consta no depoimento, o Sr. Richard Melnyk, antes de falecer, tinha planos de “montar” uma nova “comunidade” indígena na área de 370 ha, reproduzindo a experiência da Comunidade Indígena Beija-flor. Esse fato pode ser verificado no projeto encaminhado à Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), datado de 4 de outubro de 1993. O referido projeto era intitulado “Centro Cultural e Ciência dos Povos Indígenas da Amazônia” e seria executado pela Fundação Beija-flor em parceria com a prefeitura de Rio Preto da Eva.

Durante todo o processo litigioso, os indígenas encaminharam ao Ministério Público Federal uma série de denúncias. Essas denúncias referem-se à intrusão na área de pessoas que buscavam seus “lotes”, vendidos pela outra parte no processo, no caso o Sr. Antônio Tadeu. De acordo com os indígenas, as pessoas estavam sendo lideradas pelo referido senhor.

Esse fato fez com que os indígenas ajuizassem uma Ação de Atentado nº. 75/99 contra a representante legal do investimento imobiliário, devido à ação violenta de intrusão do território da Comunidade Indígena Beija-flor. Na contestação, a defesa da Sra. Arlene dirige-se aos indígenas classificando-os, pejorativamente, como “pseudoíndios”, como “caboclos” ou ainda referindo-se ao líder da “comunidade” como “índio renegado”. Trata-se de um léxico estigmatizante, utilizado pelo senso comum e aparentemente com livre trânsito em certos circuitos jurídicos.

A intrusão promovida pelo Sr. Antônio Tadeu, a fim de implementar o loteamento “Belo Horizonte” e as ações dela decorrentes, que levaram à denúncia feita ao Ministério Público Federal, resultaram na elaboração de dois relatórios. O primeiro foi assinado pelos servidores Luiz Ivenildo Moraes de Sousa e Emanuel Rodrigues Correia, técnicos indigenistas da FUNAI, sem data; o segundo, está assinado pelo Analista Pericial – Antropologia, o antropólogo Walter Coutinho Jr., da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, datado de 25 de maio de 2005.

Nos documentos referentes ao caso ora analisado, são usados termos depreciativos como “pseudoíndios”, “invasores”, “índios renegados”, “meros renegados invasores” e “caboclos”. Essas visões estigmatizantes caracterizam o

repertório de fontes secundárias, reunido durante os trabalhos de campo. Marcam também as audiências, reuniões e conversas informais. Trata-se de documentos datados, que se referem a conflitos sociais e bem explicitam os antagonismos.

3 A CARTOGRAFIA SOCIAL E O RECONHECIMENTO DA “TERRA INDÍGENA”

A Comunidade Indígena Beija-flor I reivindicava formalmente o seu território, solicitando apoio da FUNAI e da antiga Fundação dos Povos Indígenas do Amazonas (FEPI), como também do Conselho Indígena Missionário (CIMI) e de instituições acadêmicas de pesquisa, como o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA).

Os indígenas pertencentes à Comunidade Indígena Beija-flor I requereram junto ao PNCSA-UFAM que fosse realizada uma oficina de mapas⁸, que culminou com a publicação de um fascículo da série “Movimentos Sociais e Conflitos nas Cidades da Amazônia”, contendo depoimentos dos indígenas e um mapa situacional, elaborado a partir das indicações dos próprios indígenas de situações sociais consideradas por eles como relevantes.

Esse mapa tem sido utilizado pelos indígenas para o encaminhamento de suas reivindicações. Foi precisamente para isso que o “mapa situacional” dos indígenas da Comunidade Beija-flor foi apresentado pelas lideranças indígenas na Câmara Municipal de Rio Preto da Eva, a fim de convencer os vereadores a aprovar a Lei Municipal 302. Essa Lei estabelecia a desapropriação do imóvel rural e do imóvel urbano reivindicados pelo procurador do Sr. Richard Melnik.

Durante a realização da oficina de mapas, nos dias 19 e 20 de outubro de 2007, no âmbito do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, coordenado pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, os indígenas participantes definiram que o fascículo a ser produzido seria intitulado “Indígenas na cidade de

8 As Oficinas de Mapas realizadas são reuniões organizadas pelos próprios agentes sociais com a finalidade de elaborar seus respectivos croquis. Durante essas reuniões são coletados depoimentos e construídos croquis, ambos coletivamente. As informações contidas nos mapas são aquelas de interesse dos próprios agentes sociais e atendem a reivindicações do presente. As oficinas de mapas visam à produção de fascículos com seus respectivos “mapas situacionais”, que explicitam a dinâmica das relações sociais. Neles são registrados, de acordo com as representações dos indígenas, os conflitos, as expressões religiosas, as práticas produtivas e demais aspectos culturais, assim como as formas de uso dos recursos naturais. Os “mapas situacionais” que integram os fascículos produzidos no âmbito do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia-PNCSA visam tornar públicos os elementos constitutivos do processo de autodefinição e os atos de afirmação de identidades coletivas dos denominados “povos e comunidades tradicionais”, objetivadas em movimentos sociais.

Rio Preto da Eva – Comunidade Indígena Beija-flor”, fazendo, assim, sobressair a imagem aglutinadora de indígena, entrelaçada a identidades étnicas específicas.

Os indígenas realizaram o lançamento do fascículo produzido juntamente com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia no dia 1 de outubro de 2008, na Comunidade Indígena Beija-flor I, com a presença de autoridades municipais, representantes do movimento indígena, pessoas do município, de pesquisadores e da coordenação do PNCSA e da FUNAI.

Os indígenas vinham apresentando o fascículo, frisando que se tratava de um mapa deles, de um documento deles. “Esse é o nosso mapa!”, diz o tuxaua Fausto Andrade. Era dessa forma que os indígenas vinham articulando politicamente com autoridades municipais um projeto de lei para a desapropriação da área em benefício da “comunidade”.

A Lei Orgânica Municipal nº. 302 foi sancionada pelo Prefeito Fullvio da Silva Pinto, em 29 de outubro de 2008. O dispositivo legal prevê a desapropriação urgente, por ser de caráter social de interesse público. Segundo o Art. 2, da referida Lei, ela se baseia na Lei 4123/62, Art. 2, inciso IV.

Essa desapropriação abrangeu ainda a área de 370 ha, também reivindicada pelo Sr. Antônio Tadeu. A lei sancionada pelo prefeito Fullvio abrangeu as duas áreas envolvidas no litígio judicial. Segundo o Art. 2, as desapropriações de que trata a Lei destinam-se “a dar posse definitiva aos moradores, agricultores e demais posseiros existentes” na gleba I (a área de 370 ha) e gleba II, território ocupado pelos indígenas da Comunidade Indígena Beija-flor.

Segundo o tuxaua Fausto Andrade, o “mapa situacional” e o fascículo do qual foi coautor foram utilizados por eles nas negociações que precederam a sanção da lei, que passou a garantir juridicamente o território indígena. Segundo a “representação objetiva” dos indígenas, a “terra indígena” foi garantida por um dispositivo legal de ordem municipal, que reconhece sua legítima posse dentro da cidade. O fascículo e o mapa consistiram na peça técnica que registrou a ressignificação da “comunidade” em “aldeia” e em “terra indígena”.

Esse fato tem influenciado objetivamente os indígenas, que passaram a se referir à área como “Aldeia Beija-flor”. Segundo um registro de nascimento, o lugar de nascimento foi ressignificado e reelaborado, passando a ser denominado “Terra Indígena Comunidade Beija-flor” e, consecutivamente, “Aldeia Beija-flor”, atribuindo-lhe traços objetivos. O lugar está sendo reescrito e registrado em documentos pessoais e coletivos, emitidos pela Associação Etnoambiental Beija-flor. As formas organizativas representam, portanto, um mecanismo de transformação essencial para a consolidação jurídico-formal desse território étnico.

Atualmente, segundo as lideranças indígenas, tem havido um esforço para a realização do reconhecimento formal da área, pela FUNAI e por organizações como a Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (SEIND) e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), como “Terra Indígena”, de acordo com a Lei nº. 6.001 - 19/12/1973, com o Art. 231 da Constituição Federal de 1988, com o Decreto nº. 1.775, de 8/01/1996, ou seja, de acordo com todos os instrumentos jurídicos que dispõem sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas.

Enfim, percorrendo a “Terra Indígena Comunidade Beija-flor”, podemos notar as placas com a indicação “Governo Federal” e “Área Protegida”, além dos dispositivos legais que garantem às terras indígenas, evidenciando o início do processo legal de reconhecimento e demarcação. A placa foi entregue em cerimônia solene com a presença do então secretário da SEIND, o Sr. Jecinaldo Sateré-Mawé e da imprensa. Segundo o Sr. Joaquim, da etnia Tukano, esse procedimento reforçou a segurança territorial, pois as placas têm freado conflitos secundários antigos com moradores do bairro que fica no entorno da área.

No desdobramento deste conflito é que se consolidaram os limites da “comunidade” para além dos limites físicos, referimo-nos aqui a “fronteiras sociais” (BARTH, 2000, p. 34). Essas “fronteiras sociais” extrapolaram as características adstritas ao “imóvel urbano” que passou a ser classificado etnicamente sob a designação de “Terra Indígena”. Em outras palavras tem-se que o processo de territorialização resultou numa territorialidade específica na qual está ancorada a identidade coletiva politicamente construída.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. W. B. O mapeamento social, os conflitos e o censo: uma apresentação das primeiras dificuldades. In: ALMEIDA, A. W. B. de; SANTOS, G. S. (Orgs.). **Estigmatização e território: Mapeamento situacional dos indígenas em Manaus**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2008. p.19-33.
- ALMEIDA, A. W. B. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaquais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2006a.
- ALMEIDA, A. W. B. **Os quilombos e a base de lançamento de foguetes de Alcântara: laudo antropológico**. Brasília: MMA, 2006b.

AMAZONAS. Lei complementar n. 59, de 27 de dezembro de 2007. Modifica os artigos 1º, caput, e 4º, I, alínea b, da Lei Complementar nº. 52, de 30 de maio de 2007, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.aleam.gov.br/LegislatorWEB/LegislatorWEB.ASP?WCI=LeiTexto&ID=201&inEspecieLei=2&nrLei=59&aaLei=2007&dsVerbetes=Complementar>>. Acesso em: 02 ago. 2011.

ANDRADE, F. Entrevista concedida a Emmanuel de Almeida Farias Júnior em 19 de outubro de 2007. Comunidade Indígena Beija-Flor, Rio Preto da Eva.

BAINES, S. G. **As chamadas aldeias urbanas ou índios na cidade.** *Revista Brasil Indígena*, Brasília, ano I, n. 7, 2001. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/ultimas/artigos/revista_7.htm#001>. Acesso em: 11 fev. 2011.

COHEN, A. Organizações “invisíveis”: alguns estudos de casos. In: COHEN, A. **O homem bidimensional** – a antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 115-147.

GUSFIELD, J.R. **Community** – a critical response. New York: Harper & Row Publisher, 1975.

LEACH, E. R. **Sistemas políticos da Alta Birmânia.** São Paulo: EDUSP, 1996.

LÉVI-STRAUSS, C.. La science du concret. In: LÉVI-STRAUSS, C. **La pensée sauvage.** Paris: Librairie Plon, 1962. p. 3-47.

OLIVEIRA FILHO, J. P. A população ameríndia: terra, meio ambiente e perspectivas de transformação. In: OLIVEIRA FILHO, J. P. **Ensaio em Antropologia Histórica.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999. p. 155-163.

PREFEITURA DE RIO PRETO DA EVA. Lei nº. 302, de 29 de outubro de 2008. Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo Municipal para desapropriar, em caráter amigável ou judicial, áreas de terras que menciona, e dá outras providências.

WEBER, M. **Economia e sociedade.** v. 1. Brasília: Editora da UnB, 1994.

Texto submetido à Revista em 26.02.2011
Aceito para publicação em 12.05.2011



Nova Redenção: uma ruralidade amazônica

Nova Redenção: An Amazon Rurality

Voyner Ravena Cañete – Antropóloga, Profª. do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aquática e Pesca (PPGEAP) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), ambos da Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: ravenacanete@ufpa.br

Resumo

No decorrer das últimas três décadas o crescimento do setor agrário brasileiro trouxe consigo variações para o modo de vida rural do país. Na Amazônia, esse movimento de transformação encontra-se em processo acelerado e vem produzindo impactos e modificando o cotidiano das populações rurais da região. Compreendendo a ruralidade como um valor social, este artigo descreve Nova Redenção, localidade típica do nordeste paraense, e parte do cotidiano agrícola de seus moradores, caracterizando ainda o objeto de estudo a partir do debate sobre a produção agrícola familiar e seu futuro nas sociedades industriais.

Abstract

Throughout the past three decades, growth in Brazilian agricultural sector has entailed changes in local rural ways of living. In the Amazon, rapid increase of such transformations has had profound impact on the everyday life of rural populations. Regarding rurality as a social value, the present paper describes Nova Redenção, a typical village in the Northeast of Pará, and the agricultural everyday life of its dwellers. The object of study is also characterized with regard to the debate over family agricultural production and its future in industrial societies.

Palavras-chave

Campesinato. Amazônia. Ruralidade.

Keywords

Peasantry. Amazon. Rurality.

INTRODUÇÃO

Os estudos das Ciências Sociais têm demonstrado como a valorização das regiões rurais tem de fato orientado o movimento geral da sociedade moderna. O meio rural corresponde a $\frac{1}{4}$ da população dos países ricos e talvez em proporções maiores nos países em desenvolvimento (ABRAMOVAY, 2003, p. 11-13; VEIGA, 2002). Nestes, especialmente o mundo rural não se restringe apenas à produção agrícola, mas se estende a um leque variado de atividades relacionadas a serviços e comércio, formando assim um cenário diverso, bem diferente do imaginário presente no senso comum que vê a área rural composta apenas por atividades diretamente relacionadas à agricultura.

Um dos movimentos que contribuiu fortemente para a nova conformação do meio rural está relacionado à transferência pública de renda para essa área, permitindo a ampliação das atividades econômicas nela contidas. O fornecimento de matéria-prima como característica prioritária do meio rural é cada vez menos importante, pois novos fatores são incorporados na definição da ruralidade. Planejamento governamental, multifuncionalidade, multiplicidade de atores sociais, entre outros fatores que envolvem a formação do rural, permeiam vários trabalhos nas Ciências Sociais. De toda forma, o consenso presente nessa discussão relaciona-se à compreensão de que agricultura, indústria e comércio são setores econômicos, enquanto ruralidade se constitui em valor ao qual o mundo contemporâneo atribui constante importância (ABRAMOVAY, 1992, 2003).

Portanto, ao se lançar o olhar para o rural não se deve considerar apenas a produção agrícola que ainda o caracteriza, mas pensar outras atividades que estão nele presentes e que estabelecem relações com a sociedade maior. Na Amazônia, área de fronteira nos últimos 30 anos, as transformações do campo rural estão cada vez mais intensas e, em decorrência desse novo quadro em constante movimento, pensar novas práticas dentro de seu meio transformou-se em reflexão obrigatória para sua compreensão. A mobilidade entre campo e cidade que caracteriza a população rural dessa área do país constituiu-se em situação permissiva para uma transformação mais rápida. Ao mesmo tempo a inserção cada vez mais intensa da pecuária extensiva na região reforça as condições para mudança. A monocultura especializada, centrada na soja no sul do Pará, por exemplo, constituiu-se em novo cenário a ser compreendido. Neste, práticas antigas cedem lugar a novas formas de reprodução material e social, sendo que o reflexo desse novo contexto afeta

frontalmente as populações tradicionais. Refletir sobre esse processo significa pensar mudança e movimento.

Este trabalho focaliza Nova Redenção, localidade situada na zona rural de Concórdia do Pará, município do nordeste paraense, distante 160 km da capital do estado. Composta totalmente por agricultores, Nova Redenção é marcada por uma lógica camponesa representando uma localidade típica do cenário amazônico. A produção para subsistência e mesmo a pequena produção constituem-se como os elementos-chave que orientam a lógica da reprodução de seus moradores. Possuindo fortes relações com a sociedade do entorno, tanto pelo contato com o mercado através da produção de farinha como pela sazonalidade das atividades econômicas de alguns de seus moradores, a lógica camponesa permanece orientando o cotidiano de seus integrantes.

Dividido em cinco seções, nas quatro primeiras, este artigo descreve Nova Redenção a partir do conceito de ruralidade, campesinato e agricultura familiar, mostrando como na localidade se reproduz um campesinato específico. Na última seção, discutem-se as teorias que marcaram a definição de campesinato, apontando como podem ser um instrumento analítico na compreensão de Nova Redenção.

1 NOVA REDENÇÃO

Nova Redenção é uma localidade com 183 moradores, situada na área rural do município de Concórdia do Pará, distante aproximadamente 200 km de Belém, capital do estado. Originada pela divisão do município de Bujaru no decorrer da década de 1980, Concórdia do Pará apresenta um quadro precário de infraestrutura urbana e de serviços, a economia do município ainda hoje é sustentada principalmente pelas atividades ligadas à extração da madeira, a uma pecuária extensiva, e à produção agrícola dominada por culturas de subsistência. Todavia, o cultivo da pimenta-do-reino foi introduzido com êxito pelos imigrantes japoneses na região¹, colocando Concórdia do Pará atualmente entre os maiores produtores de pimenta do estado (IBGE, 2003). A maior parte dos pequenos

¹ A imigração japonesa no Pará concentra-se especialmente na cidade de Tomé-Açu, distante 70 km de Concórdia do Pará. Sua influência na microrregião da qual faz parte a cidade é grande e movimenta parte da economia local. Homma (2003) situa a chegada dos primeiros japoneses na Amazônia.

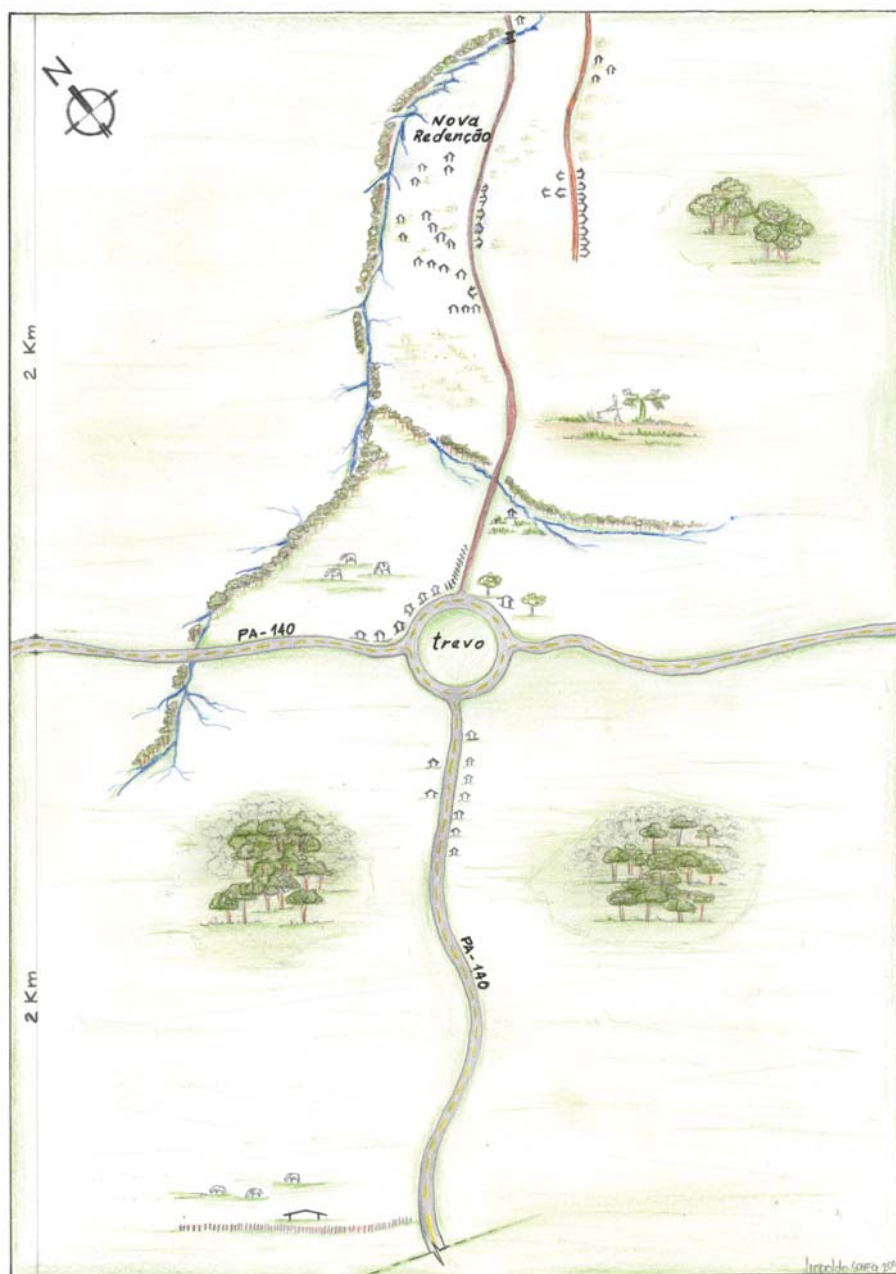
agricultores da região ainda está ligada, no entanto, à produção da farinha, que é vendida nas cidades mais próximas ou levada para Belém.

Concórdia do Pará faz parte da microrregião de Tomé-Açu, que resulta do desmembramento da antiga Zona Guajarina, formada até final da década de 1980 pelos municípios de São Domingos do Capim, Paragominas, Moju, Acará, Capitão-Poço, Tomé-Açu, Irituia, Ourém, Bujaru, Igarapé-Miri, Abaetetuba, Barcarena e São Miguel do Guamá. Alguns municípios remontam seu surgimento ao século XVIII, como é o caso de Barcarena, Igarapé-Miri, São Miguel do Guamá e mesmo Bujaru, cidade a qual pertencia Nova Redenção antes da nova divisão fisiográfica da década de 1990, e da criação do município de Concórdia do Pará, em 1988, como já mencionado. Outras cidades como Tomé-Açu, Capitão-Poço e Paragominas, por exemplo, resultaram do processo de subdivisão de municípios paraenses ocorrido entre as décadas de cinquenta e sessenta do século XX.

Distante 11 km da sede de Concórdia do Pará, atrás da PA-140, Nova Redenção está contida nos primeiros 5 km do ramal que corta os terrenos de seus moradores. O povoado central é conhecido como *quadro* ou *vila* e está localizado no segundo quilômetro do ramal. Composto por um conjunto de 35 casas ordenadas ao redor do igarapé principal, o *quadro* abriga ainda a escola que atende às crianças da localidade, assim como a igreja evangélica frequentada pela maior parte de seus moradores. Toda a *vila* está rodeada por *capoeirões*² e os igarapés representam um recurso de fundamental importância, pois neles se realiza grande parte das tarefas domésticas e dos trabalhos vinculados à produção da farinha. Após Nova Redenção, o ramal continua até chegar à estrada que segue para Tomé-Açu (Figura 1).

² Denominação local para vegetação densa.

Figura 1 – Croqui de localização de Nova Redenção a partir da PA-140.



Fonte: Pesquisa de campo (2004).

O ramal dá acesso aos *retiros* (casas de farinha), roças e demais habitações que formam o lugar. Além de caminho, o ramal configura-se também como um ponto identificador do território de Nova Redenção e define quem são seus moradores, já que fazer parte da localidade significa ser usuário do ramal para chegar à PA-140. Há outros ramais vizinhos que também dão acesso à rodovia e funcionam como referência para a divisão geopolítica dos vilarejos. Os ramais desempenham, assim, um importante papel na definição das identidades locais. É o fato de usar uma mesma via de acesso à PA-140 que identifica os indivíduos como pertencentes a um mesmo povoado. Compartilhar um caminho para chegar às suas casas possibilita um contato mais próximo entre as pessoas, intensificando as relações sociais e delineando os elementos que constituem as condições necessárias para construção da identidade de um grupo³.

Os igarapés configuram-se também como um componente identificador. A localização das famílias é definida pelo “porto” nos quais as atividades domésticas são realizadas. Lavar roupa e louça corresponde a uma atividade normalmente realizada em grupo e representa uma oportunidade de reforçar laços de sociabilidade entre os moradores. Por outro lado, os igarapés representam um referencial importante entre os moradores mais velhos, já que esses cursos d’água foram o único meio de transporte para escoar a produção da área até início da década de 1970⁴.

O deslocamento dos moradores de Nova Redenção para Concórdia do Pará é feito por meio dos ônibus, micro-ônibus e vans⁵, que passam em períodos intercalados de uma ou duas horas e percorrendo os 11 km que separam Nova Redenção do centro da cidade. Com o aumento da extração de madeira na década de 1980 e a emancipação de Concórdia do Pará em 1988, houve uma aceleração do processo de urbanização e, em consequência, o aparecimento e crescimento de serviços públicos como educação, saúde, telefonia e serviços bancários oferecidos à população (IDESP, 1990) antes inexistentes, além da intensificação e diversificação do comércio na cidade. Os serviços prestados pelo posto de saúde no centro da

³ É possível perceber uma identidade contrastiva, já que sair por um ramal significa fazer uma escolha que nega outra, como apontado Oliveira: “Quando uma pessoa ou grupo se afirma como tal, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com que se defrontam. É uma identidade que surge por oposição” (OLIVEIRA, 1976, p. 5).

⁴ Em estudo sobre territórios quilombolas no município de Bujaru, Edna Castro aponta os igarapés enquanto componente delimitador do território entre remanescentes de quilombo: “A dimensão territorial se expressa nas narrativas sobre a experiência cotidiana. Os lugares estão referidos aos marcos naturais, sendo os rios e os igarapés, a várzea ou o igapó, as referências principais na demarcação dos espaços” (CASTRO, 2003, p. 22).

⁵ Automóveis estabelecidos em caráter legal como transporte alternativo às grandes empresas de ônibus que fazem a linha intermunicipal Belém/Tomé-Açu/Belém.

cidade constituem a maior demanda dos moradores de Nova Redenção, seguida do comércio. É em Concórdia do Pará que os moradores de Nova Redenção compram mantimentos básicos. Margarina, óleo, sabão, laticínios baratos e charque são os itens mais comprados no comércio, seguidos de confecção, instrumentos para as atividades agrícolas, entre outros.

Em Nova Redenção há somente uma escola primária, situada no *quadro*, na qual quatro turmas são divididas em apenas uma sala. Para os que passam para a 5ª série do ensino fundamental é necessário ir estudar em Concórdia do Pará. Há um ônibus disponibilizado pela Prefeitura do município que diariamente passa no trevo, fazendo o percurso da PA-140, levando os alunos da área rural para as escolas no centro da cidade. No entanto, a maior parte das crianças sequer termina a 4ª série do ensino fundamental. Diferentemente de outras populações rurais, em Nova Redenção, continuar os estudos é mais uma opção do grupo para solucionar as pressões da herança sobre a terra do que um ideal de vida. O estudo é desejável quando se sai da localidade para viver em área urbana, mas não quando se permanece reproduzindo o modo de vida camponês. Assim, famílias com muitos integrantes buscam encaminhar suas filhas para Belém à procura de trabalho doméstico “em casa de família” e seguir estudando. Essa é a alternativa por excelência para não sobrecarregar a demanda local por terra. No caso dos descendentes masculinos, as famílias eventualmente encaminham os filhos para trabalho assalariado ou para se empregar em trabalhos ocasionais nas cidades mais próximas ou mesmo na capital. Para a maioria dos moradores, o ideal é permanecer em Nova Redenção e trabalhar a terra herdada. A permanência na localidade é também motivada pelo interesse em receber os benefícios que o governo concede aos trabalhadores rurais. É muito comum encontrar antigos moradores que retornam a Nova Redenção para assim poderem pleitear a aposentadoria rural. Com isso, observa-se um volume elevado de transferência de renda pública para a localidade.

2 OS COLONOS DE NOVA REDENÇÃO

Os moradores de Nova Redenção se autodenominam *colonos*. Tal definição aparece de forma generalizada na população local e advém, provavelmente, de um processo histórico. A colonização da Amazônia e as políticas governamentais que fundamentaram esse processo podem justificar essa designação, pois a Zona Guajarina sucedeu à colonização da Zona Bragantina⁶.

⁶ Consultar Hébette e Acevedo (1979a; 1979b), Hébette (1992), Santos (1980).

Colonos são aqueles que trabalham em pequenas parcelas de terra⁷ e que possuem uma roça de subsistência⁸, ainda que produzindo farinha para a venda e realizando trabalhos sazonais nos pimentais mais próximos ou outro trabalho remunerado. Dos 30 grupos domésticos que compõem Nova Redenção, 28, de alguma forma, fazem o plantio de subsistência, seja nas terras dos pais, seja na forma de *a meia*⁹ em terras de outros. Mesmo os grupos domésticos que têm no trabalho assalariado seu principal meio de sobrevivência, realizam atividades na roça através do trabalho marcado pela reciprocidade que se expressa nas relações de parentesco. Nos dados que se seguem é possível visualizar a distribuição da população de Nova Redenção por faixa etária e sexo.

Tabela 1 – Moradores de Nova Redenção por faixa etária e sexo¹⁰

Faixa etária	Masculino	%	Feminino	%	Total	%
0 a 10	19	18,25	25	31,65	44	24,05
11 a 19	24	23,10	17	21,50	41	22,40
20 a 29	29	27,90	14	17,70	43	23,50
30 a 39	09	8,65	04	5,05	13	7,10
40 a 49	05	4,80	06	7,60	11	6,00
50 a 59	06	5,75	08	10,15	14	7,65
60 a 69	06	5,75	03	3,80	09	4,90
70 ou mais	03	2,90	02	2,55	05	2,75
Idade ignorada	03	2,90	-	-	03	1,65
Total	104	100	79	100%	183	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2004).

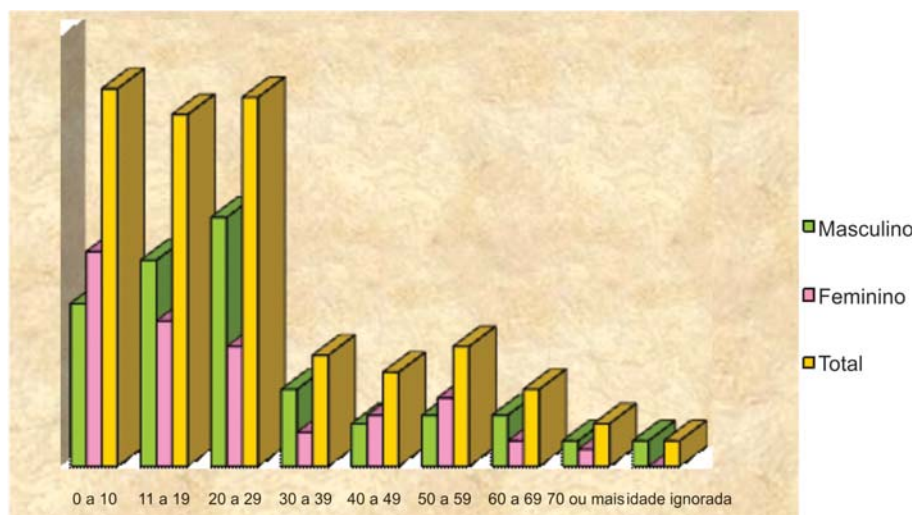
⁷ A definição para pequeno produtor varia no decorrer da história fundiária na Amazônia. A inferência feita neste trabalho sobre a região advém das informações do Incra sobre os projetos fundiários para a área em questão. Estes classificam os moradores das *colônias* como pequenos produtores.

⁸ Entende-se aqui como roça de subsistência as plantações de culturas para consumo do grupo doméstico.

⁹ Parte dos grupos domésticos que compõem Nova Redenção trabalham no sistema de *meia*, ou seja, realizam o plantio no terreno de outras pessoas e recebem parte da colheita.

¹⁰ Para a população da localidade foram contabilizados apenas os moradores das casas que apresentam condição de moradia permanentemente em Nova Redenção.

Gráfico 2 – Moradores de Nova Redenção por faixa etária e sexo.



Fonte: Pesquisa de campo (2004)

Na Figura 2 destaca-se uma população jovem. Aproximadamente 70% dos moradores estão abaixo da faixa dos 30 anos. Existem mais homens que mulheres, o que confirma a preferência das famílias pela figura feminina para sair da localidade. O total de moradores de Nova Redenção pode ser ainda maior do que o total apresentado na Tabela 2, já que todos os grupos domésticos apresentam integrantes que vivem fora da localidade, mas que podem voltar a viver no lugar se assim o desejarem. A possibilidade de retornar ao grupo é grande e está normalmente relacionada à herança. Um filho pode retomar sua posição de herdeiro, desde que seu pai ainda esteja vivo quando de sua volta para o lugar. Os integrantes que constam da tabela correspondem àqueles que aparecem em uma posição de sazonalidade, ou seja, com frequência retornam a Nova Redenção para permanecer no povoado enquanto assim desejem. Dessa forma, o contato cada vez mais intenso com a sociedade envolvente finda por definir um contorno para os grupos domésticos¹¹ marcado pela sazonalidade de parte de seus integrantes diante das tarefas agrícolas. O quadro que se forma é marcado pela presença de indivíduos que fazem uma interlocução mais próxima com a sociedade do entorno e em alguns momentos podem fazer parte de dois universos: rural e urbano.

¹¹ Aqui se entende o *grupo doméstico* como “grupo constituído pelas pessoas que vivem, segundo a expressão dos antigos, da mesma panela, do mesmo pão e do mesmo vinho” (MENDRAS, 1978, p. 65). É o que Chayanov (1974) define como unidades de produção/consumo.

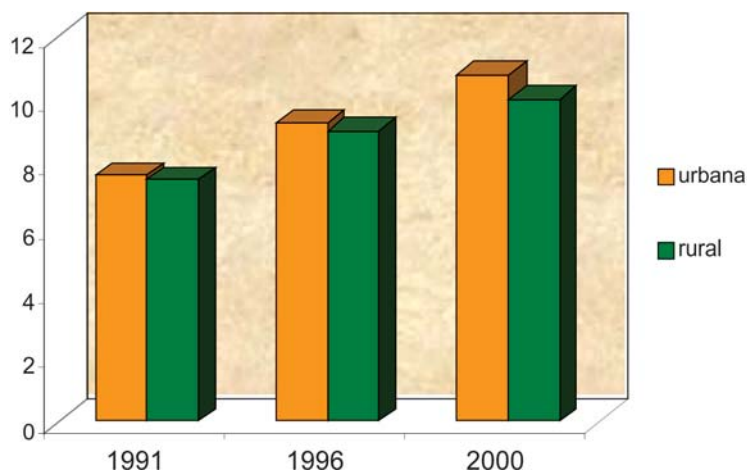
Os pontos que podem diferenciar áreas rurais de urbanas são encontrados na região: maior dependência do meio ambiente, menor densidade populacional, maior homogeneidade nas características psicossociais, herança de papéis sociais e maior contato qualitativo entre os indivíduos¹² são características presentes no cotidiano de Nova Redenção que se espriam até o centro de Concórdia do Pará. Excetuando o núcleo da cidade, toda a área do município pode ser classificada como rural. De 1991 até 2000, a proporção entre população rural e urbana permaneceu dentro de um equilíbrio equitativo (Tabela 2 e Figura 3).

Tabela 2 – Município de Concórdia do Pará. População urbana e rural – 1991, 1996 e 2000.

Ano	Urbana	Rural	Total
1991	7.694	7.553	15.247
1996	9.359	9.110	18.469
2000	10.848	10.108	20.956

Fontes: IBGE. Censo demográfico, 1991/2000; IBGE. Contagem populacional, 1996.

Figura 3 – Município de Concórdia do Pará. População urbana e rural – 1991, 1996 e 2000.



Fontes: IBGE. Censo demográfico, 1991/2000; IBGE. Contagem populacional, 1996.

¹² Solari (1979), Abramovay (2003) e Wanderley (2001a) discutem características que marcam a vida rural. Considerando as inferências de Solari, a caracterização das sociedades rurais nos países em desenvolvimento se faz por meio de um *contínuo*, pois, dependendo dos tipos de exploração agrícola, os contornos dessas características podem ser alterados. Assim “é mais correto dizer que existe um *contínuo*, o que não impede que haja descontinuidades consideráveis entre os diversos grupos, quer dentro da própria sociedade rural, quer entre esta e a sociedade urbana, que se revelam sobre o fundo que o *contínuo* proporciona” (SOLARI, 1979, p. 14).

É importante considerar que a metodologia atual utilizada para o cálculo sobre grau de urbanização no Brasil vem sofrendo questionamentos metodológicos. Veiga (2002) e Abramovay (2003) mostram como ainda na administração do Estado Novo buscou-se urbanizar o Brasil na tentativa de inseri-lo num contexto mundial industrializado. Apontam nesse movimento a inconsistência dos critérios classificadores que permanecem ainda hoje como instrumento de cálculo para o grau de urbanização do país¹³. Dadas essas considerações, é possível afirmar que a população rural de Concórdia do Pará é ainda maior do que aquela contabilizada oficialmente.

Nos últimos anos, o meio rural vem se valorizando não mais como um setor da economia responsável pelo fornecimento de matéria-prima¹⁴, mas a partir de valores relacionados a um modo de vida que o caracteriza: interação entre os indivíduos mais qualitativa que quantitativa, uma relação mais próxima com o meio ambiente e uma relação com a cidade marcada pela transferência de renda¹⁵. Assim, na perspectiva de ruralidade como um valor, Concórdia do Pará pode ser compreendida como zona rural¹⁶. Há uma trama social composta por conhecidos, parentes próximos e distantes que constrói um cenário marcado pelo contato permanente entre campo e cidade. Mesmo a relação com a capital do estado é intensa, sendo frequente o contato entre os moradores de Nova Redenção e seus familiares em Belém¹⁷.

A Tabela 3 indica as atividades que os moradores da localidade desenvolvem. Dividida em atividade principal e atividade secundária, elas apresentam a diversidade do cotidiano econômico em Nova Redenção.

¹³ Considerando a necessidade de revisão dos critérios e metodologias para a classificação de uma área urbana, é possível afirmar que “O Brasil é menos urbano do que se calcula” (VEIGA, 2002, p. 63).

¹⁴ A perspectiva apontada por estudos da Economia e mesmo das Ciências Sociais de que o processo de industrialização acabaria incorporando áreas de produção agrícola, não se confirmou. O final do século XX experimentou a revalorização do rural e da consolidação da ruralidade como valor em detrimento da ideia de agricultura como setor econômico (ABRAMOVAY, 2003, p. 11).

¹⁵ Abramovay resume as características que marcam a ruralidade como “[...] uma certa relação com a natureza (em que a biodiversidade e a paisagem natural aparecem como trunfos e não como obstáculos ao desenvolvimento), uma certa relação com as cidades (de onde vem parte crescente das rendas das populações rurais) e uma certa relação dos habitantes entre si (que pode ser definida pela economia da proximidade, por um conjunto de laços sociais que valorizam relações diretas de interconhecimento)” (ABRAMOVAY, 2003, p. 13).

¹⁶ Analisando os dados estatísticos das atividades econômicas de pequenos municípios de Pernambuco, Wanderley (2001b) apresenta algumas conclusões preliminares que apontam a existência de uma trama social e espacial majoritariamente rural para tais municípios (WANDERLEY, 2001b, p. 13). Considerando o porte e a organização espacial entre a área rural e o centro de Concórdia do Pará, tais conclusões podem ser aplicadas também para essa cidade.

¹⁷ A construção da PA-140 possibilitou um contato mais frequente com Belém. Na expressão recorrente entre os moradores “hoje o camarada vai em Belém e volta duas vezes em um dia”.

Tabela 3 – Moradores de Nova Redenção por atividade principal e secundária.

Atividade principal		Atividade secundária	
Aposentado, pensionista	07	–	–
Casa/farinha	01	–	–
Casa/roça	02	–	–
Criança de 0-3	10	–	–
Cuida do local	01	–	–
Cuidar da casa	18	Diarista	02
		Aposentada	01
		Estuda	03
		Faz farinha	03
		Ajuda no gado	01
		Estuda/ag.operacional	01
Setor público	03	Estuda	01
		Roça	02
Setor privado	03	Roça	02
Roça	54	Pensão	01
		Estuda	02
		Empreita	01
		Diarista	08
		Carpinteiro	01
		Diarista/pimental	03
		Pimental	01
		Agente	01
		Cria porco/pensão	01
		Dona-de-casa	01
		Serra madeira	01
		Vende farinha	01
Roça/casa	04	Estuda	01
Estudante	67	Casa de família	03
		Roça	09
		Casa	07
		Faz goma	01
		Casa/roça	02
		Faz bico	01
Gado e queijo	05	Roça	04
Faz goma	03	Casa	01
		Estuda	01
Faz bico	01	-	
Falecido	01	-	
Não informou	03	-	
Total	183		

Fonte: Pesquisa de campo (2004)

Os indivíduos que estão classificados nas categorias *atividade principal* e *atividade secundária* aparecem de forma sobreposta. Assim, estudar e ajudar na roça são uma constante entre os integrantes do grupo. É importante notar, no entanto, que a somatória de estudantes corresponde à quase totalidade daqueles que estão entre 0 e 19 anos, sendo que as atividades na roça e domésticas (casa) correspondem às *atividades secundárias* preferenciais à atividade de estudar quando esta aparece como *atividade principal*. Essa proporção denota uma característica básica presente nas formas de exploração agrícola familiar: a utilização e formação das gerações mais jovens para o processo produtivo. A infância é repleta de obrigações pequenas vinculadas às tarefas simples do cotidiano. As atividades que demandam maior responsabilidade e destreza para sua realização devem ser destinadas a quem já as domina por meio de experiências acumuladas pelo trabalho diário. A Tabela 3 aparece com três *atividades principais* prioritárias: *estudar, roçar e cuidar da casa*. Essa divisão sintetiza a vida em Nova Redenção e corresponde a categorias nativas que definem as atividades mais importantes do cotidiano. Quanto maior a família e menor a terra a se herdar, mais cedo se faz presente a escolha entre sair ou permanecer. Na verdade, menos que uma escolha, essa é uma indicação, como visto, que os pais vão traçando no decorrer da vida dos filhos. Como mencionado, a permanência no grupo recai normalmente sobre a figura masculina. A inserção da mulher em trabalho doméstico na capital é mais segura e fácil.

Diferentemente de alguns anos atrás, hoje Nova Redenção tem mais contato com Belém, a capital do estado. Esse contato mais frequente se reflete nas formas de se portar de seus moradores. As mudanças no modo de se trajar e no comportamento saltam aos olhos dos que saíram do povoado há mais de cinco anos¹⁸. Exposição excessiva do corpo e formas de lazer centradas em jogos de bar compõem hoje o cotidiano do *quadro*. Todas as casas atualmente possuem televisão¹⁹ e a motocicleta tornou-se um meio de transporte popular para as famílias que possuem alguma renda fixa. Esse novo cenário permite maior contato com valores urbanos, reforçando o consumo de bens de mercado antes pouco expressivos na vida dos moradores. O número de casas que compõem a *vila* triplicou nos últimos cinco anos. Tal cenário não indica o crescimento da população, ou o aumento do número de grupos domésticos que compõem Nova Redenção, mas a concentração da população na área aonde chega energia elétrica, emergindo um panorama em que novas formas na reprodução social começam a

¹⁸ Essa é uma observação pessoal baseada em observação de campo, já que a área constituiu-se também no *locus* de minha dissertação de mestrado.

¹⁹ Em trabalho de campo realizado entre 1997 e 1998 apenas uma casa possuía televisão.

se delinear. No entanto, tais formas se modelam sobre um passado ao qual todos se remetem sempre que necessário e útil²⁰.

3 A HISTÓRIA DA LOCALIDADE

Viver em Nova Redenção é ser *colono* e o relato da história de vida dos moradores é estabelecido a partir de uma perspectiva de família. O conceito de família aqui empregado corresponde ao de família extensa, considerando que a mesma “[...] resulta da extensão, no tempo e por intermédio de laços de casamento, das relações entre pais e filhos” (AUGÉ, 1978, p. 51). Caracterizando-se como uma família de filiação indiferenciada, “[...] ela corresponde, idealmente, ao grupo formado por um casal e as demais famílias conjugais de todos os seus descendentes” (AUGÉ, 1978, p. 51). Devem-se considerar as famílias que compõem Nova Redenção a partir de um conceito êmico, já que o mesmo é utilizado como elemento de reconhecimento entre os seus integrantes.

A fala local sobre descendência e relação parental permeia a vida cotidiana. A maior parte dos moradores descende de um ancestral comum, daí ser frequente os moradores se considerarem parentes²¹. Quatro gerações se seguiram após a formação da localidade. Esta se deu entre as décadas de 1930 e 1940, quando os herdeiros do principal lote de terra que compõe Nova Redenção se estabeleceram na área, seguida da chegada da Igreja Assembleia de Deus à região e sua instalação no *quadro* em 1958. Dez famílias atualmente formam o lugar, mas há quatro mais antigas: Gomes da Conceição, Batista, Matos e Guimarães. Esta última foi originada por meio de um ancestral comum que liga todos os que lá vivem e dele advém a herança que garante o acesso à terra para a maior parte dos moradores. Nas fontes secundárias, pouco foi encontrado sobre a origem da família Guimarães²².

²⁰ Sobre a origem de Nova Redenção, ver minha dissertação (Ravena-Cañete, Voyner. **Memória e herança da terra**: a história de um grupo camponês do nordeste paraense – Nova Redenção/Concórdia do Pará. Belém: DANF/CFCH/UFPA, 2000a). O estudo trata de uma família típica do nordeste paraense onde o acesso à terra está baseado na descendência de um ancestral comum e descreve uma estrutura prescritiva e performativa para a família Guimarães, principal família da localidade foco do estudo, que também é válida para Nova Redenção.

²¹ Para se considerar duas pessoas como parentes é necessário que elas descendam uma da outra, ou descendam ambas de um(a) antepassado(a) comum, elas seriam então chamadas de parentes cognáticos (RADCLIFFE-BROWN, 1995, p. 222-224). Considerando a compreensão do parentesco a partir da descendência, portanto, a maior parte dos integrantes de Nova Redenção pode ser vista como parente, pois descendem de um ancestral comum. No capítulo IV consta como se formou a localidade a partir do parentesco.

²² Dois códices especificamente apresentavam situações envolvendo indivíduos com sobrenome Guimarães. Eles correspondiam ao óbito de Valentino Guimarães de Matos e Jesuína Conceição

As famílias Gomes da Conceição e Matos aparecem com maior frequência em documentos encontrados no arquivo público relativos ao então município de Bujaru durante as décadas de 1930, 1940 e 1950. Na lembrança dos moradores de Nova Redenção, essas famílias são originárias do “Baixo Bujaru”. Todavia, para a família Guimarães a ideia de um indivíduo que origina a história do lugar aparece de forma imperiosa²³. Nova Redenção se formou a partir do casamento entre essas quatro famílias principais e eventualmente outras famílias que povoaram a localidade no decorrer dos últimos 50 anos²⁴. O ancestral mencionado para a família Guimarães conviveu com poucos dos que agora estão na localidade. A lembrança de outros parentes mais velhos marcando a trajetória do lugar também é mencionada como importante para a formação de Nova Redenção, mas nunca em uma perspectiva de fundação da localidade. Assim, a família Guimarães pode ser vista como uma família forte, pois pertencer a ela significa dispor de herança e, portanto, garantia de acesso à terra. A família Gomes da Conceição também apresenta um *status* semelhante, ainda que não tão destacado, mas efetivamente dela advém terras para seus descendentes que permitiram estabelecer trocas através de casamento com os Guimarães.

Das famílias que formam Nova Redenção, somente a Guimarães e a Gomes da Conceição²⁵ possuem terras em forma de herança. As demais, ao chegarem à localidade, entre os anos de 1940 e 1950, apenas se *colocaram*²⁶ em terras do Estado e, posteriormente, ao final os anos 1970, desfrutaram da herança decorrente dos casamentos entre Guimarães e Gomes da Conceição. A mobilidade das famílias no período entre os anos de 1930 e 1960 foi intensa. A ideia de disponibilidade irrestrita da terra permanece na segunda geração, ou seja, entre os indivíduos que nasceram entre as décadas de 1920 e 1940. Nesse período, a escolha do lugar para se fazer uma roça estava ligada ao acesso fácil e localização próxima para desenvolver as atividades da roça. Segundo a lembrança dos integrantes do grupo, a fartura

Guimarães. Esta última corresponde à esposa, portanto avó ou bisavó de todos os integrantes da família Guimarães que hoje ocupam Nova Redenção.

²³ Para compreender a formação da família Guimarães em Nova Redenção, ver: Ravena-Cañete (2000b).

²⁴ Durante os últimos 50 anos, os casamentos entre as famílias que compõem o lugar garantiram que a terra herdada pelos Guimarães permanecesse parcialmente com seu formato original, sendo ainda o parentesco usado pelo grupo como estratégia de acesso à terra (RAVENA-CAÑETE, 2000b).

²⁵ A família Gomes da Conceição, detentora de terras deixadas como herança, aparecerá nessa condição por meio de Lucilo Gomes da Conceição. Na compreensão do grupo, esse parente inicia o processo de herança para os descendentes dessas famílias, portanto essa família é vista como Gomes da Conceição e não apenas Conceição.

²⁶ Expressão usada entre os moradores diante da disponibilidade de terras quando chegaram a Nova Redenção.

marcou esse período. De fato, nas décadas de 1940 a 1960 é possível detectar o aumento da produtividade da Zona Guajarina.

Ao final dos anos de 1960 o quadro de disponibilidade e acesso irrestrito à terra começa a se alterar em decorrência das políticas da União para a Amazônia²⁷. É nesse novo quadro que a lembrança de um ancestral comum passa de elemento identitário²⁸ do grupo para mecanismo de acesso à terra. A partir da década de 1970, tal acesso começa a caracterizar-se pela herança. O principal terreno da área corresponde a terras herdadas pela família Guimarães. Esta, no decorrer de três décadas, casou-se preferencialmente com os Gomes da Conceição, como mencionado, mantendo o terreno o mais intacto possível e disponibilizando mais terrenos para a herança advindos da descendência Gomes da Conceição.

Enquanto em outras regiões de fronteira se forma um quadro de conflito agrário, em Nova Redenção o acesso à terra é baseado na descendência. Nesse novo quadro que emerge das limitações impostas pelo Estado para o acesso à terra, somado às políticas de desenvolvimento implementadas pela União, Nova Redenção experimentará as oscilações das demandas do mercado. De toda forma, o caráter de fornecedora de produtos agrícolas que delinea a história da localidade se mantém. A produção local passa pela banana, pimenta-do-reino, mas é a mandioca que se mantém e permanece configurando a região como fornecedora de farinha para os mercados locais e de Belém. Por esse motivo, é o calendário agrícola que orienta a vida social e produtiva em Nova Redenção.

²⁷ As transformações políticas e econômicas na Amazônia podem ser observadas em um quadro sintetizador por meio no trabalho de Petit (2003). O autor sugere “para fins analíticos, propor uma subdivisão da história econômica da Amazônia brasileira em três principais períodos: a) Ciclo da Borracha, 1850-1912; b) fase de declínio e posterior crescimento moderado da economia regional, 1912-1965; e c) *época das grandes transformações sócio-econômicas da Amazônia*, a partir da segunda metade da década de 1960 até os dias de hoje”. “A última fase apresenta ainda a influência da crescente integração da economia regional ao mercado nacional e da intervenção da Administração Federal na Amazônia”. Mais adiante o autor prossegue suas definições para essa última fase: “o período das Grandes Transformações Socioeconômicas na Amazônia decorre da mudança nos objetivos e no grau de intervenção da Administração Federal na região, que não tem paralelo com nenhum outro momento anterior. Foi nesses meses que o governo modificou a lei de incentivos fiscais com o intuito de que fossem estendidos esses benefícios a projetos agropecuários na Amazônia Legal, e criou-se o Banco da Amazônia S. A. (BASA) e a Superintendência do Desenvolvimento Econômico da Amazônia (Sudam), subordinada ao Ministério do Interior. Em 1967, iniciou-se a implantação dos objetivos definidos no I Plano Quinquenal da Amazônia (1967-1971)” (PETIT, 2003, p. 49-50, p. 64-65). Essa última fase classificada por Petit ficou conhecida, dentro da academia pela expressão *entrada dos grandes projetos ou grande capital* na Amazônia.

²⁸ Oliveira aponta questões que permitem compreender a descendência como fator de identidade: “Nessa linha de raciocínio a identidade social surge como atualização do processo de identificação e envolve a noção de grupo, particularmente a de grupo social. Porém, a identidade social não se descarta da identidade pessoal, pois esta também de algum modo é um reflexo daquela” (OLIVEIRA, 1976, p. 5).

4 O COTIDIANO AGRÍCOLA

Os trabalhos para o plantio da roça iniciam-se nos meses de outubro a dezembro. Primeiro o terreno é brocado; depois, queimado. A *broca* é um processo composto do corte das árvores com o objetivo de deixar o terreno limpo e preparado para que o fogo possa consumir com a máxima eficiência as madeiras que ficaram no chão. Essas são as duas atividades iniciais do período de plantio e configuram-se como tarefas masculinas normalmente realizadas por dois ou três homens. Todavia, isso não quer dizer que uma mulher jamais poderá participar da limpeza de uma área. É possível encontrar uma família jovem, ainda no início do ciclo doméstico, ou seja, marido e esposa, *brocando* um terreno. Nesses casos, a mulher faz a figura de auxiliar, ajudando o marido na tarefa, mas sempre com um papel secundário.

Após essa etapa, deve acontecer a *queimada*. Dependendo do resultado da *broca* e da *queimada*, já se pode iniciar o plantio; caso ainda haja muitos restos de madeira, é necessário limpar o terreno novamente. Esse novo processo de limpeza é chamado *coivara* e somente acontece quando a *queimada* não foi intensa o suficiente para deixar o terreno nas condições necessárias para plantar (Figura 4).

Figura 4 – Área sendo preparada para o plantio: queimada.



Fonte: Ravena-Cañete (2004).

O calendário agrícola é norteado pela natureza e suas características de reversibilidade climática; neste caso, as duas estações do ano que caracterizam a área equatorial. Assim, são duas as roças fundamentais a serem realizadas em um ano agrícola: a roça de inverno e a roça de verão, ou seja, a plantação feita, respectivamente, no período de grande precipitação e aquela realizada no período caracterizado por pouca chuva.

O inverno acontece nos meses de dezembro a maio. Esse é o período no qual é feito o *plantio* mais importante do ano. Essa é a roça que ocupa maior área, pois de seu amadurecimento sairá a *massa* necessária para a confecção da farinha que sustentará a família no decorrer de todo o ano. Todavia, seus preparativos iniciam-se meses antes com o processo da *broca*. Essas duas atividades, *broca* e *plantio*, estão intrinsecamente ligadas e relacionadas com as estações chuvosa e seca.

Como visto, a técnica do corte e queima ainda configura-se como estratégia de plantio para a população de Nova Redenção e as escolhas das áreas para se fazer as roças obedecem a um critério organizador que está baseado nas estações do ano. A roça mais importante e, por consequência, mais extensa, deve ser feita em uma área que apresente maior garantia de êxito para a safra, ou seja, em *terra forte*, que significa solo rico em nutrientes. Essas áreas são aquelas onde se encontram os *capoeirões*²⁹. A *broca*, como já mencionado, é a técnica de limpeza da área para se fazer a roça. É brocando que se garante uma queimada exitosa, pois os galhos são cortados, secando por alguns dias sob o sol e, posteriormente, quando o fogo se instala, a combustão é perfeita, deixando os espaços livres entre as árvores maiores para o trânsito na área e o corte dos grandes troncos. Depois as árvores maiores, então já queimadas, são cortadas e o terreno está pronto para o *plantio*. Mas, para que uma queimada seja exitosa é necessário que a vegetação esteja suficientemente seca e, em se tratando de uma área de *capoeirão*, ou seja, com vegetação densa, é necessário mais de um mês sem chuvas para que isso aconteça. Por outro lado, as roças de verão são feitas em área de *juquirá* ou *capoeira fina*. Para esse tipo de vegetação, uma semana sem chuva é suficiente para se queimar a área. Considerando que o solo onde se forma a *juquirá* não é qualificado como *terra forte*, a roça de verão finda caracterizando-se como uma entressafra, enquanto a roça de inverno aparece como a plantação principal. A técnica do corte e queima

²⁹ Os diversos tipos de vegetação encontrados na área possuem denominações específicas. Assim, uma vegetação que nunca foi tocada é chamada de mata, ao passo que, após um primeiro corte, a vegetação que cresce terá uma classificação a partir de sua densidade decorrente de seu tempo de desenvolvimento. Dessa forma, *capoeirão* ou *capoeira grossa*, refere-se a uma vegetação que cresceu por aproximadamente 30 anos após o corte. A *capoeira média* apresenta uma vegetação de aproximadamente 20 anos, enquanto que a *capoeira fina* tem em média 10 anos. Ainda existe a *juquirá*, que denomina a vegetação rala que cresce nos primeiros anos após o uso da área para a roça.

utilizada na área e a lógica para a escolha das roças, portanto, estão intimamente relacionadas às estações do ano.

O uso da tradicional técnica de plantio da mandioca vem acontecendo no decorrer de todas as gerações que formaram Nova Redenção, caracterizando assim o trabalho na roça como um saber específico sobre a natureza e a construção de estratégias no seu trato. Todavia, uma fala recorrente permeia atualmente o discurso dos moradores: “agora a gente não sabe mais quando plantá. Quando parece que vai pará de chover, a gente menos espera e vem aquela chuvona e a gente nem pode brocá” (J. G., 65 anos).

De fato, as estações do ano parecem não obedecer mais a uma sequência lógica antes conhecida e dominada pela população local. A previsibilidade das estações, característica fundamental para o planejamento agrícola, parece-lhes já não ser tão segura. Todos os grupos domésticos entrevistados alegaram dificuldades relacionadas ao uso da técnica de corte e queima em decorrência de alterações frequentes nas estações de chuva ou seca. É esperado que eventualmente um verão chegue mais cedo, ou um período chuvoso se estenda mais, todavia aqui se fala em grande imprevisibilidade de estações. É interessante notar ainda a compreensão da população para os motivos que poderiam estar originando essa mudança: o avanço das fazendas, logo pastagem para gado, em detrimento da *mata* e mesmo dos *capoeirões*. Uma expressão local pode ser esclarecedora: “mata chama chuva”.

As conversas sobre as fazendas que se instalam na região percorrem a temática cotidiana. Como mencionou um morador: “Se procurar por toda essa estrada até Bujaru, não tem um só colono, é só fazenda”. Agregada a essa percepção, está o argumento relacionado à diminuição do volume de água nos igarapés. Para essa compreensão, pode-se evocar a seguinte fala relacionada à memória sobre os corpos d’água: “antes a gente transportava tudo pelo igarapé. Era uma semana de viagem até Belém. Primeiro no igarapé, de casco, depois em barco de motor até Belém” (I. B. G., 42 anos). Essas falas sugerem que a percepção sobre o meio ambiente vem sofrendo alterações e que os critérios que vêm orientando as práticas de interação com a natureza, inseridos em um saber local, estão sofrendo testes sobre sua eficiência. O saber que orientou as várias gerações que formaram Nova Redenção e que garantiram a reprodução física e social do grupo começa a receber os questionamentos relativos às alterações ambientais em decorrência das mudanças climáticas vividas no decorrer das duas últimas décadas na Amazônia³⁰.

Assim, o ciclo agrícola em Nova Redenção é marcado por várias etapas diretamente relacionadas com a disponibilidade dos recursos naturais para o grupo. O ciclo agrícola é planejado a partir dos trabalhos do plantio da mandioca e da

³⁰ Sobre mudanças do clima na Amazônia, ver Monzoni (2000) e Schlesinger (1991).

necessidade dessa cultura para a produção da farinha. Esta pode aparecer apenas como produto destinado ao consumo ou assumir grande parte das atividades econômicas do grupo.

A forma mais comum para se designar uma roça de mandioca é chamá-la de *roça de farinha*, tal a importância que esse alimento tem na vida dos integrantes do grupo. Normalmente as famílias cultivam *farinha* em mais de 80% do terreno destinado ao plantio. De modo geral, são mantidas várias roças, entre maduras e verdes, de forma a garantir que permanentemente haja mandioca para a produção da farinha. Houve o tempo em que se plantava também juta e arroz, por exemplo, para comercialização. Mas as dificuldades para o escoamento no mercado findaram por restringir a produção desse tipo de cultura apenas para o consumo. No caso da juta, em especial, essa dificuldade está relacionada ao surgimento dos sacos de polietileno, que substituíram os de origem vegetal. Mas, atravessadores e o transporte muito caro são os fatores que mais comumente inviabilizam a comercialização. Apesar de a área ser grande produtora de pimenta, poucas são as famílias que a cultivam, pois, como essa cultura demanda muitos insumos agrícolas, torna-se inviável como alternativa econômica para os grupos domésticos. Algumas famílias plantam pimenta em no máximo uma ou duas *tarefas*³¹ de terra, pois não se pode colocar em risco as atividades econômicas que de fato garantem a subsistência do grupo³².

As demais culturas plantadas destinam-se, de forma geral, ao consumo e, com exceção da pimenta, são feitas junto com a *roça de farinha*. Entre as fileiras da mandioca, plantam-se arroz, milho, feijão e *verdura*. Esta última é a generalização de várias espécies como cariru, feijão de corda, maxixe, cheiro-verde e pimenta, por exemplo. Mas essas *verduras* também podem ser plantadas em um *jirau*³³ próximo à casa da família, já que normalmente é a mulher que cuida ou se preocupa em plantá-

³¹ Tarefa é a especificação local feita para a área a ser plantada, ela funciona como uma medida. Cada *tarefa* mede 25 x 50 *braças*, sendo que cada *braça* possui aproximadamente um metro.

³² Woorttmann, E. e Woorttmann, K. (1997) mostram como as alternativas para a produção agrícola são tratadas, “O sistema de cultivo constitui um todo preconcebido, no qual vários fatores são levados em conta: solo, clima, consumo familiar, relações de mercado, disponibilidade de força de trabalho etc. Um todo complexo que envolve cálculos sutis que, frequentemente, passam despercebidos ao pesquisador” (WOORTTMANN, E.; WOORTTMANN, K., 1997, p. 87).

³³ Jirau: [do tupi yi ‘rab.] S.m. Estrado de varas sobre forquilhas cravadas no chão, usado para guardar panelas, pratos, legumes etc. (Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa). É uma pequena construção de madeira entre 0,80m a 1,28m acima do chão e feita próxima à casa. O jirau serve para lavar a louça e demais utensílios de cozinha, realizar as tarefas necessárias para o preparo das refeições, enfim, é no jirau que se realiza parte das atividades femininas domésticas. Em uma parte dele podem ser plantadas as *verduras* que a família irá consumir. Considerando que o plantio e demais cuidados com as *verduras* são tarefas femininas, não é de se estranhar que no jirau também se realize várias outras tarefas domésticas.

las, pois são o complemento ou o incremento nas refeições. Os meninos seguem o pai no decorrer da execução dos trabalhos, enquanto as meninas acompanham a mãe nas tarefas domésticas e demais obrigações femininas. Dessa forma, quando estiverem em idade para iniciar um novo grupo doméstico, os filhos estarão prontos para reproduzir o conjunto de conhecimentos no qual foram formados.

A farinha aparece em Nova Redenção como outra etapa da produção agrícola. Fazer farinha é realmente uma atividade cansativa. No entanto, no decorrer da realização dessa atividade, os laços de solidariedade e de identidade social se fortalecem. O processo da produção da farinha é longo, o que significa dizer que se passa o dia todo no *retiro* quando esta é produzida. São necessários muitos braços dedicados a essa tarefa, pois, segundo o jargão local, “quando começa não pode parar”. O processo de produção da farinha está dividido basicamente em 4 etapas: *cevar*, *prensar*, *coar*, *escaldar* e *torrar*. Estes dois últimos movimentos referem-se a uma mesma ação.

Diferentemente da confecção anterior, antes de alguns avanços tecnológicos, quando ao *cevar* a mandioca para a obtenção da *massa* era necessário toda a família raspando (descascar) a raiz, hoje essa etapa é realizada por meio de um motor movido a gasolina, que economiza muitas horas de trabalho e esforço físico do grupo que trabalha. De modo geral, quem *ceva* a massa é um homem. Depois de *cevar*, é necessário retirar o tucupi por meio da prensa. Após essas duas etapas, é preciso *coar* a *massa* para que ela seja *escaldada* e depois *torrada* no forno construído com chapa de cobre, chegando-se então ao produto final.

Existe mais de um tipo de farinha resultante da *massa* da mandioca: *farinha puba*, *farinha d'água*, *farinha seca*. Os processos de produção desses três tipos de farinha são semelhantes, mas as variações existentes são suficientes para produzir um resultado diferente no produto final. A mais consumida e vendida em Nova Redenção é a *farinha d'água*. Essa é uma mistura da *farinha puba* e da *farinha seca*, ainda na forma de *massa*.

Normalmente ocupa-se um dia inteiro fazendo farinha, sobretudo quando ela está destinada para a venda. Nesses casos o *retiro* escolhido deve ter mais de um forno, pois as etapas de produção estarão acontecendo todas ao mesmo tempo. Nessas ocasiões todos os membros da família participam da atividade, inclusive as crianças realizando tarefas de menor responsabilidade. Os grupos domésticos são parceiros constantes na produção da farinha, cuja venda do produto final acontece de forma alternada entre estes. Assim, dois grupos domésticos podem trabalhar juntos para produzir farinha para a venda. Em uma semana trabalha-se com a mandioca de um dos grupos, sendo o ganho obtido com a venda da farinha destinada a ele. Na outra semana todos trabalham para fazer farinha com

a mandioca do outro grupo parceiro e assim completar a reciprocidade³⁴ no processo produtivo. Essa reciprocidade normalmente se dá a partir dos laços de parentesco. Uma mulher pode deslocar todo seu grupo doméstico para ajudar a família de sua irmã a produzir farinha, por exemplo, com a certeza de que, quando necessário, essa mesma ação será realizada para seu interesse. Essa reciprocidade acontece não necessariamente com atividades iguais, mas de forma equivalente. Quem ajuda na produção da farinha sabe que pode demandar mais braços para *brocar* seu terreno dentro do grupo ao qual ajudou, por exemplo.

A produção da farinha configura-se como atividade que compõe grande parte do cotidiano dos moradores da área, mesmo no período da cata da pimenta, quando os moradores diminuem a frequência e intensidade das demais atividades costumeiras. A farinha é o alimento básico na Amazônia (ALBUQUERQUE, 1969) e falar de farinha significa descrever o cotidiano dos moradores de Nova Redenção.

5 NOVA REDENÇÃO: UM CAMPESINATO AMAZÔNICO

“Quando estou falando de mundo rural, refiro-me a um universo socialmente integrado ao conjunto da sociedade brasileira e ao contexto atual das relações internacionais [...] Porém, considero que este mundo rural mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas que o recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba” (Maria de Nazareth Baudel Wanderley).

Ao longo do tempo, Nova Redenção permanece com as mesmas características que lhe deram origem: ser formada por um grupo de produtores familiares para o qual as relações de parentesco delineiam e estruturam “uma vontade de conservação e de crescimento do patrimônio familiar” (WANDERLEY, 1996, p. 6). Tal afirmação demanda algumas considerações teóricas que permitam classificar o grupo dentro do escopo atual da discussão sobre campesinato, agricultura familiar e pequeno produtor rural.

³⁴ Entende-se a reciprocidade como a obrigação de dar, receber e retribuir (MAUSS, 1974). Analisando Mauss, Godelier afirma que: “Dar parece instituir simultaneamente uma *relação dupla* entre aquele que dá e aquele que recebe. Uma relação de solidariedade, pois quem dá partilha o que tem, quiza o que é, com aquele a quem dá, e uma relação de superioridade, pois aquele que recebe o dom e o aceita fica em dívida para com aquele que deu. Através dessa dívida, ele fica obrigado e, portanto, encontra-se até certo ponto sob sua dependência, ao menos até o momento em que conseguir ‘restituir’ o que lhe foi dado” (GODELIER, 2001, p. 23). Essa obrigação de dar, receber e retribuir pode ser encontrada entre os moradores de Nova Redenção e sua discussão pode ser encontrada em Ravena-Cañete (2005), mais especificamente no capítulo V.

Nas diversas definições e debates sobre a exploração camponesa dentro das Ciências Sociais, a força de trabalho, em conjunto com a disponibilidade de uso da terra, aparecem sempre como fatores fundamentais para caracterizar a economia camponesa e a reprodução do grupo doméstico. Os matizes que separam a riqueza da discussão de autores valem ser observados para se perceber as possibilidades de sua aplicabilidade na compreensão de Nova Redenção. Necessário se faz recorrer a tal discussão.

As linhas de pensamento que estudam o campesinato apresentam análises sobre formas camponesas específicas. O processo histórico representa fator importante nessa configuração. Nesse sentido, por exemplo, Ellen Woorttmann afirma que “[...] O camponês latino-americano é pensado a partir do modelo de dominação colonial hispânico ou luso, tal como o camponês europeu era pensado a partir da totalidade representada pelo feudalismo” (WOORTTMANN, E., 1995, p. 42). A visão econômica clássica argumenta que a economia camponesa daria lugar às relações econômicas capitalistas da sociedade envolvente, ou seja, o camponês sofreria um processo de proletarianização. A história não confirmou essa inferência, mas mostrou que o Estado foi o responsável pela inserção do camponês no mercado quando este não conseguia fazê-lo por seus próprios meios.

São as análises de Chayanov (1974) que possibilitam uma nova visão sobre o futuro do campesinato na sociedade capitalista. Ao conferir grande importância à mão de obra familiar para a reprodução do grupo camponês, o autor demonstra que a composição e o tamanho da família determinam o montante da força de trabalho, logo, ela seria um dos fatores mais importantes para a organização da unidade econômica camponesa. A força de trabalho da unidade doméstica depende dos membros capacitados da família, sendo ela o fator mais influente na determinação do volume de atividade do grupo³⁵. Diante de tal perspectiva o autor é enfático ao apontar o estudo do trabalho da família e o ciclo do grupo doméstico como fundamentais para se compreender o campesinato.

Segundo Chayanov, na visão camponesa os integrantes de uma família são todos aqueles que “comem sempre na mesma mesa e da mesma panela” (CHAYANOV, 1974, p. 48). Nessa perspectiva, a definição de uma família não obedece, portanto, a leis estabelecidas, mas sim a escolhas sociais realizadas pelo grupo. Ainda que possuindo membros de diferentes gerações, a família possui um

³⁵ Descrevendo a importância da família para a reprodução camponesa, Chayanov afirma que “la fuerza de trabajo familiar define ante todo los límites máximo y mínimo del volumen de su actividad económica. La fuerza de trabajo de la explotación doméstica está totalmente determinada por la disponibilidad de miembros capacitados en la familia. Por eso es que el límite del monto de trabajo que puede proporcionar esta fuerza de trabajo utilizada con la máxima intensidad” (CHAYANOV, 1974, p. 47).

ciclo que perfaz aproximadamente 25 anos. Isso quer dizer que nos seus primeiros anos de existência há um aumento do número de seus integrantes por meio do nascimento dos filhos, levando a uma maior proporção de consumidores em relação aos produtores. Essa realidade é modificada quando o filho mais velho completa 15 anos. A partir daí ele já pode ajudar os pais nas atividades produtivas dentro do grupo, alterando, por fim, a proporção entre consumidor/trabalhador. Todavia, essa relação consumidor/trabalhador pode variar conforme a história de cada família.

Mendras (1978) retoma o pensamento explicativo central de Chayanov – a relação consumidor/trabalhador – para definir as especificidades do campesinato europeu. Apesar de estabelecer fortes laços com a sociedade capitalista envolvente, ainda assim o camponês continua vivendo por meio de uma lógica própria (MENDRAS, 1978, p. 46). Por meio de uma análise contábil, o autor mostra a relação posse da terra/assalariamento/lucro, indicando algumas das situações do campesinato europeu em que a lógica do capitalismo não consegue explicar a permanência do campesinato enquanto modo de produção dentro de uma sociedade capitalista.

É nesse sentido que, segundo Mendras, na lógica camponesa são a terra e o trabalho familiar os fatores nos quais baseiam-se os camponeses para regerem suas vidas, dentro de uma economia envolvente. Estes sim são fatores que devem ser utilizados da melhor forma possível. Isso inclui dizer que, se for necessário, um grupo doméstico diminui seu consumo para poder lançar uma maior quantidade de produtos no mercado, se este assim exigir³⁶. Portanto, produção e consumo mostram-se como condicionantes para a relação com o mercado.

Explorando essa definição, Shanin (1976) estabelece de forma mais específica o que se quer dizer quando se fala em campesinato, e, para tanto, aponta quatro facetas essenciais que caracterizam esses grupos. A primeira delas seria o que já foi explicitado por Chayanov: a exploração agrícola familiar constituindo-se como a unidade básica e multifuncional dentro da organização social camponesa; a segunda está relacionada ao trabalho na terra e à atividade pecuária como principais meios de vida; em terceiro lugar estaria a tradição específica ao modo de vida camponês; a quarta e última característica essencial ao campesinato seria a subordinação à direção de agentes externos. No entanto, essas características podem ser encontradas em um amplo espectro de grupos sociais. Dessa forma,

³⁶ Para essa questão, o autor aponta: “Sendo o consumo ao mesmo tempo a parte mais importante e a mais elástica, disso se segue que a redução ou o aumento desta parte é decisiva para o equilíbrio da economia doméstica: se as bocas não são mais numerosas que os braços, a produção pode diminuir ou a poupança aumentar. Ao se decidir pela privação, decide-se poupar, portanto, enriquecer” (MENDRAS, 1978, p. 48).

segundo o próprio autor, para definir campesinato, deve-se considerar que o mesmo necessita ser entendido como um processo³⁷. Para Shanin, o campesinato constitui-se e é constituído simultaneamente. Sua caracterização seria dada pela relação que estabelece com o entorno social.

Falar sobre campesinato significa, dessa forma, falar de grupos organizados que possuem semelhanças em suas formas de reprodução e que são encontrados em todas as partes do mundo (REDFIELD, 1960). Dessa forma, a configuração de campesinato enquanto categoria analítica envolve uma comparação entre grupos camponeses, ainda que tais grupos estejam inseridos em contextos históricos diversos. Essa comparação possibilita encontrar um perfil aproximado para o que seria campesinato. A exploração agrícola familiar dentro dos moldes colocados por Chayanov, no entanto, continua sendo o fator-chave que caracteriza o modelo camponês.

Nas definições de Shanin, no entanto, a unidade familiar toma proporções mais amplas³⁸. A socialização do trabalho configura-se como elemento que reforça os laços familiares. A agricultura baseada no modelo camponês, portanto, está fortemente atrelada à família como unidade de reprodução do conhecimento e das técnicas agrícolas.

Ainda dentro da perspectiva da família como unidade fundamental do grupo doméstico, devem-se considerar as inferências de Fortes (1982) sobre essa questão. Apontando as diferentes fases que compõem o ciclo de vida do grupo doméstico – formação e crescimento, dispersão e dissolução –, Fortes mostra a estreita relação entre a unidade de produção e a família. A família aparece como fator elementar da unidade de produção, podendo em alguns casos configurar-se como o próprio grupo doméstico. De qualquer forma, os laços que unem o grupo doméstico nem sempre são os mesmos que unem a família. Todavia, a questão que permanece diante desta discussão refere-se à lógica que orienta esses grupos produtores. Esta se constrói a partir de critérios diferentes daqueles que orientam

³⁷ Explicitando a lógica processual apontada por Shanin, é importante salientar que o campesinato deve ser visto: “[...] como una entidad histórica dentro del marco más amplio de la sociedad aunque con estructura, consistencia y momentos propios: emergiendo, representando em cierto estadio el modo predominante de organización social, desintegrándose y volviendo a emerger en algunos momentos” (SHANIN, 1976, p. 8).

³⁸ A compreensão das habilidades individuais e de grupo para a reprodução social camponesa deve ser vista a partir de que: “La ocupación productiva de un campesino consiste en un amplio espectro de tareas interrelacionadas, a un nivel de especialización relativamente bajo. Las habilidades se definen en términos de experiencia transferida directamente o se formalizan en una tradición oral de numerosos proverbios y relatos. La preparación de la ocupación de un campesino se cumple, principalmente, dentro de la familia: el joven prende su trabajo siguiendo a su padre y ayudándolo. Este procedimiento de la socialización refuerza los lazos familiares y realza el carácter tradicional de la agricultura campesina” (SHANIN, 1976, p. 19).

a prática produtiva do capitalismo industrial. É nesse sentido que as formas de reprodução do grupo doméstico, ainda que alteradas pelas diferentes formas de acesso ao uso da terra – arrendamento, posse, uso, propriedade – persistem utilizando como critério orientador uma lógica não afeita às práticas do sistema capitalista.

A aplicabilidade de tais referências teóricas pode ser observada em trabalhos como “A morada da vida”, de Beatriz Alásia Herédia (HEREDIA, 1979), ou “Terra de trabalho”, de Afrânio Garcia Jr. (GARCIA, 1983). Estas são etnografias que revelam uma face importante do campesinato nordestino brasileiro e apontam a relação com o mercado como fator essencial para a condição de camponês. A mesma compreensão pode ser vista também para os trabalhos sobre o campesinato na Amazônia. Ianni (1978), Silva (1982), Guerra (2001) são alguns exemplos de trabalhos que trataram da questão do camponês, revelando a relação com o mercado como característica fundamental.

As definições estabelecidas pela discussão sobre campesinato podem ser encontradas no grupo de produtores rurais de Nova Redenção, pois estes se caracterizam pela composição de grupos domésticos produtores/consumidores, considerando os seguintes fatores: a) todas as famílias possuem roças de mandioca para a produção de farinha, que pode ser vendida, mas obrigatoriamente também consumida, sendo que a essas roças somam-se as de arroz, de milho e plantações menores de verduras, feitas entre essas plantações; b) as famílias normalmente possuem algum tipo de criação de animais, como galinhas ou porcos, que são usados para o próprio consumo, além, em alguns casos, do animal usado para ajudar no trabalho da roça; c) em decorrência dos itens anteriores, a terra é o meio de vida fundamental para a reprodução do grupo; d) apesar do contato com o mercado, o grupo permanece com uma lógica específica para a sua reprodução; e) a aprendizagem de como realizar as tarefas que garantem a manutenção do grupo acontece dentro de um conjunto de conhecimentos que é repassado por meio das relações pessoais, mais especificamente dentro da família; f) a perspectiva de que os esforços e investimentos feitos pela geração atual na unidade de produção serão transmitidos às gerações seguintes.

Definindo a exploração familiar como conceito de análise, Lamarche (1993) aponta ainda a possibilidade de compreensão do campesinato a partir de uma ótica comparativa e de complementaridade entre Mendras e Chaynov. Tal comparação apresenta pontos fundamentais em comum para a definição de campesinato encontradas nos dois autores: inter-relação da organização da produção com as necessidades de consumo; o trabalho familiar avaliado fora da lógica de lucro, já que tal trabalho não é quantificável para o grupo; a produção visa valores de uso

e não de troca. Esses princípios apontados por Chayanov são, para Lamache, complementados pelas cinco características apresentadas por H. Mendras para a exploração camponesa, a saber: “a autonomia relativa em relação à sociedade como um todo; a importância estrutural do grupo doméstico; um sistema econômico de autarquia relativa; uma sociedade de inter-relacionamentos; a função decisiva das personalidades de prestígio que estabelecem uma ligação entre a sociedade local e a sociedade em geral” (LAMARCHE, 1993, p. 16).

Seguindo a argumentação comparativa e de complementaridade proposta por Lamarche, a existência de um modelo camponês pode ser utilizada para a compreensão de diversas realidades dentro da América Latina, assim como outras regiões em desenvolvimento no mundo. A questão que se coloca aponta para a permanência desse modelo de exploração familiar em países com algumas características específicas, como o Brasil, ainda que tal modelo tenha sido apontado por Mendras com seu destino selado pelo desaparecimento. Nesse sentido, Wanderley (1996) descreve a formação do campesinato a partir de quatro peculiaridades: a) “sistema de policultura-pecuária”³⁹; b) o “horizonte das gerações”⁴⁰; c) “as sociedades de interconhecimento e a autonomia das sociedades rurais”⁴¹; d) os conceitos para agricultura camponesa, agricultura de subsistência e pequena agricultura.

Com relação a esse último item, Wanderley ressalta que produção de subsistência, apesar de compor o cenário camponês, não o reduz a ela já que a necessidade de “conservação” e “crescimento do patrimônio familiar” regem as escolhas do grupo, guardando sua característica camponesa. Por outro lado a “pluriatividade e o trabalho externo” não distorcem o modelo de produção camponês, pois se transformam, na realidade, em uma estratégia a mais para superar os momentos de infortúnio do grupo. Ao mesmo tempo, como aponta a

³⁹ Wanderley cita Mendras em uma definição sintetizadora de policultura-pecuária: “toda a arte do bom camponês consistia em jogar sobre um registro de culturas e criações o mais amplo possível e a integrá-los em um sistema que utilizasse ao máximo os subprodutos de cada produção para as outras e que pela diversidade de produtos fornecesse uma segurança contra as intempéries e as desigualdades das colheitas” (MENDRAS apud WANDERLEY, 1996, p. 3).

⁴⁰ Nesse sentido, Wanderley define a geração em uma perspectiva em que “Para enfrentar o presente e preparar o futuro, o agricultor camponês recorre ao passado, que lhe permite construir um saber tradicional, transmissível aos filhos e justificar as decisões referentes à alocação dos recursos, especialmente do trabalho familiar, bem como a maneira como deverá diferir no tempo o consumo da família” (WANDERLEY, 1996, p. 4, 5).

⁴¹ A autora mostra a autonomia camponesa na relação com a sociedade envolvente. Salienta a presença de uma sociabilidade que permite que todos tenham conhecimento sobre a vida dos integrantes do grupo. Ressalta, ainda, o contato com a sociedade maior estabelecido por meio da troca dos produtos originados na produção camponesa, inserindo, no interior do grupo, elementos exógenos a ele.

autora, a agricultura camponesa não deve ser pensada a partir de dimensões, assim, “a agricultura camponesa é, em geral, pequena, dispõe de poucos recursos e tem restrições para potencializar suas forças produtivas; porém, ela não é camponesa por ser pequena, isto é, não é a sua dimensão que determina sua natureza e sim suas relações internas e externas” (WANDERLEY, 1996, p. 6).

É nesse sentido que se torna possível considerar os moradores de Nova Redenção como camponeses: apesar da relação intensa com a sociedade do entorno e da inserção de novos elementos no cotidiano do grupo resultantes dessa relação, as estratégias usadas por seus integrantes ainda consideram, dentro de uma preocupação com as gerações futuras, a manutenção da terra como prioritária. A eventual inserção no mercado de trabalho como alternativa para momentos de dificuldade é recorrente, ainda que tal característica não seja necessariamente uma situação de pluriatividade. A produção baseada na exploração familiar dentro dos moldes camponeses ainda é a regra em Nova Redenção. Das 37 famílias que compõem a localidade, 30 constituem-se em grupos domésticos marcados pela relação produtor/consumidor apresentando diversificada relação com o mercado. Da venda da força de trabalho por meio da ocupação como diarista nos pimentais da região, ou mesmo na capina das roças de outros moradores de Nova Redenção, as atividades que envolvem o ciclo da produção agrícola de seus próprios roçados ainda se configuram como prioritárias.

Somadas a essas definições, casamento e parentesco também aparecem em Nova Redenção como mecanismos orientadores da lógica e ação dos moradores⁴². As relações de descendência legitimam o acesso à terra, como já mencionado. Existem basicamente quatro famílias que lá vivem desde a primeira metade do século. O princípio cognático rege as relações de herança, pois homens e mulheres são igualmente herdeiros. Partindo desse princípio, os casamentos se dão pelas possibilidades da permanência da terra entre parentes, assim como da disponibilidade apresentada na herança. No grupo, a descendência é perpetuada por meio da memória⁴³, possibilitando o acesso à terra e a reprodução dos

⁴² Wolf (1970), Mendras (1978) e Redfield (1960), somada a vasta referência antropológica, apresentam o parentesco como ponto fundamental na compreensão desses grupos.

⁴³ Para se entender o que se tem por memória e como aqui é aplicado, vale ressaltar que “[...] A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que essa seja bem mais organizada. Todos sabem que até as datas oficiais são fortemente estruturadas do ponto de vista político” [...] “Esse último elemento da memória – a sua organização em função das preocupações pessoais e políticas do momento – mostra que a memória é um fenômeno construído” (POLLAK, 1990, p. 204).

saberes relacionados ao seu uso. Todos os moradores conhecem a história de Nova Redenção por meio da lembrança de um antepassado comum que deixou a terra como herança para os descendentes. Dessa forma, a descendência é o que legitima o acesso à terra, mas é acionada porque está perpetuada através da memória. É importante salientar que a memória acionada é uma memória coletiva, na qual todos se reconhecem. Em Nova Redenção, todos são parentes, desde que reconhecido entre os moradores como tal, permitindo que o uso e posse da terra sejam legitimados porque todos compartilham de uma mesma lembrança. Entre grupos camponeses, o conhecimento da roça e as técnicas utilizadas referem-se a um conjunto de conhecimentos construído no decorrer de várias gerações (WOORTTMANN, E.; WOORTTMANN, K., 1997). As relações com a natureza e seu manejo não fogem a essa regra. A memória, portanto, configura-se como instrumento fundamental na manutenção desse saber.

Falar sobre o acesso à terra em Nova Redenção corresponde a pensar sobre parentesco e memória. O parentesco funciona como um orientador da vida dos moradores em diferentes instâncias. Assim, a descendência pode ser o legitimador do acesso à terra, ou pode ser também o reconhecimento de uma relação de parentesco, o que garante a obtenção dos elementos econômicos básicos de sobrevivência. A identidade, por sua vez, é garantida por meio de relações de parentesco, pois estas apontam a descendência e, portanto, o pertencimento do indivíduo a um grupo. O parentesco caracteriza-se, ainda, como o instrumento legitimador de uma memória que reproduz o saber, sendo que este pode ser visto como o elemento que origina as práticas de uso dos recursos naturais e trato da natureza. Dentro dessa perspectiva é possível perceber, portanto, como a família tem uma força importante, dentro de Nova Redenção, configurando-se como opção principal para se efetivar estratégias de reprodução social. Vastos e fortes são os elos e as situações onde essa relação de parentesco é utilizada.

A questão que permanece no decorrer dessa descrição e delimitação do objeto deste estudo relaciona-se às escolhas que os moradores de Nova Redenção estabelecem para garantir o processo produtivo e sua relação com o mercado. As pressões que este faz sobre os integrantes da localidade não impedem que uma lógica específica permaneça como orientadora de suas práticas. Nessa lógica, “ganhar dinheiro”, como diriam os moradores de Nova Redenção, ainda é o que menos importa.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec-Anpocs, 1992.
- . **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.
- ALBUQUERQUE, M. **A mandioca na Amazônia**. Belém: Sudam, 1969.
- AUGÉ, M. **Os domínios do parentesco**. Lisboa: Edições Setenta, 1978. (Coleção Perspectivas do Homem)
- CASTRO, E. M. R. de. **Relatório de Pesquisa Bujaru – Projeto Raízes**. Belém: Governo do Estado do Pará, 2003.
- CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.
- FORTES, M. O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico. Introdução. In: **The Developmental Cycle in Domestic Groups**. Cambridge: Jack Goody, 1982. (Papers in Social Anthropology, 1).
- GARCIA, A. R. **Terra de trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GODELIER, M. **O enigma do dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GUERRA, G. A. D. **O posseiro da fronteira: camponato e sindicalismo no Sudeste Paraense**. Belém: NAEA/UFPA, 2001.
- HÉBETTE, J. **Estudos e problemas amazônicos: história social e econômica e temas especiais**. Belém: Cejup, 1992.
- HÉBETTE, J.; ACEVEDO, R. **Colonização para quem?** Belém: NAEA/UFPA, 1979a.
- . Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais. In: COSTA, J. M. da (Ed.). **Amazônia: desenvolvimento e ocupação**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979b.
- HEREDIA, B. M. A. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HOMMA, A. K. O. **História da agricultura na Amazônia: da era pré-colombiana ao terceiro milênio**. Brasília: Embrapa Informação Tecnologia, 2003.
- IANNI, O. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1978.

- IBGE. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro, 1991.
- . **Contagem populacional**. Rio de Janeiro, 1996.
- . **Censo demográfico**. Rio de Janeiro, 2000.
- . **Produção agrícola municipal**. Rio de Janeiro, 2003.
- IDESP. **Concórdia do Pará**. Belém, 1990.
- LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Unicamp, 1993. v. 1.
- MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EPU, 1974. v. 2
- MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro:Zahar, 1978.
- MONZONI, M. **Mudança climática: tomando posições**. São Paulo: Amigos da Terra-Programa Amazônia, 2000.
- OLIVEIRA, R. C. de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.
- PETTI, P. **Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964**. Belém: Paka-Tatu, 2003.
- POLLAK, M. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro: Associação de Pesquisa e Documentação Histórica, v. 5, n. 10, 1990.
- RADCLIFFE-BROWN, A. R. In: MELATTI, J. C. (org.) **Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Ática, 1995.
- RAVENA-CANETE, V. **Memória e herança da terra: a história de um grupo camponês do Nordeste Paraense – Concórdia do Pará**. 2000. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2000a.
- . Terra e memória: um estudo de caso em um grupo amazônico – os “herdeiros” de Carlos Guimarães. **Trilhas**, Belém, v. 1, n. 2, p. 56-65, 2000b.
- . **Os colonos de Nova Redenção: estratégias de permanência e dinâmica do campo rural da região Guajarina do estado do Pará**. Tese (Doutorado em Ciências Socioambientais) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2005.
- REDFIELD, R. **The little community, peasant society and Culture**. Chicago: University of Chicago Press, 1960.
- SANTOS, R. A. de O. **História econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo:

T. A. Queiroz, 1980.

SCHLESINGER, W.H. **Biogeochemistry**: an analysis of global change. San Francisco: Academic Press, 1991.

SHANIN, T. **Naturaleza y lógica de la economía campesina**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1976

SILVA, F. C.s da. **Frentes pioneiras e camponeses no sul do Pará**. 1982. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1982.

SOLARI, A. O objeto da sociologia rural. In: SZMERCZÁNYI, T.; QUEDA, O. (Orgs.) **Vida rural e mudança social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. p. 3-14.

VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20. GT 17: Processos Sociais Agrários. 1996. Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 1996.

———. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACA, N.(Org.). **Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: Clasco, 2001a.

———. **Urbanização e ruralidade**: relações entre a pequena cidade e o mundo rural. Estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001b.

WOLF, E. R. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

WOORTTMANN, E. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo;Brasília: Hucitec, 1995.

WOORTTMANN, E.; WOORTTMANN, K. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

Texto submetido à Revista em 08.09.2010
Aceito para publicação em 22.04.2011



ICMS Ecológico como suporte ao Pagamento por Serviços Ambientais (PSA): uma análise para o estado do Pará

Ecological VAT as a form to support the Payment for Environmental Services: an analysis to Pará State

Ynis Cristine de Santana Martins Lino Ferreira – Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia pela Universidade Federal do Pará. Especialista em Informação Ambiental. Bolsista de Pesquisa do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. E-mail: ynicristine@yahoo.com.br

Mário Vasconcellos Sobrinho - Doutor em Estudos do Desenvolvimento pela Swansea University. Vice Coordenador e Professor do Programa de Pós-Graduação de Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, da Universidade Federal do Pará. Professor do Programa de Mestrado de Administração da Universidade da Amazônia. E-mail: mariovasc@ufpa.br

Resumo

O artigo discute a implantação do ICMS Ecológico no Estado do Pará como suporte ao financiamento de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Reflete sobre a possibilidade de repasse de parte desses recursos às comunidades locais, em especial às comunidades residentes em Unidades de Conservação. Assume que essas comunidades produzem benefício público ao contribuírem para a conservação dos recursos naturais. O artigo conclui que o ICMS Ecológico é um importante instrumento econômico de financiamento de PSA no Pará. Entretanto, apresenta limitações, dificuldades e desafios. Dentre estes, está há necessidade de conciliar a implementação do ICMS Ecológico com políticas públicas que visem à conservação da biodiversidade e suporte ao desenvolvimento dos municípios sob uma nova lógica econômica.

Palavras-chave

ICMS Ecológico. Pagamento por Serviços Ambientais. Unidades de Conservação.

Abstract

The paper debates the ICMS Ecológico (Ecological VAT) implementation in Para State as a form to support the Payment for Environmental Services (PES). It deals with the possibility to transfer part of the financial resources to local communities, especially communities that have been living in protected areas. It takes assumption that local communities produce public benefits by contributing to natural resources conservation. The paper concludes that the ICMS Ecológico is a significant economic instrument to support the PSA in Pará. However, it has limitations, difficulties and challenges. There is a need to conciliate the ICMS Ecológico implementation with a public policy that aims biodiversity conservation and also *municípios* development from a new economic logic.

Keywords

Ecological VAT. Payment for Environmental Services. Conservation Unity.

INTRODUÇÃO

O artigo discute a implantação do ICMS Ecológico como suporte ao Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) na Amazônia. Em particular, o artigo analisa a arrecadação do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações (ICMS) obtida pelo Estado e repassada aos seus diversos municípios. Reflete como este repasse pode contribuir para a manutenção de Unidades de Conservação (UC) de uso sustentável e para a melhoria da qualidade de vida das populações ali existentes. O artigo tem como foco de análise os municípios do estado do Pará que possuem UC.

A proteção ao meio ambiente no Brasil é prevista pelo artigo 225 da Constituição Federal, que estabelece que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado” (BRASIL, 1988). Segundo o artigo constitucional, a competência material comum à proteção do meio ambiente é da União, estados, Distrito Federal e municípios. Assim, os municípios possuem competência legislativa e administrativa para atuar na área ambiental. Todavia, na maioria das vezes, para que as políticas públicas voltadas à área ambiental possam ser implementadas, há necessidade de criação de infraestrutura administrativa, arcabouço legal, previsão orçamentária e disponibilidade financeira. Por isso, para que os municípios possam desenvolver uma política ambiental, é necessário que recursos financeiros sejam alocados em lei orçamentária.

A Constituição Brasileira, no capítulo em que trata do meio ambiente, enfatiza a necessidade de defesa e preservação ambiental, assim como a previsão de mecanismos para que isso ocorra. Como resultado de debates acerca desses mecanismos surgiu a Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Este sistema regulamenta a criação e a utilização de áreas protegidas destinadas à preservação dos ecossistemas naturais. A Lei nº. 9.985 valoriza as características culturais das populações residentes nas unidades de uso sustentável e assegura a participação efetiva das populações locais no processo de criação, implantação e gestão da UC, características essas que podem contribuir decisivamente para o sucesso da gestão destas Unidades. Segundo Brito e Drummond (2007), a gestão das UC deve seguir as regras gerais da administração pública, embora possua especificidades para o seu gerenciamento com a participação das comunidades locais.

Nesse sentido, já há algum tempo, estudam-se, dentro do poder legislativo de vários estados, instrumentos para incentivar a preservação das áreas protegidas por parte dos municípios uma vez que estes podem ser importantes aliados no

gerenciamento de tais áreas. Entre os instrumentos mais discutidos encontra-se o ICMS Ecológico cuja implantação já ocorreu em diversos estados do Brasil e está em discussão em outros, inclusive no estado do Pará.

O ICMS Ecológico é um instrumento econômico de política ambiental (subsídio), implantado na década de 1990, que consiste em uma parcela resultante da redivisão da receita do ICMS, sob o critério ambiental, aos municípios dos estados (NERY, 2006). Há 12 experiências de implantação do ICMS Ecológico no Brasil (LOUREIRO, 2008). No entanto, ainda são escassos os estudos dessas experiências no país e, em particular, no Pará, estado com legislação em debate para aprovação.

Em vista ao exposto, torna-se imperativo o desenvolvimento de estudos voltados a essa temática, para que seja possível inferir as perspectivas e impactos ocasionados pela implementação do ICMS Ecológico, em particular no estado do Pará, que contemplem a gestão pública e os atores envolvidos no processo. Assim, diante desse quadro, questiona-se: como se apresenta a distribuição do ICMS no estado do Pará? Quais as perspectivas de mudanças a partir da implementação desse instrumento econômico? O artigo se propõe a responder esses questionamentos.

1 O CONTEXTO DO ICMS ECOLÓGICO NO BRASIL E PARÁ

A partir da década de 1980 houve um significativo avanço na legislação ambiental brasileira quanto à responsabilidade para com a defesa e preservação do meio ambiente. Primeiramente, a Lei nº 6.938/81 que dispôs sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, cujo escopo é preservar a qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana (BORDALO, 2007). Essa Lei, além de estabelecer conceitos, princípios, objetivos, instrumentos e mecanismos de aplicação e de formulação, assumiu a função de garantir a descentralização da gestão ambiental, por meio do compartilhamento entre os Entes Federados (União, estados e municípios) (OLIVEIRA; JÚNIOR; SPENGLER, 2008).

Segundo, a promulgação da Carta Magna de 1988 que estabeleceu a corresponsabilidade da sociedade e do poder público, em seus três níveis, para com a defesa e preservação do meio ambiente. A Carta Magna dedica um capítulo exclusivo ao tema, mais precisamente o artigo 225, que dispõe sobre o direito que todos os cidadãos possuem sobre o meio ambiente natural como elemento essencial à sadia qualidade de vida (BRASIL, 1988). O município se transforma em um

ente federativo, tendo autonomia política, administrativa e financeira, bem como suas competências legais ampliadas. Configurou-se assim, a descentralização da gestão ambiental no Brasil (TONI; PACHECO, 2005; SILVA, 2007; OLIVEIRA; JÚNIOR; SPENGLER, 2008).

Terceiro, a Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o SNUC, reclassificou as diversas categorias e regulamentou a criação e a utilização de áreas protegidas destinadas à preservação dos ecossistemas naturais. Além desta reclassificação, inovou em outros aspectos, tais como a participação social na criação e gestão de UC, novas formas de tratamento de populações tradicionais que habitam as áreas de proteção, além de prever a alocação de recursos financeiros para tais áreas (BRASIL, 2000).

Quanto à conservação e manutenção de áreas protegidas por parte dos municípios, estudos de Loureiro (2002), sobre o estado do Paraná, mostram que a preservação de uma determinada área demanda alto custo de oportunidade. Ou seja, pelo menos sob o ponto de vista imediatista, os municípios acabam por abrir mão de atividades tradicionais geradoras de recursos devido ao impacto econômico gerado pela restrição ao uso do solo para atividades rentáveis.

Em 1991 foi adotado o ICMS Ecológico no estado do Paraná, a partir da aliança do Poder Público Estadual e de municípios (LOUREIRO, 2002). Tal mecanismo, em princípio, surgira como um instrumento de compensação aos municípios que enfrentavam dificuldades em incentivar o crescimento econômico tradicional devido à existência de UC. Segundo Loureiro (2008), esse instrumento foi desenvolvido em seguida nos estados de São Paulo (1993), Minas Gerais (1995), Rondônia (1996), Amapá (1996), Rio Grande do Sul (1998), Mato Grosso do Sul (2001), Mato Grosso (2001), Pernambuco (2001), Tocantins (2002), Acre (2007), Rio de Janeiro (2007) e Goiás (2007).

No estado do Pará, desde a promulgação da Constituição Estadual, em 1989, é assegurado para municípios que abriguem UC em seus territórios, “tratamento especial quanto ao crédito das parcelas da receita referenciada no art. 158” da Constituição Federal (PARÁ, 1989), ou seja, do ICMS. Assim, existe a possibilidade legal para a adoção de critérios ambientais na distribuição do imposto pelo estado aos municípios. No entanto, os anos se passaram e ainda inexistente a regulamentação do referido “tratamento especial” por meio de lei estadual.

Destaque-se, porém, que em 1999, por meio de projeto de lei apresentado à Assembleia Legislativa por uma deputada estadual¹, começou a ser estudada e discutida a implantação do ICMS Ecológico como tentativa de atribuir uma função ambiental, e mesmo social, à arrecadação tributária municipal. O projeto de lei

¹ Deputada estadual Maria do Carmo do Partido dos Trabalhadores (PT).

propunha para a distribuição do ICMS aos municípios, além do Valor Adicionado Fiscal, definido na Constituição Federal, critérios como: (a) UC e outros espaços especialmente protegidos, (b) crianças matriculadas associado a taxas de evasão escolar, (c) sistema de saneamento básico e (d) disponibilidade de leitos hospitalares associada ao coeficiente de mortalidade infantil (PARÁ, s.d.). Contudo, segundo Loureiro (apud FERREIRA; VASCONCELLOS, 2010), o projeto não foi aprovado e uma nova discussão do tema no Estado estaria relacionada a novos critérios, dentre eles o desmatamento evitado.

Posteriormente, outro deputado estadual² elaborou e colocou em debate dois anteprojetos de lei tratando do ICMS Ecológico. O primeiro dispôs sobre a regulamentação do ICMS Ecológico, prevendo benefícios para os municípios que “abriguem em seu território unidades de conservação e aqueles formadores de mananciais”. O segundo anteprojeto propunha que o critério ambiental fosse definido em 4%, sendo obtido por meio da redução de 1% do critério populacional, 1% do territorial e 2% do critério igualitário, respectivamente (PARÁ, s.d.). Contudo, ambos não foram aprovados pela Assembléia Legislativa Paraense.

Em uma tentativa de trazer novos elementos para o debate, foi contratada a consultoria de um especialista³ no assunto. Os relatórios da consultoria consideraram as possibilidades constitucionais e legais existentes no Estado e sugeriram um novo anteprojeto de lei para o ICMS Ecológico. A minuta de anteprojeto objetivou subsidiar um debate inicial entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará (SEMA) e a Secretaria de Estado da Fazenda do Pará (SEFA). Tal proposta de anteprojeto aproveitou quase a totalidade das propostas anteriores. Entretanto, acrescenta aspectos relativos às áreas protegidas, incluindo as reservas legais e as áreas de preservação permanente (PARÁ, s/d).

A partir de 2009, tem-se um evento que impulsiona a reflexão acadêmica a respeito deste tema: o Decreto 1.697 de 5 de junho de 2009. Este regulamenta o Plano de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento do Estado do Pará (PPCAD-PA). O Decreto determina até dezembro de 2012 o prazo para implementação do ICMS Ecológico no Estado, de modo transparente e com fiscalização do órgão estadual (PARÁ, 2009).

² Deputado Airton Faleiro, do Partido dos Trabalhadores (PT).

³ Dr. Wilson Loureiro, do Instituto Ambiental do Paraná (IAP).

2 PERSPECTIVAS DE ANÁLISE E FUNÇÕES DO ICMS ECOLÓGICO

Existem pelo menos quatro perspectivas teóricas de análise para definir o significado de ICMS Ecológico. A primeira se refere à perspectiva legalista. Nesta, o ICMS Ecológico é utilizado como um critério de distribuição da cota-parte do ICMS a que os municípios têm direito, conforme estabelece o artigo 158 da Constituição Federal (LOUREIRO, 2002). Este direito se dá pela existência de mananciais de abastecimento, UC ou terras indígenas nos territórios municipais. Segundo Loureiro (2002), o ICMS Ecológico foi originado pela reivindicação de prefeituras que sentiam fragilidades em suas economias pela restrição do uso do solo em seus territórios, em particular, os municípios que possuem mananciais de abastecimento ou UC. De fato, Veiga Neto (2000) chama atenção para a ocorrência de restrições no uso do solo dos municípios que possuem tais características, restrições essas que dificultam as possibilidades de desenvolvimento pela lógica econômica convencional.

Embora não contradiga o viés legalista, a segunda perspectiva de análise entende o ICMS sob o ponto de vista da compensação ambiental. Nesta perspectiva, o ICMS Ecológico nasceu sob a égide da compensação e evoluiu, transformando-se em um instrumento de conservação ambiental (LOUREIRO, 2002), contribuindo para a melhoria da conservação da biodiversidade.

Na terceira perspectiva de análise, o ICMS Ecológico é interpretado como um subsídio (TUPIASSU, 2003; NERY, 2006). Este se apresenta como um forte instrumento econômico de incentivo fiscal. Tem como objetivo não somente alcançar a finalidade da preservação ambiental prevista na Constituição Brasileira, mas promover a justiça fiscal, isto é, influenciar nas ações voluntárias dos municípios na busca de melhorias da qualidade de vida das populações, por meio do aumento da receita (TUPIASSU, 2003).

Estudos recentes (VEIGA NETO, 2008) apontam para uma quarta perspectiva que considera o ICMS Ecológico como PSA (Pagamento por Serviço Ambiental). Sob essa perspectiva, os proprietários e gestores de áreas e recursos naturais seriam remunerados financeiramente pela conservação da biodiversidade. No estado do Paraná, experimenta-se, ainda de forma embrionária, que parte do ICMS Ecológico gerado pela criação voluntária de reservas privadas possa retornar aos seus proprietários como incentivo econômico direto (VEIGA NETO, 2008).

A literatura (FREITAS apud NERY, 2006) é recorrente em aferir que o ICMS Ecológico possui duas funções principais: (i) compensatória: para compensar municípios que abrigam áreas protegidas em seus territórios, impedindo-os de desenvolver atividades produtivas tradicionais nessas áreas; e, (ii) incentivadora:

para estimular que os municípios adotem iniciativas de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável (FREITAS apud NERY, 2006). No entanto, a partir de estudos desenvolvidos por Veiga Neto (2008), subtende-se uma terceira função, ou seja, a (iii) remuneratória a partir do PSA, na qual há remuneração financeira por meio de incentivo econômico direto pela conservação da biodiversidade.

3 ICMS ECOLÓGICO ENQUANTO PAGAMENTO POR SERVIÇO AMBIENTAL (PSA)

Como colocado acima, o ICMS Ecológico tem sido interpretado como uma categoria de PSA (VEIGA NETO, 2008). Nesta perspectiva, o ICMS Ecológico está relacionado às condições e processos pelos quais os ecossistemas sustentam a vida humana (DALY apud WUNDER, 2008) de conservação da biodiversidade.

Segundo Wunder (2008), os esquemas de PSA público se referem àqueles em que o Poder Público atua como comprador intermediário, ou seja, opera quando existe uma externalidade – benefício externo ao provedor de serviços ambientais. No entendimento do autor é imprescindível a existência de uma legislação adequada que institua e regule a prática de pagamentos compensatórios, assim como recursos orçamentários para alocação visando esse fim.

Partindo desse pressuposto, Veiga Neto (2008) apresenta o ICMS Ecológico como um mecanismo de compensação ambiental aplicado à conservação da biodiversidade, a partir de uma recente experiência em PSA realizada no estado do Paraná. Este estado regulamentou o repasse direto de recursos oriundos do ICMS Ecológico a que os municípios têm direito aos proprietários das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). Ou seja, por meio dessa ação é proporcionado apoio à conservação de terras privadas, surgindo, assim, a possibilidade de que parte dos repasses gerados pela criação voluntária dessas reservas possa retornar para a gestão das mesmas.

A partir daí, entende-se que o apoio ao proprietário particular na gestão da sua RPPN, constitui-se em benefício para o município. Isso porque, segundo Veiga Neto (2008), as normas paranaenses definem que os recursos obtidos pelos proprietários de RPPN, a partir do ICMS Ecológico, deverão ser integralmente aplicados na gestão da UC. Assim, na medida em que surge o apoio financeiro para o proprietário de reserva particular, melhora o desempenho da gestão da sua RPPN e, conseqüentemente, com o surgimento de novas RPPN, melhor o desempenho financeiro do município, que obterá incremento na sua receita.

4 AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ESTADO DO PARÁ

A literatura sobre a influência das políticas desenvolvimentistas do Estado nacional sobre a estrutura econômica, social e territorial do estado do Pará é muito abrangente. Sob todas as perspectivas, boa parte da literatura (BURSZTYN; BURSZTYN; ASSUNÇÃO, 2004, MAUÉS, 1999) aponta para os efeitos que as políticas de desenvolvimento, particularmente aquelas implementadas a partir dos governos militares na década de 1970, trouxeram para o estado do Pará. Dentre tantas consequências, está o alto nível de desmatamento em que o acumulado em 2009 atingiu uma área de 245.035 km², o que representa 21,6% do território paraense e 33,28% do desmatamento da Amazônia Legal (IDESP, 2010b). O avanço do desmatamento no estado durante as décadas de 1980 e 1990 trouxe importantes reações, dentre as quais a criação de UC como forma de conter o avanço na floresta.

Em 2010, aproximadamente 40% (413.854,63 Km²) do território do estado do Pará (1.247.689,5 Km²) estava constituído de UC, sob jurisdição federal, estadual, municipal ou ainda de iniciativa particular (SEMA, 2010). A Figura 1 demonstra a distribuição das UC nos municípios do estado do Pará.

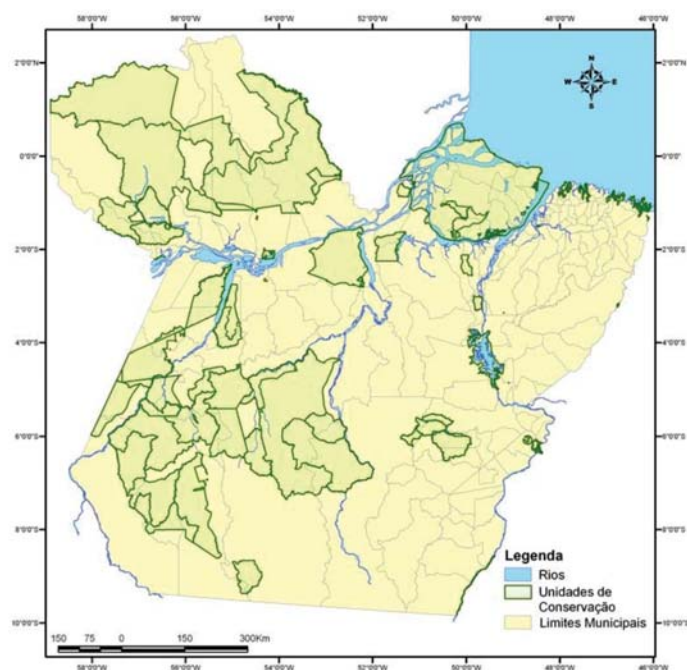


Figura 1 - Distribuição das UC no estado do Pará.
Fonte: FERREIRA; VASCONCELLOS (2010).

ICMS Ecológico como suporte ao Pagamento por Serviços Ambientais (PSA):
uma análise para o estado do Pará

Observa-se, de acordo com dados do Zoneamento Econômico e Ecológico do Estado do Pará (IDESP, 2010), que os municípios com maior extensão de UC em seus territórios são Oriximiná, Altamira, Itaituba, Almeirim e Novo Progresso, respectivamente (Tabela 1).

Tabela 1 – Municípios paraenses com maior extensão territorial de UC.

Município	Área de UC (km ²)	Esfera	Categoria	Denominação
Oriximiná	70.013,43	Federal	Proteção Integral	Reserva Biológica do Rio Trombetas
		Federal	Uso Sustentável	Floresta Nacional Serac-a-Taquera
		Estadual	Proteção Integral	Estação Ecológica do Grão-Pará
		Estadual	Uso Sustentável	Floresta Estadual de Faro
Altamira	59.443,43	Estadual	Uso Sustentável	Floresta Estadual do Trombetas
		Federal	Proteção Integral	Parque Nacional Serra do Pardo
		Federal	Proteção Integral	Reserva Biológica da Serra do Cachimbo
		Federal	Proteção Integral	Estação Ecológica Terra do Meio
		Federal	Uso Sustentável	Floresta Nacional de Altamira
		Federal	Uso Sustentável	Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio
		Federal	Uso Sustentável	Reserva Extrativista Rio Iriri
		Federal	Uso Sustentável	Reserva Extrativista Rio Xingú
Itaituba	45.416,84	Estadual	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental Triunfo do Floresta Estadual do Iriri
		Federal	Proteção Integral	Parque Nacional da Amazônia
		Federal	Proteção Integral	Parque Nacional Jamanxim
		Federal	Proteção Integral	Parque Nacional do Rio Novo
		Federal	Uso Sustentável	Floresta Nacional Itaituba I
		Federal	Uso Sustentável	Floresta Nacional Itaituba II
		Federal	Uso Sustentável	Floresta Nacional de Altamira
		Federal	Uso Sustentável	Floresta Nacional do Amaná
		Federal	Uso Sustentável	Floresta Nacional do Trairão
		Federal	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental do Tapajós
		Municipal	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental Bom Jardim/Passa
Almeirim	33.675,98	Municipal	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental Praia do Sapo
		Federal	Proteção Integral	Parque Nacional Montanhas Tumucumaque
		Federal	Proteção Integral	Estação Ecológica do Jari
		Estadual	Proteção Integral	Reserva Biológica Maicuru
Novo Progresso	16.729,24	Estadual	Uso Sustentável	Floresta Estadual do Paru
		Federal	Proteção Integral	Parque Nacional do Rio Novo
		Federal	Proteção Integral	Reserva Biológica da Serra do Cachimbo
		Federal	Uso Sustentável	Floresta Nacional Jamanxim
		Federal	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental do Tapajós

Fonte: Elaboração própria a partir de SEMA (2010) e IDESP (2010a).

No Pará, a extensão territorial mais significativa é ocupada pela Área de Proteção Ambiental (APA) (Tabela 2). Segundo o SNUC, a APA possui certo grau de ocupação humana, possuindo o objetivo de proteção da diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

Tabela 2 – Configuração das UC no Estado do Pará.

Estado do Pará	
Classe	Área Total (Km ²) aproximada
Área de Proteção Ambiental	93.133,76
Estação Ecológica	82.079,92
Floresta Estadual	59.970,33
Floresta Nacional	62.771,15
Parque Estadual	213,9
Parque Nacional	25.181,51
Proteção Integral	4.098,47
Reserva Biológica	19.883,83
Reserva Extrativista	32.778,73
Uso Sustentável*	53.771,61

Fonte: IDESP (2010a).

Nota: *Área sugerida pelo Zoneamento Econômico e Ecológico do Estado do Pará para implantação de UC de uso sustentável.

Ressalte-se, também, a existência da Reserva Extrativista (Tabela 2), utilizada por populações extrativistas tradicionais. Segundo o SNUC, estas populações praticam o extrativismo e, complementarmente, a agricultura de subsistência e criação de animais de pequeno porte.

Outra observação importante é a de que existem municípios onde as UC abrangem mais de 90% dos seus territórios (Figura 2). Como exemplo disso, podemos citar alguns municípios que compõe o arquipélago do Marajó: Santa Cruz do Arari, Anajás, São Sebastião da Boa Vista, Currealinho e Muaná (IDESP, 2010a).

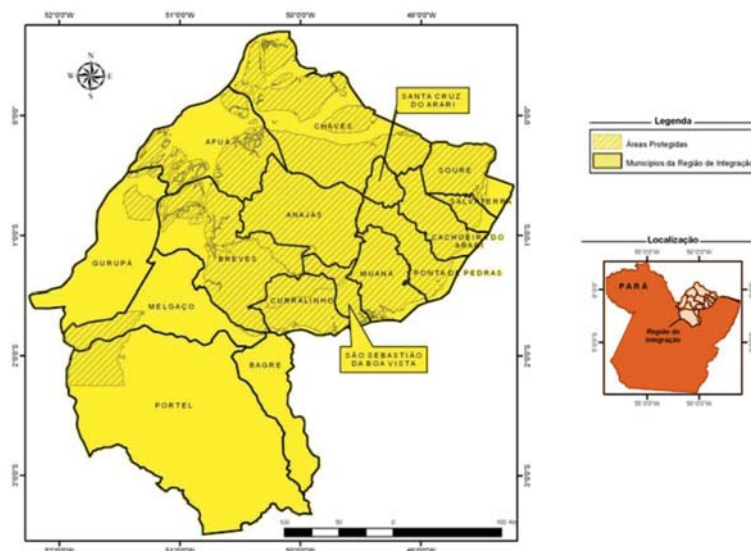


Figura 2 – UC nos municípios da RI Marajó.
Fonte: IDESP (2010c).

5 AS COTAS-PARTE DE ICMS E AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO PARÁ

A distribuição atual das cotas-parte de ICMS aos municípios paraenses obedece ao disposto no art. 158 da Constituição Federal e à Lei Estadual nº 5.645 alterada pela Lei Estadual nº 6.276 (SEFA, 2010). Segundo o art. 158 da Constituição Federal, 25% do produto do ICMS pertence aos municípios, devendo ser repassados a estes segundo os seguintes critérios: (a) no mínimo 75%, na proporção do valor adicionado, nas operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços realizadas em seus territórios e (b) até 25% de acordo com que dispuser em Lei Estadual (BRASIL, 1988). Assim, cada estado brasileiro define os critérios de distribuição de 25% do ICMS, adequados as suas especificidades.

O Valor Adicionado expresso no art. 158 da Constituição Federal é definido, segundo a Lei Complementar nº 63, como o valor das mercadorias saídas, acrescido do valor das prestações de serviços no seu território, deduzido o valor das mercadorias entradas, em cada ano civil. Assim, no estado do Pará, a cota-parte referente ao critério do valor adicionado é calculada com base na média geométrica dos índices de participação de cada município no valor adicionado do Estado, apurados nos dois anos civis anteriores à apuração (SEFA, 2010).

O segundo critério de cota-parte, disposto no art. 158 da Constituição, é regulamentado pela Lei Estadual nº 5.645, alterada pela Lei Estadual nº 6.276. O índice utilizado deve ser apurado observando as seguintes variáveis: 5% na proporção da população de cada município; 5% na proporção da área de cada município e 15% distribuídos em partes iguais a todos os municípios (SEFA, 2010).

Percebeu-se, no segundo Semestre de 2009, concentração de aproximadamente 30% da cota-parte de ICMS para os municípios de Belém e Parauapebas, estando 70% distribuída entre 141 municípios paraenses (SEFA, 2009), conforme Figura 3. Essa lógica atual de distribuição induz a uma desproporcionalidade e concentração da cota-parte de ICMS nos municípios que possuem maior densidade econômica. Isso porque, como dito anteriormente, o critério constitucional estabelece que, no repasse a que os municípios têm direito, no mínimo 75%, referem-se à proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços realizadas nos territórios.

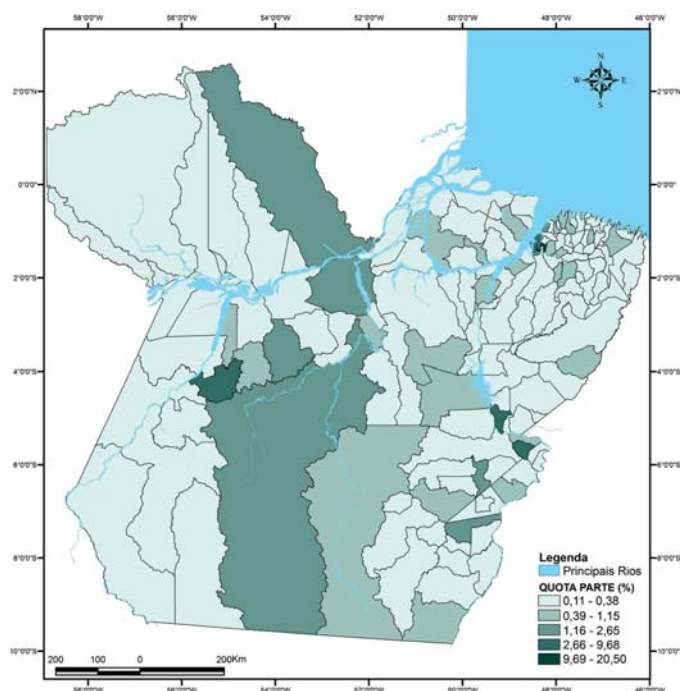


Figura 3 - Distribuição das cotas-parte de ICMS no Pará no segundo semestre de 2009. Fonte: FERREIRA; VASCONCELLOS (2010).

A partir da implantação do ICMS Ecológico no estado do Pará seria estabelecida uma nova lógica para definição do repasse da cota-parte de ICMS

que cada município tem direito. Desse modo, o critério ambiental estará inserido no segundo critério apontado no art. 158 da Constituição Federal.

Dos quatorze municípios com maior arrecadação de ICMS no exercício financeiro de 2009 (Tabela 3), segundo o IDESP (2010a), onze possuem UC em seus territórios, sendo exceção os municípios de Barcarena, Castanhal e Paragominas.

Tabela 3 – Municípios paraenses com maior arrecadação de ICMS em 2009.

Município	Total de ICMS	Cota - Parte (%)
Belém	184.008,065,76	20,5
Parauapebas	86.887.711,05	9,68
Marabá	57.715.700,63	6,43
Barcarena	56.369.300,15	6,28
Tuuruí	46.585.456,65	5,19
Ananindeua	40.571.534,50	4,52
Oriximiná	23.786.408,50	2,65
Santarém	19.926.727,12	2,22
Canaã dos Carajás	19.118.886,63	2,13
Altamira	13.823.044,94	1,54
Castanhal	13.553.764,85	1,51
Paragominas	12.386.884,43	1,38
Almeirim	11.399.524,07	1,27
Itaituba	10.322.403,69	1,15
Demais Municípios (129)	310.866.627,43	33,55

Fonte: SEFA (2009).

Em vista do exposto, tecem-se duas ressalvas relacionadas às funções compensatória e incentivadora, quando estas são confrontadas com as especificidades apresentadas pelos municípios paraenses.

A primeira ressalva se refere ao fato de que o ICMS Ecológico possui a função de compensar municípios que abrigam áreas protegidas em seus territórios, impedindo-os de desenvolver atividades produtivas tradicionais nessas áreas (FREITAS apud NERY, 2006). Os resultados acima (Figura 1 e Tabela 3) demonstram que a maioria dos municípios que mais arrecadam ICMS, ou seja, os que possuem maior proporção do valor adicionado, também possuem UC em seus territórios.

Considerando os quinze municípios com menor arrecadação de ICMS no exercício financeiro de 2009 (Tabela 4), observa-se, com base nos dados de IDESP (2010a), que apenas dois possuem UC em seus territórios: Limoeiro do Ajuru e

Santa Cruz do Arari. Portanto, para esses municípios não há relação proporcional entre a existência de UC e o a arrecadação de ICMS.

Tabela 4 – Municípios com menor arrecadação de ICMS no segundo semestre de 2009.

Município	Total de ICMS	Cota - Parte (%)
Magalhães Barata	987.360,35	0,11
Santarém Novo	987.360,35	0,11
São João da Ponta	987.360,35	0,11
Bonito	1.077.120,38	0,12
Colares	1.077.120,38	0,12
Peixe-Boi	1.077.120,38	0,12
Primavera	1.077.120,38	0,12
Quatipuru	1.077.120,38	0,12
Santa Cruz do Arari	1.077.120,38	0,12
Terra Alta	1.077.120,38	0,12
Curuá	1.166.880,42	0,13
Inhangapi	1.166.880,42	0,13
Limoeiro do Ajuru	1.166.880,42	0,13
Nova Timboteua	1.166.880,42	0,13
São Caetano de Odíveas	1.166.880,42	0,13
Demais Municípios (128)	890.985.714,79	98,18

Fonte: SEFA (2009).

É importante salientar que existem municípios que possuem restrições de até 100% em seus territórios devido à existência de UC, como é o caso de Santa Cruz do Arari (Tabela 5). Nesses casos, o critério ambiental compensará esses municípios impedidos de se desenvolver nos moldes tradicionais. Contudo, o baixo índice de cota-parte não é decorrente da existência unicamente das UC, existindo outras variáveis que contribui para a baixa arrecadação de ICMS.

A segunda ressalva se refere à função incentivadora, em que o ICMS Ecológico é apontado com a função de estimular os municípios a adotarem iniciativas de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável, incluindo a criação de novas UC. Isso porque uma extensão territorial significativa do Estado e de 61 de seus municípios é constituída por UC. Assim, no Pará, a reflexão está relacionada não somente ao aumento dessas áreas, mas também referente à qualidade da gestão das UC já existentes.

Portanto, é necessário que se observe os resultados de estudos apontados por Tupiassu (2003), onde a função compensatória do ICMS Ecológico pode ser

substituída por uma consequência incrementadora, observado o crescente número de municípios que passam a adotar políticas ambientais visando o aumento de arrecadação da receita.

Existe uma divergência significativa nas extensões territoriais das UC e dos municípios paraenses. Há casos de municípios extensos, como por exemplo, Altamira, com uma área significativa de UC. Existem municípios pequenos, como Santa Cruz do Arari, com 100% do seu território constituído de UC. Assim, embora extensões de UC sejam pequenas, essas representam a maior parte ou a totalidade da extensão territorial destes (Tabela 5).

Tabela 5 – Restrição Territorial dos três municípios paraenses mais e menos extensos.

Municípios	Extensão Territorial (km ²)	UC (km ²)	Restrição Territorial - UC (%)
Altamira	159.695,94	59.443,43	37%
Oriximiná	107.602,99	70.013,43	65%
Almerim	72.960,27	33.675,98	46%
Salvaterra	1.043,50	770,41	74%
Santa Cruz do Arari	1.074,85	1.075,19	100%
São Sebastião da Boa Viista	1.632,22	1.529,16	94%

Fonte: IDESP (2010a).

7 PERSPECTIVAS DE UTILIZAÇÃO DO ICMS ECOLÓGICO PARA PSA NO PARÁ

Ao analisar a experiência pioneira de PSA regulamentada no Estado do Paraná, estudada por Veiga Neto (2008), é possível inferir duas vantagens em relação às perspectivas para o Estado do Pará. A primeira diz respeito ao fato de que as UC de uso sustentável onde residem comunidades são mais frequentes. Assim, os recursos advindos do ICMS Ecológico contribuiriam para a melhoria da qualidade de vida das populações residentes nas UC, colaborando para a adoção de um processo de gestão que incluía esses atores sociais.

A segunda diz respeito ao fato de que, conforme Veiga Neto (2008), a conservação e o bom manejo possuem custos, sendo que o indivíduo que maneja os recursos naturais no sentido de proteger a biodiversidade produz um benefício público. Assim, constitui-se o ICMS Ecológico em um instrumento de incentivo econômico direto às comunidades, baseado na conservação da biodiversidade.

Portanto, tendo em vista a possibilidade de repasse de parte dos recursos do ICMS Ecológico para os proprietários de RPPN no Paraná, abre-se um precedente para a reflexão da possibilidade de utilização desse mecanismo no Pará como instrumento econômico de financiamento de PSA.

É reconhecido que essa possibilidade tem suas limitações e dificuldades. Como limitação, tem-se que a utilização do ICMS Ecológico como instrumento de financiamento de PSA no Pará, por si só, não se constitui em solução para conservação da biodiversidade. Isso porque, uma das formas de avançar nesse sentido se encontra em um estado mais responsável, efetivo e com mais capacidade de resposta, oferecendo os serviços públicos necessários (GAVENTA, 2003). Portanto, existe a necessidade de que o poder público proporcione políticas públicas que culminem em conservação.

Uma dificuldade que se impõe para o repasse direto dos recursos do ICMS Ecológico é a adaptação das comunidades locais no Pará ao modelo de organização exigido a partir do PSA. Isso porque, no Paraná, o referido repasse aos proprietários de RPPN é realizado a partir da observância dos seguintes critérios: (a) organização de associações, (b) existência da lei do ICMS Ecológico, (c) existência de lei estadual regulamentando convênio entre o município e a associação de proprietários de RPPN, (d) conferência do valor do ICMS Ecológico gerado pela RPPN, por meio de extrato do órgão ambiental, (e) implementação da Comissão Paritária para fiscalização das verbas decorrentes do ICMS Ecológico, (f) elaboração de um projeto de aplicação e gestão das verbas destinadas às RPPN, (g) aprovação do projeto pela Comissão Paritária e (h) assinatura do Termo de Repasse (CEGANA apud VEIGA NETO, 2008). Assim, deve existir um aparato organizacional das instituições de governo envolvidas, bem como organização dos proprietários no tocante a observação dos critérios estabelecidos.

Portanto, no estado do Pará, para adoção do ICMS Ecológico como instrumento de financiamento de PSA, impõem-se desafios como organização e estruturação das instituições envolvidas no processo, bem como das comunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação do ICMS Ecológico se apresentar como um importante instrumento econômico de financiamento de PSA no Pará. Entretanto, essa possibilidade tem suas limitações e dificuldades. Como limitação, destaca-se que o ICMS Ecológico por si não se constitui em solução para conservação da biodiversidade. Há necessidade de conciliação desse instrumento com políticas

públicas que culminem em conservação. Adicionalmente, há necessidade, também, de políticas públicas que dêem suporte ao desenvolvimento dos municípios sob uma nova lógica econômica. Os recursos advindos do ICMS Ecológico não são suficientes para desencadear um processo de desenvolvimento em nível municipal.

Os estudos apontam que esse subsídio contribuiria diretamente para a melhoria da qualidade ambiental, desde que as prefeituras atuassem direcionando parte desses recursos ao meio ambiente. Há a necessidade de criação de um mecanismo que garanta a melhoria das condições ambientais nos territórios municipais, que é apontado como o PSA.

Partindo desse pressuposto, há a possibilidade de que parte do ICMS Ecológico, arrecadado pelos municípios, seja repassada às comunidades locais, desde que estas estejam organizadas. Isso porque, ao mesmo tempo em que utilizam os recursos naturais ali presentes, podem contribuir para a conservação e bom manejo, o que incorre em custos. Ao proteger a biodiversidade, esses atores produzem um benefício público. Assim, a conservação pode ser ainda mais potencializada se os interesses das comunidades locais forem considerados aliados no processo de gestão, por meio do PSA.

Uma alternativa seria o estabelecimento de que um dos critérios para a distribuição do ICMS Ecológico pelo estado do Pará para os municípios fosse a “Cota Sustentável”. Para este critério seria observada a existência, no território municipal, de comunidades residentes em UC que utilizem boas práticas de manejo dos recursos naturais e protejam a biodiversidade, produzindo assim, um benefício público. Assim, ficaria sob a responsabilidade do ente municipal o financiamento do PSA por meio do repasse de tal recurso para a referida comunidade. A grande dificuldade seria a definição do significado de ‘boas práticas’. Para que isso seja possível, é necessário que o planejamento dos recursos a serem aplicados na conservação inclua a participação dos atores sociais nesse processo, pois não só os valores físicos e biológicos devem ser preservados, mas também a qualidade de vida dessas populações e os valores culturais que ao longo da história foram inseridos nas áreas de proteção ambiental.

REFERÊNCIAS

BORDALO, C. A. L. Gestão Ambiental no estado do Pará. In: ROHA, G. de M. (Org.). **Gestão Ambiental: desafios e experiências municipais no estado do Pará**. Belém: NUMA/UFPA, EDUFPA, 2007. p. 117-126.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 out. 2009.

BRASIL. **Lei Nº 9.985, de 18 de Julho de 2000.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>. Acesso em: 15 ago 2009.

BRITO, D. C.; DRUMMOND, J. O Planejamento e o zoneamento participativos: Novos instrumentos de gestão para as unidades de conservação do Brasil (o caso da área de proteção ambiental do Rio Curiaú – Amapá). *RGSA-Revista de Gestão Social e Ambiental*, v. 1, p. 112-131, set.-dez. 2007.

BURSZTYN, M. A.; BURSZTYN, M; ASSUNÇÃO, F. N. A. Aspectos legais e institucionais da gestão ambiental na Amazônia. In: SAYAGO, D.; TOURRAN, J. F.; BURSZTYN, M. (Orgs.). **Amazônia: cenas e cenários.** Brasília: Universidade de Brasília, 2004. p. 263-293.

FERREIRA, Y. C. de S. M. L.; VASCONCELLOS, M. ICMS Ecológico e Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) na Amazônia. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 34, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2010.

IDESP-Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Estado do Pará. **Zoneamento Econômico e Ecológico do Estado do Pará.** Belém: IDESP, 2010a. p. 1-44.

IDESP-Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Estado do Pará. **Desmatamento e Políticas Públicas no Pará.** Disponível em: <<http://dialogosdesenvolvimento.blogspot.com/2010/09/desmatamento-e-politicas-publicas-no.html>>. Acesso em 20 out. 2010b.

IDESP-Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Estado do Pará. **Indicadores de Qualidade Ambiental (IQA) dos Municípios Paraenses (Versão Preliminar).** Belém: IDESP, 2010c. 229f.

LOUREIRO, W. **Contribuição do ICMS Ecológico na Conservação da Biodiversidade no Estado do Paraná.** 2002. 206 f. Tese (Doutorado na área de concentração em Economia e Política Florestal) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em: <http://www.floresta.ufpr.br/pos-graduacao/seminarios/wilson/contribuicao_do_icms.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2009.

_____. Wilson. Reflexões ICMS Ecológico: a oportunidade do financiamento da gestão ambiental municipal no Brasil. In: LEME, F. C. P. T.; LEME, T. N. **Fontes de recursos Financeiros para Gestão Ambiental Pública: cenários e estratégias de captação para o funcionamento de fundos socioambientais.** Brasília: Rede Brasileira de Fundos Socioambientais, 2008. p. 81-88.

MAUÉS, R. H. **Uma outra “invenção” da Amazônia:** Religiões, Histórias, Identidades. Belém: Cejup, 1999.

NERY, M. A. **ICMS Ecológico:** Análise do Desenho Brasileiro de um Subsídio Ambiental. 2006. 98 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Estudos em Economia, Meio Ambiente e Agricultura, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

VEIGA NETO, F. C da. **Análise de Incentivos Econômicos nas Políticas Públicas para o Meio Ambiente:** O caso do “ICMS Ecológico” em Minas Gerais. 2000. 161 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

_____. **A Construção dos Mercados de Serviços Ambientais e suas Implicações para o Desenvolvimento Sustentável no Brasil.** 2008. 286 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

OLIVEIRA, L. R. M. de O.; JÚNIOR, V. Z.; SPENGLER, E. Gestão Ambiental Compartilhada: Licenciamento Ambiental de Empreendimentos e Atividades com Características de Impacto Local e os Critérios para os Municípios exercerem a Gestão Ambiental. In: LEME, F. C. P. T.; LEME, T. N. **Fontes de recursos Financeiros para Gestão Ambiental Pública:** cenários e estratégias de captação para o funcionamento de fundos socioambientais. Brasília: Rede Brasileira de Fundos Socioambientais, 2008. p. 22-31.

PARÁ. **Constituição do Estado do Pará, 1989.** Disponível em: <http://www.pa.gov.br/downloads/Constituicao_do_Para_-_ate_a_EC_43.pdf> . Acesso em: 12 fev. 2010.

PARÁ. Decreto n.º 1.697, de 5 de junho de 2009. **Diário Oficial do Estado do Pará.** Belém, PA, 8 jun. 2009. Disponível em: <http://www.ioepa.com.br/site/diario_online.asp> . Acesso em: 12 fev. 2010.

PARÁ. **Contribuição ao ICMS Ecológico no Pará.** Belém: SEMA, s/d. p 1-18.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE. **Unidades de Conservação Federais, Estaduais e Municipais do Estado do Pará.** Belém: SEMA, 2010. Disponível em: <<http://www.sectam.pa.gov.br/interna.php?idconteudocoluna=4625>> . Acesso em: 20 jan. 2010.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA. **Manual da Cota-parte dos Municípios: ICMS**. Belém: SEFA, 2010. Disponível em: < http://www.sefa.pa.gov.br/site/inf_fazendarias/repasse/cotaparte.htm#p15>. Acesso em: 20 jan. 2010.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA. **Repasse de ICMS dos Municípios**: Segundo Semestre de 2009. Belém: SEFA, 2009. Disponível em: <<http://www.sefa.pa.gov.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2010.

SILVA, J. M. P. da. Perfil dos Municípios Paraenses. In: ROHA, G. de M. (Org.). **Gestão Ambiental: Desafios e Experiências Municipais no Estado do Pará**. Belém: NUMA/UFPA, EDUFPA, 2007. p. 41-51.

TONI, F.; PACHECO, P. **Gestão Ambiental Descentralizada**: um estudo comparativo de três municípios da Amazônia brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. 75p.

TUPIASSU, L. V. da C. **Tributação Ambiental: utilização de instrumentos econômicos e fiscais na implementação do direito ao meio ambiente saudável**. 2003. 294 f. **Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2003**.

WUNDER, S. et al. **Perfil. Pagamentos por Serviços Ambientais**: Perspectivas para Amazônia Legal. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2008. 131 p.

Texto submetido à Revista em 09.05.2010
Aceito para publicação em 30.03.2011



CONFERÊNCIA

O animal e o primitivo: os outros de nossa cultura

The animal and primitives: Other aspects o four culture

Benedito Nunes – Paraense, professor emérito da Universidade Federal do Pará, filósofo, crítico literário e escritor premiado com o “Jabutí” e o “Machado de Assis”, falecido em 27 de fevereiro de 2011.

Dado que as raízes de nossa cultura são greco-latinas, há que destacar a presença desses que ficam à margem dela, o animal e o primitivo. A noção que me parece ser um elemento de ligação entre ambos é a de ‘bárbaro’, tal como os gregos a usavam: aquele considerado estranho à cultura grega ou à sua área de influência, estranho que normalmente era considerado também adversário; o diferente se tornava o oposto, e o oposto se tornava inimigo. Na nossa cultura encontramos essa relação entre diferente e oposto, diferente e inimigo, no nexa havido entre nós e esses outros, entre nós e o animal, ou entre nós e os primitivos.

Com o animal, as relações são, sobretudo, transversais, ou seja, o animal é considerado o oposto do homem mas ao mesmo tempo uma espécie de simbolização do próprio homem. Na acepção comum, simboliza o que o homem teria de mais baixo, de mais instintivo, de mais rústico ou rude na sua existência. Por isso mesmo o animal para nós é o grande outro da nossa cultura, e essa relação é muito interessante como tópico de reflexão.

Sob a dominância do cristianismo, os deuses antigos, pagãos, foram demonizados ou revoaram para o interior adusto, não urbanizado, ou ainda para o mais fundo da alma. Passamos então a ver o animal simbolizando o irascível dos sentimentos e a bruteza dos instintos. O animal habitava o homem e dentro dele rugia, porém como algo que lhe fosse estranho.

Quando o darwinismo colocou-nos no topo da evolução, abrindo-nos a segunda ferida narcísica, depois daquela que Copérnico nos infringira, o pensamento filosófico moderno já havia separado o homem do animal. Homem e animal se tornariam cada vez mais estranhos entre si quanto mais se consolidasse, a partir do século XVII, na filosofia cartesiana, a identidade entre pensamento e consciência. Com efeito, Descartes efetuará, depois da demonização cristã

do animal, o primeiro corte moderno entre este e o homem, aproximados na Antiguidade por meio da noção de alma, tanto em Platão quanto em Aristóteles, que reconhecia uma alma sensitiva, uma alma racional e uma alma vegetativa.

Para Descartes o homem é o animal racional, tendo na sua razão ou na linguagem a diferença que o distingue da animalidade. Mas o ser do homem coincide, de acordo com o ponto de vista cartesiano, que é o ponto de vista moderno, com a evidência do pensar. O animal é o que de mais estranho a nós se torna. É o grande Outro porque é um corpo sem alma, um simples mecanismo. Essa é a teoria mecanicista de Descartes que prevaleceu nos séculos XVII e XVIII.

Hegel, já no começo do século XIX, daria o segundo corte na relação de que estamos tratando, ao recuperar a consciência como espírito ou *Geist*. Dali por diante, o animal, no homem, só poderia ser o *bas-fond* do espírito, o objeto digno de uma zoologia demoníaca que assombraria, naquele século, o santo Antônio de Flaubert com visões lúbricas e animalescas. (mais tarde ela daria lugar à zoologia fantástica de Jorge Luis Borges.)

Um dos mais nobres esforços da ala heterodoxa da filosofia moderna, de Schopenhauer até hoje, secundada pela poesia *lato sensu*, é aquela que tende a reconquistar a proximidade perdida desde a Antiguidade entre homem e animal. Ambos sofrem, ambos estão sujeitos à dor – este é o ponto principal. E embora um filósofo como Heidegger nos diga que o animal, ao contrário do homem, é pobre de mundo (*Weltarm*) por mais que seja rico de ambiente, continuamos ouvindo a réplica que lhe dá o grande pensamento poético de Rainer Maria Rilke. O animal vive no seio da natureza – como diz na sua “Oitava elegia”, em *Elegias de Duíno* – “enquanto nós os trepidantes sofremos do mundo que nos punge e empobrece”. Quer dizer, colhido no ventre da mãe *natura*, o animal vê os homens com aquele olhar não-humano que a ficção de uma das melhores autoras da nossa literatura, Clarice Lispector, insuperavelmente descreveu no conto “O búfalo”, de *Laços de família*: aí o olhar animal é um olhar que tem conexão com os sentimentos mais violentos do homem.

O animal continua sendo o grande Outro, o maior alienado da nossa cultura, “exceto que essa cultura, aumentando o nosso conhecimento, talvez possa algum dia restabelecer os estreitos laços que a ele nos unia nos tempos mitológicos, mas quando isso acontecer – comenta Elias Canetti – já quase não mais haverá animais entre nós”.

O que se defende aqui é um companheirismo entre homem e animal, como nas páginas que vêm de John Maxwell Coetzee, autor sul-africano detentor do prêmio Nobel alguns anos atrás. Refiro-me a uma espécie de ficção de caráter ensaístico de sua autoria, em que se discute a conferência de uma senhora defensora

dos direitos dos animais. A conferência é comentada por autores reais pró e contra animais, que escrevem como naturalistas, em apêndices no livro. Do texto de Coetzee (*Elizabeth Costello*) destaco o seguinte trecho:

As pessoas reclamam que tratamos os animais como objetos, mas na verdade tratamos os animais como prisioneiros de guerra. Você sabia (diz um personagem ao outro) que quando foram abertos os primeiros zoológicos, os tratadores tinham que proteger os animais dos ataques dos espectadores. Os espectadores sentiam que os animais estavam ali para serem insultados e humilhados, como prisioneiros em uma marcha triunfal. Já promovemos uma guerra contra os animais, que chamamos de caça, embora, na verdade, guerra e caça sejam a mesma coisa, Aristóteles percebeu isso claramente. Essa guerra foi travada ao longo de milhões de anos, só a vencemos definitivamente faz algumas centenas de anos, quando inventamos as armas de fogo. Só quando a vitória foi absoluta é que pudemos nos permitir cultivar a compaixão, mas a nossa compaixão é muito rarefeita. Por baixo dela existe uma atitude mais primitiva, o prisioneiro de guerra não pertence à nossa tribo, podemos fazer o que quisermos com ele, podemos sacrificá-lo aos nossos deuses, podemos cortar seu pescoço, arrancar seu coração, atirá-lo no fogo. Não existe lei quando se fala de prisioneiro de guerra.

Em geral não se matam os prisioneiros de guerra, que são feitos escravos. Nossos rebanhos são populações escravas. O trabalho deles é se reproduzirem para nós. Até seu sexo transforma-se em uma forma de trabalho. Não os odiamos mais porque nem sequer são dignos do nosso ódio. Nós os vemos com desprezo. Mas ainda existem animais que odiamos, como os ratos, que não se renderam. Eles reagem, se organizam em unidades subterrâneas em nossos esgotos. Não estão vencendo, mas também não estão perdendo. Sem falar dos insetos e micróbios, que podem nos vencer e certamente sobreviverão a nós.

É interessante observarmos que, ultimamente, a preocupação com o animal vem se transformando na ‘questão’ do animal. Para muitos de uma maneira um tanto exacerbada, como é caso de Peter Singer quando nos fala do preconceito denominado ‘especismo’, que nos move. Quer dizer, nossa espécie é única, ela é predominante. Por isso mesmo Peter Singer fala de uma libertação animal. O que significa isso? A libertação dos animais em relação à submissão aos homens, que os prendem há séculos. Mas, a meu ver, não se trata disso.

Entre os autores que viram bem essa questão destaca-se o inglês Jeremias Bentham, do século XVIII. Ele mostrou que não se trata de libertar o animal da submissão ao homem, mas de uma libertação do sofrimento. Os animais sentem dor, os animais sofrem, têm um sistema nervoso com terminações que são portadoras de estímulo doloroso, daí a necessidade de falar dessa libertação. Trata-se então da libertação da dor e também da libertação da crueldade. Essa

questão foi focalizada principalmente por um autor de quem não se esperava, o filósofo Arthur Schopenhauer.

Schopenhauer faz alusões ferinas a respeito do tema. Nenhum animal maltrata apenas por maltratar, mas o homem sim, e nisso constitui o seu caráter demoníaco, muito mais grave do que o caráter simplesmente animal. Qualquer um tem a oportunidade de observá-lo na caça e, sobretudo, no exercício da crueldade. Alguém chamou o homem de “animal mau por excelência”, por isso todos os demais temem instintivamente à vista dele ou ao seu rastro. Esse instinto não se engana, porque o homem também vai à caça de animais que não lhe são úteis nem prejudiciais. Da maldade humana e seus aspectos mais amplos falamos mais acima... Nesse mesmo tópico insere-se a observação de Jeremias Bentham: “Eu não posso saber se os animais têm inteligência, se os animais têm alma, mas posso saber se os animais sofrem. Isso é o essencial da questão”.

Há toda uma história sob essa perspectiva que agora é reconstruída por Peter Singer, sobretudo a do relacionamento do animal com o homem, devido à menor ascendência, atualmente, do relato bíblico acerca da origem do homem. Do ponto de vista bíblico os animais teriam sido feitos para o homem utilizar. À medida que entra em cena a teoria da evolução, a história é pensada diferentemente e nós tivemos que pensar no homem como animal. E esse pensamento do homem como animal é que nos traz problemas como aqueles a que se refere Peter Singer, quando fala da libertação animal.

O sofrimento que infligimos a eles, os seres não-humanos, pode ser extremo, e o número de indivíduos implicados é gigantesco. Nos Estados Unidos, cem milhões de porcos, bois e carneiros são sacrificados a cada ano, e milhares de aves também. Pelo menos 25 milhões de animais sofrem experiências em laboratórios. A solução proposta por Peter Singer é o vegetarianismo. (No que me diz respeito, é tarde para ser vegetariano; eu teria que aprender um novo sistema de vida, e na idade em que estou não é o caso de fazê-lo.)

Leiamos, ainda, este trecho de Peter Singer em *Libertação animal*:

Nós consideramos os leões e os lobos como selvagens porque eles matam, mas ou eles matam ou eles morrem de fome. Os humanos matam outros animais por esporte, para satisfazer a sua curiosidade, para embelezar o corpo e para agradar o paladar. Os seres humanos matam, além disso, membros da sua própria espécie, por cupidez e por desejo de poder. (...) Além do mais, os seres humanos não se contentam simplesmente em matar, além disso, através de toda a história, eles mostraram uma tendência para atormentar e torturar tanto seus semelhantes humanos como seus semelhantes animais, antes de fazê-los morrer. Nenhum animal se interessa muito por isso, isto é, pela tortura.

O segundo Outro da nossa cultura é o primitivo (o índio, o selvagem), que chegou a gerar uma questão teológica, dirigida sob forma de consulta ao papa: os índios têm alma? Na mesma época, na sociedade brasileira, começava a aparecer o negro como instrumento de trabalho. Os índios fugiam ao trabalho, mas adotavam a religião dos senhores que lhes era incutida por meio da catequese, que entretanto também teve seus paradoxos. Assim é que o motivo de maior estranhamento dos que vinham de fora, os portugueses e os jesuítas da catequese, era a antropofagia entre os índios. E não os afligia de modo nenhum o comportamento religioso dos escravos, que praticavam interessantíssimo sincretismo religioso. Aliás, 'sincretismo' talvez não seja a noção adequada, já que as divindades originárias da cultura religiosa dos negros escravos, os orixás, eram ocultadas por santos católicos que mantinham com estes certas semelhanças. Mas não havia ocultamento do canibalismo. Todos os depoimentos que temos, os escritos da época da descoberta, todos os documentos mostram que o canibalismo era uma antropofagia. Existe o canibalismo que não é antropofágico como, por exemplo, a ingestão de partes pequenas, como unhas e pedaços de dedos dos mortos. A absorção da carne humana, da carne do outro, morto em batalha, era antropofagia, a ingestão do inimigo chamado 'sagrado', inimigo sacro, aquele que tinha virtudes a serem aproveitadas. A ingestão de carne humana era, então, ao mesmo tempo um ato de vingança e de apropriação das faculdades do inimigo corajoso. Essa ingestão proporcionava, portanto, uma continuidade mágica do espólio consumido.

Um outro paradoxo da catequese é o aldeamento, quer dizer, a formação de grandes concentrações indígenas como a grande redução do Paraguai, por exemplo, que juntavam índios sob a dominação dos jesuítas. Conta-se que na redução das Missões, até as horas prescritas para as refeições, para o relacionamento entre marido e mulher, tudo estava prescrito e ao mesmo tempo anunciado por badaladas do sino da igreja principal.

A questão não só do índio como do negro em nossa cultura se coloca sob dois focos. Um foco mais antigo era considerar que esses 'primitivos' tinham uma mentalidade diferente da nossa, chamada 'pré-lógica', não lógica porque antecede a lógica. Isso foi defendido pelo etnólogo francês Lucien Lévy-Bruhl em seu livro *A mentalidade primitiva*, muito conhecido. O segundo foco defendia que o primitivo, principalmente o índio e o negro, estavam ligados à natureza e dela participavam. Tal participação era ao mesmo tempo arrimada às coisas e conduzida por potências místicas. Este era o ponto de vista de Lévy-Bruhl.

O grande avanço da antropologia, obtido principalmente com a abordagem estrutural de Lévi-Strauss, foi ter revisto essa condição pré-lógica do pensamento primitivo. Para o antropólogo não há um pensamento selvagem se não no sentido

de que tal pensamento, articulando-se pelas mesmas leis lógicas que nos conduzem, não é regido pelo princípio de utilidade. Nesse sentido podemos até relacionar o pensamento mágico à ciência, se considerarmos as grandes descobertas do neolítico – é impossível separarmos dessa primitividade as descobertas agrícolas, o tratamento da terra etc.

Melhor seria, então, admitir dois modos de ciência: aquele que está mais próximo do real, por intermédio da imaginação; e outro que está um pouco mais distante do real, pelo raciocínio, pelos conceitos abstratos. Os dois modos de ciência se complementam e não podemos deixar de admiti-los, um mais próximo da realidade imediata apreendida pelos sentidos e outro mais distante, conduzido pelo pensamento e pelos conceitos.

Lévi-Strauss, em *Tristes trópicos* – uma obra notável, misto de antropologia, boa literatura e reflexão filosófica, orientada para o conhecimento da natureza e dos primitivos – fala-nos da adesão do primitivo ao mundo físico, uma adesão que é feita por intermédio dos sentidos. Assim, por exemplo, quase todas as aldeias, principalmente as bororos, têm uma forma circular, propícia ao relacionamento dos habitantes da aldeia. As relações das duas metades do círculo se regem de uma maneira singular. Os membros de uma metade só podem casar com os da outra metade, assim gerando relações de parentesco muito peculiares. Pois bem, quando os missionários salesianos iniciaram o processo de catequese nessas aldeias, eles não tiveram êxito. Mas se revelaram antropólogos muito hábeis e, percebendo que a circularidade na construção daquelas aldeias era integrante da vida dos índios, resolveram dar a estes uma outra orientação de espaço. Desfizeram então a formação circular e a catequese teve sucesso.

Outra lição, entretanto, que nos traz *Tristes trópicos* e me parece válida até os dias de hoje, aplica-se tanto às sociedades primitivas como a qualquer outra sociedade. Ela desponta neste trecho:

Nenhuma sociedade é perfeita, todas comportam, por natureza, uma impureza incompatível com as normas que proclamam e que se traduz concretamente por uma certa dose de justiça, de insensibilidade e de crueldade. Como avaliar essa dose? A pesquisa etnográfica consegue. Porque se é verdade que a comparação de um pequeno número de sociedades as faz parecer muito diferentes entre si, essas diferenças se atenuam quando o campo de investigação se alarga. Descobre-se então que nenhuma sociedade é essencialmente boa, mas nenhuma é absolutamente má. Todas apresentam algumas vantagens aos seus membros, a despeito de um resíduo de iniquidade cuja importância parece aproximadamente constante e que corresponde, talvez, a uma inércia específica que se opõe, no plano da vida social, aos esforços de organização.

Para terminar, volto ao tema do animal, agora de um outro ponto de vista, aquele que nos revela uma rara e quase tresloucada adesão à vida animal, proposta numa carta imaginária de Hugo von Hofmannsthal, endereçada a lord Bacon por *Lord Chandos*, pedindo-lhe desculpas por há muito tempo ter silenciado — ele que era considerado um literato tão promissor, um autor elogiado pelos eruditos etc. *Lord Chandos* explica nessa carta o motivo de seu afastamento, que o teria levado a uma estranha adesão à vida animal, contemplada como algo ao mesmo tempo íntimo e estranho ao homem. Eis um trecho da carta:

Desde então levo uma existência tão privada de pensamento, que mal se distingue da dos meus vizinhos, parentes e da maioria dos nobres proprietários de terra desse reino, e que não é toda desprovida de momentos exultantes e vívidos. Não é fácil, para mim, explicar-vos em que consistem esses bons momentos, as palavras abandonam-me de novo. Então é algo inteiramente inominado e também mal denominável, o que em tais momentos qualquer manifestação de mini-ambiência diária, a mim se anuncia como maré da mais alta vida enchendo um vaso. Há pouco encarreguei um dos meus rendeiros de espalhar veneno na adega do leite; de tarde saí para cavalgar, e como vós podeis supor, não mais pensei no assunto. Porém quando caminhava, nada vendo de mau em torno de mim, se não as codornizes abatidas e à distância, no campo ondulado, o grande sol naufrago, entrou-me no íntimo de repente essa adega agitada com a agonia dessa população de ratazanas. Tudo estava em mim: o ar úmido da adega, um cheiro adocicado e cortante de veneno e o ressoar dos gritos de agonia nas paredes bolorentas, os espasmos de impotência misturados ao desespero, a alucinada procura de uma saída, o gélido olhar de raiva quando duas ratazanas tentavam entrar juntas numa obstruída fenda. Mas eis-me de novo tentando as palavras que abjurei. Terá meu amigo esquecido a maravilhosa descrição em Tito Lívio das horas que precederam a destruição de Alba Longa? Como erravam pelas ruas que não mais deveriam rever, como se despediam das pedras do chão. Digo-vos, meu amigo, que tanto quanto Cartago incendiada trazia isso dentro de mim; porém, aquilo que era mais, era divino e animalesco, era o presente, o pleno e sublime presente. Ali uma mãe tinha seus filhos moribundos palpitantes em torno de si, e que nem olhava para os mortos e para os implacáveis muros de pedra, mas que para o vazio ou através do ar, olhava para o infinito, rilhando os dentes. Se um escravo serviçal arrepioiuse de impotência diante da entorpecida Niobe, ele deve ter experimentado o que experimentei quando em mim a alma desse animal arreganhou os dentes contra o monstruoso destino. Desculpai-me essa descrição... (tradução minha).

E desculpai-me, também vós todos, por esse quadro de horror.

Obrigado.



RESENHA

SILVEIRA, Sirlei Aparecida. *Em busca do país do ouro: sonhos e itinerários*. Cuiabá: Carlini & Caniato; EduFMT, 2009.

The pursue of the country of gold, availed by Sirlei Silveira

Sabrina Mesquita do Nascimento – Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo NAEA-UFPA. Email: sabrinaufpa@hotmail.com

Simy de Almeida Corrêa – Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo NAEA-UFPA. Email: simycorrea@yahoo.com.br

No livro “Em busca do país do ouro”, Sirlei Silveira¹ procura fazer o resgate da trajetória do projeto expansionista do mundo ocidental, representado pela Europa conquistadora do final da Idade Média, sobre as terras desconhecidas da América. A busca pelo ouro é seu fio condutor para analisar a empreitada dos conquistadores sobre novas terras, e o imaginário associado a este metal e ao mundo fantástico concebido para além do continente europeu.

A riqueza associada ao mundo desconhecido representa, segundo Silveira, uma das grandes motivações que levou os conquistadores a avançar, sobretudo em direção à América, entre os anos 1400 e 1600. Segundo a autora, as míticas concepções da Antiguidade Clássica sobre o Novo Mundo serviram de inspiração para que a Europa criasse sua própria concepção calcada em visões escatológicas de uma terra que abrigava infindáveis riquezas e seres fantásticos. Dentre os mitos mais fortes que estimulavam as grandes conquistas, encontra-se o do “*El Dorado*”, que representa uma síntese da busca desenfreada por novas riquezas e que vai marcar de maneira decisiva o processo de conquista e ocupação das Américas.

¹ Sirlei Aparecida Silveira é socióloga, vinculada à Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e o livro “Em busca do país do ouro” é originado da pesquisa desenvolvida como sua tese de doutorado, no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, na Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

O livro está dividido em quatro capítulos, e o desenvolvimento se dá por meio de narrativa, pela qual a autora realiza uma releitura deste processo de conquista, à luz da Antropologia, Literatura, Filosofia, História e Sociologia.

No primeiro capítulo “A Geografia Fantástica das Índias”, a autora procura identificar e interpretar a visão que o europeu construiu sobre a Índia e destaca que “o oriente era quase uma invenção europeia”. As riquezas, a exuberância *imaginada*, *inventada* eram como compensações ao mundo medieval judaico-cristão, onde a Índia era, ao mesmo tempo, berço das maiores riquezas e abrigo de terríveis monstros. Com base em relatos e escritos de viajantes e estudiosos da época (a exemplo de Ceceo d’Ascoli, astrônomo e professor da Universidade de Bolonha no séc. XIII), a autora dá subsídios para o entendimento do imaginário que se formou a princípio sobre a Índia e que, posteriormente, se estende às Américas.

Silveira aponta, neste capítulo, que os movimentos estimulados, simultaneamente, pelo vazio circundante que assombrava o homem europeu e pelo desejo de exploração do desconhecido, criam uma espécie de pré-colonização pela imaginação, em que a geografia real estava circunscrita à geografia imaginária. É desta maneira que, efetivamente, tem início a expansão sobre o Novo Mundo, a partir da segunda metade do século XIII. Nesta primeira fase, que vai até o início do século XIV, destaca-se a figura do viajante Marco Polo, cujas experiências iriam enriquecer com aspectos geográficos e etnográficos as concepções da Europa sobre o Oriente. É importante destacar que a autora pontua que o avanço das navegações para terras mais distantes do continente é possibilitado pelo crescimento engendrado pelos próprios relatos dos viajantes, aperfeiçoando-se com isso, a própria geografia, além da astronomia e da indústria náutica. Um dos eventos mais marcantes deste ciclo é a própria invenção de instrumentos como a bússola e o papel.

Outro fato importante destacado neste capítulo é a aparição do navegador Colombo, representante da Coroa Espanhola, que, à época, inverte o sentido da navegação e passa a ir em direção ao Ocidente, movido pela ideia de dar a volta na Terra, pois, acreditava ser uma maneira mais rápida de encontrar as regiões que guardavam cobiçadas especiarias. Era inaugurada, assim, uma nova rota de navegação pelo Atlântico, que levaria Colombo para a América, onde fatalmente ancoraria em uma de suas incursões, ampliando, segundo as palavras da autora, o espectro de terras do mundo até então de existência não imaginada.

A partir disso, no tópico “América: a imagem refletida da Índia”, desenvolve a ideia de que “a América não foi descoberta e sim inventada”, partindo dos pressupostos criados anteriormente na Europa em relação às Índias. Sirlei comenta que nem mesmo os relatos de Colombo conseguem separar o mundo americano

do asiático, refletindo ideias que sustentavam as imagens criadas para o Oriente. Desta maneira, a autora chega à compreensão de que, na realidade, a América real foi forjada com base em símbolos e arquétipos que precederam seu descobrimento e tornaram-se o referencial imagético que determinou o olhar de Colombo, que segundo seus estudiosos, buscava em tudo indícios capazes de comprovar suas teses geográficas e cosmográficas, permeadas de fantasias, sobretudo em razão de que os que financiaram as expedições aguardavam respostas de que riquezas fascinantes haviam sido encontradas no Novo Mundo. Em outras palavras, a América estava justificada por uma riqueza hipotética, incerta. Desta maneira, as primeiras concepções sobre o novo continente são menos reais e mais forjadas, como sugere Sirlei. Tais teses acabam por estimular, também, os conflitos entre as grandes potências da navegação, o que resulta em uma explosão de novas expedições rumo às Américas, cuja “descoberta” estava entrelaçada por uma série de teorias fantásticas criadas no interior da mentalidade europeia.

No segundo capítulo “Os Sonhos Luzidios”, Sirlei projeta luzes sobre a relação das grandes expedições em direção à América em busca do ouro, que é o que, afinal, justifica grande parte das viagens empreendidas ao continente recém-descoberto, segundo consta nos diários dos exploradores e de seus biógrafos. Tentando entender de onde parte o insaciável desejo de riqueza, sobretudo de Colombo, Sirlei propõe que as raízes da busca pelo “sonho dourado” estavam fincadas em épocas pretéritas, que antecedem ao período das grandes viagens, muito embora o valor do ouro passe a se destacar no avanço de novos processos econômicos tais, como o capitalismo. Mas o certo é que existe uma associação imemorial do ouro a elementos e práticas religiosas, políticas e culturais da humanidade, presentes desde os seus primórdios, conforme sinaliza a autora. O fascínio deste metal sobre o homem é complexo e cercado tanto de elementos químicos (como o fato de o ouro ser o metal mais puro encontrado na Terra) quanto de elementos mágico-religiosos, como, por exemplo, sua associação ao Deus Sol, identificado nas mais variadas culturas mundo afora. Sobre o ouro e sua forte presença no Oriente, Sirlei destaca as descrições bíblicas do reino de Salomão, rico e dotado de grandes avanços sobre diversos territórios, em razão das minas que garantiam as riquezas do reino e sua supremacia sobre os demais. Além do imaginário de riqueza que cercava as descrições do reino de Salomão, a autora também aponta para os relatos sobre a existência províncias auríferas no Extremo Oriente. Segundo Sirlei, o enorme desejo do homem pelo ouro despertado em meio a todas as construções imaginárias e pressuposições cartográficas da presença do metal em alguns pontos da Terra foi o que o mobilizou nesta busca e impulsionaram, definitivamente, os novos avanços geográficos do homem,

sobretudo o europeu, cujo solo não gozava desta riqueza em termos de metais preciosos.

A expansão comercial também é destacada como um fator decisivo no avanço do processo de busca por ouro, em razão das rápidas mudanças que se passavam nos ambientes econômicos com o estabelecimento de um novo arranjo monetário, baseado, sobretudo, na circulação de moedas de ouro, adotadas como a medida padrão nos processos de trocas comerciais na Europa. Estes fatores são determinantes e acabaram por tornar as Grandes Navegações um fato inevitável. Neste cenário, vão se destacar os exploradores espanhóis e portugueses. Entre os primeiros, a autora enfatiza novamente a figura de Colombo, pelo grande empreendedorismo exercido por ele àquela época.

Enfim, no terceiro capítulo “O Ouro nas Índias Ocidentais”, Sirlei trata especificamente das empreitadas europeias nas Américas. O primeiro retorno de Colombo do Novo Mundo foi bastante celebrado e impressionavam os relatos dos primeiros desbravadores, que afirmavam a existência de um mundo espetacular, com gente desnuda, muita água, especiarias em abundância e grandes minas de ouro. Os nobres e a igreja da época convocaram Colombo a traçar novos planos de viagem e de colonização das Índias Ocidentais, como a princípio ficaram conhecidas as “novas terras” e, sobretudo, almejavam marcar a supremacia espanhola no âmbito da grande “descoberta”.

Desta maneira, a segunda viagem foi muito mais pomposa, com cerca de dezessete grandes navios preparados para seis meses, entre ida e volta. Segundo Sirlei, esta segunda viagem marcaria o início da migração europeia ao Novo Mundo e que, posteriormente, passa a se dar de maneira desenfreada, sobretudo em busca das incomensuráveis riquezas tão propaladas por Colombo e outros navegadores. De tais riquezas, destacava-se o ouro, sempre ocupando o posto de metal mais desejado. Sirlei ressalta que mesmo que muito do que fora propagandeado acerca das Índias Ocidentais fosse incerto, algumas expedições obtiveram sucesso na busca pelo ouro e outras preciosidades, retornando com satisfatório carregamento de pepitas, pedras preciosas, barras e joias. Isto seria o anúncio de um futuro promissor sobre a exploração daquelas terras. E, muito embora o próprio Colombo alertasse sobre as dificuldades enfrentadas para o avanço sobre o território, os espanhóis ultrapassavam todos os “obstáculos” para conseguir o seu tão almejado ouro. Desta forma, multiplicou-se o número de expedições em todas as direções do continente, o que não resultou, necessariamente, em explorações bem sucedidas, já que o ouro não estava sendo encontrado com tanta facilidade. O resultado disso seria a implantação de uma economia sustentada na força de trabalho indígena, com base na exploração de minérios, e que mais tarde seria marcada por revoltas,

motins e massacres sucessivos. Desta forma, violentamente, os conquistadores europeus passam a dizimar as populações nativas das Américas.

Dentre as expedições que obtiveram êxito na sua busca por riquezas, destacam-se as comandadas por Cortez e Pizarro. O segundo ciclo da conquista americana ficaria marcada pelos confrontos entre espanhóis e as civilizações Inca e Asteca, já em terras mexicanas, onde Cortez se depara com um grau de organização completamente distinto daquele encontrado em outras partes onde expedicionários espanhóis ancoraram anteriormente. Estas civilizações, diferentes dos indígenas encontrados nas primeiras expedições, possuíam culturas que utilizavam com frequência o ouro em seus rituais. Sirlei relata que Montezuma, um dos grandes imperadores Astecas, foi alvo da cobiça de Cortez, tornando-se seu prisioneiro, ordenando que lhe fosse revelada a fonte de todo o ouro que aquele império acumulava. Isto descambaria no avanço das expedições por outras terras da América, mesmo sem o esperado êxito na busca por estas fontes de riqueza.

Por sua vez, Pizarro depara-se com o poderio e a prosperidade material dos Incas, conforme as próprias palavras da autora. Em um empreendimento audacioso, Pizarro daria início à conquista do Império do Sol, onde a relação dos Incas com o ouro era completamente diferente daquela com que aquela civilização se deparava naquele momento: em oposição, o “homem branco” aparentava-se completamente dominado pelos desígnios do metal precioso.

A expansão se dá, neste período, do México até o Peru, com a conquista do Cuzco. A partir deste avanço, instala-se a terceira fase da conquista europeia sobre as terras ameríndias e consolida-se o tão difundido mito do *El Dorado*, a partir do que os espanhóis encontram nas civilizações pré-colombianas. A fama da riqueza de Cuzco percorreu a Europa e, segundo Sirlei, o desejo renovado dos europeus deu continuidade às impetuosas expedições. Tendo o *El Dorado* como referência máxima nesta terceira fase, os europeus deslocavam-se por terras das atuais Colômbia, Venezuela e Amazônia, onde se evidenciavam as diferenças entre as concepções europeias e americanas sobre o ouro, baseadas em visões de mundo completamente opostas. Enquanto de um lado, havia a cobiça em torno da riqueza e do poderio representado pelo ouro; por outro, as relações estabelecidas com o metal eram mais complexas, alinhadas a rituais e à religiosidade das civilizações americanas. O certo é que, mesmo diante de inúmeras oposições, resistências e obstáculos impostos pelo meio natural, os conquistadores foram gradativamente se apoderando das riquezas encontradas na região. E consolidam, segundo a autora, a visão de uma América como uma espécie de *velocino de ouro*, criada sob o imaginário do fantástico, concebido pela Europa, desde a Baixa Idade Média até o início da Renascença.

Nas conclusões, a autora mostra, mesmo com algumas diferenças fundamentais entre épocas, que o ouro permanece como elemento central no projeto de expansão e dominação mentalizado e executado pela Europa. Neste contexto, reforça que a imaginação e a busca pelo ouro estão entre as grandes responsáveis pela conversão da América em Terra Prometida. Neste sentido, conclui que “desde o início, o descobrimento e a conquista da América fundem-se, confundem-se com a procura do *Eldorado*, tendo o ouro como um dos signos mais emblemáticos da relação entre forças materiais e forças espirituais”. Parafraçando Dorita Nouhaud, sobre o mito do Eldorado: “O mesmo Salvador Dalí em seu quadro *O sonho de Cristóvão Colombo*, pintado para um bilionário americano, imagina/ descobre/interpreta o Novo Mundo como o país do OURO”. Sirlei provoca uma reflexão sobre a reprodução de determinadas visões desta América do Ouro sobre as Américas reais, onde as contradições entre o “sublime e a maldição” são ainda hoje vivenciadas pelas sociedades sul-americanas. Mas com outros “ouros”, evidentemente.

Texto submetido à Revista em 30.02.2011
Aceito para publicação em 31.05.2012

Instruções para submissão de trabalho

Foco e escopo

Novos Cadernos NAEA é uma revista multidisciplinar que publica artigos científicos com o objetivo de fomentar o debate sobre enfoques teóricos e resultados de pesquisa nos temas desenvolvimento e meio ambiente relacionados em particular mas não exclusivamente à Amazônia. Os artigos podem ser enviados em português, espanhol, inglês e francês e serão submetidos à apreciação de pares antes da publicação.

Diretrizes para o autor

1. Para submeter um artigo o autor deverá endereça-lo para o Editor dos *Novos Cadernos NAEA*, através do site: “<http://www.naea-ufpa.org/revistaNCN/ojs/>”. As laudas não devem ter mais do que vinte e cinco linhas e recomenda-se que o artigo não passe de 25 laudas, (incluindo notas, figuras e referências).
2. Os artigos devem ser submetidos por meio de arquivos digitais no formato Microsoft Word, RTF ou WordPerfet.
3. Junto com o artigo deverá ser enviado o resumo com cerca de dez linhas e sua versão em inglês (abstract) e as palavras-chave (seis, no máximo) para efeito de classificação.
4. Os autores devem fornecer um currículo resumido, contendo: nome, título mais alto universitário, nome da instituição na qual foi concluído e ano da obtenção, cargo que ocupa, nome da instituição e publicações mais relevantes.

Exemplo:

Felipe Agüero (Ph.D. em Ciência Política, Duke University, 1991), é professor da School of International Studies da Universidade de Miami, é autor de *Soldiers, civilians and democracy: post-Franco Spain in comparative perspective* (Editora da Universidade de Johns Hopkins, 1995) e *Fracturas en la gobernalidad democrática* (Editora da Universidade do Chile, 1998)

5. Figuras, gráficos, tabelas e quadros devem ser elaborados tomando em conta configuração das páginas de *Novos Cadernos do NAEA*, não podendo ultrapassar 19cm x 12cm. Devem ser encaminhadas em arquivos separados, preferencialmente na extensão .XLS. No texto deverá ser indicado, com destaque, o local onde devem ser inseridas as figuras.

Estas devem ser nítidas, com boa resolução, numeradas sequencialmente algarismo arábico e com legenda. Linhas verticais ou pontilhadas não serão admitidas. Ilustrações que já tenham sido publicadas, devem mencionar a fonte e a permissão para reprodução.

6. Os critérios bibliográficos (ABNT, NBR 6023) da publicação são os seguintes:

Para livros:

Sobrenome do autor da forma que ele aparece na publicação em caixa alta + vírgula + nome do autor + ponto + título da obra em negrito + ponto + nome da cidade onde foi publicada a obra + dois pontos + nome da editora + vírgula + ano da publicação. Exemplo:

SOUZA, André Luiz Lopes de. **Desenvolvimento sustentável, manejo florestal e o uso dos recursos madeireiros na Amazônia:** desafios, possibilidades e limites. Belém: NAEA/UFPA, 2002.

Para artigos:

Sobrenome(s) do(s) autor(es) + vírgula + nome(s) do autor(es) + ponto + título do artigo + ponto + nome do periódico em negrito + vírgula + local de publicação + vírgula + volume + vírgula + número da edição + vírgula + páginas + ponto + ano. Exemplo:

COSTA, Francisco de Assis; SANTANA, Antônio Cordeiro. Desenvolvimento regional sustentável e incentivos fiscais: um modelo alternativo para a Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 5, n. 2, p. 89-116, 2002.

Para obras coletivas:

Sobrenome do autor, nome + ponto + título do capítulo + ponto + In + dois pontos + sobrenome do(s) organizador(es), nome(s) + ponto + título da coletânea em negrito + ponto + local da publicação + dois pontos + nome da editora + vírgula + ano da publicação. Exemplo:

NUNES, Benedito. Um conceito de cultura. In: XIMENES, T. (Org.). **Perspectivas do desenvolvimento sustentável.** Uma contribuição para a Amazônia 21. Belém: NAEA/UFPA/Unamaz, 1997.

Para trabalhos acadêmicos:

Sobrenome do autor + ponto + título do trabalho acadêmico em negrito + ponto + número de páginas (folhas) + ponto + tipo de trabalho acadêmico

(trabalho de conclusão de curso, monografia, dissertação ou tese) + grau acadêmico a que se refere + nome do curso + traço + nome do centro, núcleo, faculdade ou instituto + nome da universidade ou instituição na qual foi apresentada + vírgula + local + vírgula + data + ponto. Exemplo:

DIESEL, Vivien. **A construção das recomendações no planejamento do desenvolvimento**. 205f. 1999. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1999.

7. As fotografias devem ser em preto e branco. Fotografias e ilustrações (bitmap) devem estar formato JPEG ou TIF com resolução mínima de 300 dpi. Ilustrações e gráficos (vetoriais) devem utilizar os formatos EPS, CDR, AI ou WMF. Tabelas pequenas devem ser feitas em editor de texto (formato RTF ou DOC) sem colar como figura; para tabelas grandes utilizar planilha eletrônica (formato XLS). Todos os formatos descritos não devem ser inseridos no arquivo de texto.
8. Os Direitos Autorais para artigos publicados na *Novos Cadernos do NAEA* pertencem ao autor, com direito de primeira publicação para a revista. Em virtude de aparecerem nesta revista de acesso público, os artigos são de uso gratuito, com atribuições próprias, em aplicações educacionais e não comerciais.
9. Os conceitos emitidos nos trabalhos publicados são de responsabilidade dos autores, não refletindo obrigatoriamente a opinião dos membros do Comissão Editorial de *Novos Cadernos NAEA*.



A Revista Sustentabilidade em Debate é uma publicação semestral do Centro de Desenvolvimento Sustentável - Universidade de Brasília

Editores Responsáveis

José Augusto Drummond - Universidade de Brasília

Marcel Bursztyń - Universidade de Brasília

Sumário Vol. 2, No 1 (2011)

Artigos

O Dilema de Populações Humanas em Parques: Gestão Integrada entre Técnicos e Residentes no Núcleo Picinguaba

Eliane Simões, Lucia da Costa Ferreira, Carlos Alfredo Joly

Aprovisionamiento eléctrico de Buenos Aires y desigualdades regionales entre la metrópolis y el Noreste argentino

Silvina Carrizo, Marie Forget

The Nagoya Protocol on the use of genetic resources: one embodiment of an endless discussion

Catherine Aubertin, Geoffroy Filoche

Espaços Protegidos Transfronteiriços: Patrimônio Natural e Territórios na Bacia do Alto Paraguai

Gisela A. Pires do Rio

Cidades e Mudanças Climáticas no Brasil: Planejamento de Medidas ou Estado de Risco?

Laura Machado de Mello Bueno

Os Desafios de uma Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais: lições a partir do caso do Proambiente

Shigeo Shiki, Simone de Faria Narciso Shiki

Debate

Conflitos Socioambientais, Educação Ambiental e Participação Social na Gestão Ambiental

Carlos Hiroo Saito, Aloísio Ruscheinsky, Fabio da Purificação de Bastos, Jacy Bandeira Almeida Nunes, Luciano Fernandes Silva, Luiz Marcelo de Carvalho

Entrevista

Entrevista: Joan Martinez-Alier

Maria Amélia Enríquez, Gabriela Litre

Resultado de Pesquisa

Inovação e Sustentabilidade: LACIS/FAU/CDS/FGA-UnB

Raquel Naves Blumenschein, Maria Vitória Ferrari Tomé

DURAMAZ, um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia

Martine Droulers, François-Michel le Tourneau, Stephanie Nasuti, Florent Kohler, Guillaume Marchand, Anna Greissing, Philippe Lena, Vincent Dubreuil

Leitura Recomendada

Robert W. Kates' Reader: A New Map of Sustainability Science and Technology

William Clark

Resenhas

Sociedade cabocla: participação e diversidade na Amazônia

Raquel Caribé Grando